



**Victor Tinoco de Souza**

**Transformações Espaciais e Práticas  
Espaciais de Resistência no Entorno do  
Arco Metropolitano do Rio de Janeiro:  
A Luta das Comunidades Vila de Cava, Marajoara  
e Sol da Manhã pela Permanência na Terra**

**Tese de Doutorado**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia, do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio.

Orientador: Prof. João Rua

**Rio de Janeiro,  
dezembro de 2020**



**Victor Tinoco de Souza**

**Transformações Espaciais e Práticas  
Espaciais de Resistência no Entorno do  
Arco Metropolitano do Rio de Janeiro:  
A Luta das Comunidades Vila de Cava, Marajoara  
e Sol da Manhã pela Permanência na Terra**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia, do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

**Prof. João Rua**

Orientador

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-RIO

**Prof. Leandro Dias de Oliveira**

UFRRJ

**Prof. Luciano Ximenes de Aragão**

UERJ

**Prof.<sup>a</sup> Regina Célia de Mattos**

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-RIO

**Prof. Valter do Carmo Cruz**

UFF

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

### **Victor Tinoco de Souza**

Graduou-se em Geografia (bacharelado e licenciatura) na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em 2010. Mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA-UFRRJ) em 2013. Membro do Grupo de Estudos Urbanos e Rurais (URAIIS) desde 2014. Atua como professor e pesquisador na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana.

#### Ficha Catalográfica

Souza, Victor Tinoco de.

Transformações Espaciais e Práticas Espaciais de Resistência no Entorno do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: A Luta das Comunidades Vila de Cava, Marajoara e Sol da Manhã pela Permanência na Terra / Victor Tinoco de Souza; orientador: João Rua. – 2020.

245 f.; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2020.

Inclui bibliografia.

1. Geografia e Meio Ambiente – Teses. 2. Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. 3. Desenvolvimento geográfico desigual. 4. Desterritorialização. 5. Práticas espaciais de resistência. 6. Movimentos sociais. I. Rua, João. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia e Meio Ambiente. III. Título.

CDD: 910

Para Dedé, por todas as vezes em que disse  
“Olha, chegou o professor!”

## Agradecimentos

Às moradoras e aos moradores de Vila de Cava, Marajoara e Sol da Manhã, por tudo que me ensinaram.

Aos meus pais, Lia e Washington, por todo apoio, carinho e por me ensinarem a lutar por um mundo mais justo e igualitário.

À minha querida sogra Dona Evanyr, pelo carinho e pelo pastel Pietrani.

Às famílias Tinoco, Pereira de Souza e Pietrani, pelo acolhimento, carinho e amor.

À Nice e ao Cláudio, pela amizade, pelos carinhos e pelas divertidas conversas.

À minha madrinha Marli, à tia Lúcia e ao meu padrinho Edson Tadeu, por todo apoio e carinho.

Ao meu orientador Prof. Dr. João Rua, por ser meus olhos no mundo da Geografia e me ensinar a enxergar a vida de maneira transescalar.

Aos Professores Luciano Ximenes, Leandro Dias e Valter do Carmo, pela participação na Banca examinadora.

À Professora Regina, por nossa amizade eterna e por todas as Reginas que eu vi passar.

Às funcionárias do Departamento de Geografia da PUC-Rio, Márcia, Edna e Débora, por toda a ajuda e amizade.

Às Professoras e aos Professores do Departamento de Geografia da PUC-Rio, um agradecimento especial ao Professor Álvaro Ferreira e ao Professor José Borzacchiello.

À turma da bagunça, Bagata, Ernesto, Fred, Max, Agne, Tiago, e ao pessoal sério, Alex, Antônio e Juju, pela amizade e cooperação no curso de doutorado.

Aos companheiros de trabalhos de campo, Thiago Baptista, o rei dos gráficos, e Gabriel Lopes, pelas descobertas geosonográficas no Arco Metropolitano.

Às companheiras e aos companheiros do Urais, Lúcia, Joana, Vânia, Sabrina, Cristina, Bernardo, Gabriel Lima, João, Gabriel, Victor e Balardino, por todo o aprendizado mútuo e afeto.

Às companheiras e aos companheiros do Núcleo João Marco, pelo apoio e pela inspiração para lutar.

Aos companheiros da APG PUC-Rio, Bheatrix e Jayme, porque sem luta não há pós-graduação.

À querida equipe de Geografia do Colégio Recanto: Patrícia, Leandro, Rodrigo, Carlos Laete e Nelson.

Aos colegas e amigos do IHG, Robinho, Lúcia Mara, Gisele, Monique, Hassib e Ricardo, Neusa e tia Ana.

Ao amigo Marcelo Guzzo, pela mensagem de fé e esperança.

Ao Professor Cláudio Guimarães, por nossa amizade.

Aos amigos de todas as horas, Jorge, Michell e Sílvio Lúcio.

À Yasmin e ao Godinho, pela amizade e pelas furadas causadas pelo GPS.

À Anélia, por me ensinar que o amor é uma palavra do vocabulário da resistência.

À Clara e Helena, por me darem esperança em um futuro de sonho, liberdade e utopia.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## Resumo

Souza, Victor Tinoco de; Rua, João. **Transformações Espaciais e Práticas Espaciais de Resistência no Entorno do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: A Luta das Comunidades Vila de Cava, Marajoara e Sol da Manhã pela Permanência na Terra.** Rio de Janeiro, 2020. 245p. Tese de doutorado – Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Resistência pode ser compreendida por sua concepção polissêmica em termos políticos, científicos e sociais, bem como pelas forças de ação dos sujeitos em suas diversas lutas. Para este trabalho de tese, buscamos compreender a resistência a partir das práticas espaciais dos sujeitos afetados direta e indiretamente pela territorialização do capital, que pode ser concebida por algumas abordagens como “desenvolvimento”, mas, de fato, os expulsa de seus espaços de vida para dar lugar a um aparato técnico social, constituindo uma intervenção na organização espacial desses lugares onde dadas territorialidades são negadas, cooptadas, ou de onde são expulsas. A luta se manifesta contra a desterritorialização e a exclusão territorial dos sujeitos subalternos, mostrando-nos que a territorialização do capital leva ao surgimento do que denominamos práticas espaciais de resistência. Nesse sentido, estudamos os conflitos que emergiram ao longo do eixo do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, obra infraestrutural do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), inaugurada em 2014. O Arco propôs uma nova dinâmica espacial para o espaço metropolitano do Rio de Janeiro, especialmente para a região conhecida como Baixada Fluminense, onde passa grande parte da extensão do Arco (71km) e foi produzida uma série de remoções e conflitos em suas adjacências no decorrer da obra pela territorialização dos investimentos logístico-industriais. Tomamos como área de estudo das manifestações das práticas espaciais de resistência três comunidades da Baixada Fluminense afetadas pela implantação do Arco Metropolitano: os casos das comunidades de Vila de Cava, em Nova Iguaçu; Marajoara, em Japeri; e Sol da Manhã, em Seropédica. As três foram atingidas direta ou indiretamente pelo Arco Metropolitano, tanto pela obra em si quanto pelos capitais que se territorializaram devido às condições do baixo preço da terra, da

localização estratégica para logística e dos incentivos fiscais concedidos pelas respectivas prefeituras e pelo governo do estado do Rio de Janeiro, que promoveram expulsões diretas e “brancas” dessas comunidades. Partimos da tese de que as práticas espaciais de resistência, ao mesmo tempo que se integram, expressam o movimento contra o processo de desterritorialização provocado pelas transformações espaciais nas adjacências do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. Nosso objetivo geral é analisar as práticas espaciais expressas nas táticas de resistência dos moradores das comunidades de Vila de Cava, Marajoara e Sol da Manhã, localidades do entorno do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, táticas essas que se contrapõem às formas atuais de territorialização do capital ainda marcadas pelas renovadas formas de expropriação e espoliação do capital em ação conjunta com o Estado. Dada análise tem como aportes teórico-conceituais a concepção de resistência de Scott em diálogo com Foucault, a de sujeito segundo Butler, a de desenvolvimento geográfico desigual de Harvey e a de desterritorialização de Haesbaert, em convergência com a abordagem do conceito de expulsões conforme Sassen. Com isso, elaboramos um sistema interpretativo de tal processo, lendo a resistência a partir das dimensões de insurgência, sobrevivência e subordinação, através da tríade espaço, cotidiano e ação, desenvolvida por Ferreira.

## **Palavras-chave**

Arco Metropolitano do Rio de Janeiro; desenvolvimento geográfico desigual; desterritorialização; práticas espaciais de resistência.



## Abstract

Souza, Victor Tinoco de; Rua, João (Advisor). **Spatial Transformations and Spatial Resistance Practices in the Surroundings of the Metropolitan Arch of Rio de Janeiro: The Struggle of Vila de Cava, Marajoara and Sol da Manhã communities for Remaining in the Land.** Rio de Janeiro, 2020. 245p. Tese de doutorado – Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Resistance can be understood by its polysemic conception in political, scientific, and social terms, as well as by the forces of action of the subjects in their various struggles. For this thesis, we seek to understand resistance from the spatial practices of subjects directly and indirectly affected by the territorialization of capital, which can be conceived by some approaches as “development”, but, in fact, expels them from their living spaces to give rise to a technical social apparatus, constituting an intervention in the spatial organization of those places where such territorialities are denied, co-opted, or expelled. The struggle manifests itself against the deterritorialization and territorial exclusion of subaltern subjects, demonstrating that the territorialization of capital leads to the emergence of what we call spatial resistance practices. The Arch proposed a new spatial dynamic for the metropolitan area of Rio de Janeiro, especially for the region known as Baixada Fluminense, where a large part of the extension of the Arch (71km) goes through, and a series of removals and conflicts was produced in its surroundings during the work due to the territorialization of logistical-industrial investments. Three communities in Baixada Fluminense affected by the implementation of the Metropolitan Arch were taken as our study area on the manifestations of spatial resistance practices: the cases of Vila de Cava, in Nova Iguaçu; Marajoara, in Japeri; and Sol da Manhã, in Seropédica. The three communities were directly or indirectly affected by the Metropolitan Arch, both by the work itself and by the capitals that were territorialized due to the conditions of the low price of land, the strategic location for logistics and the tax incentives granted by the respective city halls and by the government of Rio de Janeiro, which promoted direct and “white”

expulsions from these communities. We start from the thesis that the spatial resistance practices, at the same time that they are integrated, express the movement against the process of deterritorialization caused by the spatial transformations in the vicinity of the Metropolitan Arch of Rio de Janeiro. Our general objective is to analyze the spatial practices expressed in the resistance tactics by the residents of the communities of Vila de Cava, Marajoara and Sol da Manhã, locations around the Metropolitan Arch of Rio de Janeiro. These tactics are opposed to the current forms of territorialization of the capital still marked by the renewed forms of expropriation and plunder of capital together with the State. This analysis has as theoretical-conceptual contributions Scott's conception of resistance in dialogue with Foucault, the subject according to Butler, Harvey's uneven geographical development, and Haesbaert's deterritorialization, in convergence with the concept of expulsions according to Sassen. Thus, we elaborated an interpretative system of this process, reading the concept of resistance from the dimensions of insurgency, survival, and subordination, through the triad space, everyday life, and action, developed by Ferreira.

## **Keywords**

Metropolitan Arch of Rio de Janeiro, uneven geographical development, deterritorialization, spatial resistance practices.

## Sumário

|  |     |
|--|-----|
| 1. Introdução  | 18  |
| 1.1. Buscando a construção de um método  | 34  |
| 2. O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: novo desenvolvimentismo e transformações espaciais  | 44  |
| 2.1. Arco Metropolitano: texto e contexto  | 46  |
| 2.2. Valor, mercadoria e financeirização   | 51  |
| 2.3. Modernização, acumulação e novo desenvolvimentismo  | 58  |
| 2.4. O Arco Metropolitano no contexto do novo desenvolvimentismo                               | 69  |
| 3. Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: uma estrada no caminho da(s) Baixada(s) Fluminense(s) | 80  |
| 3.1. Rio de Janeiro: Arco Metropolitano  | 81  |
| 3.2. O Arco: Região Metropolitana  | 88  |
| 3.3. Baixada e Baixadas: que contexto espacial o Arco Metropolitano encontrou?                 | 94  |
| 3.3.1. A Baixada dos condomínios logístico-industriais   | 107 |
| 3.4. O eixo Nova Iguaçu-Japeri-Seropédica: os removidos, os atingidos e os vizinhos            | 117 |
| 3.4.1. Os removidos  | 121 |
| 3.4.2. Os atingidos  | 123 |
| 3.4.3. Os vizinhos   | 127 |
| 4. O sujeito da resistência: cotidiano e práticas espaciais                                    | 134 |
| 4.1. Práticas espaciais: resistência   | 135 |
| 4.2. O sujeito como categoria de análise   | 144 |
| 4.2.1. O sujeito: resistência subterrânea  | 150 |
| 4.3. O sujeito da resistência e a produção desigual do espaço                                  | 154 |
| 4.3.1. O sujeito da resistência: recusa e combate  | 167 |
| 5. Espoliação, desapropriação e justiça espacial – as lutas no entorno do Arco Metropolitano   | 184 |
| 5.1. Resistência Pública   | 196 |
| 5.2. A formação das Associações de Atingidos de Vila de Cava e de Marajoara                    | 202 |
| 5.3. (In)Justiça espacial  | 214 |
| 6. Considerações finais  | 221 |
| 7. Referências bibliográficas  | 230 |

## Lista de Figuras

|   |     |
|---|-----|
| Figura 1- Arco Metropolitano do Rio de Janeiro e comunidades estudadas                      | 25  |
| Figura 2- Arco Metropolitano do Rio de Janeiro  | 27  |
| Figura 3- Principais eixos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro                        | 47  |
| Figura 4- Integração entre os extremos da Região Metropolitana                              | 48  |
| Figura 5- Empreendimentos na área de influência do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro     | 48  |
| Figura 6- Exército fazendo a segurança do Arco Metropolitano                                | 50  |
| Figura 7- Reportagem sobre as remoções e Vila de Cava                                       | 79  |
| Figura 8- Investimentos do PAC no estado do Rio de Janeiro                                  | 85  |
| Figura 9- Divisão da Região Metropolitana do Rio de Janeiro                                 | 89  |
| Figura 10- Vazios urbanos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro                         | 89  |
| Figura 11- Investimentos recentes no Arco Metropolitano                                     | 90  |
| Figura 12- Reportagem do <i>Jornal O Globo</i> sobre o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro | 92  |
| Figura 13- Mapa da Baixada Fluminense na Região Metropolitana do Rio de Janeiro             | 94  |
| Figura 14- Mapa das emancipações de Nova Iguaçu   | 100 |
| Figura 15- Mapa dos municípios de Iguaçu e Estrela  | 101 |
| Figura 16- Reportagem sobre a expansão industrial na Baixada Fluminense                     | 106 |
| Figura 17- Baixada Fluminense- Área I   | 108 |
| Figura 18- Baixada Fluminense- Área II  | 109 |
| Figura 19- Região do Extremo Oeste Metropolitano  | 115 |
| Figura 20- Mapas das comunidades estudadas  | 119 |
| Figura 21- Mapa de desapropriações de imóveis no Bairro de Vila de Cava                     | 122 |
| Figura 22- Mapa do Bairro Jardim Marajoara  | 125 |
| Figura 23- Mapa do condomínio industrial de Japeri  | 126 |
| Figura 24- Mapa do Assentamento Sol da Manhã  | 128 |

|   |     |
|---|-----|
| Figura 25- Vista de um dos sítios do Assentamento Sol da Manhã                                  | 128 |
| Figura 26- Torre de energia em Sol da Manhã   | 130 |
| Figura 27- Reportagem sobre os removidos pelas obras do Arco<br>Metropolitano do Rio de Janeiro | 203 |
| Figura 28- Sede da Associação Rural do Marajoara  | 213 |

## **Lista de Quadros**

Quadro 1: Lista de Condomínios Empresariais do Extremo Oeste  
Metropolitano 113

Quadro 2: Preço Médio de Locação por m<sup>2</sup> 114

## **Lista de Gráficos**

Gráfico 1: Gráfico e Tabela do preço da terra nua de 2009 a 2019 115

Gráfico 2: Preço da terra nua anos ímpares 116

## Lista de Abreviaturas e Siglas

|         |   |
|---------|---|
| BIRD    | Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento                   |
| BNDES   | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social                      |
| BRICS   | Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul                              |
| CDH     | Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu                                 |
| CEPAL   | Comissão Econômica para a América Latina                                  |
| CETTRAN | Centro de Excelência em Engenharia de Transportes                         |
| CPT     | Comissão Pastoral da Terra  |
| DER     | Departamento de Estradas de Rodagem                                       |
| EMATER  | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural                           |
| INCRA   | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária                       |
| FIRJAN  | Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro                      |
| FMI     | Fundo Monetário Internacional   |
| IIRSA   | Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-<br>Americana |
| INCRA   | Instituto de Colonização e Reforma Agrária                                |
| INEA    | Instituto Estadual do Ambiente  |
| I PND   | Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento                                |
| II PND  | Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento                                 |
| III PND | Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento                                |
| MD      | Ministério da Defesa  |
| MT      | Ministério dos Transportes  |
| PAC     | Programa de Aceleração do Crescimento                                     |
| PEC     | Proposta de Emenda Constitucional   |
| PMDB    | Partido do Movimento Democrático Brasileiro                               |
| PPP     | Parceria Público Privado  |
| PSDB    | Partido da Social Democracia Brasileira                                   |
| PT      | Partido dos Trabalhadores   |
| UNASUL  | União de Nações Sul-Americanas  |



*Não estão no quadro das plantas sociais brasileiras, de Humboldt, e é possível que as primeiras vicejem, noutros climas, isoladas. Ali se associam. E, estreitamente solidárias as suas raízes, no subsolo, em apertada trama, retêm as águas, retêm as terras que se desagregam, e formam, ao cabo, num longo esforço, o solo arável em que nascem, vencendo, pela capilaridade do inextricável tecido de radículas enredadas em malhas numerosas, a sucção insaciável dos estratos e das areias. E vivem. Vivem é o termo — porque há, no fato, um traço superior à passividade da evolução vegetativa...*

Os sertões, de Euclides da Cunha

# 1 Introdução

*Eu posso ensinar a ti  
Como resisti até aqui  
A política que eu usei  
Na estratégia de resistência  
Na minha uka não existe congresso  
Minha aldeia continuará  
Resistindo às armadilhas do progresso*

*“Resistência indígena”, de Márcia Wayna Kambeba*

Todo trabalho de tese tem sua própria história. Este tem como ponto de partida as pesquisas realizadas por quase oito anos, tanto na graduação na PUC-Rio, como integrante do grupo PET Geografia, quanto na pós-graduação em Ciências Sociais, no CPDA/UFRRJ, acerca das relações urbanas e rurais e da luta pela terra, ao estudarmos o Assentamento Marapicu, um assentamento rural localizado próximo à área urbana, no município de Nova Iguaçu, na região da Baixada Fluminense, que integra a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

O Assentamento surgiu nos anos 1980, na região administrativa de Cabuçu, município de Nova Iguaçu, como fruto das ocupações Campo Alegre<sup>1</sup>, que deram início a vários outros assentamentos no estado do Rio de Janeiro, não só ao longo dos anos 1980, mas também no início dos anos 1990, mais especificamente na Região da Baixada e no Norte Fluminense.

O que se observou em Marapicu foi uma sobreposição do perímetro urbano da cidade de Nova Iguaçu em seu território nos anos 1990, época em que os governos municipais do período não vinham reconhecendo esses territórios rurais. Apenas no governo de Lindbergh Farias (2005 a 2010), as zonas rurais do município de Nova Iguaçu passaram a ser novamente reconhecidas, conforme o Plano Diretor de 2008. A regulamentação fundiária em Marapicu teve uma peculiaridade, que foi a titulação das terras dada pela prefeitura em parceria com o INCRA, passando o Assentamento a ser reconhecido como uma política de Reforma Agrária municipal.

---

<sup>1</sup> Campo Alegre foi resultado da atuação do Núcleo Agrícola Fluminense (NAF) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT-RJ) na década de 1980, sendo uma das principais ocupações de terra do período.

Marapicu recebeu a titulação das terras pela Prefeitura de Nova Iguaçu no segundo semestre de 2012, quando 55 famílias, das 92 que o compunham, foram beneficiadas pela regulamentação fundiária. Atualmente, o Assentamento é reconhecido como uma área agrícola consolidada, que usufrui de um conjunto de investimentos por parte do INCRA e da EMATER, voltados para o desenvolvimento da agricultura familiar na Baixada Fluminense.

Em nossa pesquisa de graduação, buscamos analisar as relações urbanas e rurais que se configuravam na luta pela terra, manifestadas no Assentamento Marapicu. No mestrado, o objeto de pesquisa convergiu para a análise das formas de sociabilidade que se configuram na dinâmica territorial de um assentamento rural próximo à área urbana, a partir das relações de sociabilidade de vizinhança e parentesco dos assentados de Marapicu com os moradores do bairro Aliança.

Ao longo das investigações realizadas, algumas questões ficaram em aberto. Uma delas foi a questão da resistência, que, em um primeiro momento, foi vista sob a perspectiva camponesa e, em seguida, no campo das relações urbanas e rurais e das diversas táticas<sup>2</sup> de sobrevivência dos sujeitos que se mostram reativos às lógicas que uma realidade segregadora e desigual lhes estabelece. Durante nossa vivência com os trabalhadores sem-terra da Baixada Fluminense, tanto na graduação quanto no mestrado, principalmente com os assentados de Marapicu e com os dos movimentos sociais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e de outros estados, pudemos perceber as táticas de sobrevivência e luta por uma vida melhor frente às situações que lhes impõem limitações de qualidade de vida.

Já na fase final da dissertação<sup>3</sup>, outra questão nos chamou a atenção, despertando nosso interesse, mas naquela ocasião apenas pudemos sinalizá-la: o fato de que havia novos processos de territorialização do capital se manifestando na região da Baixada Fluminense, especificamente no município de Nova Iguaçu. Em nossa conclusão, apontamos que o então prefeito, Nelson Bournier, eleito em 2012, teve como um dos pontos de seu plano de governo a implantação de um condomínio

---

<sup>2</sup> Trabalharemos com a concepção de tática segundo Certeau (1998), que a lê como um conjunto de ações calculadas pelos sujeitos e também as de maneira espontânea. Quanto à estratégia, o autor a compreende dentro das relações de poder do Estado e do capital.

<sup>3</sup> Ver Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, intitulada *Sociabilidade e território de um assentamento rural próximo à área urbana: os laços entre o assentamento Marapicu e o Bairro Aliança, RJ*, defendida em 2013, na UFRRJ, sob a orientação do Professor Doutor Luiz Flávio de Carvalho Costa.

industrial no município<sup>4</sup>, que vem sendo, aliás, uma proposta também da atual gestão de Rogério Lisboa, eleito em 2016, de oposição ao prefeito anterior.

O condomínio industrial que se pretendia implantar pelo grupo político de Bournier, que administrou Nova Iguaçu até 2016 – o mesmo grupo que delimitou, nos anos 1990, todo o território municipal como urbano –, seria na região de Cabuçu, onde está localizado o Assentamento Marapicu e se encontram grupos de agricultores familiares, sitiantes, moradores de conjuntos habitacionais, que serão desalojados direta ou indiretamente pela política de ordenamento territorial. Convém registrar também que a proposta da prefeitura de Nova Iguaçu referente ao condomínio industrial faz parte de um conjunto de políticas públicas, em parceria com o Governo Federal e o Governo do estado do Rio de Janeiro, para a implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, associadas às ações para o desenvolvimento industrial e logístico nas adjacências do Arco Metropolitano.

Nesse sentido, nossa pesquisa no doutorado retoma questões que deixamos em aberto em pesquisas anteriores, às quais se somam novas questões referentes às escalas da relação capital e Estado e aos conflitos gerados pelos seus processos de territorialização. Nosso foco, portanto, muda de perspectiva, pois antes estávamos voltados para aqueles que lutavam pelo acesso à terra, os que buscavam a Reforma Agrária através das ocupações da terra e de outras táticas de publicização da luta e pressão política junto às esferas responsáveis, para sua permanência após a regularização fundiária. Logicamente, tudo isso era visto sob o prisma das relações assimétricas entre urbano/rural, cidade/campo, no processo de desenvolvimento desigual e contraditório resultante da produção capitalista do espaço.

Neste momento, buscamos trazer as questões que envolvem as manifestações de resistência frente ao processo de territorialização do capital, o que nos direciona a analisar aqueles que resistem na terra e os que estão para dela serem expulsos por conta do “progresso” e da necessidade do Estado em avançar em suas lógicas infraestruturais, além de outros fatores derivados da visão da produção capitalista do espaço, sob as lentes interpretativas do desenvolvimento geográfico desigual.

---

<sup>4</sup> Nova Iguaçu sofreu a perda de dois parques industriais que ficaram sob a administração dos distritos que se emanciparam nos anos 1990 e 2000, que hoje são os municípios de Belford Roxo e Queimados.

Dessa maneira, a proposta que nos guia nesta pesquisa se dirige às práticas espaciais de resistência dos sujeitos que estão para ser expulsos (ou foram expulsos) de seus lares pelos chamados Megaprojetos, os conjuntos de obras infraestruturais promovidas pelo Estado brasileiro em parceria com a iniciativa privada para circulação de capital e força de trabalho, que fizeram parte de todas as escalas governamentais, a partir do que se denomina Novo Desenvolvimentismo, compreendido por Mattei (2011) como a articulação de uma filosofia de “fundamentação teórica keynesiana e estruturalista e de alguns pressupostos de políticas macroeconômicas para a construção de um novo projeto nacional de desenvolvimento com equidade e justiça” (p. 16). A partir desse contexto, estudaremos as manifestações de seus conflitos e a emergência de resistências nas adjacências do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.

Partimos da premissa segundo a qual as relações humanas são espaciais. Segundo Carlos (2011), o espaço é produto e expressão prática das civilizações humanas na transformação contínua da natureza e reprodução das mesmas práticas por todo o planeta. Essa perspectiva traça um ponto de análise a partir do espaço como elemento revelador da lógica de reprodução da vida. Assim sendo, o modo de produção de uma sociedade passa a ser o modo de produção de seu espaço, compreendendo-se que a lógica da vida e a lógica espacial são indissociáveis.

Moreira (2012), por sua vez, sinaliza que o espaço é um campo de correlações de forças entre dominados e dominantes, e o conflito entre eles também diz respeito a um processo espacial no reagir e lutar contra a ordem estabelecida ou como manutenção ou estabelecimento de um novo arranjo espacial dentro de uma correlação de forças de agentes<sup>5</sup> e sujeitos produtores do espaço.

O conflito contra a ordem espacial hegemônica pode ser analisado sob o prisma de Souza (2010), que compreende que a lógica da correlação de forças e a reação a ela partem de um conjunto de práticas espaciais coercivas que impõem, de cima para baixo, por parte dos dominantes, ou de fora para dentro, leis e normas que regulam a vida de um grupo ou sociedade, que tanto pode reagir quanto pode insurgir contra as leis e normas das ordens espaciais que lhes são determinadas, promovendo, com isso, práticas espaciais que podem romper e impor um novo arranjo espacial de correlação de forças entre dominados e dominantes.

---

<sup>5</sup> Consideraremos “agente” o capital e o Estado, e “sujeito” os sujeitados às relações de poder.

A ideologia capitalista em seu discurso de desenvolvimento propagandeia um progresso social e econômico que conduziria à prosperidade, omitindo, porém, todo o caráter desigual e contraditório intrínseco a esse movimento. O desenvolvimento nas matrizes do capitalismo representa, segundo Porto-Gonçalves (2006), a dominação da natureza, a dominação técnica sobre os processos naturais e a exploração de maneira desigual. Rua (2007) considera o desenvolvimento um processo que cria o novo destruindo o velho, em que as diferentes ordens espaciais em suas escalas são destruídas e, posteriormente, reconstruídas, em nome do próprio desenvolvimento ou, também, em nome da manutenção da organização geográfica capitalista. Esses processos podem ser lidos como desenvolvimentos geográficos desiguais.

Smith (1988), inicialmente, e depois Harvey (2006a) compreenderam a dinâmica do capital como um processo de diferenciação e igualização geográfica, enfatizando a tendência do capital tanto para a homogeneização espacial quanto para a diferenciação. A resistência observada à luz do desenvolvimento geográfico desigual revela a caixa de Pandora da lógica de produção do espaço, que é apresentada como um discurso de desenvolvimento.

Ela revela as diferentes escalas da produção espacial do sistema capitalista a partir do olhar dos dominados, rompendo com a homogeneização do discurso público, definido por Scott (2013) como ações que ratificam e expressam o poder dominante, tais como desfiles cívicos, discursos dirigidos à população, propostas eleitorais, para citar alguns exemplos. Essas ações são reveladas através do que o autor chama de discurso oculto, que é o conjunto de práticas dos subalternos que expressam a resistência embaixo das linhas, também compreendidas como subterrâneas<sup>6</sup>, que são estabelecidas contra a ordem dominante de forma invisível à imposta aos dominados.

Para tanto, é necessário entender a lógica do desenvolvimento no que tange às inúmeras possibilidades de apropriação do cotidiano, que resultam da vivência, da experiência vivida, e têm grande potencial criador, permitindo a formação de resistências (Cf. Rua, 2013, orelha). Tais possibilidades de formação de resistências na ruptura da escala igualizadora emergem de escalas desigualizadoras, na

---

<sup>6</sup> A epígrafe da tese, excerto de *Os sertões* de Euclides da Cunha, estabelece relação com o termo “subterrâneo” aqui empregado.

dimensão do lugar, a partir de diferentes práticas espaciais reativas ao processo geral de igualização.

A resistência que se busca compreender neste trabalho se dá na constituição de práticas espaciais dos sujeitos afetados pelas lógicas espaciais de uma ordem de desenvolvimento que os expulsa para dar lugar a um aparato técnico social que pode ser percebido como “desenvolvimento”, constituindo uma intervenção na organização espacial desses lugares onde dadas territorialidades são negadas, cooptadas, ou de onde são expulsas.

A luta se manifesta contra a desterritorialização e a exclusão territorial de grupos populares que já vivem sob condições precárias, mostrando, assim, que a territorialização do capital pode levar ao surgimento de práticas espaciais insurgentes (SOUZA, 2013), que se apresentam pelo viés da práxis, de acentuado conteúdo político social de ruptura com a ordem espacial imposta, visando à transformação da realidade através da ação coletiva.

Segundo Scott (2002), a resistência pode tanto se apresentar na forma de confronto quanto na forma passiva. A primeira se dá como ação direta, podendo ocorrer em manifestações, atos contrários, paralisações, que publicizem a luta no confronto direto contra o “inimigo”. Já a passiva se expressa pelo cotidiano, no conjunto de relações sociais, de maneira subjetiva, em práticas voltadas para a sobrevivência. Esta pode ser exemplificada por quebras de máquinas, pela construção de casas em áreas de desapropriação na tentativa de receber indenizações e, também, pela não aceitação de contratos indenizatórios, por os valores oferecidos serem considerados baixos.

Assim se constituem os conflitos da necessidade entre os agentes que querem impor uma ordem do desenvolvimento e os sujeitos que estão sendo expulsos por causa do próprio “desenvolvimento”, ou aqueles que querem permanecer em seus territórios, ou talvez, ainda, aqueles que querem, de certa forma, receber aquilo que acham o que seja justo, em termos indenizatórios, para saírem de suas “propriedades”. Frente a esse processo de desterritorialização, os sujeitos promovem resistências que emergem de suas práticas espaciais. Como movimento de ação, reação pública e oculta, a resistência se constitui o que chamamos de práticas espaciais de resistência.

O termo resistência é polissêmico. Em muitos casos, ele é tratado como sinônimo de reação, ação, negação de forma direta, insurgência. Para nós, a

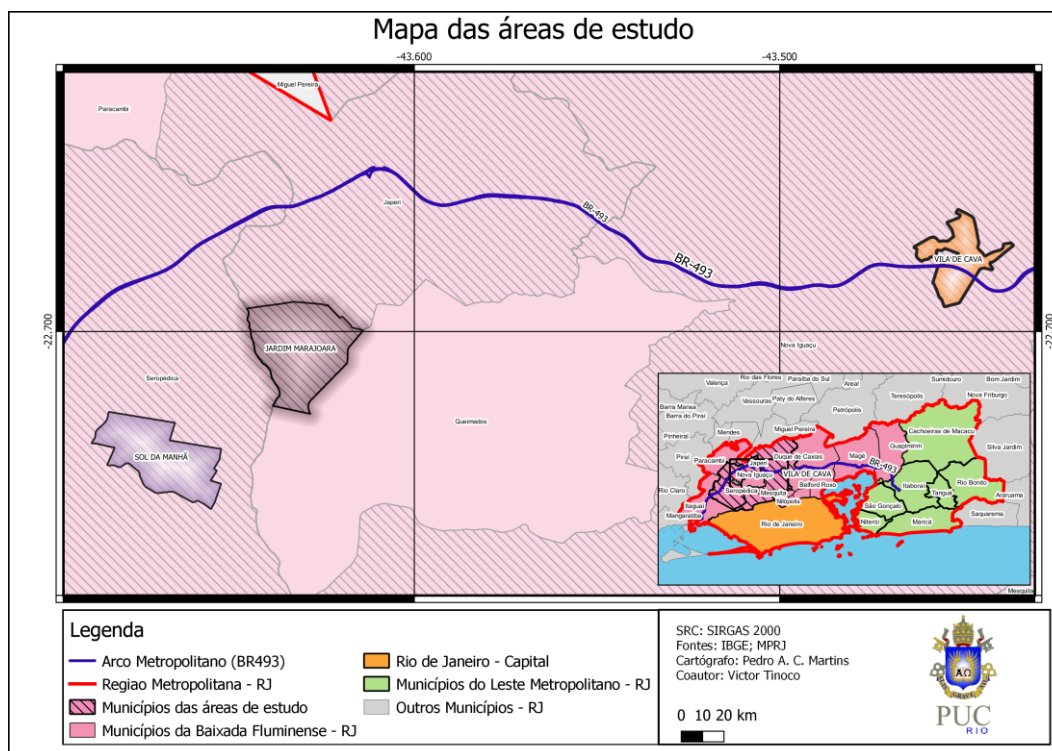
resistência também é uma relação de subordinação e de sobrevivência, em que a reação assume várias formas dentro de um conjunto de táticas construídas pelos sujeitos que resistem às dinâmicas de dominação que lhes impõem. O conceito de prática espacial nos auxilia a entender a resistência, porque é uma ponte entre as práticas sociais e o espaço. É por meio dele que podemos analisar as práticas sociais de resistência e a produção do espaço. E, ao decifrarmos o espaço, pode-se descobrir as práticas espaciais que o constituem.

Com isso, quando pensamos em práticas espaciais de resistências, pensamos em formas de três dimensões, insurgência-subordinação-sobrevivência, que dialogam, se complementam e se encontram em conflito dentro das táticas que se expressam frente ao processo de territorialização do capital, conforme visto nos conflitos nas adjacências do Arco Metropolitano. As práticas espaciais de resistência levam à composição de novas espacialidades dentro de uma luta que tem como base o uso e a apropriação do território, nesse sentido, promovendo o surgimento de novas territorialidades que apresentam traços de resistência.

Para melhor compreender os processos descritos, tomamos como área de estudo das manifestações das práticas espaciais de resistências três comunidades da Baixada Fluminense que foram afetadas pela implantação do Arco Metropolitano: os casos das comunidades de Vila de Cava, em Nova Iguaçu, Marajoara, em Japeri, e Sol da Manhã, em Seropédica. A figura 1 mostra a localização das comunidades e o Arco Metropolitano.



Figura 1: Arco Metropolitano do Rio de Janeiro e comunidades estudadas



Fonte: Elaborado pelo autor.

As três comunidades foram atingidas direta ou indiretamente pelo Arco Metropolitano, tanto pela obra em si quanto pelos capitais que se territorializaram devido às condições do baixo preço da terra, da localização estratégica para logística e dos incentivos fiscais concedidos pelas respectivas prefeituras e pelo governo do estado do Rio de Janeiro, que promovem expulsões diretas e “brancas” dessas comunidades, como veremos ao longo do trabalho.

Obtivemos conhecimento das comunidades de Vila de Cava e Marajoara, a partir de levantamentos feitos no Centro dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Nova Iguaçu. Vila de Cava e Marajoara são localidades onde há territorialização de conflitos frente aos efeitos ou intervenções do Arco Metropolitano na Baixada Fluminense, mais especificamente nos municípios de Nova Iguaçu e Japeri. Neles, os conflitos resultam das ações de remoção para as obras de extensão do Arco Metropolitano, em Vila de Cava, e das ações políticas locais, que buscam atrair investimentos industriais para o entorno, em consonância às propostas de investimentos industriais e logísticos, em Marajoara. Entramos em contato com Sol da Manhã a partir dos trabalhos de campo realizados no município de Seropédica, especialmente na área dos condomínios logísticos localizados no município.

Todas essas localidades apresentam suas particularidades e singularidades diante dos processos que estão enfrentando; porém, há uma relação entre elas: a de produzirem resistências frente às lógicas espaciais promovidas pelos investimentos de agentes públicos e privados que se constituem territorialmente, direta e indiretamente pela implantação do Arco Metropolitano. As populações são excluídas pelo preço da terra, em decorrência da implantação desse meio técnico, ou pela degradação socioambiental produzida nas áreas dos condomínios logístico-industriais, mas não deixam de expressar uma série de práticas espaciais de resistência que se contrapõem às impostas pela territorialização do capital, na busca não, talvez, de uma ruptura, mas de uma concepção de sobrevivência perante a produção desigual do espaço.

A escolha do Arco Metropolitano como área empírica se faz justamente por ser um exemplo que representa o discurso de modernização promovida pelas diversas escalas estatais e, ao mesmo tempo, de igualização dos territórios com a territorialização dos capitais imobiliários e industriais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, representando o “desenvolvimento” nas instâncias federal, estadual e municipal.

Ele é considerado um eixo de “desenvolvimento”<sup>7</sup> do estado do Rio de Janeiro e de um projeto de desenvolvimento infraestrutural nacional, integra uma política que articula as diferentes escalas das dimensões federativas e os diversos agentes e sujeitos envolvidos nesse projeto, que atinge as populações que se estabeleceram e constituíram suas vidas nos lugares que hoje são alvos de intervenções ou são vistos como áreas de interesse logístico para diferentes setores da economia.

O Arco Metropolitano é uma obra infraestrutural que corta a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, passando pelos municípios de Itaboraí, Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Japeri, Seropédica e Itaguaí (figura 2).

---

<sup>7</sup> A atual conjuntura de crise econômica e de políticas nacional e estadual levou à diminuição dos investimentos nas áreas próximas ao Arco Metropolitano, mais especificamente à desaceleração de modo significativo da implantação dos condomínios industriais. Outro fator que temos que apontar é a ausência de definição que gira em torno do plano sustentável do Arco, ainda em discussão na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Figura 2: Arco Metropolitano do Rio de Janeiro



Fonte: Estudo dos Impactos Ambientais do Arco Metropolitano (2007)

O Arco Metropolitano integra um conjunto de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), alinhadas também ao projeto da Iniciativa de Integração Regional Sul<sup>8</sup> (IIRSA). Trata-se de propostas de integração regional em diferentes escalas, que compreendem tanto a dinamização do mercado interno nacional quanto a formação de eixos de desenvolvimento econômico das áreas adjacentes do Arco Metropolitano, integradas à política estatal “novodesenvolvimentista”, que foi colocada em prática nos Governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014). O projeto do Arco remete ao ano de 1974, quando foram traçadas as linhas de seu objetivo original: a construção de um anel rodoviário, com a redefinição da rodovia RJ-109. O projeto não foi levado à frente e somente foi retomado em 2007, passando a ser incluído como uma das obras infraestruturais do PAC.

O Arco representava, como hoje ainda representa, um projeto mais complexo na política nacional e estadual, não só de escoamento da produção, e sim como ação que agrega um conjunto de iniciativas multiescalares. Ele é um dos projetos de integração nacional, criados para superar os chamados gargalos infraestruturais que marcam o território brasileiro, por meio do PAC, o principal

<sup>8</sup> A Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, IIRSA, é um projeto multissetorial que pretende desenvolver e integrar as áreas de transporte, energia e telecomunicações da América do Sul.

projeto do segundo governo Lula (2007-2010), que visava a uma intervenção direta do Estado na economia a partir de uma série de obras infraestruturais e de urbanização por todo o território.

Em uma outra escala, a estadual, significou um projeto de atração de investimentos e formação de um eixo de “desenvolvimento” para o estado, que agrega não mais o escoamento, mas todo um mercado logístico-industrial para o espaço metropolitano fluminense, abrindo novas fronteiras mercantis e de serviço. Por extensão, também teve significação para as prefeituras cujos territórios municipais são cortados pelo Arco e estão em sua área de influência, que receberam investimentos e atraíram uma série de obras que fomentaram o mercado de trabalho local.

O histórico da implementação do Arco expressa não apenas um projeto de intervenção técnica para circulação mercantil. Consiste em uma nova lógica de acumulação que marca o atual metabolismo do capital, que compreende o espaço como uma mercadoria, ou seja, a produção do espaço do Arco Metropolitano e de seu entorno é tomada como mercadoria.

A Baixada Fluminense, região onde estão localizadas nossas áreas de estudo, conhecida historicamente como uma região marcada pela segregação e por altos índices de violência, tem grande parte da extensão do Arco Metropolitano, em torno de 71 km. No plano diretor do Arco Metropolitano, ela é parte importante, devido à possibilidade de abertura de mercados de terra que possibilitariam a territorialização de investimentos no campo logístico-industrial. Isso fez com que a Baixada Fluminense fosse vista por parte dos investidores imobiliários como o “Novo El Dorado” da especulação, incentivada pelas prefeituras, e como parte da estratégia elaborada pelo Governo do estado do Rio de Janeiro do Plano Estratégico do Arco Metropolitano, em que havia uma projeção de se alcançar, segundo a Firjan (2012), uma série de investimentos diretos e indiretos para a economia fluminense voltados para os setores logísticos e industriais.

Esse crescimento de investimentos imobiliários na Baixada Fluminense, que se mantém até o atual momento de crise econômica e social nacional e estadual, se dá pelo potencial logístico do Porto de Itaguaí, região que, pela disponibilidade de “espaços livres”, é uma área de forte interesse para a implantação de projetos como os dos condomínios logístico-industriais presentes em Seropédica e Japeri.

Toda essa delimitação se configurou a partir do plano da FIRJAN, intitulado *Visões de Futuro*, e do plano diretor do Arco Metropolitano. A região de influência do Arco é dividida em duas áreas: uma área metal-mecânica para receber investimentos dos setores logístico-industriais, especificamente o oeste metropolitano, constituído pelos municípios de Seropédica, Japeri, Queimados e Paracambi; outra área químico-farmacêutica, nas vertentes do centro, norte e leste metropolitanos, com destaque para o município de Duque de Caxias, onde a centralidade maior dos investimentos gira em torno da REDUC e do COMPERJ, nos municípios, respectivamente, de Duque de Caxias e Itaboraí, envolvendo o refino e a distribuição por parte da Petrobras.

Por mais que Nova Iguaçu seja um dos principais municípios da região, devido à presença da reserva biológica do Tinguá, onde passa o Arco Metropolitano no município, não há “espaços livres” para implementação de condomínios nessa porção do território. O interesse para implementar o condomínio industrial é, então, na região de Cabuçu, ao sul do município, próximo à rodovia Presidente Dutra. Mesmo assim, o município de Nova Iguaçu foi colocado dentro da área químico-farmacêutica por ter indústrias dos setores farmacêutico e químico atuando em seu território.

Os conflitos que estamos estudando acontecem nas três comunidades de formas diferentes, já que cada lugar tem um conjunto de práticas espaciais próprias, mas que se assimilam frente ao processo geral, como veremos em Vila de Cava, Marajoara e Sol da Manhã. Eles evidenciam o processo de produção desigual do espaço e a emergência da luta, mesmo que de forma silenciosa, representando a resistência para permanecer em seus lares diante de um movimento de expulsão.

Nas obras de implantação do Arco Metropolitano, ocorreram aproximadamente mais de mil e quinhentas remoções e desapropriações por todo o eixo. Uma série de comunidades que estão em suas adjacências também foram impactadas devido à chegada de condomínios logístico-industriais como nos exemplos de Japeri e Seropédica. Um dos problemas que marcam essas comunidades diz respeito à questão da terra, já que elas são constituídas em grande parte de posseiros, que não possuem a propriedade da terra, caracterizando um dos conflitos que acontecem na extensão do eixo.

Em Vila de Cava, o conflito se estabelece na luta contra as remoções. Muitos moradores alegaram que eram baixos os valores indenizatórios pagos pelas

empresas responsáveis pela obra em parceiras com o DER e o governo do estado. Muitas delas se negaram a receber os valores. Ao todo foram removidas 70 famílias, que, em sua maioria, não possuíam o título de proprietários, ou melhor, não tinham escritura dos imóveis.

O Centro dos Direitos Humanos<sup>9</sup> de Nova Iguaçu atuou junto a essa comunidade, auxiliando na organização de uma Associação que abrisse diálogo com os responsáveis pela obra, uma vez que os baixos valores pagos e os relatos de pressão sobre aqueles que se negavam a pagar são até hoje temas de disputas judiciais entre o Estado e as famílias removidas em Vila de Cava. Muitas dessas famílias até hoje vivem pagando aluguel por sua moradia, outras ocuparam novas áreas no entorno do Arco para permanecerem próximas à moradia antiga, mas, como elas alegam, com o baixo valor indenizatório e com o significativo aumento do preço da terra com a implantação do Arco, não havia condições de comprar outro imóvel na região.

O conflito em Marajoara diz respeito às ações da prefeitura de Japeri que autorizou a desapropriação, por parte das empresas responsáveis pelo empreendimento do condomínio industrial, de alguns sítios e terrenos da comunidade sem ter impetrado um mandado de desocupação ou indenizado as famílias que ali moram. Em outros momentos, ocorreu a entrada direta das empresas nos terrenos sem promover a desocupação ou o pagamento de indenização de maneira legal. Isso provocou a reação da comunidade contra o que as famílias chamaram de “chegada das máquinas”. A população se insurgia contra essas ações, impedindo as máquinas de derrubarem as casas.

Essa situação promoveu a reação dos sujeitos atingidos – os moradores de Marajoara –, para que as empresas, com o aval da prefeitura, entrassem com um processo de desocupação. Tal ação os levou a organizar uma Associação, com assessoria do Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu, voltada para os que sofreram com os assédios da prefeitura e também para a articulação com outros sujeitos envolvidos no processo, como os agricultores dessa região, que sofrem com

---

<sup>9</sup> O Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu é uma organização não governamental que nasceu como Comissão de Paz e Justiça da Igreja Católica em 1978 na luta contra a ditadura militar, por iniciativa do bispo Dom Adriano Hipólito. Tornou-se Centro de Direitos Humanos em 1993. Assessoria e apoia iniciativas que contribuem para a construção e efetivação de direitos humanos no Brasil, no estado do Rio de Janeiro, mais especificamente na Baixada Fluminense.

os efeitos especulativos do preço da terra, assim como os moradores que buscam melhorias urbanas.

Há, dessa maneira, uma articulação de três associações – a dos atingidos pelas ocupações irregulares das empresas, a dos agricultores e a dos moradores – que têm diferentes interesses, mas cuja luta é pela permanência em seus territórios, contrapondo-se aos investimentos no espaço denominado Condomínio Industrial de Japeri.

Diferentemente das outras duas comunidades, o Assentamento Sol da Manhã é um lugar cuja luta conhecemos a partir de nossos trabalhos de campo no município de Seropédica, em visita às redondezas do condomínio logístico VBI LOG, que fica próximo à rodovia Presidente Dutra e é cortado pelas torres de energia do sistema Xingu no sentido São Paulo. Nossas visitas a Seropédica tinham o intuito de conhecer uma das principais áreas dos investimentos logísticos no eixo do Arco Metropolitano. É nesse município que há o entroncamento do Arco Metropolitano com a rodovia Presidente Dutra e a estrada Rio-São Paulo, sendo próximo ao município de Itaguaí, onde está o Porto de mesmo nome.

No plano diretor do Arco Metropolitano, Seropédica é o retroporto da região. É nele que há a base logística para escoamento das mercadorias do Porto de Itaguaí, além de possuir, como Japeri, “áreas vazias” para receber esse tipo de investimento. A comunidade do Assentamento Sol da Manhã convive com o condomínio da VBI LOG e as torres de energia do sistema Xingu desde 2012, com as obras de terraplanagem e construção de seus galpões.

Essa comunidade possui uma história de luta. Foi uma das ocupações de terra que marcaram a Baixada Fluminense nos anos 1980, sendo reconhecida como uma área rural e assentamento pelo primeiro governo Brizola (1983-1987) e regularizada pela secretaria de assuntos fundiários do estado do Rio de Janeiro. Sol da Manhã se constituía enquanto assentamento até que a prefeitura de Seropédica atuou no sentido de facilitar a chegada de investimentos nessa região, modificando o zoneamento municipal e atribuindo o caráter de área de expansão urbana a essa localidade.

Com essas mudanças, abriu-se a possibilidade de venda das terras no Assentamento Sol da Manhã. Os grupos imobiliários que compõem o VBI LOG

adquiriram terras, de acordo com os entrevistados, pelo valor de R\$ 16 reais<sup>10</sup> (dezesseis reais) o metro quadrado, um dos preços mais baratos na região da Baixada Fluminense, considerando-se, ainda, que as famílias assentadas vendessem seus terrenos para os grupos imobiliários.

Nosso foco em Sol da Manhã se dirige às famílias que ficaram em suas terras, que não venderam seus sítios para os grupos imobiliários que ali se estabeleceram, constituindo-se, portanto, como vizinhos do condomínio e das torres. Desde a chegada dos novos “vizinhos”, houve aumento de casos de violência contra os moradores do Assentamento por parte de grupos criminosos que ali se instalaram, atuando nos roubos de carga, além de significativa degradação ambiental, já que é uma localidade que não dispõe de infraestrutura de saneamento básico e abastecimento de água. Todos, até o condomínio, vivem de poços artesianos. Já a convivência com as torres de energia traz um outro problema. As famílias assentadas que aceitaram a concessão ou venderam parte de seu lote para esse tipo de empreendimento têm dificuldades para continuarem como produtoras, por não ser aconselhável produzir próximo às torres, já que o espaço usado pela torre ocupa, muitas vezes, mais da metade do lote. Todas essas ações são pressões que sofrem famílias assentadas de Sol da Manhã.

Em Sol da Manhã, analisaremos a resistência sob o ponto de vista da permanência na terra frente à desterritorialização “branca”, silenciosa, para os moradores dessa comunidade, diante da produção desigual do espaço que se territorializa através do meio técnico Arco Metropolitano. Nosso estudo evidencia exatamente essa resistência ao processo de desterritorialização forçada e passiva, cujo conceito tomamos de Haesbaert (2006), segundo o qual a desterritorialização pode se dar tanto no sentido físico, da mobilidade, quanto em seu sentido de imobilidade, que ocorre a partir do processo de exclusão da negação de condições simbólicas culturais aos sujeitos. Esse fenômeno também pode ser compreendido a partir da análise de Sassan (2016), para quem expulsões se dão pelos mecanismos do sistema capitalista, degradam a vida a partir da crise ambiental, do mercado de terras, do aumento significativo das desigualdades sociais em todo o globo. Nesse sentido, nosso interesse recai sobre as resistências a esses processos, as formas de

---

<sup>10</sup> A comparação de preços será feita no capítulo 3.



lutas, as táticas via práticas diretas, públicas, cotidianas diante desses conflitos que apresentamos.

Para tanto, não podemos esquecer que esse universo de práticas sociais são espaciais e também fazem parte de um conjunto de elementos de formas de vidas programadas, mas que na resistência ao conflito trazem à tona o conhecimento de si mesmo, o reconhecimento enquanto sujeito da ação, enquanto sujeito produtor e produto do seu espaço. Compreendendo-as como práticas espaciais, através delas podemos desvendar os espaços de cada sociedade (LEFEBVRE, 2006), ao mesmo tempo que desvendamos a dimensão da resistência via práticas espaciais dos sujeitos e entendemos seus mecanismos de lutas a partir de táticas que nem sempre são públicas, mas se dão nos subterrâneos da vida cotidiana do “homem comum”, presente em alguns dos estudos do sociólogo José de Souza Martins, e do “homem lento”, apresentado por Milton Santos.

Partindo do diálogo entre teoria e empiria apresentadas, chegamos à tese de que as práticas espaciais de resistência, ao mesmo tempo que se integram, expressam o movimento contra o processo de desterritorialização provocado pelas transformações espaciais nas adjacências do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. Assim, a proposta das práticas espaciais de resistência surge da pretensão de elaborar um sistema interpretativo dos movimentos sociais e das diferentes formas de lutas que se apresentam no atual metabolismo do capital, tendo como ponto de partida a manifestação da resistência em sua dimensão espacial no sentido de expressar a contradição e as diferentes formas de reação dos sujeitos atingidos pelo processo de territorialização do capital e do ordenamento estatal que lhes é imposto, em que o espaço está em disputa, ou seja, a luta é pelo território.

Nesse caminho, nosso objeto de estudo integrado à tese serão as práticas espaciais de resistência dos moradores de Vila de Cava, Marajoara, Sol da Manhã, que se localizam nas adjacências do Arco Metropolitano, contra o movimento de territorialização do capital no atual momento de acumulação, marcada por novas formas de expropriação e espoliação. Seguindo a tese e o objeto, nosso objetivo geral é analisar as práticas espaciais expressas nas táticas de resistência dos moradores das comunidades de Vila de Cava, Marajoara e Sol da Manhã, localidades do entorno do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, táticas essas que se contrapõem às formas atuais de territorialização do capital ainda marcadas pelas

renovadas formas de expropriação e espoliação do capital em ação conjunta com o Estado.

### 1.1.

#### **Buscando a construção de um método**

Neste ponto, faz-se necessário destacar as bases teórico-conceituais que pavimentam o método de investigação aqui desenvolvido. Conceitos, noções e autores serão postos em destaque, mesmo que nem sempre em diálogo, mas explicitando como preocupação fundamental uma práxis integradora da teoria e da empiria desdobrada nos momentos já apresentados e naqueles que posteriormente serão desenvolvidos.

Daremos relevo à análise do espaço como dimensão constitutiva na organização e na diversidade das ações dos sujeitos e agentes como base das múltiplas relações de poder entre dominação e resistência, sem esquecermos, todavia, que essa dinâmica se dá de maneira multiescalar e em diferentes níveis de relações entre as práticas espaciais promovidas pelos habitantes de determinadas localidades e as lógicas espaciais do capital em seu processo de territorialização.

O trabalho de Oslender (2002) possibilita pensarmos geograficamente os conflitos no sentido de construirmos ferramentas teóricas para a interpretação do real em seus diferentes pontos de vista no entendimento da ação coletiva e sua dimensão espacial. Ele segue a linha de pensamento sobre os movimentos sociais, a partir do que denomina espacialidades de resistência, através da leitura lefebvriana do espaço, tendo como tríade as práticas espaciais, as representações do espaço e o espaço das representações.

O autor identifica que espaço e lugar são elementos constitutivos das formas específicas em que se estabelecem os conflitos, nos quais verifica a formação e o gerenciamento dos movimentos sociais. Oslender (2002) toma como base empírica as comunidades negras do Pacífico colombiano, focando na questão da relação dessas comunidades com o território em suas bases materiais e imateriais, cuja luta por terra, segundo ele, é ao mesmo tempo pelo espaço e suas interpretações e representações. Assim, a compreensão dos movimentos sociais na leitura das espacialidades de resistência está diretamente relacionada aos lugares específicos em que se desenvolvem as ações coletivas do movimento e em que as identidades também estão articuladas fisicamente.

O trabalho de Oslender (2002) nos possibilita ainda pensarmos geograficamente os conflitos no sentido de construirmos ferramentas teóricas para a interpretação do real em seus diferentes pontos de vista no entendimento da ação coletiva e sua dimensão espacial. Isso nos leva à possibilidade de desenvolvimento de novas categorias analíticas, que auxiliem como instrumentos ou mediações a compreensão das problemáticas levantadas na observação do real, não adotando as de modo fechadas em si mesmas, presas somente a uma problemática, mas deixando-as abertas e em constante transformação.

Também é relevante para este trabalho de tese o que Haesbaert (2014) propõe acerca de uma construção territorial contra-hegemônica, que contraria a visão hegemônica e uniformizadora do espaço, tendo como foco os espaços vividos com suas múltiplas relações sociais, onde “os homens não são vistos apenas como sujeitos a sujeitar seu meio, mas como inter-agentes que compõem esse próprio meio e cujo bem-estar depende dessa interação” (p. 54). A partir dessa proposição de Haesbaert (2014), podemos compreender o território como uma multiplicidade de poderes, incorporados pelos múltiplos sujeitos produtores do espaço, em que qualquer lógica de poder sem resistência não pode existir, por menor que seja.

Entendemos ainda que, para os hegemonizados, os subalternos, aqueles que resistem à dominação e à apropriação da lógica dominante, ou correlatas denominações, o território é um elemento essencial para a existência, uma vez que, para eles, perder o território significa deixar de existir ou desaparecer. Sendo o território a base da vida, dele se apropriam no processo de ação coletiva, como instrumento de resistência frente à destruição e reconstrução territorial. Na emergência da resistência contra a lógica igualizadora do espaço para manter suas existências e seus territórios, a dimensão simbólica ganha destaque; nesse momento, a territorialidade passa a ser um instrumento essencial para a construção de táticas de resistência.

A territorialidade é a dimensão imaterial do território. Ela pode ser considerada uma imagem ou símbolo do território de um grupo social e uma estratégia político-cultural. Para Sack (2013), a territorialidade é o “meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados” (p. 63). Ele aponta o fato de as territorialidades funcionarem, no conjunto das relações de poder do território, como estratégias geográficas de controle de pessoas por meio de áreas onde se expressam em ações diretas e organizadas, assim como, também, em relações cotidianas.

Trabalhando a territorialidade a partir de Sack (2013), podemos compreender a condição da luta pelo controle territorial frente a um processo de exclusão, a territorialidade como tática de resistência que se estabelece em diferentes níveis de acessos de pessoas e relações sociais. Haesbaert (2006 e 2014), nesse aspecto, nos conduz à percepção de que o controle pelo território é integrado multidimensional e multiescalarmente.

O controle do território nos remete às práticas espaciais porque elas nos levam à compreensão da linguagem dos sujeitos com relação a seu espaço, expressando suas diversas experiências de vida, sua percepção do mundo e seus saberes decorrentes do fazer cotidiano. O termo prática, assim como a resistência, é polissêmico. A prática está centrada no ato de usar, apropriar, controlar o espaço pelos atos dos sujeitos e agentes em suas rotinas cotidianas que têm o espaço como produto, condição e meio de suas existências tanto em forma material quanto simbólica.

As práticas espaciais nos movimentos sociais aparecem no que Souza (2010 e 2013) nos traz ao analisar as ações coletivas e ativismos<sup>11</sup> como um conjunto de práticas espaciais insurgentes, que são ações diretas junto ao Estado, buscando a práxis, ou seja, a transformação social. Para o autor, as práticas espaciais insurgentes são ações contestadoras do *status quo* e apresentam diferentes formas de expressão por parte dos atores envolvidos na trama, entre dominantes e dominados. Ele sinaliza que as práticas espaciais insurgentes podem se configurar de maneira “silenciosa” ou feita “às escondidas”, sem que sejam expressas de forma direta, mas se colocando na paisagem, como é o caso do grafite em determinadas localidades.

A definição de práticas espaciais é dada por Souza (2013):

Práticas espaciais são práticas sociais em que a espacialidade (organização espacial, a territorial, “a lugaridade...”) é um componente nítido e destacado de forma de organização do meio de expressão e/ou dos objetos a serem alcançados. Toda prática espacial é uma ação (ou um conjunto estruturado de ações) inscrita nos marcos de relações sociais (p. 241).

A leitura das práticas espaciais insurgentes é um dos pontos de partida, uma vez que nossa proposta não se limita às ações diretas, mas também à apreensão das

---

<sup>11</sup> Ver Souza (2006) sobre a classificação e diferenciação elaborada pelo autor em relação às categorias ação coletiva e ativismo.

ações subjetivas do cotidiano dos territórios estudados. Não se pode deixar de apontar o fato de que a resistência não se limita exclusivamente à dimensão da transformação social, a práxis. Ela também pode assumir um caráter conservador das estruturas de dominação e sujeição.

Por isso, a abordagem de Scott (2013) é um elemento chave para nossa compreensão acerca das práticas espaciais de resistência. Esse autor analisa a categoria resistência na dimensão da reação direta, organizada, e da reação no universo do cotidiano, da subjetividade da luta dos sujeitos em seus territórios. Ele observa que a resistência cotidiana exerce um papel de ruptura nos sistemas de dominação, até em certo sentido maior que os de organizações institucionalizadas como partidos e movimentos sociais, em que a resistência em pequenas escalas pode ser o eixo propulsor da mudança social. Scott entende que a resistência rompe com o que se denomina discurso público (discurso oficial dos dominantes) e revela o discurso oculto (discurso dos dominados) das relações entre dominados e dominantes, entre poderosos e subalternos.

Para tanto, se faz necessário pensar metodologicamente como usar o jogo conceitual para compreender o processo de resistência em sua dimensão espacial. A constelação de conceitos apresentada por Haesbaert (2014) é instrumental importante, pois abarca uma proposta analítica de integração entre os conceitos geográficos dentro da categoria espaço e suas variações de acordo com as questões que surgem diante do real.

O espaço como categoria-mestra e os conceitos como território, paisagem, região, lugar, meio ambiente como planetas circulando o sol, na metáfora do autor, compõem um sistema. Esse sistema nos possibilita apropriar das diferentes categorias de formas multidimensionais e multiescalares. Nesse sentido, nossa questão sobre as táticas de resistência tem como base a análise do espaço, que dialoga com os conceitos de lugar, território, região, paisagem e meio ambiente.

Partimos do pressuposto de que o espaço é produto, condição e meio para a ação humana, considerando a categoria espaço de acordo com as interpretações de Santos (2014) sobre os sistemas de objetos e sistemas de ações; Carlos (2015) sobre a produção do espaço; e Massey (2013), na leitura do espaço como um horizonte de possibilidades. A partir de Lefebvre (1991), exploraremos as concepções de cotidiano e, fundamentalmente, de cotidiano programado, dialogando com Heller (2008) e suas análises de estrutura do cotidiano e do processo de suspensão da vida

cotidiana. A noção acerca de ação será trabalhada a partir de Ribeiro (2013) em sua delimitação sobre a teoria da ação.

O caminho teórico a seguir para a leitura da emergência de práticas espaciais de resistência e a relação com a produção do espaço tem como eixo interpretativo a teoria do desenvolvimento geográfico desigual conforme apresentada por David Harvey (2006a). Essa teoria permite a compreensão e o entendimento da lógica de reprodução da globalização neoliberal vivida pelo capitalismo em sua forma contemporânea.

A leitura do desenvolvimento geográfico desigual, conforme exposto por Harvey (2006a), é reveladora da produção das escalas espaciais e da produção da diferença geográfica. A categoria de escala geográfica, nessa interpretação teórica, constitui papel norteador da compreensão dialética da produção do espaço inerente à globalização neoliberal, a partir das espacializações do capital em suas múltiplas escalas de produção, que promovem as diferentes lutas de classes e uma produção desigual do espaço.

A escala, na teoria do desenvolvimento geográfico desigual, é um instrumento importante para o entendimento e a análise da atual fase do capitalismo, globalizado e neoliberal. Segundo Ribeiro Junior (2014), o desenvolvimento geográfico desigual tem importância:

Não só porque ele nos revela as espacializações do capital nas mais diferentes escalas (global, nacional, regional, local), mas também porque permite compreender as diversas lutas de classes nessas mesmas escalas. Se o capital se globaliza, a luta de classes se globaliza, mesmo que não seja na mesma intensidade de poder. A dialética entre as escalas geográficas e a produção capitalista é o fio condutor que permite compreender a produção capitalista do espaço (p. 11).

A escala como fio condutor é um instrumental analítico operacional para a interpretação da produção capitalista do espaço e das espacialidades que se desenvolvem dentro do movimento entre o global, nacional, regional, local. Porém, não podemos limitar a escala a um elemento reificado, mas sim a uma categoria socialmente construída, em que cada escala representa uma narrativa da realidade (MOORE, 2008). Ela é produto de nossas interações sociais. Com isso, a categoria escala, neste trabalho, se apresenta como um meio de análise estrutural das transformações espaciais do capitalismo em sua forma contemporânea.

Nosso debate a partir do Arco Metropolitano enfatizará a análise escalar por meio da “política de escalas”, termo utilizado “para expressar um movimento da

ideia de escalas geográficas como plataformas de circulação do capital, em direção a escalas como marcos para uma gama mais ampla de atividades sociais e lutas políticas” (GONZALEZ, 2005, p. 100).

A luta política e o ativismo social, em nosso estudo, foram analisados via práticas espaciais de resistências, compreendidas em dois grupos, pelas dimensões da insurgência-subordinação-sobrevivência, como resistência subterrânea e resistência pública. A primeira, subterrânea, apresenta-se sob a perspectiva da apropriação e do uso do cotidiano como instrumental de luta dos sujeitos em suas táticas de resistência, entendendo que essas formas de resistências, que são ocultas, se dão embaixo da linha de visão dos dominantes (SCOTT, 2013), assumindo, neste trabalho de tese, um papel importante no processo de articulação das lutas em seu caráter público. A segunda concepção de resistência, pública, se dá pela questão da visibilidade das práticas de resistências tanto dos sujeitos quanto dos dominantes, nas quais as ações dos sujeitos estão subordinadas a um conjunto de ordenamentos jurídicos e sociais.

Baseamo-nos na compreensão de Scott (2002 e 2013), segundo o qual as resistências são visíveis e invisíveis, e as relações cotidianas são condicionantes para a emergência de levantes, manifestações e outras formas de ações diretas. A partir de Hollander e Einwohner (2004), compreendemos que as resistências são diversificadas e abrangentes tanto em comportamento quanto nos ambientes que se realizam. As autoras indicam que a resistência pode ser facilmente reconhecida nas práticas dos movimentos sociais nas táticas de luta, como os piquetes, as petições, as greves, ou os casos mais recorrentes aqui no Brasil dos acampamentos do MST e MTST, como formas de visibilidade e publicização das lutas.

Essa pavimentação teórico-conceitual conduziu os diversos momentos de relação com os distintos sujeitos e (indiretamente) com os agentes produtores do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro percebido por nós como um espaço de conflitos propulsores da dinâmica que nos desafiou na promoção desta tese.

Além disso, é importante destacar que os resistentes (HOLLANDER & EINWOHNER, 2004) são aqueles que estão resistindo e usam da visibilidade e da invisibilidade como instrumentos de suas táticas. Por isso, tivemos a necessidade de mostrar a classificação entre resistência subterrânea e resistência pública, apesar de indissociadas uma da outra, para podermos analisar as táticas dos sujeitos em suas práticas espaciais de resistência nas diferentes escalas de ação.

Os procedimentos de investigação desta tese se constituíram a partir de levantamentos bibliográficos sobre o tema; análise de reportagens de jornais e revistas, documentos oficiais do estado do Rio de Janeiro, documentos dos processos jurídicos, atas das reuniões das associações de atingidos de Vila de Cava e Marajoara; realização de trabalhos de campo nas comunidades estudadas; visitas às lideranças; entrevistas semiestruturadas; levantamentos de documentação junto ao Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu e à Câmara Metropolitana, com entrevistas aos engenheiros responsáveis pela comunicação social da obra.

Ao longo do processo de elaboração desta tese, foram feitos dez trabalhos de campo<sup>12</sup>, dos quais dois foram realizados para reconhecimento do Arco Metropolitano em seu percurso: o primeiro, de Duque de Caxias a Seropédica, em 2017; e o segundo, de Itaboraí a Itaguaí, do COMPERJ ao Porto de Itaguaí, no final de 2018. Fizemos dois trabalhos de campo em 2017: o primeiro, em julho; o segundo, em Seropédica, em dezembro, acompanhando Gabriel Lopes, em sua pesquisa de mestrado sobre os condomínios logísticos, defendida em 2018 no PPG da PUC-RJ, sob o título *“Novos” espaços: os condomínios logísticos e a expansão capitalista no município de Seropédica (RJ)*. Nos campos em Seropédica, visitando as adjacências do condomínio VBI LOG, tivemos os primeiros contatos com as famílias de Sol da Manhã.

Ao longo de 2019, passamos a visitar e acompanhar o cotidiano das comunidades estudadas, intercalando o trabalho de campo entre visitas e entrevistas com lideranças e moradores. Ao todo foram feitas nove entrevistas semiestruturadas, com roteiros focalizados em perguntas sobre as memórias dos incidentes, as formas com que lutaram, os significados da luta na escala individual e coletiva – em que observávamos sempre os comportamentos e gestos dos entrevistados em seus relatos –, os desdobramentos desses acontecimentos hoje. Fizemos tais entrevistas em um espaço amostral de três famílias de cada comunidade.

Fomos recebidos em 2018 e 2019 pelos advogados responsáveis pelos processos das famílias atingidas pelo Arco em Vila de Cava e Marajoara. Em junho

---

<sup>12</sup> Além dos trabalhos de campo denominados como formais, porque nos apresentávamos enquanto pesquisador e participante do grupo de pesquisa URAIS, também houve momentos de visitas informais às comunidades como participação em festas e atividades que marcaram nossa presença nas comunidades.



de 2018, fomos recebidos pelos quadros técnicos da Câmara Metropolitana do Rio de Janeiro, que nos permitiu o acesso a mapas e relatórios da obra, cedendo-nos os documentos. Também fizemos uma entrevista semiestruturada com o responsável da comunicação social da obra do Arco Metropolitana, que se encontrava à época como quadro técnico da Câmara Metropolitana.

Sempre preocupados com a relação teoria e empiria que norteia nossa práxis política e sua repercussão acadêmica, expressa nesta tese, apresentamos o desenvolvimento deste trabalho de tese, que será feito em quatro capítulos, sumarizados a seguir.

No capítulo intitulado “Arco Metropolitana do Rio de Janeiro: novo desenvolvimentismo e transformações espaciais”, o objetivo está centrado em contextualizar o Arco Metropolitana na relação capital-Estado na política nacional brasileira e na política de desenvolvimento regional do estado do Rio de Janeiro, a fim de entender o Arco como um eixo não somente de circulação de mercadorias, mas também como a própria mercadoria, conforme pode ser visto no zoneamento proposto em seu plano diretor, como áreas metal-mecânica e químico-farmacêutica. Para a compreensão do processo de mercantilização da terra e da produção do espaço em mercadoria, tomamos como base os trabalhos de Carlos (2015) e Pereira (2017), tendo como panorama o conceito de eixo de Becker (1999), que o compreende como um sistema catalisador de investimentos. A partir do trabalho de Kart (2016), traçamos as análises sobre a história do novo desenvolvimentismo na América Latina, destacando suas implicações na política econômica dos governos do Partido dos Trabalhadores no período 2003-2016.

Ao longo do capítulo seguinte, sob o título “Arco Metropolitana do Rio de Janeiro: uma estrada no caminho da(s) Baixada(s) Fluminense(s)”, discutimos a busca por um projeto de desenvolvimento regional do estado do Rio de Janeiro, dando destaque à Baixada Fluminense e às transformações e aos conflitos que essa região do espaço metropolitano do Rio de Janeiro sofreu e vem sofrendo com a implementação do Arco Metropolitana, tomando como exemplos as comunidades estudadas: Vila de Cava, Marajoara e Sol da Manhã. Nomeamos essas comunidades pelas denominações que os próprios sujeitos que as constituem se dão: Removidos, Atingidos e Vizinhos.

Nesse capítulo, trazemos o debate sobre a questão da constituição de um projeto de desenvolvimento regional do estado do Rio de Janeiro e os desafios que

giram em torno desse debate, como as questões da fusão do estado e da cidade do Rio de Janeiro, o baixo dinamismo da economia fluminense, a partir de Sobral (2012). Conforme Enne (2013), trabalhamos o conceito de Baixada Fluminense como polissêmico, em decorrência da série de mudanças que sofreu ao longo da história. Discutimos as análises de formação da Baixada com apoio nos trabalhos de Geiger e Mesquita (1956) e Soares (1962), a relação cidade do Rio de Janeiro e sua periferia a partir de Abreu (1997), e a compreensão das transformações territoriais em Simões (2007). A respeito da dinâmica da Baixada Fluminense como espaço de investimentos logísticos e industriais, tomamos como base o trabalho de Oliveira (2015) sobre a emergência da região logística do extremo oeste metropolitano.

A seguir, no capítulo “O sujeito da resistência: cotidiano e práticas espaciais de resistência”, exploramos o cotidiano das comunidades estudadas para compreender o oculto de suas lutas, o que chamamos de resistências subterrâneas. Elas caracterizam as formas de resistências que se estabelecem nas práticas espaciais do dia a dia, do vivido de cada comunidade como instrumental de sobrevivência nas condições a que estão subordinados enquanto sujeitos. Propomos uma análise da resistência em três dimensões insurgência-sobrevivência-subordinação, percebidas em um jogo de táticas dos sujeitos em seus cotidianos frente ao processo de territorialização que lhes é imposta.

Fundamentamos nosso debate do capítulo nos diálogos entre Haesbaert (2006) e Sassen (2016) sobre o processo de desterritorialização e os mecanismos usados pelo movimento do capital em sua lógica de produção desigual do espaço. Para pensarmos as práticas espaciais, investigamos as categorizações de Souza (2010 e 2013), Pádua (2018), Lefebvre (2006) e, especialmente, Ribeiro (2018) em sua proposição sobre as práticas socioespaciais da resistência, ao trabalhar a questão da luta pelos espaços de vida dos sujeitos.

O entendimento sobre sujeito e resistência se dá no diálogo entre Lima (2014) e Ferreira (2013): o primeiro nos balizando sobre o sujeito corporificado e sua capacidade criadora e de transformação, enquanto o segundo sobre a complexidade do sujeito em seus conjuntos de ações. Esse sujeito, compreendido como sujeito da resistência, nos possibilita trabalhar com as perspectivas de consciência e prática, segundo a análise de Butler (2018) sobre as relações de poder como parte da existência do sujeito, assim como também a partir de Scott (2013),

que estuda as formas de resistência desse poder na vida cotidiana. Foucault se insere no diálogo com Butler e Scott, tanto na análise das relações de poder quanto nas formas de resistência ao poder que se estabelece.

Já no capítulo com o título “Espoliação, desapropriação e justiça espacial: as lutas no entorno do Arco Metropolitano”, analisamos as práticas espaciais do Estado-capital e seu papel no processo de desterritorialização, buscando entender a função da terra na sociedade capitalista, como propriedade privada e mercadoria, essencialmente na questão histórica da Baixada Fluminense, que tem nos posseiros uma das figuras históricas que marcam a região. Investigamos as estratégias de atração de novos investimentos por parte das prefeituras das áreas estudadas, especificamente os mecanismos de controle territoriais usados pelo poder local na gestão de seus territórios e as práticas espaciais de resistência pública, bem como as comunidades e suas relações com o poder local e as táticas de luta por meio das associações e do uso de instrumentos jurídicos. Buscamos desenvolver a categoria atingido elaborada por Vainer (2008); os conceitos de *homo sacer* e Estado de exceção por Agamben (2004 e 2007); e, finalmente, as análises de Harvey (1980) sobre a Justiça social como campo de luta e ação.

## Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: novo desenvolvimentismo e transformações espaciais

E a novidade que seria um sonho  
O milagre risonho da sereia  
Virava um pesadelo tão medonho  
Ali naquela praia, ali na areia

“A novidade”, de Gilberto Gil

O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro é um projeto de intervenção no espaço com intencionalidades multiescalares. Sob o aspecto econômico e social, ele representou, e ainda representa, um projeto de desenvolvimento nacional que partia das premissas do chamado novo desenvolvimentismo, como matriz macroeconômica da escala governamental federal. Já nas escalas estadual e municipal, esse equipamento ganhou outros significados de desenvolvimento econômico e social, muito mais atrelados ideologicamente à ordem neoliberal e articulados com as forças conservadoras locais.

Analisar o Arco Metropolitano significa refletir sobre o movimento dos mecanismos de acumulação do capital em suas diferentes formas de expropriação e espoliação das populações por ele atingidas direta e indiretamente, especialmente, nos conflitos promovidos por esse movimento de produção desigual do espaço, como veremos ao longo deste trabalho de tese, a partir das lutas das comunidades de Vila de Cava, Marajoara e Sol da Manhã.

Seguindo essa linha de reflexão, é preciso pensar na atual conjuntura econômica social de crise que marca o Brasil e, em especial, o estado do Rio de Janeiro, em comparação a um momento de forte crescimento econômico alinhado a uma política econômica com viés de investimento estatal infraestrutural e de distribuição de renda. O estado do Rio de Janeiro, apoiado nas políticas do governo federal no período dos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2015), nos dois governos do ex-governador e agora detento Sérgio Cabral Filho (2007-2014), configurou-se como uma economia estadual fortemente dependente da renda do petróleo, através dos royalties da Petrobrás, das bases, refinarias e poços da bacia de Campos, destacadamente os do Pré-Sal.

Inaugurado em 2014, o Arco foi um dos principais destaques políticos para o desenvolvimento econômico do estado e a propaganda do candidato da situação

à época, Luiz Fernando Pezão, eleito governador no mesmo ano. Com a chegada da crise efetivamente em 2015, o estado passa a viver um dos períodos mais dramáticos de recessão e falência financeira. A crise se dá a partir da queda dos preços das commodities, uma das bases do PIB brasileiro, uma vez que o petróleo foi um dos produtos mais atingidos pela queda dos preços. O estado do Rio de Janeiro, como um dos estados produtores, sentiu bruscamente a queda e entregou-se à crise, que também esteve associada ao processo de descobertas de vários casos de corrupção, nos quais estavam implicados diretamente o ex-governador Sérgio Cabral Filho e grande parte de sua cúpula no governo estadual. Com a crise atingindo fortemente o estado – uma crise de arrecadação tanto federal quanto estadual –, há uma saída de investimentos estatais dos projetos que giravam em torno do Arco como eixo de integração e desenvolvimento do estado e, especificamente, da Região Metropolitana.

O Arco passou a ganhar destaque não mais como modernidade e desenvolvimento, mas como uma área de alto risco, marcada por assaltos e roubos de cargas e carros, além de outros fatos recorrentes às populações que vivem em suas adjacências. O abandono em termos de investimentos e manutenção, bem como a falta de segurança transformaram essa via em um navio sem rumo, apesar de algumas tentativas logradas e inúmeros planos ainda não executados para esse eixo.

O presente capítulo busca compreender o Arco Metropolitano em suas diferentes dimensões e escalas de atuação nas transformações espaciais, observando o Arco em seus diferentes momentos: como um equipamento técnico que tem como objetivo ser um eixo de integração de rodovias federais, promovendo o deslocamento de mercadorias, pessoas e serviços; como parte de um plano de desenvolvimento nacional conhecido como Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); e como parte do movimento contemporâneo do capital em uma base geográfica, trabalhando com os mecanismos de acumulação como elementos de transformações espaciais desiguais que levam à geração de conflitos territoriais.

O momento contemporâneo está centrado em um capitalismo globalizado. Cada vez mais, o ideário do neoliberalismo adquire predomínio mundial, como “ideologia e prática, modo de compreender e agir, forma de gestão do mercado e poder político, concepção do público e privado, ordenação da sociedade e visão do mundo” (IANNI, 1993, p. 59). Analisar o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro

significa pensar os efeitos econômicos, sociais e geográficos deste momento nas áreas de sua abrangência.

## 2.1.

### **Arco Metropolitano – texto e contexto**

O Arco Metropolitano é uma obra infraestrutural inaugurada em 2014, que corta oito municípios da Região Metropolitana, cobrindo uma extensão de 145 km. Suas obras foram iniciadas em 2007, mas ele já vinha sendo desenhado desde os anos 1970, com o objetivo de facilitar o deslocamento de cargas, de modo a que não passassem por dentro da cidade do Rio de Janeiro.

O projeto do Arco Metropolitano foi efetivado no governo Lula (2003-2010) como parte das obras infraestruturais em todo o território nacional, integrantes do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), e inaugurado no final do primeiro mandato do Governo Dilma (2011-2014). A efetivação do Arco Metropolitano teve como objetivo central aumentar a competitividade do estado e diminuir o tempo do transporte e seu custo, buscando a integração entre dois polos econômicos localizados no espaço metropolitano, o Porto de Itaguaí e o Complexo Petroquímico, o COMPERJ, em Itaboraí, ao mesmo tempo que adquire a função de conectar a Br-101/Norte e a Br-101/Sul.

Em uma escala regional, o Arco é um projeto que fomenta a abertura de novos espaços imobiliários, especificamente industriais e logísticos, em suas adjacências, articulando eixos como a rodovia Presidente Dutra e a Washington Luiz. Essa conexão abre uma integração do espaço metropolitano de modo significativo para o mercado imobiliário do setor logístico-industrial, especificamente na vertente oeste da Região Metropolitana fluminense, como parte do plano logístico do Porto de Itaguaí, como podemos ver nas figuras 3, 4 e 5 a seguir:

Figura 3: Principais eixos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro



Fonte: Lopes (2018)

Esses projetos, especialmente na região conhecida como Baixada Fluminense<sup>13</sup>, nas vertentes norte e oeste da área metropolitana do Rio de Janeiro, incentivam a chegada de novos capitais nessas localidades, tendo como fixos dois eixos dos fluxos, o COMPERJ e o Porto de Itaguaí, conforme podemos ver nas figuras 4 e 5:

<sup>13</sup> A Baixada Fluminense se configura como periferia da cidade do Rio de Janeiro, atualmente constituída por treze municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti, Seropédica. Historicamente, é uma região de altos índices de conflitos sociais, urbanos e rurais.

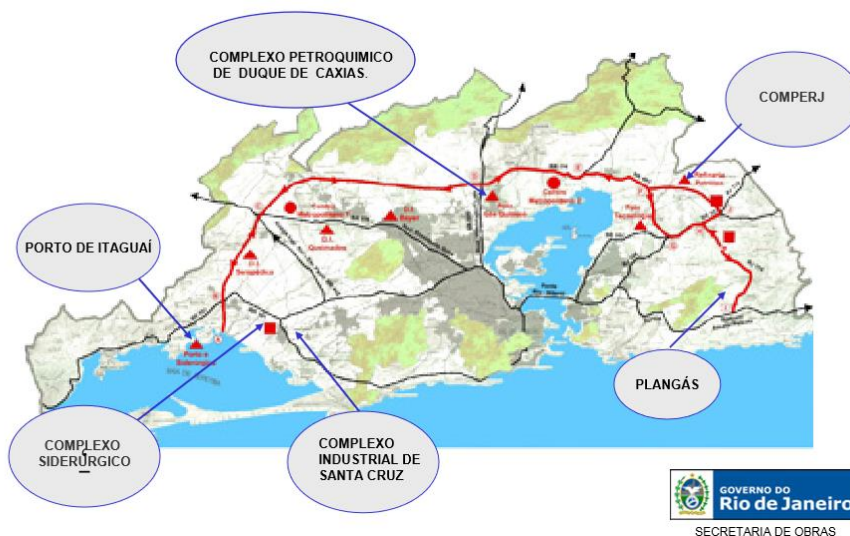
Figura 4: Integração entre os extremos da Região Metropolitana



Fonte: EI-RIMA do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro (2007).

Figura 5: Empreendimento na área de Influência do Arco Metropolitano

#### EMPREENDEIMENTOS PREVISTOS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA:



Fonte: EI-RIMA do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro (2007)

Através dos eixos apresentados na figura 3, podemos contextualizar a divisão regional do trabalho a partir tanto do projeto *Visões de Futuro* da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), quanto do plano diretor do Arco. Em ambos, há a delimitação de uma parte metal-mecânico e outra químico-fármaco. Está organizado da seguinte forma: no leste metropolitano, ficam os investimentos químico-fármacos, tendo como destaque o município de Itaboraí, estendendo-se ao norte no município de Duque de Caxias; já na parte oeste, há a



delimitação de uma região voltada para receber as bases logísticas que agregam os municípios de Japeri-Seropédica, localidades que apresentam ainda muitos “espaços livres” e baixa ocupação do interior de seus territórios. O município de Nova Iguaçu, dentro dessa delimitação, por mais próximo que esteja desses municípios e exerça maior influência sobre eles, ficou atrelado ao plano químico-fármaco pela demanda e localização de uma série de indústrias desse ramo em seu território, por falta de áreas para a expansão dos mercados de terras devido à proximidade de áreas de preservação por onde passa o Arco.

Com esse projeto, a região da Baixada Fluminense se tornou uma área de suma importância para novos empreendimentos no caráter logístico, devido aos baixos preços da terra dentro do que seriam os “espaços vazios” da Região Metropolitana, e também devido à presença do Porto de Itaguaí e do complexo petroquímico da Petrobrás no município de Duque de Caxias, a REDUC.

Com a emergência da crise político-econômica nacional e estadual, muitos dos possíveis investimentos e investidores não efetivaram as projeções de viabilidade econômica vislumbradas no projeto do Arco Metropolitano, produzindo um cenário de abandono e esvaziamento econômico do que antes era projetado como principal eixo de desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro e, destacadamente, da região da Baixada Fluminense.

No projeto do Arco Metropolitano, havia a previsão de fluxo de aproximadamente 33 mil veículos por dia. Contudo, com a saída de investimentos da região e o aumento dos índices de violência na extensão do eixo, o fluxo de veículos foi estimado em menos da metade do previsto. Segundo a Secretaria de Transportes do estado e o DER, a estimativa é de passarem por lá 15 mil veículos por dia. Dentre outros problemas que marcam a atual conjuntura do Arco, estão os recorrentes roubos de cargas. De acordo com os levantamentos da Federação do Transporte de Cargas do Estado do Rio de Janeiro, desde a inauguração do Arco em 2014, estima-se que ocorreram mais de 900 roubos a transporte de carga nesses últimos anos, acarretando um aumento de custo do transporte de mercadorias para as empresas que ali se localizam.

Durante o ano 2017, uma série de iniciativas da Secretaria de Segurança Pública do Estado foi implementada para conter os roubos de carga no Arco. Em junho desse ano, o ex-governador Luiz Fernando Pezão solicitou auxílio de tropas

do exército para a segurança pública. Uma das áreas abrangidas foi o Arco Metropolitano, conforme pode ser observado na figura seguinte:

Figura 6: Exército fazendo a segurança do Arco Metropolitano



Fonte: Victor Tinoco de Souza, junho de 2017

Registro de nosso trabalho de campo sobre o envio de tropas militares para promoverem o policiamento na região, a figura 6 retrata a ação do Exército no auxílio ao policiamento nas imediações do Arco Metropolitano no terço entre Japeri e Seropédica, locais onde tem havido maior índice de roubos de cargas e de assaltos aos veículos particulares que passam pela via e à população que vive nas redondezas do entroncamento do Arco com a rodovia Presidente Dutra.

A região também apresenta um forte índice de ocupações irregulares, com famílias de diferentes partes da Baixada Fluminense e do estado ocupando as margens da via, como consequência da crise urbana da região e da falta de moradia associada aos altos preços dos imóveis, dos aluguéis e do desemprego. A Câmara Metropolitana<sup>14</sup>, órgão responsável pela gestão metropolitana no estado do Rio de Janeiro, produz uma série de dados sobre as ocupações das margens do Arco, assessorando as prefeituras que ficam responsáveis pela contenção do crescimento

---

<sup>14</sup>A Câmara Metropolitana é um órgão fundado em 2014 com a responsabilidade de promover a gestão metropolitana no estado do Rio de Janeiro. Ela revive, mas com os novos desafios do espaço metropolitano, o FUDREM (Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro), criada em 1974 e extinta na gestão Marcelo Alencar (1995-1998).

urbano nos arredores da via que corta os seus territórios municipais. O que mais dificulta o processo de gestão dessa área, segundo alguns levantamentos feitos junto a técnicos da Câmara Metropolitana, é a indefinição, diante de um quadro de crise política, acerca de quem é o real gestor do Arco, a esfera federal ou estadual, o que dificulta o planejamento a longo e médio prazos. Para os gestores entrevistados, a série de impasses sobre esse processo dificulta a implementação da iniciativa privada, especialmente na proposição de medidas de concessão da rodovia. Embora o Arco Metropolitano tenha sido devolvido para a gestão federal, ainda não foi apresentado qualquer projeto de médio e longo prazo em investimentos estatais ou privados.

A descrição desenvolvida nesta seção nos leva a tentar compreender outras dimensões do projeto do Arco Metropolitano na dinâmica do atual metabolismo do capital, cuja forma financeira, globalizada e urbana tem sido um dos principais traços do que se coloca como intencionalidades do projeto do Arco. Ele é uma das expressões do movimento geral da acumulação através da expropriação de terras, para produção do espaço enquanto mercadoria, no caso do Arco, enquanto produto imobiliário, conforme veremos na próxima seção ao debatermos o espaço como mercadoria e o papel atual da produção de vias como o Arco Metropolitano.

## **2.2. Valor, mercantilização e financeirização**

Tomamos como reflexão sobre a concepção de preço e valor o trabalho de Pereira (2017), que compreende preço e valor como concepções dialéticas, em que preço é uma representação monetária do valor. O que nos interessa na percepção desse autor é a análise que ele empreende sobre a relação preço, valor e produção do espaço, que dialogaremos com Carlos (2011), partindo da realização do capital financeiro e rentista na lógica atual de produção do espaço, que é entendido como mercadoria. O Arco, como veremos à frente, se insere nesse processo não mais como meio técnico para circulação de mercadorias, mas sendo a mercadoria.

Ao pensarmos o Arco em si e sua contextualização no espaço metropolitano, bem como na escala da região da Baixada Fluminense, precisamos compreendê-lo a partir de uma análise do processo de circulação do valor. A construção do Arco

adquire significado no processo de circulação do capital, como infraestrutura de transporte, assumindo em si mesmo o objetivo de fazer com que o produto chegue ao seu consumidor. A partir desse sentido da produção do valor, destacam-se alguns aspectos elencados por Harvey (2005):

O movimento físico real de mercadorias do lugar de produção ao lugar de consumo, e o custo real ou implícito ligado ao tempo consumido e às mediações sociais (a cadeia de atacadistas, varejistas, operações bancárias etc.) necessárias para que a mercadoria produzida encontre seu usuário final (p. 47).

Dada ação não implica somente o movimento de fluxo de mercadorias, mas o movimento de circulação do capital na produção de valor sobre a mercadoria, com relação direta sobre o preço e o custo. Marx manifesta essa preocupação com os meios de transporte e meios de comunicação em *O capital*, especificamente no Livro II, em que debate sobre o processo de circulação, analisando que as transformações nos meios de transporte e comunicação possibilitam a expansão para outros mercados mais distantes e a redução do tempo-espço, abrindo caminho para o que ele designa como mercado mundial. A redução das distâncias e a diminuição do tempo, em uma perspectiva de baixo custo, produzem mudanças no tempo-espço da circulação do capital. A esse respeito observa Harvey (2014a) que:

esse espaço é fixado não pela distância física, mas pelo atrito das distâncias, que é medido pelos custos e tempos variáveis de movimento ao longo do espaço físico. O espaço físico em si mesmo não importa para o capital. A única coisa que importa para ele é o custo e o tempo do movimento, e ele fará tudo que puder para minimizar esses custos e tempos e reduzir as barreiras espaciais ao movimento. Para isso, ele tem de revolucionar de forma radical e constante as relações espaciais (p. 271).

Essa revolução das relações espaciais está atrelada às transformações nos meios de transporte e telecomunicações, levando a uma promoção do movimento do capital via mercadorias e também do movimento da circulação desse capital que, com a diminuição do custo, possibilita a produção de mais valor. Esse ciclo contínuo da geração de mais valor do capital exige a necessidade de desenvolver meios para que tal movimento ocorra. Para tanto, há a demanda de se construírem fixos para dar bases e fomentar os fluxos. Como afirmam Santos e Silveira (2016), temos que compreender que:

Hoje não basta produzir. É indispensável pôr a produção em movimento, pois agora é a circulação que preside à produção (M. Santos, 1996, p. 219). Os fluxos daí decorrentes são mais intensos, mais extensos e mais seletivos. (...) A criação de fixos produtivos leva ao surgimento de fluxos que, por sua vez, exigem fixos para balizar o seu próprio movimento. É a dialética entre a frequência e a espessura dos movimentos no período contemporâneo e a construção e modernização dos aeroportos, portos, estradas, ferrovias, hidrovias (p. 167).

Nesse sentido, os fluxos é que estabelecem a produção dos fixos. A produção fica fundada pelo processo geral da circulação que, ao mesmo tempo, vai demandando mais fixos. Para Harvey (2013a), na obra *Os limites do capital*, os eixos de transporte têm a função de agregar valor às mercadorias, aumentando a competitividade e a circulação do capital de modo geral, uma vez que a continuidade do capital só se faz segura com um sistema de circulação confiável e eficiente. O preço não mais está preso somente à distância, mas também à velocidade com que o produto chegará ao mercado. Por isso, há a necessidade de construção de fixos que são impostos pela demanda da circulação, como visto em Santos e Silveira (2016), nessa geografia do movimento do capital em um intenso processo de produção de fixos para fomentar fluxos.

A criação de fixos é abordada por Harvey (2005) que, por sua vez, toma por base a ideia de mercado mundial de Marx, como forma de redução do custo de realização que possibilita a circulação e a criação de novos espaços para a acumulação de capital. Tal dinâmica tende a ser expansiva geograficamente, dando-se pela progressiva redução do custo de transportes e telecomunicações.

Analisando tais fenômenos na atualidade brasileira, ao estudar a política de eixos de integração e desenvolvimento na região amazônica, Becker (1999) nos traz a concepção de que o eixo corresponde a espaços que possam gerar investimentos articulados para atraírem o movimento do capital, como um sistema catalisador de um sistema logístico, interligando os circuitos financeiros e de mercadorias em escala nacional e internacional. Ela demonstra as transformações territoriais cujo desenvolvimento se dá com a finalidade de dinamizar e reduzir o custo produtivo em termos de mercado.

A constituição de atributos como transporte e logística em um sentido simples de circulação fica para trás e passa a ganhar uma projeção mais complexa em um conjunto de investimentos, não apenas em meios técnicos como estradas, mas em outros objetos associados a planos de distribuição e armazenagem, alinhados a formas de expansão geográfica da acumulação. Os mecanismos da

acumulação se diversificam e se tornam integrados, conforme podemos ver pelos papéis dos eixos hoje. Eles não somente são meios de fluxo, mas também seu entorno é um meio para fomentar a produção de novos espaços de acumulação, que resultam do processo de especulação imobiliária para o setor logístico-industrial, por exemplo.

Damiani (2008) chama a atenção para esse processo ao analisar a implementação do Rodoanel na Região Metropolitana de São Paulo. Para ela, essa rodovia é um novo eixo de expansão de valorização econômica do espaço, caracterizada “como fronteira desenhada dos novos negócios da urbanização” (p. 245), na qual a indústria da construção articulada com as incorporadoras imobiliárias é um dos principais agentes desse processo de expansão.

Todos esses movimentos do capital demonstram uma nova etapa de seu processo de acumulação, em que o espaço é a mercadoria e se expressa nesse projeto de eixos, cujo objetivo é fomentar um mercado de terras em seu entorno, por meio da logística ou pela implantação de indústrias que desenvolvem um sistema complexo de comercialização e financeirização do produto-espaço (DAMIANI, 2008). A produção do espaço é um dos mecanismos de acumulação do capital (CARLOS, 2011). Além do movimento de produção de valor sobre as mercadorias, o espaço se torna a grande mercadoria do presente momento, em que a construção de eixos significa a produção de novos espaços para acumulação.

Tal percepção sobre eixos se afasta do sentido clássico de fatores locais das indústrias que permaneciam em determinados locais próximos de eixos somente para escoamento da produção, acesso à matéria-prima e obtenção da força de trabalho. Agora, as indústrias saem em busca de espaços novos para se instalarem onde encontrem facilidades para o escoamento da produção e, também, para a construção de condições de chegada de novos capitais que atendam a diferentes setores econômicos, não exclusivamente os de produção material, mas também do setor terciário em termos de aporte logístico de distribuição e armazenamento. Dessa maneira, representa uma mudança do capital industrial – produtor de mercadorias direcionadas ao consumidor – para o capital financeiro, que produz o espaço como uma mercadoria, o qual deixa de ser uma realização do ciclo industrial da mercadoria e passa para o âmbito da produção imobiliária, como nos aponta Carlos (2015):

trata-se da justaposição de unidades produtivas formando uma cadeia interligada (em função da articulação e necessidades do processo produtivo, através da correlação entre os capitais individuais e a circulação geral do dinheiro na economia), integrando os diversos processos produtivos, os centros de intercâmbio, os serviços e o mercado e a mão de obra. Essa ação potencializa a aglomeração enquanto exigência técnica para viabilizar os processos de produção, distribuição, circulação, troca e consumo e, com isso, permite que o ciclo do capital se desenvolva possibilitando a continuidade da produção, logo sua reprodução – aqui se trata da exigência da compressão espaço-tempo como condição da superação *TBTL* – tendência à baixa da taxa de lucro no movimento da acumulação. Nesse processo, a extensão do capitalismo tomou o espaço, fez dele sua condição de produção, primeiro como recurso, depois como força produtiva e, finalmente, mercadoria reproduzível, o que abriu perspectiva para um novo ciclo de acumulação. O desenvolvimento do capital financeiro cria um novo ciclo de acumulação com a expansão de novas atividades focando o espaço-mercadoria (p. 26).

Essa articulação se dá no Arco Metropolitano como base para o escoamento da produção do Porto de Itaguaí e também como espaço de especulação imobiliária via condomínios logístico-industriais, abrindo um mercado de terras em suas adjacências. A produção de um eixo de políticas estratégicas da industrialização tem como alicerce a logística, que ganha hoje um papel estratégico na circulação do capital. Ela que é responsável pela diminuição do tempo de escoamento e distribuição de mercadorias.

Para Silveira (2011), a logística se constitui em um sistema integrado de transporte, distribuição e armazenamento, produzindo uma nova divisão territorial do trabalho, articulando diversas escalas de circulação do capital, acelerando e encurtando as fases da produção. Constitui-se, portanto, importante estratégia de ampliação de mercados e redução de custos da produção industrial. Ela também é, segundo Finatti (2017), um meio de construção de mercados imobiliários, exemplificados pelos condomínios empresariais, que buscam condições de preço e fatores locacionais favoráveis para seu estabelecimento.

Os condomínios empresariais, que aparecem em nossa tese nas formas de condomínios logísticos e industriais, exemplificam a transformação do espaço enquanto mercadoria. Destacadamente, são uma das formas como o capital financeiro se realiza espacialmente, em um processo em que, segundo Carlos (2011) sinaliza, “a mercadoria-espaço mudou de sentido para a acumulação, evidenciado pela mudança de orientação das aplicações financeiras, que produz o espaço como produto imobiliário” (p. 112).

O produto imobiliário é uma nova condição de valorização do espaço, na qual o espaço está no centro de todo o processo, sendo produto, condição e meio da

reprodução do capital. Para Pereira (2017), essa nova condição do espaço, como produto imobiliário, se apresenta em duas dimensões: a primeira, da exploração imediata, a da construção, em que é abordado o papel do setor industrial; a segunda, do processo de valorização, em que se instaura uma nova forma de extração de renda.

Esse processo, para Carlos (2011), consiste em uma demonstração de como o modo de produção capitalista redefine suas lógicas de propriedade e suas formas de obtenção de lucro. O papel do espaço enquanto mercadoria é, também, a transformação da lógica de extração da renda da terra. Por isso, é preciso analisar que a terra é o ponto central para a vida, sendo um meio de produção e um meio de reprodução. É sobre ela que o ser humano constrói o campo e a cidade. É nela que se faz a lavoura e erguem-se casas e prédios. No pensamento marxista, ela não é uma mercadoria, pois não é produzida pelo trabalho humano, é um bem natural, conforme reiterado por Martins (1983):

Quando alguém trabalha na terra, não é para produzir a terra, mas para produzir da terra. O fruto da terra pode ser produto do trabalho, mas a própria terra não é. (...). Assim como o capital pode se apropriar do trabalho, também pode se apropriar da terra; pode fazer com que ela, que nem é produto do trabalho e nem do capital, apareça dominada por este último. Mas, assim como o capitalista precisa pagar um salário para se apropriar da força do trabalhador, também precisa pagar uma renda para se apropriar da terra (p. 160).

Ao transformar a terra em uma mercadoria, assim como o trabalho, o capital extrai dela uma renda e se especula o preço que se pode pagar enquanto uma mercadoria. Ela é um bem financeiro, comprado e vendido de acordo com a renda que produz e que poderá vir a produzir.

No entanto, o monopólio da terra enquanto meio financeiro significa o controle sobre a renda. Um controle sobre o meio de produção. Daí a renda decorrer da exclusividade da propriedade imobiliária, do monopólio. Qualquer um que queira explorar a terra terá que pagar um preço pelo uso, tanto do solo urbano quanto do rural. É na renda absoluta que se encontra a base para um preço mínimo da propriedade privada da terra de modo geral. Ou seja, a renda absoluta é

o pagamento inevitável e necessário à exploração de um imóvel. Que uma propriedade seja maior do que outra, mais comprida ou mais larga, não muda em nada a obrigação do pagamento, só faz o proprietário auferir uma renda proporcional ao seu tamanho, maior ou menor que outra em condições idênticas (BOTELHO, 2016, p. 4)



As variações entre a exploração da renda da terra por diferentes motivos, que vão dos fatores locacionais à qualidade do solo etc., podem dar valores maiores e menores aos usos. Esses valores são chamados de renda diferencial. É um lucro extra que se cria dentro da renda referente a fatores que levam ao aumento do preço do uso da terra.

Carlos (2011) analisa que a terra, como produto imobiliário, não muda de função. Na realidade, ela é a condição para a produção. Segundo a autora, “o solo urbano, ao contrário do solo agricultável, é condição e produto social, determinada no âmbito do processo constitutivo da cidade, como momento da produção do espaço” (CARLOS, 2011, p. 99).

Para a autora, o momento da produção do espaço-mercadoria se configura em um movimento de passagem do espaço como condição e meio da reprodução econômica para a centralidade dessa reprodução. Com isso, o espaço se torna produto, que também é condição e meio da produção capitalista, como apontamos acima a respeito da produção do espaço como mercadoria. Esse momento é analisado por Carlos (2011) em relação ao modo como o capital financeiro se realiza na metrópole da passagem do setor industrial para o setor imobiliário, “que não imobilizam o dinheiro na compra de escritórios, mas em seu aluguel” (p. 101).

Nesse sentido, em vez de investir o dinheiro na compra de imóveis, os empresários, de modo geral, vão preferir alugá-lo, abrindo espaço para a expansão do setor imobiliário. A realização do capital financeiro, segundo Carlos (2011), vai se dar a partir de investimentos em grandes edifícios corporativos e no financiamento de pequenos investimentos por meio de fundos imobiliários. O espaço mobilizado como riqueza imobiliária e financeira passa a valer mais. Esse processo de valorização gera, em contrapartida, um aumento da exploração do trabalho, expropriação e espoliação social (PEREIRA, 2017).

Os condomínios logísticos e industriais são a incorporação imobiliária associada diretamente à produção do espaço como mercadoria, tendo como base a venda e o aluguel de bases logísticas e industriais, cuja essência é imobiliária, com o objetivo de extração da renda fundiária do empreendimento. Este é o caso, aqui visto em Sol da Manhã, do condomínio logístico VBI Log, que, além de oferecer condições de armazenamento e transporte para empresas, também dá a disponibilidade de escritórios “administrativos” em seus galpões.

Dessa forma, o Arco é um meio técnico que surge com o objetivo de ampliar a geração do valor e a competitividade das mercadorias por meio da velocidade de circulação do capital, fazendo com que ocorra uma expansão do processo de urbanização das áreas em seu entorno para dar aparato logístico ao sistema operacional de circulação do capital, de modo que haja um movimento de valorização de determinadas localidades onde esses meios técnicos são implementados.

Como veremos ao longo desta tese, ele promove um novo ordenamento territorial no espaço metropolitano como um todo, mas aqui neste estudo destacamos a região da Baixada Fluminense, com os exemplos de conflitos como os que ocorrem nas comunidades de Marajoara e Sol da Manhã com os condomínios logístico-industriais, os quais oferecem condições para a circulação e acumulação do capital sob o viés do capital financeiro e do rentista, produzido a partir do mercado de terras que se reinventa na região com a construção do Arco Metropolitano. Ou seja, ele é a exemplificação do processo de produção do espaço enquanto mercadoria, como produto imobiliário.

Assim, passaremos a refletir sobre o Arco em outras escalas da produção do espaço e dos conjuntos de intencionalidades e representações do desenvolvimento e da modernidade do mundo capitalista global, nacional, regional e local, como expressão da modernização-desenvolvimento traduzida no Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC<sup>15</sup>, para fomento da acumulação capitalista.

### **2.3. Modernização, acumulação e novo desenvolvimentismo**

O Arco Metropolitano é a representação de um conjunto de iniciativas que emergem desde o pós-guerra com a projeção do Brasil em uma economia industrial. É um projeto que data dos anos setenta, no período militar, como parte das iniciativas de retomada das políticas desenvolvimentistas no país. No caso, esse projeto desenvolvimentista segue historicamente uma percepção que visa à

---

<sup>15</sup> O PAC, devido à conjuntura de crise política e econômica que assola o país nos últimos anos, ainda não se consolidou como medida econômica estrutural do país. Com isso, mais de 7 mil obras estão paralisadas e inacabadas, por motivos judiciais, ambientais, de gestão e falta de financiamento.

superação dos chamados obstáculos e ao alcance do desenvolvimento nos padrões das economias ditas desenvolvidas.

Esses obstáculos seriam os atrasos estruturais que impediriam os países “menos desenvolvidos” de decolarem. Eles se dão segundo a projeção do imaginário social ocidental concernente à falta de industrialização e inserção na economia de mercado eficiente. Para que se consiga o *take-off*, é necessário um processo de assimilação de cada lugar ao imaginário do projeto ocidental e de seu aparato técnico, para sair do chamado atraso.

Latouche (1994) analisa esse processo como ocidentalização do mundo, destacando que o desenvolvimento não pode ser pensado como um modelo generalizável. Essa percepção ocidental, para o referido autor, é um instrumento de dominação preso a um padrão técnico social voltado para o crescimento econômico de exploração do sistema capitalista. A lógica do desenvolvimento econômico, segundo Latouche (1994), abre caminho para a compreensão do projeto de modernidade que se coloca como parte do processo de ocidentalização do mundo.

A modernidade, como aponta Touraine (1994), é a passagem do particular para o universal. Para o autor, a modernidade também pode ser vista como o “início de um desenvolvimento produzido pelo progresso técnico das necessidades” (p. 17). Ao trabalhar a questão do progresso técnico como desenvolvimento, Touraine (1994) traz a percepção da construção da modernidade enquanto uma sociedade racional, em que a razão não se limitaria ao pensamento científico, mas às formas de governo dos homens quanto à administração das coisas. Com isso, a ideia de modernidade alcança diferentes dimensões da vida social. Segundo ele:

modernidade não é mais pura mudança, sucessão de acontecimentos; ela é difusão dos produtos da atividade racional, científica, tecnológica, administrativa. Por isso, ela implica a crescente diferenciação dos diversos da vida social: política, economia, vida familiar, religião, arte em particular, porque a racionalidade instrumental se exerce no interior de um tipo de atividade e exclui que qualquer um deles seja organizado do exterior, isto é, em função da sua integração em visão geral, da sua contribuição para a realização de um projeto societal (p. 17).

A partir desse projeto societal indicado por Touraine (1994), podemos dialogar com a noção de modernidade proposta por Haesbaert (1997), que diz haver duas dimensões associadas e distintas da modernidade ocidental: a ideal e a concreta. A ideal é compreendida como um elemento do imaginário social construído, e a

concreta é conhecida como modernização, transformação técnico-social. Nas palavras de Haesbaert (1997):

A primeira põe em causa os marcos históricos que delimitam em conjunto e/ou permitem periodizar a modernidade, considerando pelo menos a distinção entre história das ideias e história social propriamente dita. A segunda leva em conta sua expressão socialmente diferenciada (conforme afete em maior ou menor grau o âmbito da cultura, da política e/ou da economia) e sua difusão geograficamente desigual (especialmente considerando suas diversas escalas de abrangência e os diversos níveis de intensidade, nos vários amálgamas entre o “moderno” e o “tradicional”, ou, numa versão mais propriamente geográfica, que desenvolvemos em um outro trabalho, entre os processos de territorialização e desterritorialização) (p. 14).

As dimensões ideal e concreta sobre a modernidade e a modernização, referidas acima, formam a definição histórica de tal tema, a história do sistema capitalista, por mais complexa que seja. Fazem com que o capitalismo encarne uma significação imaginária social de uma expansão ilimitada do “domínio do racional”. O capitalismo passa, assim, a ser compreendido como um movimento perpétuo de “auto-re-instituição da sociedade por assim dizer ‘racional’, mas essencialmente cega, por causa do uso irrestrito de meios (pseudo) racionais tendo em vista um só fim (pseudo) racional” (CASTORIADIS, 1992, p. 20).

A racionalização toma como base o que Rua (2007) expôs como par modernização-desenvolvimento. Com essa leitura do modelo da modernidade ocidental, o autor ratifica a ideia de que o

desenvolvimento continua a ser considerado como um processo (natural) que cria o novo, destruindo o velho, e em que o declínio e a destruição são parte de um ciclo. Pode ser, também, percebido como uma intenção, em que é possível agir em seu nome (do desenvolvimento) ou impor processos que o promovam (p. 147).

Ao realçar esse ponto de modernização traçado pelo discurso de desenvolvimento, Rua (2007) compreende os processos de transformações espaciais que se colocam a partir da concreticidade do par modernização-desenvolvimento. Trata-se de uma imposição de poder/dominação que se estabelece por todo um imaginário social que se mundializa. Essa posição é muito semelhante à manifestada por Chesneaux (1996) a respeito das ilusões da modernidade para os países mais pobres. Diz ele: “moderniza-se para sobreviver, mas destrói-se para ser moderno” (p. 68). A combinação desigual entre atrasado e moderno, novo e velho, no horizonte da modernização-desenvolvimento, leva à

formação de novas espacialidades, que não estão relacionadas meramente às dimensões econômicas e políticas, mas sim a projeções culturais, sociais e simbólicas de cada povo, nação e, essencialmente, de cada lugar.

A teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky foi uma das primeiras formas de crítica à formação do desenvolvimento linear e evolucionista. Ela significa a compreensão do desenvolvimento do capital com as condições locais dos países capitalistas atrasados e o processo geral de modernização do modelo ocidental, levando, dessa maneira, a modificações nas dinâmicas econômicas e sociais dos países de capitalismo tardio, periféricos, atrasados. Representa a dominação do capital sobre as forças sociais e suas implicações sobre os diversos lugares dentro do processo histórico-geográfico, formando, assim, combinações de traços de sociedade pré-capitalista com traços da dita sociedade capitalista moderna.

O conjunto de combinações desiguais conduz-nos à compreensão de que não estamos presos a uma única modernização fechada em si mesma. Pelo contrário, como demonstra Touraine (2009), há uma pluralidade de modos de modernização, os caminhos para a modernização são múltiplos, mas estão alinhados a um princípio geral da modernidade ocidental.

A pluralidade de modos de modernização pode ser entendida como uma concepção aberta da modernização, saindo de uma perspectiva homogeneizadora, que pode ser interpretada também como uma constituição diferencial de lugar para lugar e pensada enquanto movimento do capital sobre as escalas geográficas produzidas por tal movimento. Em uma escala global, há uma dinâmica de igualização em contrapartida à escala local, com uma dinâmica de diferenciação. Para Smith (1988), a dialética entre igualização e diferenciação<sup>16</sup> geográfica gera o padrão desigual do desenvolvimento.

O padrão desigual do movimento do capital, dito enquanto modernização-desenvolvimento, expressa uma geografia dos mecanismos de acumulação nas diferentes realidades espaciais que se constituem no globo. Nesse contínuo movimento, o capital está sempre “saindo/fugindo” de sua crise de acumulação e vai para outro lugar buscar as condições apropriadas para dar continuidade a seu

---

<sup>16</sup> A diferenciação, segundo Smith (1988), se dá através da divisão territorial do trabalho e a divisão do capital em dois setores: um dedicado à produção de meios de produção, e outro à produção de meios de subsistência.

processo de acumulação. Isso indica que o capitalismo tem sobrevivido devido à produção do espaço (SOJA, 1983).

Ao analisarmos a produção do espaço geográfico como mecanismo de acumulação do capital, trazemos ao debate a dimensão espacial do desenvolvimento desigual. O capital necessita, de maneira permanente, de modificações na organização geográfica e de uma expansão geográfica para ter condições básicas de acumulação. O Estado tem o papel de produzir condições para a reprodução do capital, colocando-se como principal agente indutor do capital, o que, na realidade brasileira, pôde ser verificado em momentos históricos de modernização do território nacional: o período nacional desenvolvimentista de Vargas, com a formação das indústrias de base; o período JK, com o Plano de Metas; o período militar, com os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND); e o período dos governos do Partido dos Trabalhadores, as presidências de Lula e Dilma, com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O conjunto de obras promovidas pelo Programa de Aceleração do Crescimento teve por objetivo oferecer condições para o processo de acumulação e reproduz o modelo ocidentalização-modernização-capitalismo através da agenda econômica do novo desenvolvimentismo. Suas premissas não estão limitadas ao crescimento econômico, e sim à equidade social, porém dentro da ordem do sistema mundial do ocidente capitalista. A partir desse conjunto se impõe um movimento de modernização do território nacional com obras de megaprojetos infraestruturais, que fomentaram o mercado consumidor interno, gerando empregos associados a políticas de valorização salarial.

Não podemos deixar de salientar que o novo desenvolvimentismo apresenta diferenças significativas com relação às políticas do desenvolvimentismo dos anos 1950, 1960 e 1970, mantendo, no entanto, o princípio da intervenção estatal como meio de promoção do crescimento econômico. É preciso compreender que os primórdios do desenvolvimentismo brasileiro datam das primeiras décadas do século XX, com a Era Vargas, mas apenas se consolidou, efetivamente, de forma mais estruturada, na década de 1950 com o Plano de Metas de JK, atravessando momentos de variações nos anos 1960 e 1970, especificamente no período da ditadura militar. Já nos anos 1980 sofreu sua mais profunda crise político-econômica.

Katz (2016) aponta que essas contínuas instabilidades políticas que levaram à descontinuidade das políticas desenvolvimentistas produziram dificuldades para elaborar avaliações sobre o modelo econômico. Esse mesmo autor, ao tentar montar um panorama histórico sobre o desenvolvimentismo, observa que o principal enfoque do que ele chama de desenvolvimentismo tradicional visava superar as problemáticas infraestruturais, para assim possibilitar o desenvolvimento industrial nacional e levar à superação do modelo econômico de base agroexportadora.

A racionalidade desenvolvimentista emerge no Brasil a partir da crise do modelo agroexportador, que culminou com a ascensão de Vargas ao poder nos anos 1930, quando houve a necessidade de construir alternativas à crise econômica de 1929, e isso em uma sociedade de profunda desigualdade social como a brasileira. A estratégia de saída dessa conjuntura foi colocar o Estado como protagonista para a promoção do desenvolvimento nacional, o centro da concepção do:

planejamento e execução da política econômica, fundada no desenvolvimento da indústria e no fornecimento do mercado interno, com vistas a implantar um projeto nacional na direção da superação dos problemas econômicos e sociais, nos marcos do sistema capitalista (ROTTA e REIS, 2017, p. 937).

Para Oliveira (2013), no livro *Crítica da razão dualista*, a Era Vargas representou o início do processo de expansão capitalista no Brasil. O autor analisa que a transformação do capitalismo brasileiro na fase agroexportadora, que é vista por ele como a fase de maior duração do capitalismo nacional, não foi um processo interno, mas como parte do processo de expansão do capitalismo em escala internacional.

O período JK com seu Plano de Metas é compreendido por Oliveira (2013) como o movimento de aceleração da acumulação capitalista no Brasil, representado simbolicamente no slogan “cinquenta anos em cinco”. Esse slogan expressou a aceleração do processo de modernização, a partir da qual o Estado cumpriu vasto papel de investimentos infraestruturais em rodovias, energia, armazenamento e avanço da fronteira agrícola. Ao abordar a expansão capitalista pós-30, a compreensão crítica de Oliveira (2013) recai sobre a lógica desenvolvimentista cuja tese estaria centrada na superação do subdesenvolvimento com a modernização do país a partir do rompimento com as bases agrárias, constituindo, assim, um quadro urbano e industrial.

Para tanto, ao fazer sua crítica ao desenvolvimentismo, Oliveira (2013) entende que o arcaico e o moderno não se dão de forma separada no processo de expansão capitalista pós-30. Na realidade, para Oliveira (2013), isso ocorre de uma forma simbiótica em que o moderno depende do arcaico em uma organicidade e simbiose dialeticamente contraditória entre esses polos. Nesse sentido, Oliveira (2013) discorda do pensamento desenvolvimentista, ao analisar que a modernização e o arcaico na formação do capitalismo brasileiro não são dois polos distintos, uma vez que “o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do atrasado” (OLIVEIRA, 2013, p. 32).

Ao analisar a relação simbiótica entre moderno e arcaico em sua dinâmica crítica, Oliveira (2013) via o subdesenvolvimento não como uma formação histórica do capitalismo, mas sim como uma forma capitalista. O debate feito em Oliveira (2013) é uma crítica ao modelo dual-estruturalista cepalino em que a saída do subdesenvolvimento seria dada pela modernização da economia nacional superando as bases agrário-exportadoras. Como vimos acima, o que Oliveira propõe é uma crítica a essa polarização entre moderno e arcaico, em que analisa a modernização ocorrendo a partir do “uso” do arcaico, como uma unidade contraditória.

Anos mais tarde, especialmente a partir da década de 1950, com a consolidação de bases industriais e as regulamentações da relação trabalho e capital da Era Vargas, o Plano de Metas e o conjunto de medidas adotadas pelo governo JK, essas políticas tiveram continuidades com novos arranjos de acumulação capitalista no território brasileiro, de maneira oscilante nas décadas de 1960 e 1970 pelo regime militar.

Piquet (2007) indica que, nesse momento, devido à instabilidade política e econômica, os governos militares promoveram uma nova fase de expansão capitalista nacional de integração com o mercado mundial a partir do aprofundamento dos investimentos estrangeiros. Piquet (2007) diz que

Os militares assumem a direção do país com um discurso modernizante, comprometido com a retomada do crescimento econômico. Procuram legitimar sua atuação arguindo princípios de racionalidade econômica e justificando, assim, a adoção de políticas econômicas concentradoras e excludentes (p. 49).

As ações dos governos da ditadura militar podem ser exemplificadas em dois planos, o I e II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), que tinham como



objetivo criar novos fatores de impulsionamento do crescimento econômico nacional a partir de grandes projetos infraestruturais, que beneficiaram grandes grupos de engenharia e focaram em investimentos na ampliação da capacidade produtiva das indústrias básicas e de bens de capital.

O I PND (1970-1974) ficou conhecido como “milagre econômico” por apresentar elevadas taxas de crescimento do PIB. No entanto, no final de 1974, a economia nacional começava a dar sinais de perda de dinamismo devido à queda do poder de compra dos salários, à crescente margem de capacidade ociosa do setor de bens de produção e à crise internacional do petróleo, “o primeiro choque do petróleo” (aumento nos preços dos barris de petróleo pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo em 1973).

Já no ano de 1974 é lançado o II PND (1974-1978) com o objetivo de conter essa tendência recessiva que se apresentava na economia brasileira, que garantiu um patamar mínimo de sustentação do setor produtivo até o ano de 1978. Piquet (2007) ressalva que esta foi uma iniciativa arriscada, porque grande parte desses projetos “poderiam ser considerados sobredimensionados, inadequados e até mesmo megalômanos” (p. 60).

Os projetos apresentados no II PND não conseguiriam dar um retorno em curto e médio prazos, pois eram iniciativas que se constituem em longo prazo, ao mesmo tempo que novamente o país entrava em um contexto de uma economia em recessão com o “segundo choque do petróleo” em 1979.

Esse cenário de crise se acentua ao longo dos anos de 1980, especificamente com um cenário internacional adverso devido aos choques do petróleo e, fundamentalmente, à restrição dos créditos internacionais às economias em desenvolvimento agravou a recessão interna. A década de 1980 marca a crise econômica e social do ideário desenvolvimentista e o início do modelo econômico neoliberal no Brasil, que abandona totalmente o projeto de industrialização nacional. Nos anos 1990, se dá a radicalização do neoliberalismo.

A crise dos anos 1980 é a crise do desenvolvimentismo. Os prolongados anos de políticas desenvolvimentistas executadas através de endividamentos do Estado para promoção das obras infraestruturais e financiamento industrial provocaram uma crise financeira dos Estados nacionais. Diferentemente da época da crise de 1930, que atravessou os governos populistas de Peron e Vargas, respectivamente na Argentina e no Brasil, esses países, nos anos 1980, viviam um

processo de reabertura política dos regimes militares com uma transição para o período democrático dentro de uma conjuntura de explosões de suas dívidas externas. Os Estados nacionais foram obrigados a implantar medidas de austeridade em suas economias para a manutenção do pagamento a seus credores. Nesse sentido, os anos 1980 ficaram conhecidos como década perdida, por ter sido marcada por altos índices de desemprego, baixo crescimento econômico e altas taxas de inflação.

Harvey (2014b) chama esse momento de virada neoliberal. Foi um período marcado por fortes processos de desregulamentação do papel do Estado na economia no mundo todo, em que as metas de promoção se afinavam com um conjunto de reformas estruturais e privatizações. Ele analisa esse momento a partir de uma série de medidas tomadas pelos países desenvolvidos, especificamente pelos Estados Unidos e pela Inglaterra, nos governos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, em que se começa a ter como base o receituário neoliberal, cujas implicações demandavam a saída do Estado da economia, uma série de políticas de privatizações e flexibilizações das relações trabalhistas etc.

No caso latino-americano, Zibechi e Machado (2017) afirmam que a implantação do modelo neoliberal se deu em dois momentos: o primeiro, em que foram aplicadas as “reformas de primeira geração” com critérios prioritários para o ajuste anti-inflacionário, cortes de gastos públicos e aumento de juros; e o segundo, na década de 1990, com as “reformas de segunda geração”, que resultaram em aberturas comerciais, privatizações e flexibilização do mercado de trabalho, cujo ponto chave ficou conhecido como Consenso de Washington – encontro, em 1989, na capital americana, em que os países latino-americanos se comprometeram a estruturar seus Estados de maneira equilibrada em termos fiscais e financeiros para promover um ajuste macroeconômico.

Tais medidas foram incorporadas como parte do receituário imposto pelo FMI, Banco Mundial e Tesouro Americano como forma de liberação de empréstimos, com garantia de seus pagamentos e de seus juros. Os organismos internacionais ditaram as políticas macroeconômicas – e ainda ditam – dos Estados nacionais com uma agenda de austeridade e arrojo salarial. É importante analisar que o Banco Mundial assumiu o papel, nesse período, de determinar uma série de políticas sociais de melhoria de renda e inserção da população no mercado

consumidor. Essas ações serão desenvolvidas durante os anos 1990, adquirindo relevância nos governos latino-americanos nos anos 2000.

No Brasil, os Governos Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) tiveram esse papel de implantação do ideário neoliberal na estrutura do Estado brasileiro, impondo uma série de privatizações às empresas estatais de caráter estratégico para a economia nacional. Esse fluxo é “quebrado” com a eleição de Lula em 2002, embora ele tivesse mantido, em seu primeiro mandato, as matrizes da política econômica do governo FHC, sob a ordem neoliberal. Porém, muitos analistas, como o economista João Sicsi, o sociólogo Emir Sader e outros intelectuais, veem nos períodos dos governos petistas uma ruptura com o receituário neoliberal, que ficou conhecido como período dos Governos Progressistas pós-neoliberais.

Essa ruptura representa, de certa forma, uma derrota política do movimento neoliberal e assume um caráter simbólico em termos de luta política. Não podemos esquecer que, no atual cenário global, o neoliberalismo não se insere somente como ideário no campo econômico, mas como forma política e social que se expressa nos agentes estatais e globais em uma nova razão do mundo (DARDOT e LAVAL, 2015). Ele passa a ser uma racionalidade social, que se constitui como modo de organização da sociedade capitalista contemporânea, e persiste na forma de organizador das concepções e práticas dos capitalistas. O neoliberalismo tem por característica:

o fato de alterar radicalmente o modo de exercício do poder governamental, assim como as referências doutrinárias no contexto de uma mudança das regras de funcionamento do capitalismo. Revelam uma subordinação a certo tipo de racionalidade política e social articulada à globalização e à financeirização do capitalismo (DARDOT e LAVAL, 2015, p. 190).

Nesse sentido, o neoliberalismo se tornou hegemônico como discurso social e foi incorporado como modo de pensamento e maneira cotidiana de as pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo e as relações sociais e institucionais (HARVEY, 2014b). Não se trata, simplesmente, de uma retirada do Estado de cena; trata-se de um novo reengajamento político ideológico social, no qual o Estado ganha novos contornos estruturais e objetivos de agente ordenador social. Isso significa dizer que o neoliberalismo se reconfigura em novos arranjos

institucionais em sua crise estrutural, particularmente no início da década dos anos 2000.

Castelo (2013) analisa que a crise estrutural do sistema neoliberal, no início dos anos 2000, abriu caminho para um novo formato do sistema, em que a questão social ganha centralidade a partir da atuação do Estado, com uma ingerência singular, no sentido de: regulação estatal nas atividades econômicas privadas, parcerias público-privadas no investimento econômico e políticas sociais de perfil focalista, filantrópico e assistencialista para o combate às principais expressões da questão social. O autor denomina a transformação da ideologia neoliberal em social-liberalismo, cuja centralidade está na concepção de uma equidade social para maior equilíbrio nas relações de mercado.

Essa variação do neoliberalismo no Brasil foi gestada no segundo governo FHC (1999-2002), após um choque de políticas de privatizações e ajustes fiscais encabeçadas em seu primeiro mandato. A sua forma mais expressiva, segundo Castelo (2013), teve lugar durante os governos do PT, Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2015), que assumiram como forte centralidade a questão social como meio de alavanca do desenvolvimento nacional.

Para tanto, a primeira eleição de Lula, em 2002, mostrou o alinhamento dos governos petistas com a perspectiva do social-liberalismo. Forte exemplo encontra-se especialmente na Carta ao Povo Brasileiro, documento elaborado como plano de governo do primeiro governo Lula, cuja essência indicava a manutenção do regime de acumulação financeira. A Carta ao Povo Brasileiro acenava ao mercado a manutenção dos alicerces da política econômica neoliberal do Consenso de Washington, que havia sido implantada no país durante a era FHC, assumindo, ao mesmo tempo, um viés de preocupação com o combate à pobreza extrema.

No final do primeiro governo Lula, já se constata um certo movimento de mudança de um perfil mais ortodoxo da gestão macroeconômica em direção a ações heterodoxas de intervenção direta do Estado na economia, cujo ponto central é o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC. Nesse momento, há o início da implementação de um conjunto de medidas sob a égide do que foi denominado novo desenvolvimentismo. O enfoque passa a ser contrário à teoria neoliberal do “Estado mínimo” e a todos os diversos discursos sobre a “retirada do Estado”. Essa retórica, de fato, esconde a continuidade da expansão de um organismo que acentua sua incidência junto à expansão da acumulação. O que se modifica, com o passar do

tempo, são as funções que o Estado exerce para privilegiar certas atividades em detrimento de outras.

Uma guinada é dada no horizonte das bases históricas do desenvolvimentismo tradicional no Brasil. O Estado passa a ser indutor/catalisador do crescimento econômico, sem que seja excluída, no entanto, a característica agroexportadora da economia brasileira, que utiliza o agronegócio como meio para financiar o processo de reindustrialização nacional, já que é o principal setor econômico do país, contribuindo em torno de 30% com o PIB nacional, segundo dados do IBGE, e consolidando-se como um dos mais avançados e modernos setores da economia brasileira.

## 2.4.

### **O Arco no contexto do Novo Desenvolvimentismo**

A retomada com novos parâmetros estruturais do papel do Estado como agente indutor do crescimento econômico detém diferenças conjunturais e estruturais do desenvolvimentismo proposto por Raul Prebisch, Albert Hirschman, Celso Furtado entre outros, que formavam a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, a CEPAL. Esse grupo de pensadores visava promover o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos ou periféricos que não haviam realizado sua revolução industrial e capitalista, de uma forma alternativa ao modelo liberal. Isso foi retratado em Oliveira (2013), a partir de uma modernização para superação das estruturas agroexportadoras, compreendidas como arcaicas.

O novo desenvolvimentismo, que deu base aos governos do PT, se apoiou na acumulação produzida pelo sistema agroexportador do agronegócio brasileiro, diferente da visão clássica de desenvolvimentismo, que foi o principal “financiador” do processo de modernização infraestrutural, industrial e urbana. O novo desenvolvimento nos governos petistas se sustentou em uma matriz de equilíbrio Estado-Cêntrica e Mercado-Cêntrica, cuja presença estatal não deve obstruir o investimento privado, e a gestão pública tem que reproduzir a eficiência do gerenciamento do setor privado (KARTZ, 2016).

Esse movimento do Estado representa, segundo Bresser-Pereira (2016), a construção de uma estratégia nacional de desenvolvimento. O Estado tem a função

de garantir que as empresas possam investir e aumentar continuamente a produtividade, produzindo condições gerais para que haja a acumulação de capitais.

O novo desenvolvimentismo, especificamente nos governos Lula (2003-2010), se configurou em equilíbrio, que ora se aproximava, ora se afastava da perspectiva neoliberal, associando-se com a perspectiva dos modelos Keynesianos. Segundo Jardim e Silva (2015):

o Estado coordenou os mercados durante o governo Lula, produzindo bens e serviços por meio de empresas estatais e parcerias com o capital privado, estabelecendo projetos com base nos recursos oriundos do mercado financeiro – especialmente dos fundos de pensão e do BNDES, via emissão de títulos públicos e por meio de investimentos diretos nas empresas –, assim como coordenou certa regulamentação de mercado (p. 54).

Esse equilíbrio entre as forças do mercado financeiro e o setor industrial no período Lula (e durante o primeiro governo Dilma)<sup>17</sup> teve no PAC a sintetização dessas medidas e intervenções estatais, como o Plano de Metas do período JK, voltadas para o processo de modernização e dinamização do capitalismo brasileiro.

O Programa de Aceleração do Crescimento, carro chefe do segundo mandato do governo Lula, foi colocado em prática em janeiro de 2007. O PAC foi um programa de centralização do planejamento e acompanhamento da introdução de infraestrutura para facilitar e promover o aumento da produtividade e a superação dos desequilíbrios regionais e sociais, envolvendo ações conjuntas com a iniciativa privada, o que ficou conhecido como PPPs (Parcerias Público-Privadas).

A estruturação do PAC se deu a partir de uma série de medidas legislativas, administrativas e políticas de investimentos, implicando desonerações de determinados setores estratégicos, notadamente centralizadas no setor de logística, energia e infraestrutura. Foi retomada uma série de projetos infraestruturais desenhados no período da ditadura militar para os Planos Nacionais de Desenvolvimento (I PND, 1969-1974, II PND, 1974-1979, e III PND, 1979-1985), obviamente reformulados e atualizados com as demandas do capitalismo contemporâneo, fora os projetos elaborados durante os anos 1990 e as parcerias com o Banco Mundial.

---

<sup>17</sup> Temos que apontar que esse momento de retomada do investimento público em obras infraestruturais teve como pilar o período conhecido como “Boom das Commodities”, marcado pelo aumento dos preços de produtos como soja e petróleo e também pela descoberta dos poços de petróleo na Bacia de Campos, o Pré-Sal.

O PAC envolve um sistema complexo de execução. Toda a sua gestão em termos de obras é feita a partir de três esferas: municipal, estadual e federal. Tanto o município quanto o estado têm que submeter projetos de obras à análise do comitê gestor, para serem financiadas pelo programa. Os recursos de financiamento do PAC vinham em parte do Tesouro Nacional (mediada pelo BNDES<sup>18</sup>), da parceira com fundos de pensão, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e de Parceiras Público Privadas (PPPs), que

foram criadas através da lei n. 11.079 de 2004, como alternativa do governo à falta de recursos para investimentos em obras de infraestrutura, buscando, dessa maneira, parceiros privados nos investimentos, tendo como principal financiador o BNDES (via recursos do Tesouro) e a participação relevante dos fundos de pensão nas PPPs, inclusive na composição acionária das Sociedades de Propósito Específico (SPE) (JARDIM e SILVA, 2015, p. 59).

As ações do governo têm o sentido de promover a atração de investimentos privados a partir dos investimentos públicos. Essa atração promove, através das PPPs, a transferência para o capital da gestão e comercialização de serviços básicos das sociedades como saneamento, habitação, transporte (estradas, metrô etc.). Dentro dessa estrutura, a relação entre Estado e mercado se estabelece de forma que ao primeiro caiba o papel de promotor e ao segundo a gestão. No entanto, verifica-se que há uma desigualdade de compartilhamento de riscos dos investimentos. O prejuízo não é socializado entre ambos; é, na maioria das vezes, acarretado pelo Estado. Trata-se, na verdade, de uma forma alternativa ao modelo de privatização de setores estratégicos, abrindo-se para a gestão privada por concessão.

Essa articulação de diálogo entre Estado e mercado durante os governos do PT se configurou como um meio de formação de um projeto nacional de desenvolvimento, que se deu, porém, de modo ameno e conformista. Ocorreram tensões, contradições, ambiguidades e relações de poder próprias desse momento. Pode-se mesmo dizer que havia um acordo de convivência entre as elites e as bases

---

<sup>18</sup> Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. Temos que destacar que o BNDES passou a ter atuação diferente da do período FHC, em que o banco ficou como mediador e gestor do processo de privatizações que marcaram esse momento. Nos governos petistas, o BNDES retoma o papel enquanto agente de crescimento econômico, não só financiando, mas atuando como participante dos conselhos empresariais das empresas que investiram na compra de ações, como uma estratégia de direcionar e acompanhar os investimentos. Os bancos públicos assumem papel estratégico na política desenvolvimentista, pelo financiamento dos investimentos da iniciativa privada e dos estados para os mesmos sendo responsáveis.

sociais fundadoras do Partido dos Trabalhadores, que conseguiu, a partir das alianças mais próximas com setores conservadores, formar um governo de coalisão durante o segundo governo Lula e deu bases para a eleição, em seguida, de Dilma, que, em seus governos, não conseguiu o mesmo diálogo com o mercado como seu antecessor, conforme analisaremos mais à frente.

A questão social sempre foi o ponto central das gestões petistas, por isso o debate sobre o novo desenvolvimentismo não se limita à questão da modernização técnico-científico-informacional nacional. Um conjunto de ações foi implementado para ampliar as políticas de desenvolvimento regional e a integração dos mercados nacionais, direcionadas para o combate à fome e erradicação da miséria extrema no país, com políticas de renda mínima e geração de emprego.

O novo desenvolvimentismo brasileiro também transpassou as fronteiras e estava atrelado a uma série de intervenções no âmbito do cone sul, especialmente no continente sul-americano, área de atuação geopolítica privilegiada pelos governos Lula, com medidas de integração e fortalecimento político do bloco continental, retomada do Mercosul, construção da UNASUL, elaboração de tratados e acordos infraestruturais na região, que integrassem economicamente a sociedade.

Quando analisamos todo esse contexto político, social e econômico em que se estabelece o projeto novodesenvolvimentista, podemos compreender o Arco Metropolitano como uma das peças técnicas da política de integração nacional desenvolvida no período dos governos petistas. Como indicamos em seções anteriores, ele é um projeto dos anos 1970, que somente teve sua execução a partir do ano 2007, como parte das políticas de desenvolvimento elaboradas no segundo governo Lula, inserindo-se dentro do PAC na linha dos projetos estruturais de transporte.

O PAC Transportes é um programa voltado para o investimento na infraestrutura rodoviária, ferroviária e hidroviária brasileira. A modernização e expansão do sistema de transporte e logística objetivavam acabar com um dos principais “gargalos” infraestruturais da rede viária brasileira, que tem como centralidade o modelo rodoviário implementado no período do Plano de Metas. O objetivo de um projeto tão complexo como o PAC Transportes é promover uma redução do tempo e do custo de deslocamento e armazenamento dos produtos brasileiros.



Nesse sentido, o Plano Nacional de Logística e Transporte, lançado em 2006, depois de vinte anos sem planejamento de infraestruturas, foi a base dessa vertente do PAC, elaborado em parceria do Ministério dos Transportes (MT) com o Ministério da Defesa, por meio do Centro de Excelência em Engenharia de Transportes (CETTRAN). Teve como caráter indicativo as obras que eram prioritárias até a década seguinte e trouxe como destaque as obras de infraestrutura principalmente nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, o principal centro consumidor e industrial e a principal região produtora de soja, um dos produtos de maior relevância econômica do agronegócio brasileiro. Todo um planejamento foi montado para dinamizar a logística, o transporte e a energia, de maneira a produzir bases para um processo de reindustrialização brasileira.

As ordens dos investimentos do PAC alcançaram em torno de 503,9 bilhões de reais nos quatro anos que se seguiram. A economia brasileira nesse período cresceu em média 4,6% ao ano, apesar do contexto de crise internacional dos anos 2008 e 2009. Esse crescimento não foi somente viabilizado pelas ações do PAC. Traduziram-se em uma série de ações que vão desde a participação ativa da Petrobrás em investimento em infraestrutura na produção petrolífera nacional, na parte de refino e exploração, quanto nas políticas de conteúdo local.

Todo esse ambiente de crescimento econômico foi o suficiente para que Lula acumulasse forças eleitorais para eleger sua sucessora, a chefe de seu governo e principal gestora do PAC, Dilma Rousseff, no ano 2010. A eleição de Dilma não só significou a primeira mulher eleita para a presidência da República. Expressou também a consolidação de um fenômeno político chamado lulismo:

O lulismo, que emerge junto com o realinhamento, é, do meu ponto de vista, o encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado, por meio do programa cujos pontos principais foram delineados entre 2003 e 2005: combater a pobreza, sobretudo onde ela é mais excruciante tanto social quanto regionalmente, por meio da atividade do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, que se concentra no Norte e Nordeste do país, sem confrontar os interesses do capital. Ao mesmo tempo, também decorre do realinhamento o antilulismo que se concentra no PSDB e afasta a classe média de Lula e do PT (SINGER, 2012, p. 15-16).

O lulismo se consolida como uma das formas políticas brasileiras na eleição de Dilma Rousseff (2010 e 2014), caracterizando-se por um realinhamento das forças históricas de formação do PT, de setores populares e da classe média, para setores subproletarizados que se identificaram com o projeto, ao qual se refere Lula

com a expressão “colocar o pobre no orçamento”. Configurou-se como um pacto conservador dentro da coalisão governamental para dar condições de continuidade das políticas desenvolvimentistas iniciadas por Lula, alinhando-se com diferentes setores sociais dos partidos brasileiros, da esquerda, centro e direita, um bloco de composição complexo, que teve no PMDB, Partido do Movimento Democrático do Brasil, o principal aliado, na figura do vice-presidente Michel Temer.

O Governo Dilma foi um produto do lulismo e um aprofundamento da política novodesenvolvimentista, a partir da “nova matriz econômica” dirigida pelo ministro da fazenda Guido Mantega. Esse aprofundamento tinha como foco central combater a crise internacional de 2009 e evitar que seus efeitos chegassem ao Brasil. Todo o enfoque se deu na ampliação do Estado na economia, com o objetivo claro de aprofundar de maneira acelerada o lulismo.

O Programa de Aceleração do Crescimento foi relançado no novo governo petista e nesse momento de tentativa de consolidação do lulismo. A ele foi dado o nome de PAC 2. Com um aumento orçamentário significativo devido ao superávit primário dos anos anteriores e à necessidade de acelerar as mudanças iniciadas nos governos Lula, o PAC 2 entra em ação. Ele é o aprimoramento do PAC, com mais recursos e aprofundamentos de articulações de estado e municípios com o governo federal. Em termos orçamentários, o programa atingiu a casa dos 850 bilhões de reais em obras de mobilidade urbana, saneamento básico, energia, eletrificação, infraestrutura escolar etc.

Entretanto, o governo Dilma construiu sua política novodesenvolvimentista, enfrentando justamente um dos setores com os quais o governo Lula manteve um certo diálogo, o mercado. Medidas como redução do custo de energia, baixos juros dos bancos estatais, desonerações para grandes setores empresariais, ampliação do crédito no BNDES entre outras tantas entraram em choque com os setores mais ortodoxos brasileiros e sofreram até mesmo críticas de economistas heterodoxos brasileiros. Fagnani (2017) analisa que o primeiro mandato de Dilma Rousseff foi o recrudescimento das tensões com o mercado. Para ele,

Do ponto de vista estritamente econômico, esse acirramento decorreu da desaceleração do crescimento, por conta dos desdobramentos da crise financeira internacional e de erros na condução das políticas domésticas. Destaca-se, aqui, dentre tantos outros pontos, o reforço da política de isenções fiscais que contribuiu para piorar as contas públicas e as contas da Seguridade Social.

Do ponto de vista político, o acirramento dessas tensões intensificou-se com a proximidade das eleições de 2014, quando a oposição aprofundou a campanha ideológica contra o suposto programa intervencionista da “esquerda”, agora com o propósito de apresentar um Brasil em “crise econômica terminal” (p. 7).

Durante a campanha de reeleição de Dilma Rousseff em 2014, acirrou-se o debate entre, por um lado, o papel do Estado na economia e o intervencionismo do novo desenvolvimentismo, e, por outro, a retomada do Estado mínimo e de austeridade das políticas do neoliberalismo mais tradicional. Essas foram premissas que marcaram o início de uma crise política, econômica e social brasileira, desde então.

A crise institucional atingiu diferentes escalas da política nacional, produzindo rupturas e dubiedades nas alianças do pacto lulista. O estado do Rio de Janeiro foi, talvez, a grande expressão dessa crise, quando os segmentos políticos tradicionais tiveram apoio do lulismo durante o segundo governo Lula e o primeiro governo Dilma. Foi o caso da aliança com o PMDB fluminense, na figura do ex-governador Sérgio Cabral Filho, eleito em 2006 e reeleito em 2010. Foram vultosos os investimentos do PAC no estado e os investimentos estratégicos que alavancaram a economia estadual nesse período. A cidade do Rio de Janeiro era “a cereja do bolo”, a capital que mais recebeu eventos globais como a Jornada Mundial da Juventude, os Jogos Olímpicos Militares, a final da Copa do Mundo de 2014, as Olimpíadas de 2016, um dos principais eventos do período de aliança do governo federal petista com a plutocracia estadual peemedebista fluminense/carioca.

A ruptura e dubiedade junto ao pacto no Rio de Janeiro se configuram através da aproximação do PMDB fluminense com o PSDB nacional, apoiando, de um lado, o candidato à presidência em 2014, Aécio Neves, e, de outro, também nesse mesmo ano, a reeleição de Dilma Rousseff. O vice-governador e candidato à época ao governo do estado, Luiz Fernando Pezão, flutuava nessa polarização política que marcava a campanha eleitoral.

Foi crucial o papel do Arco Metropolitano como principal obra inaugurada nesse ano no estado. O ex-governador Pezão usou a inauguração do Arco como propaganda eleitoral e difundiu a ideia de um novo momento do desenvolvimento

econômico fluminense. Em seu novo governo, Dilma Rousseff promoveu um movimento político de diálogo com o mercado, indicando um nome de forte inserção dentro do mundo financeiro para o Ministério da Fazenda, Joaquim Levy, que se propunha a ser o chefe para a implementação de medidas de austeridade, o ajuste fiscal, indo na contramão do que havia proposto na campanha eleitoral, a luta contra o receituário neoliberal.

Já havia sinais claros de um processo de crise econômica tanto no estado do Rio quanto na esfera federal. A dubiedade do PMDB fluminense parecia ser um sinal do que se configuraria mais adiante como um golpe branco de Estado com o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, tendo na figura de Eduardo Cunha, deputado federal eleito pelo PMDB do Rio de Janeiro e Presidente da Câmara, um dos seus alçozes, com as chamadas pautas bombas, que travaram o governo Dilma e as medidas propostas para sair da crise.

É preciso também colocar em pauta a questão da corrupção, no caso do superfaturamento de obras do PAC e da Petrobrás, que atingiu diretamente as duas escalas governamentais aqui analisadas, a federal e a estadual, causando graves impactos, especialmente, na economia estadual. Zibechi e Machado (2017) apontam que a corrupção é uma parte intrínseca do processo de acumulação capitalista, sinalizam que não existe capitalismo sem corrupção, “pois é um sistema baseado na exploração dos trabalhadores e, portanto, não pode apelar a nenhuma moral para justificar” (p. 97).

A crise econômica e a Operação Lava-Jato conseguiram atrasar e paralisar uma série de obras infraestruturais por todo o país e no estado do Rio de Janeiro, promovendo uma paralisia econômica dos investimentos da Petrobrás e das obras do PAC. Membros das grandes corporações da construção civil brasileira, como a Odebrecht, e uma série de políticos importantes, como o ex-governador do Rio Sérgio Cabral Filho, foram presos por envolvimento em corrupção e lavagem de dinheiro. A essa série de prisões junta-se a perseguição política explícita a Lula, que culminou com sua condenação e prisão em 2018, em uma operação emaranhada de muitas dúvidas e marcada por métodos pouco legalistas, de alto impacto na opinião pública e forte caráter de parcialidade no processo investigativo<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> A assertiva não diz respeito a um posicionamento contrário ao processo de investigação e combate à corrupção. A crítica aqui encetada passa pela forma como ele é executado, quebrando toda uma

O governo Dilma perde apoio político do Congresso Nacional, ao mesmo tempo que se articulam tentativas de paralisações de ações da Operação Lava-Jato por parte de diversos partidos políticos brasileiros, que discordavam da postura da presidenta de não intervir nos processos investigativos. A própria Dilma Rousseff teve conversas telefônicas grampeadas e expostas ao público pela operação. O candidato derrotado Aécio Neves, que não aceitou o resultado da eleição de 2014, articula com o deputado Eduardo Cunha condições para um ambiente de *impeachment* da presidenta com o apoio de seu vice Michel Temer. Em 2016, Eduardo Cunha é preso.

Zibechi e Machado (2017) indicam que esse é o momento de fim do período progressista e reinício da radicalização neoliberal conservadora apoiada pelos EUA e os agentes internacionais interessados nas riquezas nacionais e nos mercados consumidores que se formou no Brasil, produzindo um distanciamento do país do bloco dos países emergentes, o BRICS. Com uma série de medidas ortodoxas, o governo Temer desmonta a política social do período petista, impõe reformas trabalhistas de largo impacto para a classe trabalhadora e o congelamento dos investimentos por 20 anos com a chamada PEC dos Gastos, PEC 241, e promove o fim do regime de partilha da exploração do Pré-Sal, praticamente conduzindo o país à volta ao mapa da pobreza e da fome, ao mesmo tempo que se articulam o campo ultraconservador e neoliberal.

Essa situação se expressa no estado do Rio de Janeiro a partir de uma série de medidas de austeridade e da assinatura de um acordo de recuperação financeira que alija o estado de todas as suas funções sociais e econômicas para dar garantias de pagamento da dívida com a União. Nesse sentido, a situação no estado do Rio se complexifica em vários níveis – social, econômico, político –, e o projeto novodesenvolvimentista que o Arco Metropolitano representa abre-se a reflexões e críticas.

Nossa crítica recai especialmente sobre o novo desenvolvimentismo por ser uma via do capital que se dá através do movimento de desenvolvimento desigual, em que a modernização do território nacional, através dos megaempreendimentos infraestruturais, fomenta o processo de acumulação desenfreada. O novo

---

série de protocolos e medidas do estado de direito democrático, de maneira a desconstruir uma série de iniciativas econômicas do Estado Nacional.

desenvolvimentismo aposta na garantia da modernização para expandir o progresso (KARTZ, 2016).

Com isso, a questão central desta tese pode ser colocada em evidência: a acumulação desenfreada e a intensa territorialização expulsam as populações mais vulneráveis de seus territórios. Por mais que a preocupação com a equidade social tenha sido manifestada, as perdas e os conflitos contra o movimento de desterritorialização de muitas comunidades atingidas que sofrem os efeitos da modernização ficam claros e permanecem evidentes nesse momento histórico. Obviamente, este é um processo multiescalar que não se limita à ação do governo federal e envolve também inúmeros grupos de interesses e conflitos regionais, estaduais e municipais.

No próximo capítulo, analisaremos esse processo na escala regional do estado do Rio de Janeiro, especificamente na escala metropolitana, dando destaque ao recorte da Baixada Fluminense, lugar marcado por desigualdades sociais e parte estratégica do projeto Arco Metropolitano, com foco nas comunidades que estamos estudando.

A Baixada se insere no projeto Arco como área para o desenvolvimento logístico-industrial estimulado por um relevo de terras planas. Ela é colocada nos relatórios e no plano diretor do Arco como “espaço vazios” ou “livres”. Entretanto, a figura 7 nos mostra o contrário:

Figura 7: Reportagem sobre as remoções em Vila de Cava

## Uma estrada no caminho de 50 famílias de Nova Iguaçu



Fonte: Reportagem *Jornal Extra*, 18 de janeiro de 2012.

A figura acima é uma reportagem feita no ano de 2012 com famílias que contestavam o valor pago nas indenizações por parte do DER e os efeitos para a comunidade. A reportagem é um exemplo de que os ditos “espaços livres” na realidade são espaços ocupados e construídos por diferentes sujeitos como os aqui pesquisados, os Removidos de Vila de Cava, os Atingidos de Marajoara e os Vizinhos de Sol da Manhã.

### 3

## **Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: Uma estrada no caminho da(s) Baixada(s) Fluminense(s)**

Todas as vidas dentro de mim:  
Na minha vida-  
a vida mera das obscuras.

“Todas as vidas”, de Cora Coralina

Dando continuidade, de certa forma, ao que foi analisado no capítulo anterior, pretendemos, neste capítulo, compreender o Arco Metropolitano na dinâmica territorial fluminense. Para isso precisamos compreender que o projeto do Arco Metropolitano é a expressão do movimento histórico-geográfico de acumulação e espoliação do capital, que se configura de diferentes maneiras e com trajetórias particulares ao longo do tempo-espço. Esse processo é apresentado neste trabalho de tese exemplificado pelos conflitos em Vila de Cava, Marajoara e Sol da Manhã.

Por mais que o Arco Metropolitano tenha sido uma representação de desenvolvimento econômico na escala estadual, sua territorialização se concretizou no espaço metropolitano, tanto a leste quanto a oeste, como vimos nas propostas de investimentos no capítulo anterior. Porém, é na região do espaço metropolitano, conhecida como Baixada Fluminense, em seus sentidos histórico e geográfico de inclusão e exclusão da metrópole (ROCHA, 2014), que se estabeleceu grande parte da obra, com as desapropriações de terrenos e os planos de empreendimentos logísticos e industriais. Dentro dessa dinâmica regional, configuram-se os conflitos que estamos analisando. Guiados, neste momento, pelas seguintes questões – Que Baixadas o Arco encontrou? Que Baixadas o Arco produziu? –, somos levados a refletir sobre os sujeitos deste trabalho em suas espacialidades, que são produtores e produzidos por essas Baixadas que o Arco encontrou, assim como também são produtores e produzidos pela Baixada implementada pelo Arco.



### 3.1.

#### **Rio de Janeiro: Arco Metropolitano**

Para a economia estadual, o Arco é um eixo de desenvolvimento do espaço metropolitano que abre uma nova carteira de possibilidades de crescimento econômico. Está delimitada dentro desse projeto uma divisão territorial do trabalho, que, ao mesmo tempo, expande um mercado de terras nessa região, através de seus “espaços vazios”, “fomentando” as economias dos municípios cortados pelo Arco. Para tanto, é preciso pensar o estado e suas dinâmicas econômicas e regionais frente aos processos descritos no capítulo acima e sua contextualização na atual conjuntura em que vive a população fluminense.

O estado do Rio de Janeiro tem suas particularidades com relação às questões territoriais que o marcam até hoje como, por exemplo, o distanciamento social do interior e da capital, problema que se constituiu desde a fusão do estado da Guanabara com o estado do Rio e o processo de construção de uma identidade fluminense. Outra questão que está associada a esse fato é a forte centralidade da metrópole carioca. Grande parte da população do estado está localizada na Região Metropolitana. O Rio de Janeiro é o estado com maior grau de urbanização do Brasil.

Nosso interesse, neste momento, é debater sobre as questões de economia e indústria do estado e suas transformações nos últimos anos, bem como destacar os investimentos do PAC na dinâmica territorial fluminense. Nossa preocupação se dirige à dinâmica regional estadual, e não somente à escala da cidade do Rio de Janeiro, até mesmo porque nosso foco está centrado no espaço metropolitano. Porém, é inegável a centralidade regional e nacional da capital, que foi revigorada com os investimentos do PAC e das obras para os jogos Pan-americanos de 2007, as Olimpíadas de 2016 e a Copa do Mundo de 2014. A Cidade Maravilhosa retornou, assim, a seus momentos áureos de capital nacional como cartão postal do Brasil.

O estado, via políticas do PAC, obteve fortes investimentos em sua base logística e na indústria petrolífera, especialmente com a descoberta do Pré-Sal na bacia de Campos, a construção do submarino nuclear em Itaguaí, a volta de investimentos na usina nuclear de Angra dos Reis e em portos como o do Açu e

Itaguaí. Todos esses processos representam novas fronteiras de acumulação do capital no estado, indo no sentido do interior estadual em direção à franja metropolitana nas vertentes leste e oeste, como bem exemplificam os investimentos do COMPERJ e os condomínios logístico-industriais para o escoamento para o Porto de Itaguaí.

A história do Rio de Janeiro se confunde com a história do desenvolvimento nacional. A crise produzida pelo esvaziamento econômico com a transferência da capital federal para Brasília, no ano de 1961, é um dos aspectos da problemática que envolve a questão regional entre a capital do estado e o interior, especialmente pelas dificuldades de se montar um projeto de desenvolvimento regional para o estado como um todo. De um lado, está a economia do estado do Rio de Janeiro e, de outro, a economia da cidade do Rio de Janeiro, com alguns momentos de aproximação de projetos e outros de distanciamento. As construções de projetos de desenvolvimento nacional sempre transpassaram pelo Rio-capital e também pelo Rio-estado. A construção da CSN no Vale do Paraíba e a expansão da Petrobrás no Norte Fluminense representam momentos diferentes dessa política federal.

A história econômica fluminense tem momentos de queda e ascensão que marcam as políticas estatais da escala nacional e a reorganização da economia. Montando uma cronologia a partir dos anos 1980, podemos perceber que a falência do modelo desenvolvimentista atinge a economia do estado de forma brusca, o que é apontado por Natal (2004) como uma crise profunda de caráter econômico, de cunho institucional e societário do estado. Para o referido autor,

ao entender-se que a crise do padrão de financiamento da economia brasileira constitui uma das expressões da crise do padrão de desenvolvimento capitalista nacional e que elas, as duas crises anotadas, por sua vez, estavam amalgamadas especialmente com a dinâmica econômica verificada em São Paulo, entende-se também porque essas “crises” e lugar são fundamentais à compreensão mais ampla da crise da própria economia fluminense, dadas as restrições que, a partir delas, das crises referidas, insista-se, se avolumam no que trata das transferências de recursos públicos para todos os entes federativos, em especial para os mais tributários do Poder Público Federal – como era o caso do Estado do Rio de Janeiro (2004, p. 74).

Como expressão da fragilidade econômica estadual e da capital, a cidade do Rio de Janeiro, o movimento do esvaziamento econômico com a transferência da sede do Governo Federal para Brasília tem um desenho de uma economia de crise por muitos anos, mas que começou a ter outra configuração no período classificado por Natal (2005) como o Rio pós-95, um momento de forte inserção do

neoliberalismo na economia fluminense com a chegada de Marcelo Alencar ao governo do estado e a presença de Fernando Henrique Cardoso na presidência, ambos do PSDB. Como sempre, em sua história, o Rio de Janeiro seguiu a agenda nacional. Um novo modelo de desenvolvimento regional é proposto pelo governador do PSDB, assim caracterizado por Binsztok (1999):

O recrudescimento das propostas neoliberais, colocadas em prática pelo Governo FHC, via Programa Nacional de Privatização e outras medidas, além de proporcionar maciças transferências de recursos públicos para o setor privado, (...), também, irá provocar [como provocou] significativas mudanças no ranking das empresas estatais no Rio de Janeiro, contribuindo para o “enxugamento” do setor público, exigido pela “base técnica”, como condições indispensáveis para o “ajuste” das contas do governo e consequente estabilidade econômica. Tais conglomerados, detentores de numerosos títulos públicos e excedentes financeiros, acumulados nos surtos inflacionários, segundo a lógica ditada pelo modelo, estariam aptos para apropriarem-se de empresas estatais, em função da “competência” e “eficiência” apresentadas (p. 96).

A respeito desse momento, Binsztok (1999) sinaliza que há a execução de uma reestruturação do território no estado do Rio de Janeiro. Alguns economistas classificaram esse momento de inflexão positiva do estado, em que não há investimentos diretamente estatais, mas um processo de reestruturação via privatizações. O estado consegue atrair a chegada de investimentos externos por meio de concessionárias, por exemplo, para a exploração dos patrimônios públicos privatizados:

O Estado do Rio de Janeiro passou a sediar as agências reguladoras dos serviços públicos privatizados, atraindo para si importantes investimentos e receitas para o Estado. Acrescente-se na composição da inflexão em questão os seguintes fatos: que foram então realizados expressivos investimentos pelas concessionárias que passaram a explorar várias rodovias, independentemente da consideração das suas fontes de financiamento (Firjan, 1997); que também foram realizados significativos investimentos privados na construção do parque gráfico de O Globo (na BR 040, a Rio-Juiz de Fora), na instalação da Peugeot-Citröen e da Volkswagen (em Resende), da Guardian (em Porto Real) etc. (Firjan, 1997); que igualmente os Royalties do petróleo (que participam atualmente das receitas de cerca de 2/3 dos municípios do Estado) e recursos outros provenientes de atividades direta ou indiretamente relacionadas ao setor petróleo contribuíram para a inflexão econômica em análise; que, ainda, os investimentos realizados nos setores da extrativa mineral e de telecomunicações foram decisivos para a supramencionada dinamização econômica. Por conseguinte, parece razoável afirmar que houve, a partir de meados dos anos noventa recentes, não obstante o discurso de recuo do Estado no que diz respeito a investimentos, certa inflexão econômica positiva (NATAL, 2004, p. 78).

Associado ao processo de inflexão econômica do estado, a produção do petróleo e gás no território fluminense teve aumento significativo, promovendo um

crescimento do número de empresas que se instalam no estado especificamente para esse setor econômico. Isso indicou crescimento da indústria petroquímica e extrativista no estado do Rio de Janeiro, que hoje se configura como o principal produtor de petróleo no território nacional.

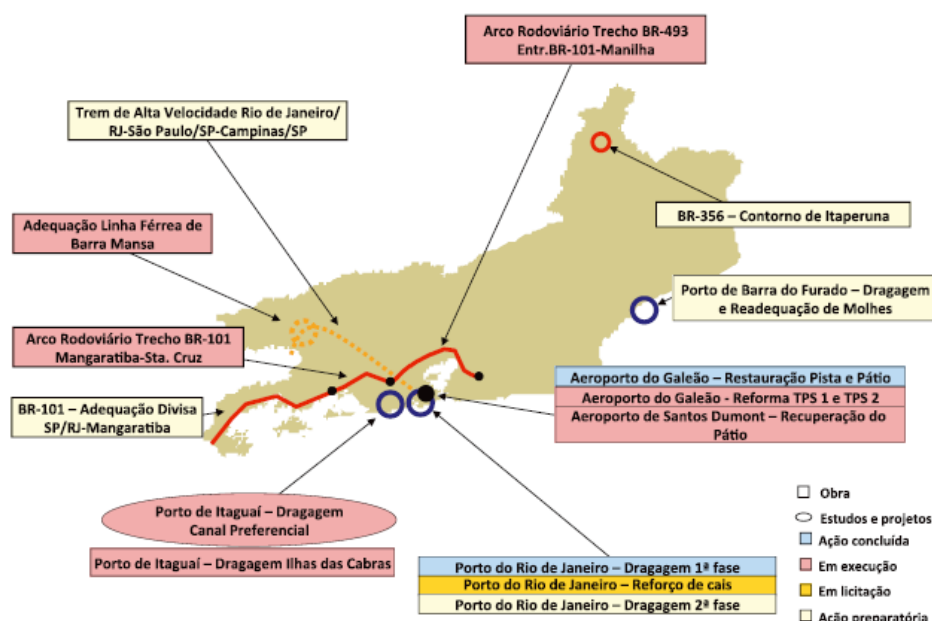
Com isso, houve um aumento de arrecadação do estado através dos royalties do petróleo. A região do Norte Fluminense é a expressão maior desse momento, sendo o principal polo concentrador dos royalties do petróleo, por ser a região produtora, junto da Baixada Litorânea, especialmente Macaé, onde está a base da Petrobrás. Embora as desigualdades regionais do estado em termos sociais e econômicos tivessem sido acentuadas, a capital continuava como principal centralidade, enquanto a região Norte também crescia, desde os anos 1980, quando foram ampliadas as explorações na bacia de Campos.

A política de inflexão positiva pode ser considerada um momento de ajuste econômico para a sociedade fluminense, um recuo efetivo do Estado com cortes em setores sociais essenciais como saúde, educação, segurança etc. Com a chegada de Anthony Garotinho ao governo do estado, em 1998, tendo sido anteriormente prefeito de Campos dos Goytacazes, e a eleição de Rosinha Garotinho, sua esposa, quatro anos depois ao governo do estado, há um mergulho em uma série de políticas e iniciativas de cunho filantrópico e clientelista, financiadas pela renda dos royalties. No primeiro mandato, colocaram-se como oposição ao governo FHC e, no seguinte, mantiveram uma linha “progressista” em termos de desenvolvimentismo, construindo uma relação “de amor e ódio” pelo governo Lula. Com uma série de iniciativas para o interior do estado, a família Garotinho focou nas desigualdades regionais que marcam o território fluminense. De seu governo, destacam-se o projeto Frutificar, no Norte e Noroeste; Moda Íntima, em Friburgo; Metal-Mecânico, no Médio Vale do Paraíba.

Após o distanciamento do governo federal com o Rio de Janeiro, tanto no segundo governo de FHC quanto no primeiro mandato de Lula, o apoio federal é recuperado e volta à cena com a eleição de Sérgio Cabral Filho a governador em 2006. Com ele, são retomados os investimentos infraestruturais no Rio de Janeiro via PAC, e o estado recebe uma série de investimentos que impõem, em tese, um novo projeto de desenvolvimento regional fluminense. A capital ganha novamente um cenário de cartão postal do país, por sediar o último jogo da Copa do Mundo de 2014 e ser escolhida a cidade-sede das Olimpíadas de 2016. A cidade e o estado

nesse período se tornam um grande canteiro de obras e de diferentes projetos. Uma série de projetos que passam pela região Norte Fluminense à região da Costa Verde são desenhados. A figura 8 representa os investimentos do PAC entre os anos 2011 e 2014 no estado do Rio de Janeiro:

Figura 8: Investimento do PAC no estado do Rio de Janeiro



Fonte: 10º Balanço PAC2 Rio de Janeiro, março-junho de 2014.

O PAC no Rio de Janeiro atuou em uma diversidade de investimentos que abrangia desde mobilidade urbana a saneamento básico para as comunidades carentes da capital. São exemplos o PAC Favelas, o PAC Mobilidade Urbana, o projeto de investimento em energia, entre outras tantas iniciativas que figuravam no cenário projetado para o segundo período de gestão de Sérgio Cabral Filho (2011-2014) e situado pelos economistas neoliberais fluminenses no slogan “Rio– Hora da Virada”, fazendo alusão à virada da crise societária e econômica que havia assolado o estado por vários anos. Com um receituário neoliberal, três instituições construíram esse projeto econômico-social em nível estadual: o Instituto Millenium, a Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e o

Banco Mundial, que atuam não só em projetos infraestruturais, mas em todas as instâncias da gestão e elaboração de projetos sociais e essenciais como saúde, educação, saneamento básico, entre outros.

A logística e o extrativismo mineral, especialmente no Noroeste e Norte fluminenses, com o mineroduto e a exploração petrolífera, entram dentro desses conjuntos de planos como uma das bases essenciais do que se colocaria nesse momento para a economia fluminense. Para Egler et al (2015), era preciso propor uma base não só para os projetos nacionais de territorialização no espaço fluminense, mas também para um projeto de desenvolvimento regional para o estado, que trouxesse coesão entre as regiões do estado, articulando a rede viária em suas diferentes escalas territoriais.

Segundo o documento da FIRJAN “Decisão Rio 2014-2016”, as estimativas de investimentos no estado eram de 235,6 bilhões de reais nesse período. 60,7% deste valor estavam relacionados a investimentos no setor de petróleo e gás, e outros 16,1% para o setor de infraestrutura, cujos principais projetos estavam voltados à mobilidade urbana da cidade do Rio de Janeiro, de que são exemplos o BRT, o VLT, o Metrô e o projeto central para o desenvolvimento da Região Metropolitana, o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.

Todos esses projetos estão articulados no documento intitulado *Visões de futuro*, lançado em 2012, da FIRJAN, que descrevia uma série de propostas para o desenvolvimento econômico do estado, com proposição de vigência de um período de 5 a 15 anos, contando com investimentos por parte do Estado e da iniciativa privada, reiteradas em seu plano quinquenal no final de 2014. Nesse documento, destaca-se o papel de importância estratégica do Arco Metropolitano para o desenvolvimento econômico do estado, pelo fato de integrar toda a Região Metropolitana, complementar o acesso rodoviário com o Porto de Itaguaí e aproximar o município de Duque de Caxias – onde está instalada a Refinaria Duque de Caxias (REDUC) – ao Leste Fluminense, onde está sendo construído o complexo petroquímico COMPERJ, no município de Itaboraí.

Com o Arco, poderia ser produzida uma série de benefícios logísticos que atrairiam um grande número de habitantes e empresas para o seu entorno (SISTEMA FIRJAN, 2012). A análise da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro toma como base os “espaços vazios” nas adjacências do Arco. O seu entorno se tornou um espaço de atração para inúmeras iniciativas e investimentos

nos municípios sobre os quais ele tenha influência territorial. Toda essa discussão e praticidade começam efetivamente em 2011 e 2012, com os avanços da execução das obras do Arco.

Somente o investimento na obra do Arco em suas diferentes etapas de construção causou um impacto positivo na economia fluminense, já que houve aumento do emprego no setor de construção civil e metalurgia, fora as ditas possibilidades de geração de emprego com as empresas que se instalassem nos seus arredores<sup>20</sup>. Alguns jornais anunciavam que o eixo Itaguaí-Itaboraí poderia vir a gerar em torno de 800 mil empregos para a Região Metropolitana.

Isso foi um dos aspectos que marcaram o imaginário de desenvolvimento que o Arco poderia promover à economia fluminense em especial para a Região Metropolitana. É preciso destacar que o processo de construção encontrou dificuldades em termos ambientais e sociais, que motivaram as paralisações das obras e os replanejamentos sobre ocupação devido a questões envolvendo a fauna e flora e patrimônios arqueológicos que foram encontrados no processo de terraplanagem. Outros fatores relacionados à complexidade da execução da obra estão associados a problemas políticos, casos de corrupção, sobrevalorização da obra etc. Souza (2015) retoma a história dos prolongamentos da obra do Arco da seguinte forma:

Apesar de o Arco ter sido anunciado desde o início de 2007, a cerimônia solene de assinatura de início das obras só ocorreu em maio de 2008, quando foi estabelecido o prazo de inauguração do AMRJ para o final do ano de 2010. Ao longo de sete anos, as obras do AMRJ sofreram atrasos justificados pelos mais diversos motivos. Dentre eles, os que ganharam maior destaque na mídia foram a descoberta de sítios arqueológicos ao longo da rodovia, a descoberta de espécies raras de rã e peixe na Floresta Nacional Mário Xavier (cortada pelo traçado do Arco) e a falta de matéria-prima para as obras. A lentidão na desapropriação dos terrenos que seriam utilizados na obra também foi um motivo bastante relevante, segundo as entrevistas realizadas com representantes de entidades relacionadas com a obra do Arco. Entretanto, esta

---

<sup>20</sup> Na atual conjuntura, não é possível obter dados concretos acerca de quantos empregos foram criados efetivamente após a inauguração do Arco Metropolitano. Há uma série de dificuldades para acessar essas informações, tais como: a falta de pesquisas desse gênero e a crise fiscal que assola o estado, promovendo uma saída de investimentos e a não inserção de novos na escala estadual. Oliveira e Silva (2017) indicam que é preciso chamar atenção para o fato de que, dada a contemporaneidade da obra (instalação e inauguração), não há ainda um conjunto considerável de indicadores oficiais de emprego, renda e atividade econômica que permita auferir os impactos. É importante lembrar que os principais órgãos de pesquisa e divulgação desses dados, no Brasil, trabalham com um atraso de aproximadamente três anos em relação ao ano de divulgação dos resultados e o ano de análise.

justificativa não ganhou muita repercussão e sempre foi negada pelos representantes do poder público (p. 86).

Ao apresentar o panorama acima, Souza (2015) traz a análise do reordenamento territorial produzido pelo Arco dentro do espaço metropolitano fluminense. Dessa maneira, um conjunto de agentes se insere nesse espaço, remodelando-o para receber os novos investimentos. Os municípios cortados por ele ou que estão em sua zona de abrangência promovem novos zoneamentos para se adequarem às demandas que apareceriam com a construção do Arco. Esse é um outro debate que emerge em nossa discussão na escala estadual, mas que também precisa ser feito na escala metropolitana e local.

O Arco Metropolitano se insere num debate sobre projetos de diferentes escalas estatais e de produção de condições para a reprodução do capital, via representação do PAC e dos debates sobre o desenvolvimento regional fluminense. O passo seguinte é perceber esse processo na escala da Região Metropolitana fluminense, destacadamente, a Baixada Fluminense e nas escalas locais, de maneira a dar instrumentais para compreendermos o foco central do presente estudo: os conflitos e as práticas espaciais de resistência que se expressam frente ao processo de territorialização do capital.

### **3.2.**

#### **O Arco: Região Metropolitana**

Com a implantação do Arco na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, há a formação de um projeto de desenvolvimento regional e de integração estadual em uma nova dinâmica econômica, destacadamente pelos setores de logística, petróleo e siderurgia. O Arco é a peça fundamental desse projeto, que podemos chamar de “desenvolvimento” econômico da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, pois integra territorialmente esse conjunto de setores.

Essa região é o principal centro econômico do estado. Nela está concentrada 70% da população fluminense, os principais parques industriais e tecnológicos, tendo como principal polo a cidade do Rio de Janeiro. O mapa (figura 9) abaixo representa a divisão territorial do trabalho da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e as sub-regiões de investimentos no espaço metropolitano, a oeste e leste.



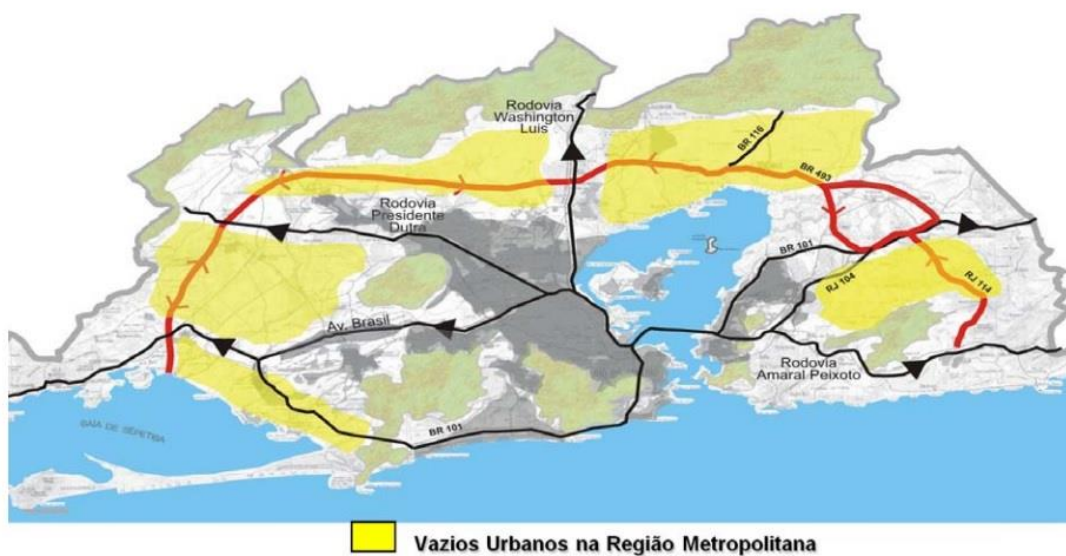
Figura 9: Divisão da Região Metropolitana do Rio de Janeiro



Fonte: Rocha (2020)

A construção do Arco possibilita a expansão de outros setores para áreas com baixo adensamento urbano e “vazios demográficos”, abrindo uma nova fronteira de acumulação dentro do espaço metropolitano do Rio de Janeiro.

Figura 10: Vazios urbanos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro



Fonte: Plano Diretor do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro (2011)

A figura 10 acima representa as áreas de adensamento urbano e populacional e os “espaços vazios” da Região Metropolitana. Em sua maioria, esses espaços estão localizados na vertente noroeste da região, onde podemos encontrar um maior número de “espaços livres”. Contudo, é preciso observar que esses espaços foram delimitados de acordo com suas áreas de influência, como podemos ver no mapa da figura 9 acima, nas sub-regiões. As vertentes norte e leste metropolitanas estão sob a abrangência da zona farmoquímica, devido à presença do COMPERJ e da REDUC, já as partes oeste e noroeste ficam sob a abrangência dos polos metal-mecânicos devido à CSA e ao Porto de Itaguaí.

Esse arranjo espacial pode ser melhor compreendido através da figura abaixo, que expressa a distribuição dos investimentos territorializados na Região Metropolitana:

Figura 11: Investimentos recentes no Arco Metropolitano



Fonte: Loureiro *et al* (2018)

O documento *Visões de Futuro*, da FIRJAN, propõe uma série de projetos ao poder público estadual e à iniciativa privada, que fazem com que o Arco seja um direcionador da lógica de cidade que se impõe aos municípios que se encontram por ele cortados ou em suas adjacências. O poder local, o poder estatal em sua esfera local, assume uma proposta em conjunção a uma visão neoliberal nesse caso, como

um dinamizador da economia, ao colocar condições básicas para a atração de investimentos que promovam o crescimento econômico, ou melhor, esse é o discurso de desenvolvimento local utilizado pelos agentes locais, tanto políticos quanto econômicos, pois os municípios estão localizados em áreas que facilitam a mobilidade de mercadorias, serviços e mão de obra.

Para isso, o estado construiu o órgão responsável para promover a articulação institucional de políticas para o espaço metropolitano, integrando proposições de mobilidade urbana, planejamento e gestão do território, a Câmara Metropolitana. Criada em 2014 pelo então governador Fernando Pezão, ela tem como objetivo a articulação das instituições governamentais localizadas dentro do espaço metropolitano de maneira a constituir um ordenamento integrado e sustentável para a promoção do desenvolvimento econômico regional e local.

O trabalho de Sobral (2012) analisa os processos que levam a indústria do espaço metropolitano fluminense à “insustentabilidade”. O autor avalia que, mesmo recebendo uma série de investimentos estatais ao longo dos anos, o território fluminense apresenta “uma série de dificuldades para assegurar um elevado dinamismo no longo prazo e generalizá-lo na totalidade do território” (SOBRAL, 2012, p. 161). Essas dificuldades podem ser exemplificadas a partir das crises estruturais vividas ao longo dos anos conforme indicamos em unidades anteriores deste capítulo, como as crises do esvaziamento da cidade do Rio de Janeiro, os conflitos promovidos com fusão da cidade com o estado e o processo de desindustrialização na Região Metropolitana. O autor indica que o baixo dinamismo da economia metropolitana é causado pela centralidade na economia extrativista do petróleo, ao qual estão associados os baixos investimentos nos centros tecnológicos existentes no território fluminense. Sobral (2012) afirma que a indústria metropolitana se desenvolve como uma “estrutura oca”, expressão que assume um sentido metafórico correspondente à parte interna da economia fluminense, que não teria condições de dar suporte e sustentação para todos esses investimentos a longo prazo devido ao seu baixo dinamismo econômico.

A análise de Sobral (2012) compreende as dinâmicas que dificultam a formação de um projeto de desenvolvimento regional fluminense, esclarecendo que muitos projetos relacionados à dinâmica do território estadual, nos mais de quarenta anos de fusão entre cidade e estado, não resultaram em uma lógica de desenvolvimento econômico regional. Nesse sentido, é preciso analisar que as

principais rodovias do estado são expressões dessas tentativas de projetos de desenvolvimento regional com investimentos estadual e federal.

As rodovias Presidente Dutra, Washington Luiz, Rio-Santos, Avenida Brasil (BR 101) tiveram e ainda têm papéis importantes para a economia estadual, como eixos de industrialização e logística da Região Metropolitana. O Porto de Itaguaí, não somente como substituto do Porto do Rio de Janeiro, também se coloca nessa história como um “potencial” de expansão da industrialização integrada à rede viária estadual, mas, para que isso ocorresse, se fazia necessário a construção de um “arco viário” (OLIVEIRA, 2008). Com as obras do PAC, tal projeto sai do papel constituído por um conjunto de obras infraestruturais que vão do campo da siderurgia aos complexos gás-químicos integrados ao espaço metropolitano fluminense, concretizando o eixo que conhecemos hoje como Arco Metropolitano.

O Arco Metropolitano, como sinalizamos ao longo deste trabalho, representava a obra síntese de todo esse projeto regional estadual, que a reportagem do *Jornal O Globo* vai destacar em um caderno especial sobre Itaguaí como uma mudança da geografia metropolitana.

Figura 12: Reportagem do *Jornal O Globo* sobre o Arco Metropolitano

**ESPECIAL ITAGUAI**  
INFRAESTRUTURA

## Arco vai mudar a geografia

Rodovia cruzará a Baixada Fluminense, disseminando progresso entre Itaboraí e Itaguaí

**O** conjunto de projetos em execução e programados para toda a região de Itaguaí exige minucioso planejamento ambiental e atuação rigorosa do poder público nos investimentos em infraestrutura. Só com a construção de estradas, pavimentação de ruas e ampliação de redes de esgoto e abastecimento de água será possível obter o ordenamento urbano necessário à verdadeira nova cidade que surgirá da gigantesca iniciativa.

Consequência dessa demanda, nos próximos dois anos o governo do estado destinará R\$ 73,4 milhões a Itaguaí e Seropédica para melhorar o sistema de distribuição de água, beneficiando mais 166 mil pessoas. E, a partir de 2012, dará a partida na segunda fase do programa Asfalto na Porta, com recursos de R\$ 900 milhões para pavimentar mil quilômetros de estradas em toda a Região Metropolitana, Itaguaí e entorno incluídos, até 2014. É mais adiante do que se imagina as duas pistas da Rodovia Presidente Dutra, entre o Rio de Janeiro e São Paulo. O governo negocia também a utilização de uma área da Companhia Docas, próxima ao Porto de Itaguaí, para criar zona de apoio logístico.

Mas a grande obra estruturante que contemplará a região é o Arco Metropolitano, cuja conclusão está prevista para dezembro de 2012. É obra destinada a disseminar progresso por onde passar. Serão 140 quilômetros através da Baixada Fluminense, com extremidades em Itaboraí

e Itaguaí, unindo rodovias federais que cruzam o estado e revolucionando o transporte de cargas entre o Rio de Janeiro e sete estados brasileiros.

Investimento em parceria dos governos federal e estadual, como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ligará o Porto de Itaguaí ao Complexo Petroquímico de Itaboraí (Comperj), cortando toda a Baixada Fluminense e ligando as principais rodovias federais que passam pelo Estado do Rio. O Arco custará quase R\$ 1 bilhão, sendo 35% dos recursos do governo do Rio e 65% do governo federal.

As obras do chamado trecho virgem, que tem 70,9 quilômetros, são responsabilidade do governo estadual e tiveram o ritmo acelerado a partir deste segundo semestre de 2011, depois da solução de problemas de arqueologia, licenciamento ambiental e desapropriações – 90% das 1.710 desapropriações já foram feitas. O governador Sérgio Cabral está certo de que a rodovia vai atrair dezenas de empresas dos mais variados setores da economia.

“O Arco Metropolitano será uma grande artéria numa região que terá ocupação inteligente por dezenas de empresas comerciais, industriais, de serviços e de logística, casando o Comperj (Complexo Petroquímico de Itaboraí) com o Porto de Itaguaí e com todas as rodovias federais que passam pelo nosso Estado do Rio”, afirma Cabral.

Agência O Globo



Tamania concentração de empresas é o que especialistas chamam de *cluster*, facilitando a oferta de serviços e de produtos. O vice-governador e coordenador-executivo de Infraestrutura do estado, Luiz Fernando Pazin, assegura que o Arco transformará o Rio de Janeiro.

“Será uma obra de grande impacto na economia fluminense e vai viabilizar o Rio como um dos principais centros logísticos do país. Será essencial para o crescimento do segmento de cargas, dando mais rapidez e qualidade ao setor de transportes e contribuindo para a redução dos custos. Apesar de estar ainda em construção, o Arco já é indutor de investimentos e gerador de empregos, como é o caso do polo siderúrgico de Itaguaí”.

De acordo com o Plano Diretor do Arco Metropolitano e com o estudo “Avaliação dos Impactos Logísticos e Socioeconômicos do Arco Metropolitano”, encomendado pela Firjan e pelo Sebrae RJ à Coppead/UFRJ e à Tendências Consultoria, no entorno da rodovia devem instalar-se empreendimentos industriais e de logística capazes de criar 800 mil empregos ao longo dos próximos 15 anos. A estimativa é de que a obra reduza em até 30% os custos de transporte de mercadorias e cargas entre o Porto de Itaguaí e sete estados brasileiros. Ainda segundo o estudo, o impacto na economia brasileira deverá ser de R\$ 1,8 bilhão. Desse valor, pelo menos 64% estarão concentrados na indústria da construção civil.

**Apesar de estar ainda em construção, o Arco já é indutor de investimentos e gerador de empregos em Itaguaí**

Luiz Fernando Pazin  
Vice-governador do Rio de Janeiro

Fernando Araujo/Contraste

Fonte: *Jornal O Globo*, reportagem de 19 de outubro de 2011.

Essa nova geografia foi traçada como caminho para o desenvolvimento fluminense e de abertura para investimentos que instituiriam o Arco Metropolitano como eixo integrador da economia fluminense, a partir do qual a Região Metropolitana receberia novos investimentos industriais que chegariam com a implementação da rodovia. Porém, grande parte desses capitais se territorializariam na periferia metropolitana, especificamente na região conhecida como Baixada Fluminense, onde fica a maior extensão do Arco Metropolitano, 71km do município de Duque de Caxias a Itaguaí.

Os investimentos estatais e privados no campo logístico-industrial se estabeleceram territorialmente no que foi definido pelos agentes estaduais como “espaços vazios” ou “espaços livres”, como visto no mapa da figura 10, por serem lugares com baixo adensamento populacional e terras de baixos preços, configurando-se como fatores de atração associados à logística que o Arco promoveria. Nesse caminho, a territorialização dos capitais logístico-industriais e a execução das obras de mais um projeto regional para o estado transformaram o espaço metropolitano em uma nova fronteira de acumulação, fazendo com que as prefeituras tivessem maior preocupação em ordenar os seus territórios para receber tais investimentos, como são os casos aqui estudados de Japeri, com o condomínio industrial, e Seropédica com os condomínios logísticos.

Esses novos investimentos de capitais que se territorializam na região da Baixada Fluminense, também conhecida como periferia metropolitana, Grande Rio, ou Recôncavo da Guanabara, promoveram o discurso de uma nova geografia e a produção de uma nova Baixada Fluminense. Isso porque uma Nova Baixada dentro de várias Baixadas Fluminenses surge de uma série de representações que foram construídas sobre essa região do espaço metropolitano, que tem como marca de sua história e geografia as imagens de pobreza e violência. Com isso queremos dizer que, com a construção do Arco, há, naquele momento que precede a crise estadual, uma Baixada que é produzida no entorno do Arco como eixo de ocupação dos “espaços vazios” e discurso de progresso e crescimento econômico. Desse modo, entramos no debate sobre a Baixada e as Baixadas que o Arco encontrou e a Baixada produzida pelo Arco.



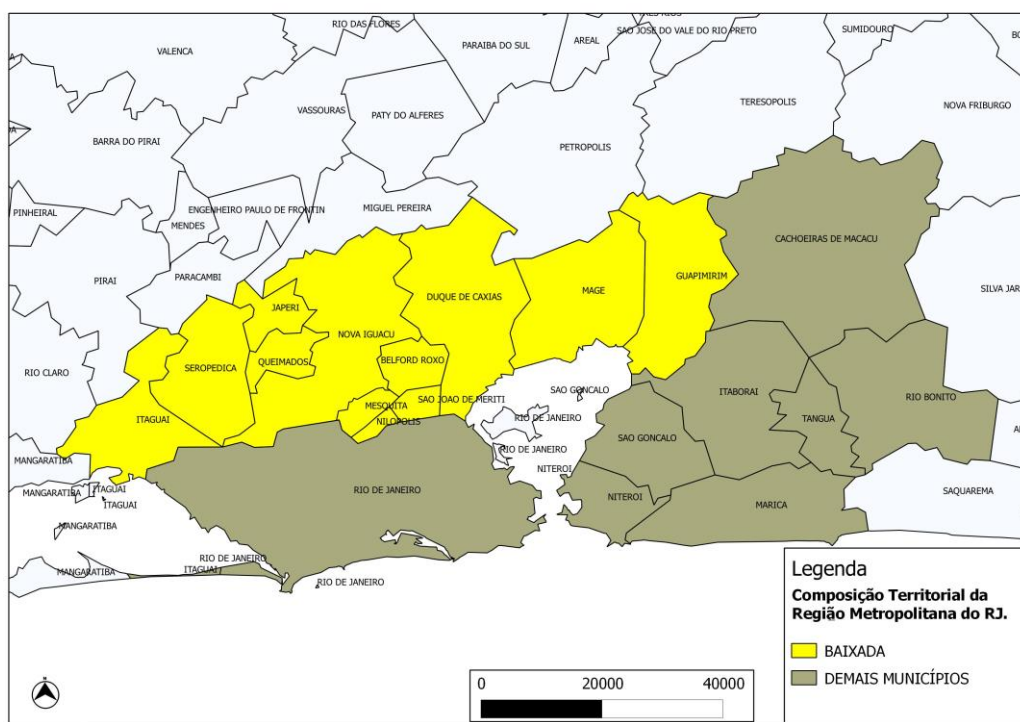
### 3.3.

#### Baixada e Baixadas: Que contexto espacial que o Arco Metropolitano encontrou?

A figura 10 apresentada acima é a demonstração da representação de um espaço do planejamento, em que não há uma perspectiva dos sujeitos. “Espaços vazios” ou “espaços livres” são termos que expressam a concepção de espaços sem sujeitos. São definidos como áreas propícias para diferentes investimentos, nesse caso, para os de logística e indústria, devido à imagem de áreas livres que representam para o desenvolvimento do capital.

Todo o projeto do Arco tem como destaque a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, composta por 19 municípios, cuja centralidade é o município do Rio de Janeiro e onde está concentrada a maior parte da população do estado e de seu parque industrial. No entanto, grande parte da extensão do Arco se estabelece no espaço metropolitano da região conhecida como Baixada Fluminense.

Figura 13: Mapa da Baixada Fluminense na Região Metropolitana do Rio de Janeiro



Fonte: Rocha (2015)

Essa região está localizada na parte oeste da Baía de Guanabara, composta por 13 municípios (Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Magé, Mesquita, Queimados, Japeri, São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi,

Seropédica e Itaguaí), por muito tempo também conhecida como Baixada da Guanabara, Zona da Guanabara e Baixada Oriental, de acordo com suas delimitações ao longo da história de sua ocupação e classificação regional do antigo estado do Rio de Janeiro, que, fundido com a cidade do Rio de Janeiro em 1975, era conhecido como distrito federal até 1961 e, depois, estado da Guanabara. No decorrer da história, a Baixada Fluminense possuía e ainda possui uma série de representações no espaço metropolitano, especialmente, a de maior destaque, a periferia metropolitana. Dessa forma, a concepção de Baixada não só era compreendida nos seus aspectos fisiográficos, mas também nos socioeconômicos pelas marcas da pobreza, da violência, caracterizando-se como espaço de cidades-dormitórios.

Enne (2013) diz que conceituar a Baixada Fluminense é um desafio de extrema complexidade, devido à polissemia do termo ao longo de sua história, que foi ganhando inúmeras significações e representações junto à sociedade fluminense. Em termos geomorfológicos, baixada se refere às áreas rebaixadas do relevo e associadas aos rios. Enquanto representação social na escala da cidade do Rio de Janeiro, ela é a periferia, o lugar da violência. Porém, os estudos que se seguem sobre a Baixada Fluminense, a partir da década de 1950 até os anos 2000, nos trazem essas representações de Baixadas enquanto formação social e transformações ambientais.

Nos estudos sobre a geografia do estado do Rio de Janeiro, os trabalhos do geógrafo Pedro Geiger, na segunda metade da década de 1950, classificavam a Baixada Fluminense em uma perspectiva mais ampla, como planícies reprimidas entre a Serra do Mar e o Oceano Atlântico. Sua pesquisa teve como foco a regionalização do antigo estado do Rio de Janeiro a partir da compreensão de uma base física de baixada que vai do sudoeste do estado até a região norte, englobando uma grande extensão de terras planas, dividida em baixada da Guanabara, baixada de Sepetiba, baixada de Araruama e baixada Campista.

A categorização de Baixada Fluminense apresentada por Geiger e Santos (1954) e Geiger e Mesquita (1956) analisava a transformação espacial da Baixada Fluminense de uma economia agrária para uma economia urbana e industrial. Nesses trabalhos, os autores vão compreender a crise da cana-de-açúcar na baixada Campista, ao norte do estado, e a ascensão da citricultura na zona da Guanabara, principalmente com o desenvolvimento da produção de laranjas no município de

Nova Iguaçu ao longo dos anos de 1930 até meados dos anos de 1950, quando vai se dar o início do processo de loteamento com o crescimento urbano da cidade do Rio de Janeiro em conjunto com a crise dos laranjais no pós-guerra.

No momento dos laranjais da Baixada Fluminense, a logística fluvial assumiu importante papel devido à disponibilidade de rios navegáveis, que foram de suma importância para o escoamento da produção das laranjas para o porto do Rio de Janeiro. O uso dos rios para o escoamento da produção agrícola não é destaque somente no momento da citricultura na primeira metade do século, mas durante períodos anteriores como o da cana-de-açúcar na Baixada de Guanabara e o do café no vale do Paraíba ao longo do século XIX, cuja produção foi levada para o porto da cidade do Rio de Janeiro.

Ao analisarmos o escoamento da produção de citricultura, as transformações mais importantes na Baixada Fluminense vão acontecer com a chegada da linha férrea. Os trabalhos de Geiger e Santos (1954) e Geiger e Mesquita (1956) mostram a transformação da rede de transporte dessa região a partir da chegada da linha férrea, como parte do processo de expansão da metrópole carioca para essas áreas mais distantes. No entanto, o que se coloca desse momento histórico-geográfico pelos autores foram as transformações agrárias, da cafeicultura, no final do século XIX, para a citricultura no século XX, que sofreu uma grande queda com a doença da mosca, fazendo com que vários laranjais, em especial onde é Nova Iguaçu atualmente, desaparecessem dando lugar à lógica dos loteamentos, que cresciam no entorno da linha de trem construída na região ligando a Baixada à cidade do Rio de Janeiro. É importante ressaltar que as linhas férreas, em um primeiro momento, são utilizadas como transporte de cargas, principalmente para a citricultura, mas passam a ser operadas para o transporte de passageiros, ligando a metrópole a sua periferia.

As delimitações assim discutidas por esses trabalhos, chamadas por Alves (2003) de “baixada dos geógrafos”, vão representar o movimento de formação do que hoje entendemos por Baixada Fluminense, como uma periferia da cidade do Rio de Janeiro, também conhecida como Grande Rio. Essa perspectiva da expansão da cidade do Rio de Janeiro está atrelada ao crescimento urbano industrial da então capital federal, como um dos polos industriais do Brasil. Os trabalhos de Soares (1962) e Abreu (1997) analisam esse crescimento e a assimilação do que era conhecido como Recôncavo da Guanabara pela malha urbana da metrópole carioca.



Soares (1962), assim como Geiger e Mesquita (1956), analisou o crescimento urbano do município de Nova Iguaçu como parte desse processo de expansão da cidade do Rio de Janeiro e suas transformações regionais. Em sua tese de livre-docência, intitulada *Nova Iguaçu: a absorção de uma célula urbana como parte do Grande Rio*, Soares (1962) estuda o processo de urbanização da Baixada Fluminense, naquele momento denominada pela autora como Recôncavo da Guanabara, a partir do crescimento urbano da cidade de Nova Iguaçu, destacando as características físicas da região como elementos importantes para essa absorção e ressaltando a característica fisiográfica de áreas planas. Segundo ela, esse tipo de relevo não produziria impedimentos para o crescimento da malha urbana da metrópole em direção a áreas não urbanizadas de seu entorno.

Um outro ponto levantado por Soares (1962) é o papel das vias de transporte, os sistemas ferroviário e rodoviário, como fatores importantes para o crescimento urbano da região. Destaca, inicialmente, as linhas de trem no final do século XIX, como transporte de cargas, tornando-se, ao longo do século XX, transporte de passageiros, como apontado em Geiger e Mesquita (1956); em seguida, a partir de 1951, a inauguração da rodovia Presidente Dutra como um novo eixo da industrialização do antigo estado do Rio de Janeiro e, também, de integração da cidade do Rio de Janeiro com a cidade de São Paulo.

Entretanto, mesmo com a construção da rodovia Presidente Dutra, a ferrovia tornou-se, ao longo do século XX, o eixo da urbanização da Baixada, estimulada pelos baixos preços dos lotes e pela tarifa única de transporte subsidiada pelo governo estadual. Já as indústrias que se expandiram para além da metrópole tiveram a Rodovia Dutra como principal eixo, não tendo tanto destaque, nesse momento, para um processo de loteamento no seu entorno. A linha férrea e a Rodovia Presidente Dutra se configuravam como eixos de integração urbana e industrial da metrópole com o seu recôncavo.

O processo de crescimento urbano e formação da periferia metropolitana carioca ganha relevo em Abreu (1997), que situa esse processo a partir da “evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro” (expressão que, inclusive, dá nome ao seu livro). Para o autor, que tem como base os trabalhos de Pedro Geiger e Maria Terezinha Segadas Soares, além dos trabalhos de Lysia Bernardes, a integração da periferia com a metrópole significa um novo momento da cidade do Rio de Janeiro, que vinha se consolidando como um dos polos de industrialização nacional junto

com São Paulo nos anos de 1930. Abreu (1997) analisa a evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro, observando elementos como o crescimento populacional, a expansão da malha urbana da cidade para as áreas suburbanas, o papel do bonde e do trem na formação do espaço metropolitano – baseado em Soares (1962) – como fatores decorrentes do crescimento industrial da capital federal.

Dessa maneira, é importante observar que, além do papel de capital, a cidade do Rio de Janeiro era uma das lideranças do processo de industrialização nacional, apenas superada por São Paulo. A atividade industrial fez com que ocorresse um aumento significativo da população na cidade, principalmente, a partir das migrações das populações que vinham para trabalhar na indústria. O crescimento demográfico levou à procura por parte da população por áreas com custo de vida menor e locações mais baratas fora do centro metropolitano. Essa busca se dava, em sua maioria, em áreas mais distantes da cidade ou em municípios ao redor da capital. A tarifa única do trem foi um elemento essencial, porque facilitou o deslocamento da população do interior do Recôncavo da Guanabara para trabalhar na cidade do Rio de Janeiro. Abreu (1997) indica que:

Vários fatores contribuíram para que os bairros situados na periferia do Distrito Federal e para que os municípios da Baixada Fluminense crescessem a taxas tão elevadas na década de 1950. No que diz respeito aos primeiros, destacam-se o saneamento dos vales dos rios Acari e Meriti, realizados a partir da segunda metade da década anterior, e a construção da Avenida das Bandeiras, numa primeira etapa até Coelho Neto (1949) e posteriormente até Deodoro (1954). (p.112)

A construção da estrada das Bandeiras, ao longo dos anos 40 e 50, representou a expansão física da metrópole para o seu interior, no sentido oeste, direção de Campo Grande e Santa Cruz, que fazem limite com a Baixada, a partir do município de Itaguaí<sup>21</sup>. A estrada também integrou bairros como Anchieta e Pavuna, áreas limítrofes entre a metrópole e a Baixada, principalmente com municípios como Nilópolis, São João de Meriti e Nova Iguaçu, ligando a zona norte ao centro do Rio. Além disso, as linhas secundárias do trem, que iam no sentido de Duque de Caxias, por exemplo, também tiveram esse papel de integração da Baixada com a zona norte.

Essa integração nos traz a percepção da formação da Baixada enquanto periferia da metrópole do Rio de Janeiro, como uma área de expansão urbana.

<sup>21</sup> Nesse período, o município de Seropédica era distrito de Itaguaí, de onde se se emancipou no ano de 1997.

Entretanto, a Baixada, nesse momento, é o espaço de moradia e dormitório da população que chegava para trabalhar no setor industrial e na construção civil, que estavam em crescimento na antiga capital federal. Esse movimento de integração da capital com seu recôncavo decorre da construção da representação da Baixada como espaço de moradia da força de trabalho, o que fez com que seus municípios fossem categorizados como cidades-dormitórios. Albuquerque (2020), ao analisar a Baixada a partir dos censos demográficos, compreende que, no período de 1950-70, houve um significativo aumento demográfico na região, impulsionado pelo crescimento da metrópole, consolidando sua imagem como uma região populosa e de condições muito precárias.

Albuquerque (2020) aponta que, nos anos de 1970, a relação da metrópole com a Baixada tem uma outra configuração territorial, não sendo mais a Baixada uma periferia da cidade nem uma periferia do antigo estado do Rio de Janeiro, o que Abreu (1997) chamou de periferia intermediária, um espaço periférico do antigo estado fluminense resultante do crescimento urbano do distrito federal. Com a fusão e mais especificamente com a institucionalização da Região Metropolitana, ficou mais explícita a concentração de recursos e equipamentos da cidade do Rio de Janeiro em relação a seu interior e sua periferia.

A partir da fusão, em 1975, ao longo dos anos a imagem e a concepção de Baixada Fluminense foram se transformando e ganhando outros contornos tanto político-administrativo quanto social. A polissemia do conceito de Baixada Fluminense analisada por Enne (2013) mostra essas mudanças de baixada enquanto espaço físico, área fluvial, extensão da metrópole, até a imagem de uma região de violência e abandono.

Os órgãos públicos do estado do Rio de Janeiro durante as décadas que seguiram pós-fusão criaram uma série de delimitações do que seria a composição dessa região. Tanto a FUDREM (Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana) quanto a Secretaria de Desenvolvimento Social da Baixada tiveram preocupações distintas com a organização e a questão socioeconômica da Região Metropolitana e da periferia metropolitana. Porém, a Baixada tem momentos de mudanças em sua configuração político-administrativa, que foram se dando com os processos de emancipações, um primeiro ciclo nos anos de 1950, com Duque de Caxias e São João de Meriti; depois no final dos anos de 1980 e ao longo dos anos de 1990, com as emancipações de Belford Roxo, Japeri, Queimados e Mesquita,

que eram distritos de Nova Iguaçu; e, finalmente, em 1997, Seropédica, que se emancipou de Itaguaí.

Esse conjunto de movimentos de emancipações representou a divisão territorial do município de Nova Iguaçu, que era a unidade territorial de grande parte dos municípios que hoje compõem a região. Com exceção de Magé, Guapimirim, Itaguaí, Seropédica e Paracambi, todos os outros surgem de emancipações de distritos de Nova Iguaçu. Isso evidencia a questão político-territorial que marca a região. Tal problemática é analisada por Simões (2007), que, ao estudar as emancipações de Nova Iguaçu, conceitua esse processo como Baixada Geopolítica, conforme podemos ver na figura abaixo:

Figura 14: Mapa das emancipações em Nova Iguaçu

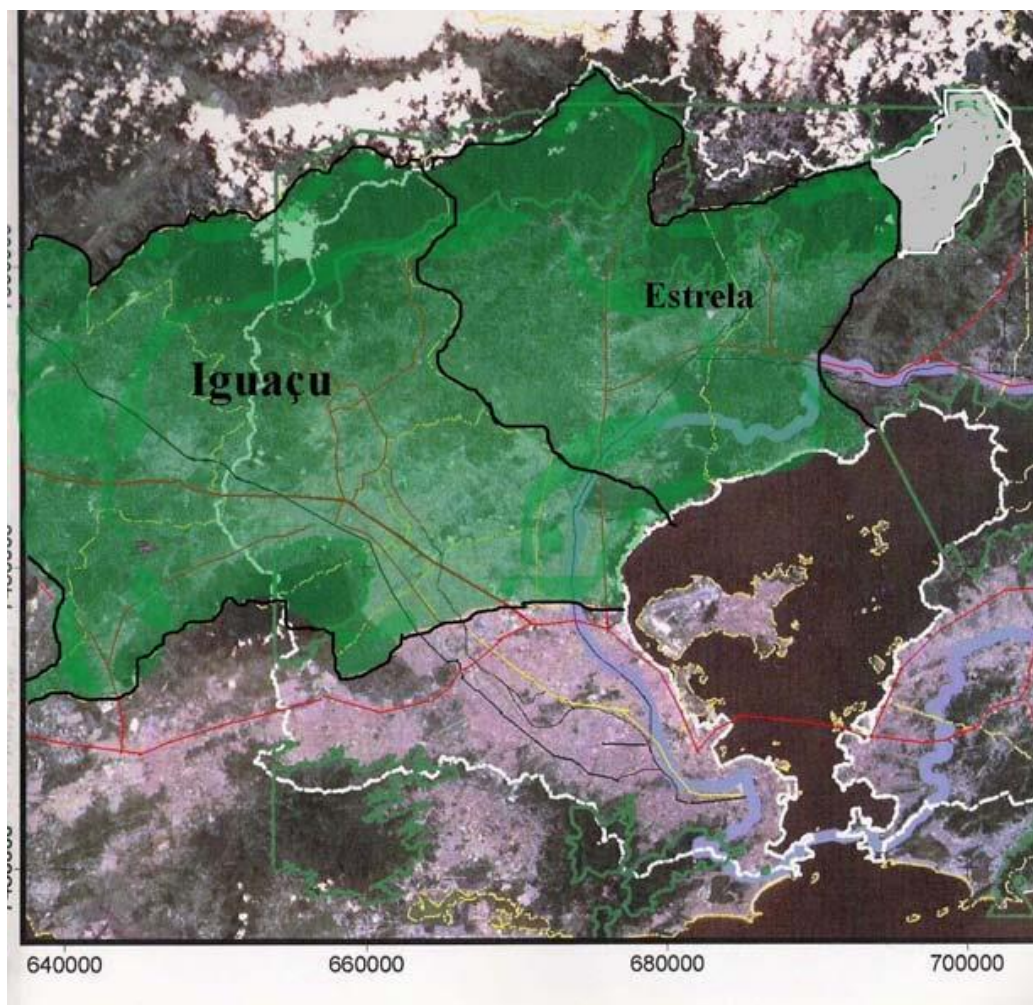


Fonte: Atlas escolar da Cidade de Nova Iguaçu (2004).

Com o estudo de Simões, podemos analisar o processo de emancipações no município de Nova Iguaçu e suas transformações territoriais, que vão caracterizar a atual configuração da Baixada Fluminense. Simões (2007) compreenderá o

conceito de Baixada Fluminense a partir dos municípios oriundos da “Grande Iguaçu”, que se fracionaram do antigo município de Iguaçu e do município de Estrela em nove diferentes municípios.

Figura 15: Mapa dos municípios de Iguaçu e Estrela



Fonte: Simões (2007)

Simões (2007) leva em consideração a formação histórico-geográfica da região a partir da composição de Iguaçu e Estrela (figura 15), destacando, como nos estudos anteriores de Geiger e Mesquita (1956), Soares (1962) e Abreu (1997), o passado dos rios como vias de escoamento para o porto do Rio de Janeiro e a “ocupação recente baseada nos loteamentos populares próximos aos ramais ferroviários e suas estações” (SIMÕES, 2007, p. 22). No entorno dessas estações, os distritos, principalmente os do território municipal de Iguaçu (mais tarde conhecido como Nova Iguaçu), foram formando núcleos urbanos com dinâmicas territoriais próprias, que, com o passar dos anos e as possibilidades criadas pela

constituição de 1988, levaram ao surgimento de vários movimentos emancipatórios, como por exemplo de Japeri, Queimados, Belford Roxo, Mesquita, ao longo dos anos de 1990 e início de 2000, como visto na figura 14.

Assim, podemos analisar que o processo de urbanização como produto da expansão urbana da metrópole carioca representou a formação de vários núcleos urbanos no entorno das linhas férreas. Isso também representou uma intensificação das desigualdades espaciais e das representações da Baixada como área desvalorizada e comandada politicamente por “coronéis” locais. A imagem de uma Baixada Fluminense como espaço periférico, segundo Enne (2013), começa a ter maior expressão a partir dos anos de 1970-1980, sendo caracterizada pela imprensa como uma terra sem lei, com extrema pobreza e forte desigualdade.

A concepção de uma Baixada Fluminense como representação da violência foi trabalhada por Alves (2003), à luz da questão fundiária regional, em seu estudo sobre os grupos de extermínios que proliferaram na região nos anos de 1980 e 1990. A imagem da Baixada Fluminense como uma região marcada pela violência é parte do histórico de segregação e dominação presente até hoje nos municípios que compõem essa região, promovendo, assim, um distanciamento social da Baixada para com a cidade do Rio de Janeiro, apesar da proximidade física e forte relação econômica com o núcleo metropolitano. No entanto, Enne (2013) compreende que a construção da Linha Vermelha assume importante papel de integração territorial e simbólica entre a metrópole e sua periferia.

A Linha Vermelha, inaugurada em 1992, integra as rodovias Presidente Dutra com a Washington Luiz e a cidade do Rio de Janeiro, transformando o percurso dos moradores da Baixada Fluminense e possibilitando-lhes, no caso de ausência dos congestionamentos diários, um deslocamento pela via da Baixada até o centro do Rio por aproximadamente 20 minutos. Para Enne (2013), a Linha Vermelha foi uma figura da integração da periferia ao centro, imprimindo um outro olhar entre a cidade do Rio de Janeiro e a região da Baixada Fluminense.

Esse outro olhar sobre a Baixada Fluminense aparece nos períodos dos anos 1990 e 2000, quando os grupos que geriram o estado direcionaram uma série de ações para a Baixada com políticas específicas para essa região. Podemos destacar dois programas que marcaram as políticas públicas nesse período: o programa Nova Baixada e a criação da Secretaria de Desenvolvimento Social da Baixada. O primeiro, elaborado no governo Marcelo Alencar (1995-1998), estava centrado em

política de saneamento básico da região; e o segundo, no governo Antony Garotinho (1999-2002), desenvolveu uma série de medidas para mitigar as desigualdades sociais da região. Ambos focavam nos maiores municípios da região, Nova Iguaçu e Duque de Caxias, já que os impactos das políticas públicas nesses municípios têm maior notoriedade para a sociedade, e esses municípios são dois dos principais centros sociais e econômicos do estado, além de serem os principais colégios eleitorais do estado do Rio, com papel importante na disputa política regional.

Esses elementos vão compor as dinâmicas territoriais e regionais dessa polissêmica Baixada Fluminense (ENNE, 2013). Quando analisamos esses processos econômico-sociais e sociopolíticos, não podemos esquecer os sujeitos que se apresentam dentro dos processos de formação e constituição da Baixada Fluminense, por exemplo: migrantes, sem-terra, operários, trabalhadores assalariados, posseiros. Muitos desses sujeitos se misturam em várias identidades políticas de resistência, além daqueles que podem ser incluídos como elites locais, regionais e diferentes grupos sociais com papéis de destaque na formação social da região da Baixada Fluminense.

Quando abrimos o leque da história social da Baixada Fluminense, não somente como periferia da cidade do Rio de Janeiro, mas como um espaço produzido pela urbanização no entorno das linhas férreas, é preciso lembrar dos sujeitos que lutam, valorizar a reminiscência dos movimentos populares que marcaram a região, o que, de certa forma, evidencia as preocupações do nosso trabalho, que são as resistências. A partir disso, o que mais nos chamou a atenção ao longo da história social da Baixada Fluminense foram algumas formas de resistência que se manifestaram nos diferentes lugares dessa polissêmica Baixada Fluminense, como os movimentos de luta pela terra, protagonizados pelos posseiros dos anos de 1950, contra a grilagem de terra que acontecia associada ao processo de loteamentos.

Nesse momento, surge, no antigo estado do Rio de Janeiro, a Federação dos Lavradores do estado do Rio de Janeiro, apoiada pelo governo estadual, por movimentos católicos e pelo partido comunista, como forma de resistência dos posseiros. Há também o surgimento de movimento por moradia, as greves dos anos 60 dos trabalhadores das indústrias no eixo da Rodovia Presidente Dutra, especialmente da indústria Farmacêutica Bayer. A retomada da luta pela terra nos anos de 1980 leva à formação de assentamentos de Reforma Agrária como Sol da

Manhã. Inúmeras lutas permanecem até hoje por melhores condições de vida nessa região. Portanto, há uma história de resistências na Baixada que precede o momento de produção do espaço com o qual nos ocupamos neste trabalho.

O que isso tem a ver com o Arco Metropolitano? Com a construção do Arco Metropolitano um novo projeto de Baixada Fluminense se apresenta. Um projeto de uma Baixada de crescimento econômico e social tendo como base as terras livres para o desenvolvimento enquanto polo industrial logístico no entorno do Arco Metropolitano. Como vimos na figura 10, a Baixada Fluminense é retratada com “espaços vazios” que são propícios para o investimento industrial e crescimento urbano, entretanto nessa imagem a representação de “espaços vazios” negligencia a existência dos sujeitos que identificamos na memória social da Baixada Fluminense.

Os relatos da equipe de comunicação social sobre o período da obra do Arco mostram que as equipes de arqueólogos que acompanhavam a obra encontraram em vários trechos uma série de artefatos arqueológicos. Muitos desses objetos arqueológicos encontrados ao longo da obra remetem à ocupação da região durante os séculos XIX e XX. Eles acharam restos de portos fluviais que eram utilizados para escoamento da produção de cana e de café, além de indícios de pequenas vilas que se formaram no entorno desses portos. Interessa-nos, neste trabalho de tese, que esses artefatos arqueológicos comprovem a ocupação da região e a formação de aglomerados populacionais nesse local, embora nem todos tenham se tornado vilas, o que contraria a percepção dos “espaços vazios”

Um outro exemplo desse discurso sobre a Baixada Fluminense como “espaço vazio” foi a política de colonização implementada no período Vargas com as Colônias Agrícolas do Tinguá, em Nova Iguaçu, de Xerém, em Duque de Caxias, e de Piranema, em Santa Cruz – que atingia Seropédica, até então distrito de Itaguaí –, que teve por intenção a ocupação do recôncavo da Guanabara e o fomento à produção agrícola com o objetivo de abastecimento da capital federal e de exportação da citricultura. Esse processo de ocupação da região no período das décadas de 1930-1960 é tão representativo, que a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, instalada definitivamente nessa região em 1943, se tornou uma expressão da história de ocupação dessas áreas que foram consideradas “espaços vazios” no plano do Arco. Essa política de ocupação se repete também em projetos como a comissão de saneamento da Baixada, que tinham por objetivo oferecer



infraestrutura para a ocupação da área, no sentido de constituir cidades-dormitórios da força de trabalho que atenderiam a então capital federal.

A imagem da Baixada Fluminense como vazio demográfico é uma construção que se repete ao longo dos estudos historiográficos. Silva (2017), ao questionar essa imagem de vazio demográfico, mostra que os historiadores tiveram uma preocupação em analisar a representação de Baixada enquanto “espaço vazio” e não buscaram uma possível explicação do processo de declínio populacional que ocorreu entre o final do século XIX e a primeira década do século XX. O que nos interessa, ao trazermos o debate de Silva (2017), é a compreensão da imagem de uma Baixada como “espaço vazio” ou uma nova área de ocupação na história da região.

É preciso salientar que essa imagem de Baixada dos “espaços vazios” está presente no projeto do Arco Metropolitano, porém, na extensão da obra, foram encontradas memórias da ocupação da Baixada e, fundamentalmente, de populações que vivem no eixo de desenvolvimento industrial e logístico do estado, representadas aqui nos conflitos em Vila de Cava, com as remoções. Quando nos referimos a eixo, não nos limitamos à dimensão da estrada, mas a todo o seu entorno, que foi planejado para receber investimentos logísticos e industriais. Nesse contexto surgem os impactos em Marajoara e Sol da Manhã.

Essa Baixada que o Arco encontrou, na realidade, são Baixadas. Constituem um conjunto de memórias e práticas sociais dos sujeitos em seus territórios e uma série de conflitos que marcam a história dessa região. O Arco encontra uma Baixada diferente em cada um dos seus trechos. Só nas áreas estudadas nesta tese podemos dizer, de maneira genérica, que o Arco encontrou três Baixadas: uma Baixada de Vila de Cava, uma Baixada de Marajoara, uma Baixada de Sol da Manhã. Em todos os casos, encontramos traços que fazem com que elas sejam parte da Baixada Fluminense: representações da periferia metropolitana, região pobre, área de reserva de expansão, área a ser ocupada, expressão da questão fundiária secular que marca toda a região, mas também uma área integrada por agricultores e trabalhadores urbanos e constituída por movimentos sociais e culturais, que ocupam as terras planas do “recôncavo da Guanabara”.

Essas Baixadas são omitidas no projeto de desenvolvimento regional. O Arco Metropolitano expressava em sua construção uma imagem de progresso e transformação da Baixada Fluminense como centro industrial e logístico, uma

região em franco crescimento econômico. A reportagem do *Jornal O Dia*, destacada a seguir na figura 16, anunciou a Baixada como espaço de crescimento acelerado dos investimentos do setor industrial e de serviços:

Figura 16: Reportagem sobre a expansão industrial na Baixada Fluminense

\_LEGADO\_ODIANABAIXADA

## Firjan prevê expansão industrial acelerada na Baixada

Arco Metropolitano vai ligar Itaboraí a Itaguaí e fazer da região destino de empresas

Por Juliana Stefanelli  
Publicado às 17h45 de 27/09/2013 – Atualizado às 18h25 de 27/09/2013

Fonte: *Jornal O Dia*, reportagem de 27 de setembro de 2013.

Essa reportagem do *Jornal O Dia* pode ser associada à reportagem de *O Globo*, anteriormente citada, que fala de uma nova geografia da Baixada Fluminense como parte do desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro e espaço de investimento industrial e crescimento econômico, sem levar em consideração os sujeitos que constroem e construíram seus territórios no que é conhecido como Baixada Fluminense.

Todavia, a história da Baixada como “espaço de expansão” da indústria e do setor de serviços em relação ao Arco foi pensada por parte das elites e burocratas estatais que, desde os anos de 1970, tinham como projeto a construção de um “anel rodoviário” articulado com a construção do porto de Itaguaí na baía de Sepetiba, como indicamos ao longo deste trabalho de tese.

Esse projeto se legitima quando dão ao Arco Metropolitano o nome de Raphael de Almeida Magalhães, que tem uma simbologia significativa. Falecido

em 2011, ele foi uma figura atuante na política fluminense, porque defendeu a proposta da construção de uma rodovia que ligasse a Baixada Fluminense à Baía de Sepetiba, de maneira a explorar o potencial logístico do estado e da Região Metropolitana.

Dessa maneira, é preciso analisar que essa concepção logística e industrial, que se implementou com o Arco, diferencia-se do projeto da Linha Vermelha e da rodovia Presidente Dutra, construídas para integrar a metrópole com o seu interior e o eixo Rio- São Paulo. O Arco é um projeto de saída da metrópole, de desconcentração dos fluxos do interior da metrópole e de facilitação logística na integração territorial do Sudeste com o interior do Brasil.

### 3.3.1.

#### **A Baixada dos condomínios logístico-industriais**

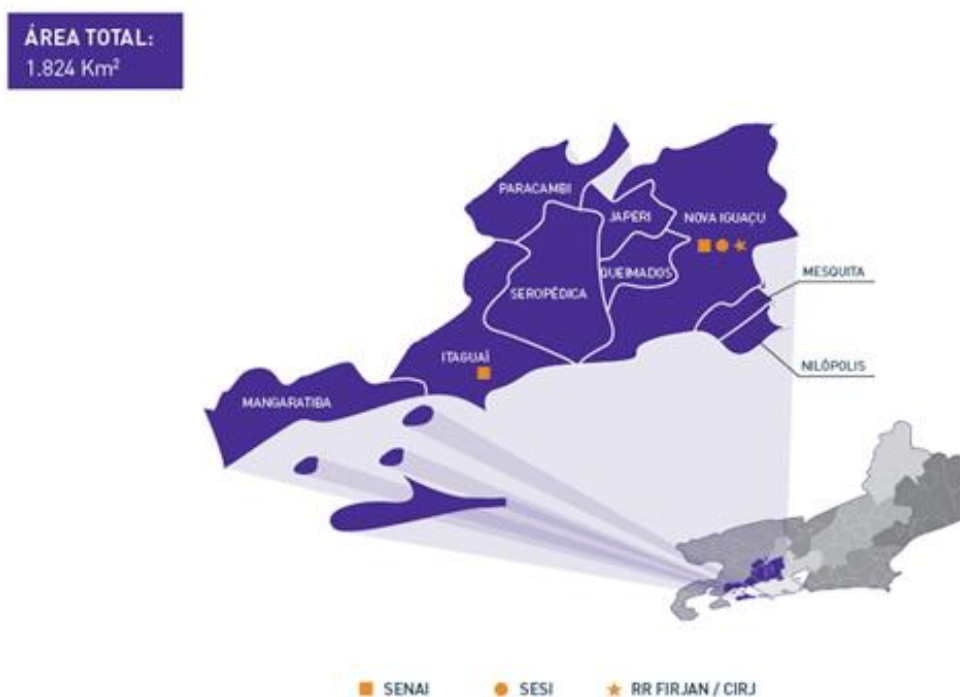
Toda essa proposição de desenvolvimento nas adjacências do Arco visa explorar a potencialidade logística propiciada pelo Porto de Itaguaí, tornando a Baixada Fluminense o grande espaço logístico da região, devido aos “espaços vazios” disponíveis nas bordas do espaço metropolitano. O município de Duque de Caxias se configura como um outro polo de fomento da indústria farmoquímica, articulado à REDUC e ao COMPERJ em Itaboraí. Na outra borda, a oeste, há um fomento para a industrialização e, destacadamente, para os investimentos no setor de logística.

Para Rocha (2014), a partir dos interesses dos agentes políticos e econômicos que atuam nas diversas escalas do estado do Rio de Janeiro, no período da obra, o Arco Metropolitano representou um momento de uma Baixada voltada para o progresso como um polo industrial do estado. Rocha (2014) analisa o papel da FIRJAN como agente que explorou a imagem das potencialidades econômicas que a região da Baixada Fluminense apresentaria com a construção do Arco. Essa outra Baixada proposta pela FIRJAN foi construída em Baixadas, a partir de uma divisão territorial do trabalho de acordo com os interesses empresariais de cada localidade.

É importante destacar que a Baixada Fluminense foi dividida pela FIRJAN em duas áreas de interesse estratégico no documento *Visões de Futuro*, em que se

detalham os tipos de investimentos que cada uma poderá vir a receber. A área I (Figura 17) é composta pelos municípios de Itaguaí, Japeri, Mangaratiba, Mesquita, Nova Iguaçu, Nilópolis, Paracambi, Queimados e Seropédica, conforme demonstra a figura:

Figura 17: Baixada Fluminense – Área I

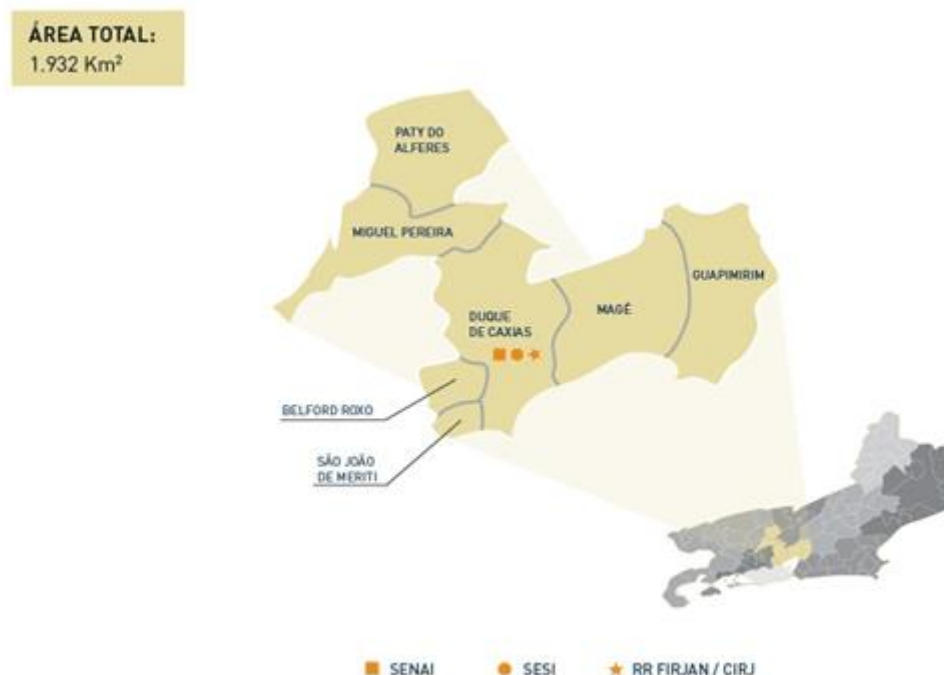


Fonte: Sistema Firjan (2012)

Essa área (figura 17) é vista como espaço de ocupação de empreendimentos industriais e, principalmente, logísticos. Uma das propostas do documento consistiu na inserção dos condomínios industriais/logísticos, que são projetos imobiliários para atender a uma demanda das empresas de logística que buscam áreas flexíveis que lhe ofereçam segurança e infraestrutura, com baixo custo de ocupação e localização estratégica.

Já a área da Baixada Fluminense II (figura 18) é composta pelos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Magé, Miguel Pereira, Paty do Alferes e São João de Meriti. Nessa área, a proposta principal se volta para sua transformação no maior polo petroquímico e gás-químico do país:

Figura 18: Baixada Fluminense – Área II



Fonte: Sistema Firjan (2012)

As duas áreas são vistas de maneira integrada nas propostas da FIRJAN apresentadas no referido documento. Nele, também ganha destaque a integração metropolitana, que guiou o Plano Diretor do Arco Metropolitano, na orientação dos investimentos em infraestrutura e insumos para a indústria, como água, energia, banda larga etc.

Essa sistematização pode ser analisada dentro do campo da logística, que se divide em duas dimensões, uma corporativa e outra territorial. Na base corporativa, a estruturação de propostas feitas por agentes como o BID, Instituto Millenium e FIRJAN tem por objetivo a elaboração de um ordenamento para a chegada de empresas à Região Metropolitana em nível local e a implantação de uma série de medidas burocráticas e modelos de gestão público-privada nas prefeituras. Já na base territorial, o Estado é o principal agente ordenador das condições estruturais de armazenamento e circulação de meios de transporte.

Ao analisarmos o Arco sob o prisma do PAC e, especialmente, do novo desenvolvimentismo, temos que retomar a compreensão das duas escalas: a nacional e a estadual. Na escala nacional, o Arco é parte do programa logístico de escoamento da produção do Porto de Itaguaí, integrando o conjunto de eixos da

região Sudeste e de outros sete estados de diferentes regiões. Na estadual, é um meio de atrair investimentos infraestruturais e capitais privados para atuar nesse ramo de distribuição, transporte, armazenamento, em que a “logística é importante, especialmente quando falamos da integração da cadeia de abastecimentos” (SILVEIRA, 2011, p. 54).

Nesse sentido, a logística do Arco abrange um conjunto de estratégias integradas de cadeias produtivas, transporte e armazenamentos para todo o país e um espaço de atração de investimentos diversos para a economia fluminense. As prefeituras da Região Metropolitana têm se organizado para oferecer melhores condições de infraestruturas e atração para investimentos, incentivos fiscais e doações de terrenos para que as empresas se instalem em seus municípios. Para atrair investimentos, essas localidades oferecem condições de um bom “ambiente de negócios”. A esse respeito, Oliveira (2015) observa que:

também são implementados condomínios logísticos inseridos na lógica industrial, com valorização do solo urbano; esta valorização da terra urbana reverbera tanto na comercialização de áreas com fins de loteamento habitacional e consequente emergência de condomínios residenciais voltados para os altos extratos da classe média quanto para venda de grandes espaços para implementação de áreas que sirvam ao setor secundário (p. 5).

A implantação de condomínios logísticos industriais tem na Baixada Fluminense a principal região no estado do Rio de Janeiro para sua territorialização, promovida pela abertura de terras que resultou da construção do Arco e da proximidade com o Porto de Itaguaí. O plano logístico e industrial se consolidou nessa região, abrindo um mercado de terras significativo e uma série de investimentos que transformaram em um primeiro momento, antes da crise, seu espaço.

É preciso destacar a existência, na área de influência do Arco Metropolitano, do distrito industrial de Queimados desde os anos de 1970, quando ainda fazia parte do município de Nova Iguaçu, e de, no início dos anos 2000, um projeto de condomínio industrial no bairro de Jardim Marajoara em Japeri, separados pela rodovia Presidente Dutra. Esses dois exemplos indicam que já havia um histórico de ocupação de terras na Baixada voltadas para o campo industrial, anteriores ao Arco, e que, com a implementação da rodovia, passa a haver um movimento de

valorização dessas localidades, que fomenta as suas ampliações e adequações às dinâmicas logísticas territoriais baseadas no projeto do Arco Metropolitano.

De todo modo, é importante salientar que há diferenças estruturais entre distritos industriais e condomínios logístico-industriais. Finatti (2017) analisa as abordagens que essas denominações assumem no território brasileiro. Em seu estudo, destaca que distrito industrial é uma política de uso do solo feita pelo poder público para reserva de áreas para o uso industrial. É uma política utilizada principalmente pelo poder local, que promove um zoneamento do espaço municipal, essencialmente para a “divisão da área urbana a fim de estabelecer regulamentação adequada às determinadas áreas e propriedades existentes em cada uma delas” (FINATTI, 2017, p. 51).

Já os condomínios logísticos, na discussão de Finatti (2017), se enquadram em formas de aglomerações de maior diversidade de termos empregados para sua identificação. O autor os classifica de acordo com a denominação de condomínios empresariais, que agregam não somente a logística, mas também os condomínios industriais, condomínios de galpões, condomínios de escritórios, centros logísticos, parques industriais, *business centers* e *business parks*.

Trata-se de empreendimentos de natureza imobiliária, destinados a receber atividades econômicas, cujos terrenos são vendidos para empresas, podendo apresentar uma infraestrutura pronta. Um exemplo desses empreendimentos são os galpões para serem alugados por um determinado tempo, que se constituem em espaços de controle, acesso e sistemas de segurança reforçados e de todos os equipamentos técnicos que possam facilitar à empresa se alocar neles. Os condomínios, nesse sentido, são “expressão das estratégias dos promotores imobiliários, que inovam e diversificam sua mercadoria saindo dos nichos apenas residencial ou comercial” (FINATTI, 2017, p. 67).

Com os condomínios, as empresas deixam de ter necessidade de comprar terrenos e construir estruturas físicas, ao mesmo tempo que os condomínios passam a garantir de possuírem boa localização, segurança, licença ambiental e infraestrutura urbana de qualidade, que facilitam a desoneração, a implantação ou a realocação de empresas.

Os condomínios estão associados diretamente à questão da renda fundiária decorrente do custo da terra, quando esta é incorporada ao mercado urbano, já que

a essência do empreendimento imobiliário é o seu valor de troca, a renda obtida pelos promotores imobiliários. Por isso, estes empreendimentos apresentam uma dinâmica de implantação associada diretamente ao capital particular, e o contexto é justamente da incorporação imobiliária ligada à mercantilização do espaço por meio da venda ou do aluguel (FINATTI, 2017, p. 67).

Os condomínios empresariais em nossa área de estudo, o Arco Metropolitano, estão localizados na região da Baixada Fluminense – área I, conforme classificação da FIRJAN (figura17). O trabalho de Leandro Oliveira (2016) compreende essa região, que vem se destacando por uma atividade industrial recente e por investimentos em empreendimentos vinculados à logística e aos armazenamentos como galpões, garagens e firmas logísticas, como uma forma de regionalização a partir dessa especialização e denominando-a Região logístico-industrial do Extremo Oeste Metropolitano Fluminense, conforme podemos observar na figura a seguir:

Figura 19: Região do Extremo Oeste Metropolitano



Fonte: OLIVEIRA (2015)



O extremo oeste metropolitano surge como uma alternativa aos grandes centros urbanos. Cenário ideal para esses investimentos, ele configura-se como uma área de expansão de investimentos logístico-industriais devido às áreas de “vazios urbanos” e à proximidade com fatores locais como o Porto de Itaguaí, o Arco Metropolitano, a Rodovia Presidente Dutra etc. Trata-se da parte mais oeste da Região Metropolitana, composta pelos municípios de Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Queimados e Japeri.

Oliveira (2017) indica que a quantidade de condomínios empresariais tem maior relevância nos municípios de Seropédica e Queimados. Essas são as localizações que são favorecidas para receber esse tipo de investimento, pela disponibilidade de terras baratas e próximas de vias de escoamento de grandes fluxos. Queimados tem como destaque o distrito industrial, conforme vimos acima, próximo à Rodovia Presidente Dutra, vizinho de Japeri e de Seropédica, onde se encontra o entroncamento do Arco Metropolitano, a antiga Rio-São Paulo e a Presidente Dutra. O quadro a seguir, desenvolvido por Patrícia Oliveira (2017a), lista os condomínios industriais e logísticos localizados no extremo oeste metropolitano:

Quadro 1: Lista de Condomínios empresariais do Extremo Oeste Metropolitano

|                   |  |
|-------------------|--|
| <b>Seropédica</b> | VBL LOG Seropédica                                       |
|                   | Seropédica Park  |
|                   | Prologis CCP Seropédica                                  |
|                   | Multimodal Seropédica                                    |
|                   | Golgi Seropédica   |
| <b>Queimados</b>  | Distrito Industrial                                      |
|                   | Condomínio industrial e logístico GLP                    |
|                   | Queimados  |
|                   | Condomínio Logístico Queimados                           |
|                   | ENAAX Queimados  |
| <b>Paracambi</b>  | Prologis CCP Queimados                                   |
|                   | AQ <sup>3</sup> Log Queimados- Condomínio Logístico / RJ |
| <b>Japeri</b>     | Condomínio Industrial I (CI I)                           |
|                   | Condomínio Industrial II (CI II)                         |
|                   | Condomínio Industrial Marajoara                          |

Fonte: Oliveira (2017a)

Dos municípios listados acima, Seropédica tem o maior número de empreendimentos. Há ainda uma série deles para serem executados no município em futuros próximos. Dentro do plano diretor do Arco Metropolitano, Seropédica tem destaque por ser área mais próxima ao Porto de Itaguaí e por ter potencial para ser o concentrador da atividade logística por causa da instalação de centros de distribuição atacadista e varejista. Japeri é classificado no plano diretor do Arco como área de expansão futura do capital, que se instala em Seropédica devido à potencialidade de “espaços vazios” a serem explorados.

No município de Japeri, o desenvolvimento do condomínio industrial tem sido a grande proposta política de desenvolvimento das últimas gestões, que trabalham, segundo o plano diretor, para oferecer condições de “bom ambiente” para a permanência das empresas em seu território. A vantagem logística apresentada em Japeri está no fato de ser um dos municípios cortados pelo Arco Metropolitano, ter acesso também à Rodovia Presidente Dutra e, como Seropédica, ser cortado pela linha ferroviária da MRS, que tem ligação direta com o Porto de Itaguaí. Os baixos preços da terra e do metro quadrado são fatores de incentivos por parte dos condomínios para as empresas. A tabela a seguir demonstra o preço médio de locação por metro quadrado em alguns dos municípios do estado do Rio de Janeiro:

Quadro 2: Preços médios de locação do m<sup>2</sup>

| <b>Preços médios pedido de locação (m<sup>2</sup>/mês)</b> |                                    |
|--|------------------------------------|
| <b>Estado (RJ)</b>   | <b>R\$ 23,00 m<sup>2</sup>/mês</b> |
| <b>Avenida Brasil</b>                                      | <b>R\$ 35,00 m<sup>2</sup>/mês</b> |
| <b>Belford Roxo</b>  | <b>R\$ 25,00 m<sup>2</sup>/mês</b> |
| <b>Nova Iguaçu</b>   | <b>R\$ 25,00 m<sup>2</sup>/mês</b> |
| <b>Queimados</b>   | <b>R\$ 18,60 m<sup>2</sup>/mês</b> |
| <b>Seropédica</b>  | <b>R\$ 18,60 m<sup>2</sup>/mês</b> |
| <b>Campos</b>  | <b>R\$ 15,00 m<sup>2</sup>/mês</b> |

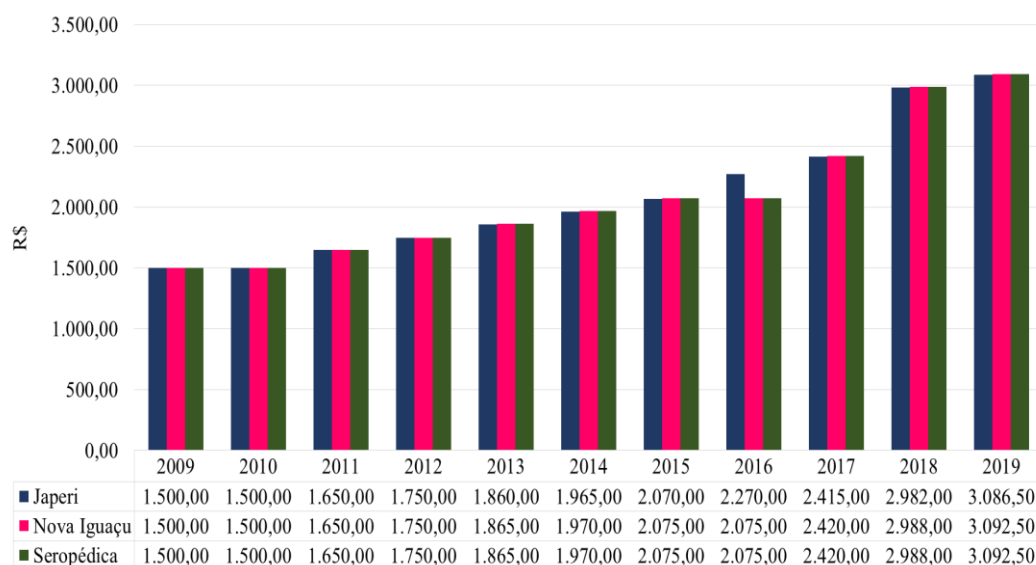
Fonte: Oliveira (2017a)

Analisando o quadro 2, que sinaliza que a média estadual é de R\$ 23 reais (vinte e três reais) o metro quadrado, Seropédica só perde para Campos dos

Goytacazes no preço da terra, que custa R\$15 reais (quinze reais) o metro quadrado. As áreas do oeste metropolitano têm uma diferença de preço da terra bastante significativa, quando comparadas a locais mais valorizados, como Nova Iguaçu, cujo preço médio do metro quadrado é R\$ 25 reais (vinte e cinco reais), em comparação a Queimados e Seropédica, em que o metro quadrado vale R\$18 reais e 60 centavos (dezoito reais e sessenta centavos).

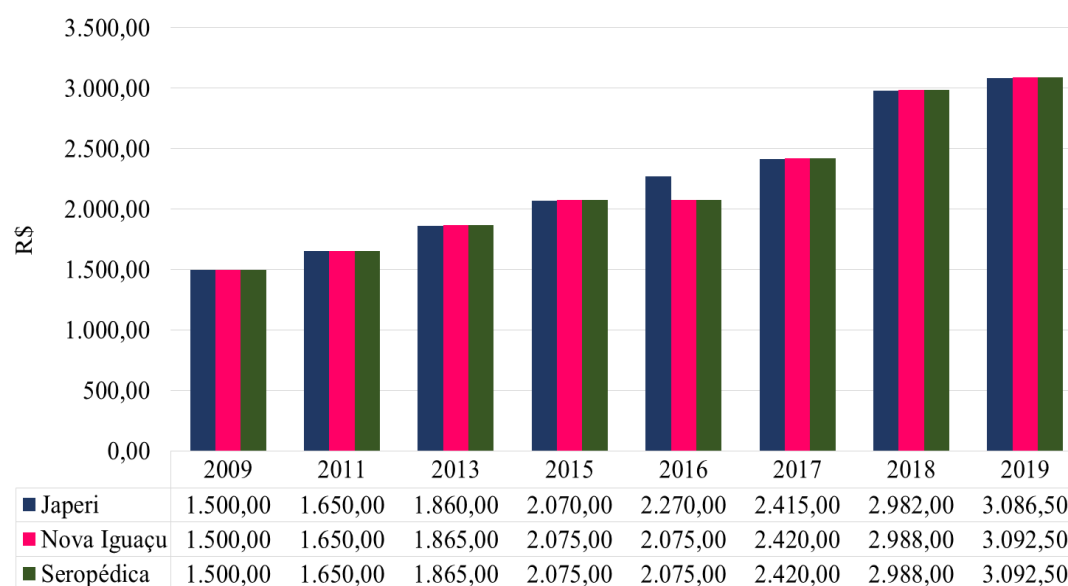
Quando observamos esse processo em uma trajetória histórica a partir dos preços das terras nuas nos municípios de Nova Iguaçu, Japeri e Seropédica, recorte de nosso estudo, verifica-se um aumento significativo de, aproximadamente, 100% do preço da terra nua no espaço amostral analisado nos três municípios, computados 10 anos de amostras do preço médio da terra no período de 2009 a 2019, como pode ser visto abaixo nos gráficos 1 e 2.

Gráfico 1: Gráfico e Tabela do Preço da Terra Nua de 2009 a 2019



Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, dados da Secretaria de Estado de Agricultura, Pesca e Abastecimento. Disponível em: <<http://www.sistemafaej.com.br/vtn-valor-de-terra-nua/>>. Acesso em 18 de maio de 2020. Gráfico elaborado pelo autor.

Gráfico 2: Preço da Terra Nua de anos ímpares



Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, dados da Secretaria de Estado de Agricultura, Pesca e Abastecimento. Disponível em: <<http://www.sistemaferj.com.br/vtn-valor-de-terra-nua/>>. Acesso em 18 de maio de 2020. Gráfico elaborado pelo autor.

O gráfico 2 apresenta os anos ímpares. Nele fica nítida a visualização do aumento do preço da terra nua, que manteve um movimento crescente ao longo dos anos, se comparamos desde o primeiro ano de construção do Arco Metropolitano, 2009, até o ano de 2019. Esse aumento do preço da terra é verificado também em estudo sobre o preço médio da terra na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, feito pelo INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) e publicado em 2017, que levou em consideração o preço da terra nua em média em cada região do estado no período de 2015-2017. Os fatores indicados como responsáveis pelo aumento do preço da terra no estudo do instituto são os grandes investimentos em logística e em indústrias na região metropolitana, além de investimentos futuros na parte oeste-metropolitana e na leste-metropolitana com os investimentos no COMPERJ (INCRA, 2017).

Para este trabalho, os gráficos apresentados acima são importantes como base para exemplificar como a Baixada representou e ainda representa uma área de interesse para investimentos no mercado imobiliário, especialmente para implementação dos condomínios empresariais (FINATTI, 2017), indicando esse processo crescente de valorização da terra na Região Metropolitana.

Por mais que a crise econômica do estado tenha afastado investimentos, é perceptível que a região da Baixada, aqui tendo como destaque o extremo oeste metropolitano, é um espaço de valorização imobiliária, mesmo que neste momento estejamos trabalhando com apenas uma parte dos municípios que compõem a região. Um dos fatores para esse crescimento pode ser os baixos preços da terra em comparação com outras localidades da Região Metropolitana, como apresentados acima no trabalho de Oliveira (2017), que, se levados em consideração, fazem com que a região se configure como uma área estratégica no projeto de desenvolvimento regional do estado.

Para tanto, é preciso uma mensuração mais profunda, porém não dispomos de instrumentais para esse mergulho estatístico. Nosso objetivo é trabalhar esses dados como pano de fundo para nossa discussão sobre resistência, uma vez que os conflitos que estamos estudando têm relação direta com o processo de acumulação, que é desencadeado com a construção do Arco Metropolitano, acarretando o processo de expropriação das terras e de espoliação dos sujeitos aqui estudados nestes três municípios: Seropédica, Japeri e Nova Iguaçu.

### **3.4.**

#### **O eixo Nova Iguaçu-Japeri-Seropédica: os removidos, os atingidos e os vizinhos**

Quando analisamos a questão da terra, temos que também compreender sua posse. A Baixada Fluminense é marcada historicamente por ser a região do estado com um dos maiores índices de conflitos fundiários. Uma concentração de assentamentos de Reforma Agrária, acampamentos e pré-assentamentos ali se localizam desde os anos 1980, além do conjunto de loteamentos clandestinos, ilegais e irregulares que surgiram nos últimos anos. Para compreendermos a história dos conflitos fundiários na Baixada Fluminense, temos que indicar o sujeito central, o posseiro, que, nos anos 1950 e 1960, foi a figura na luta contra os despejos promovidos pela justiça e nas medidas de reintegração de posse da terra devido ao movimento de crescimento imobiliário que marcou a região naquele momento, conhecido como loteamentos. Os posseiros, anos depois, foram o cerne do movimento de ocupações de terra nos anos 1980, que deram origem a

assentamentos rurais como Campo Alegre entre Nova Iguaçu e Queimados, por exemplo.

Podemos dizer, de maneira análoga, que a luta dos posseiros se repetiu no limiar do século XXI através das remoções e expulsões brancas dos atingidos pelas políticas de implementação do Arco Metropolitano, como também pelo avanço dos investimentos logístico-industriais na Baixada, conforme analisamos acima na região do extremo oeste metropolitano (OLIVEIRA, 2015). A história dos posseiros da Baixada nos séculos XX e XXI é a história da luta pela permanência na terra, é a busca por uma vida digna, que são questões que perpassam os sujeitos aqui estudados, que resistem ao movimento de territorialização do capital e às transformações territoriais a eles impostas.

Por esse motivo, o preço da terra ganha evidência neste trabalho como um dos fatores de desterritorialização, que, em nossa análise, é um dos efeitos mais graves da territorialização do capital nas áreas estudadas, já que a maior parte da população que vive nas adjacências do Arco Metropolitano sofreu com a valorização da terra por causa da via, mas também com a desvalorização no momento das indenizações. Um outro fator a ser considerado diz respeito ao aumento do preço da terra e à especulação imobiliária, que têm produzido um crescimento de loteamentos clandestinos nas margens do Arco. Já é possível verificar um aumento do preço dos aluguéis e dos imóveis e uma crise estrutural no estado, levando muitas famílias a ocuparem essas localidades. A Câmara Metropolitana tem feito um acompanhamento dessas ocupações; porém, segundo os técnicos entrevistados, não há uma ação efetiva por parte das prefeituras em fazer um controle sobre o solo urbano nessas localidades.

De todo modo, o conflito pela permanência na terra é o que nos leva a estudar a resistência dos sujeitos para permanecer nela. Nos três casos em que estamos analisando, ocorre a ação direta do poder público, tanto no processo de remoção quando no de facilitação da expulsão. Estamos diante da expressão do movimento desigual da produção do espaço, analisado sob a ótica da financeirização e extração da renda da terra, via empreendimentos dos condomínios empresariais, compreendidos na forma local como logísticos e industriais.

Com o andamento da pesquisa e os levantamentos de dados para a identificação dos conflitos ao longo do Arco, encontramos dois movimentos que têm relação direta com a abertura do mercado de terras e as expulsões brancas. O

primeiro movimento foi marcado pelas remoções das famílias de Vila de Cava para a construção do Arco em Nova Iguaçu, que se caracterizou pela contestação dos valores indenizatórios por grande parte das famílias removidas pela empresa responsável pelas obras, em parceria com a Secretaria de Habitação de Nova Iguaçu. No outro exemplo, de Japeri, no bairro Jardim Marajoara, próximo à rodovia Presidente Dutra, as famílias foram intimidadas com tratores para saírem de suas casas pelos ditos proprietários da terra, provocando um levante da população contra tais ações.

Já na terceira área, no assentamento Sol da Manhã, em Seropédica, não houve um conflito explícito de insurgência dos sujeitos na ocasião da abertura. No entanto, eles sofrem indiretamente por terem como vizinho o condomínio logístico da VBI Log, que se instalou na área, incentivado pelo baixo preço da terra e pelos fatores locais de escoamento e armazenamento que se acentuaram em Seropédica com a construção do Arco Metropolitano e as torres de energia montadas em sítios do Assentamento.

A figura a seguir é um mapa de localização das três comunidades, dando destaque para o Arco Metropolitanos e os respectivos municípios onde estão os lugares que identificamos em nossos trabalhos de campos como área de conflitos e expulsões produzidas direta e indiretamente pelo eixo do Arco.

Figura 20: Mapa das comunidades estudadas



Fonte: Mapa elaborado pelo autor

Isso posto, analisaremos de que maneira os conflitos provocados pelo movimento de acumulação gerado pelo Arco Metropolitano se estabelecem territorialmente nas comunidades estudadas, visto que elas sofrem do mesmo processo de expulsão branca, que os compele à busca de um conjunto de novas práticas espaciais para resistirem a tal processo.

Atribuímos denominações a esses sujeitos, tomando como base os termos nativos que identificamos em nossos primeiros trabalhos de campo na montagem do projeto e nesses anos de estudo do doutorado, a saber: removidos, atingidos e vizinhos. Essa construção analítica tem como base trabalhos de campo feitos ao longo da tese, entrevistas com lideranças das comunidades estudadas, levantamentos de dados e visitas a instâncias estaduais responsáveis pelo Arco Metropolitano e às prefeituras de Nova Iguaçu, Japeri e Seropédica. Também temos que elencar o papel do Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu como lugar de fontes documentais dos processos contra o estado e na questão das remoções em Vila de Cava e dos conflitos em Marajoara, cuja coordenação nos permitiu acesso a arquivos de atas e relatórios do período dos conflitos.

O panorama dos conflitos aqui analisados começa em Nova Iguaçu, onde trabalhamos com os removidos do Arco Metropolitano. Famílias foram removidas pela Secretaria de Obras do estado em conjunto com a Secretaria de Habitação do município. Eles fundaram uma Associação de famílias atingidas, para contestar os baixos valores indenizatórios e as práticas autoritárias que se seguiram durante três anos, iniciadas em 2008 e 2009. Essas famílias foram removidas em sua maioria no ano de 2012.

Em Japeri, esse fenômeno se deu no sul do município, especificamente nas proximidades do Distrito Industrial de Queimados, na região de Marajoara, que passa a ter suas terras valorizadas por incentivos dados pela prefeitura aos empresários, a qual mandou que os próprios despejassem os moradores dessa região, que hoje está delimitada no plano diretor como condomínio industrial. Eles fundaram uma Associação de atingidos do condomínio industrial no mesmo ano que ocorreu tais ações, em 2011.

Em Seropédica, identificamos uma série de conflitos de terras e o aumento dos índices de violência associados à especulação imobiliária. Porém, no Sol da Manhã, um assentamento estadual, por lei do plano diretor, os assentados tiveram



a possibilidade de vender suas terras, pois o ordenamento territorial para a localidade do assentamento no plano foi estabelecido como uma área de expansão para investimentos urbanos e industriais do município. Como em um de nossos trabalhos de campo, uma das entrevistadas se autodenominava de vizinhos do condomínio logístico e das torres de energia que foram construídas em alguns lotes do assentamento, nós chamamos os assentados de Sol da Manhã de vizinhos.

Nas seções a seguir, vamos destrinchar um pouco mais sobre as histórias dessas comunidades.

### **3.4.1. Os removidos**

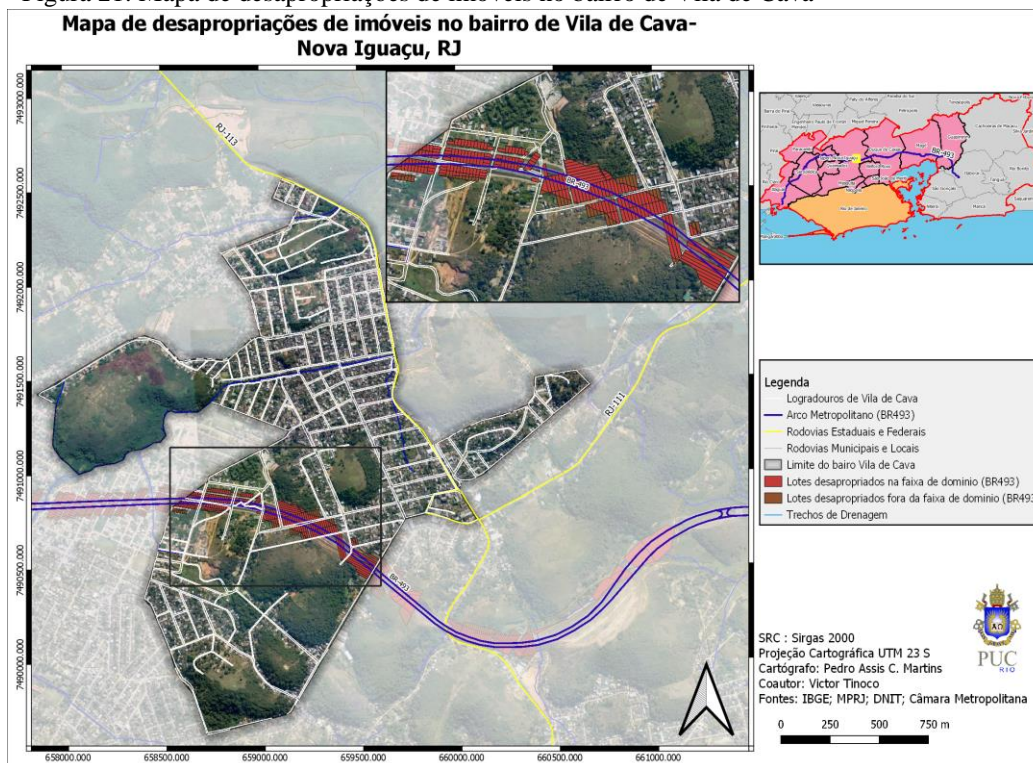
O processo de remoção das populações do Arco Metropolitano, cujos dados levantamos, começou no ano 2008. Como ainda são dados sob controle do estado e das secretarias municipais de habitação municipal, não conseguimos acessar tais informações. As poucas que obtivemos foram por intermédio de lideranças da Associação das Famílias de Vila de Cava Atingidas pelo Arco Metropolitano. No entanto, a partir dos relatos dos casos da Associação, identificamos que, na faixa de Nova Iguaçu, em torno de 70 famílias foram removidas para dar lugar à via.

O bairro conhecido como Vila de Cava está localizado na parte norte do município e tem como especificidade ser uma das zonas rurais da região próxima à reserva biológica do Tinguá. Por causa da topografia dessa localidade, uma área plana e no pé do maciço que abriga a reserva, seu arranjo espacial não facilita a implementação de condomínios logístico-industriais. No plano diretor do Arco, essa localidade é vista como um espaço para o desenvolvimento do ecoturismo.

Um dos aspectos marcantes do conflito nesse lugar são os baixos valores pagos nas indenizações pelos responsáveis pela obra. Muitos entrevistados do trabalho de Montojo (2018) dizem que havia uma variação de pagamentos e formas de abordagens, umas mais repressoras, outras mais amenas. Isso acontecia proporcionalmente aos preços das casas e da regulamentação do imóvel. Quase todos receberam indenizações por benfeitorias, porque não possuíam escrituras dos imóveis. Esta é, aliás, uma marca histórica da Baixada: a questão da regulamentação

fundiária. A parte do bairro que foi removida era um lugar conhecido como Parque da Saudade, como podemos ver na figura 21 a seguir.

Figura 21: Mapa de desapropriações de imóveis no bairro de Vila de Cava



Fonte: Mapa elaborado pelo autor.

O mapa acima apresenta a localização da passagem do Arco Metropolitano sobre o Bairro de Vila de Cava, onde ocorram as remoções, especificamente no lugar conhecido como Parque da Saudade, que recebeu esse nome por ser um loteamento da imobiliária Saudade, que, até onde conseguimos apurar, atuou na venda de lotes na localidade desde os anos de 1960.

Além da remoção, as famílias que foram expropriadas tiveram que lidar com a especulação imobiliária no momento de implantação do Arco, como exemplificamos nos gráficos 1 e 2 acima, acerca do aumento do preço da terra nua. Com o aumento do preço dos imóveis, muitas famílias não conseguiram adquirir outros imóveis devido aos baixos valores indenizatórios recebidos no processo de remoção. O baixo valor pago pelas casas removidas foi o motivo do conflito, a contestação das indenizações já pagas e as que ainda estavam em negociação motivaram a organização da Associação de Famílias de Vila de Cava Atingidas pelo Arco Metropolitano. Montojo (2018) indica que a Associação era formada por dois

grupos: um que estava tentando rever a discussão dos processos administrativos que não foram pagos, e outro grupo que já tinha entrado com ações na justiça contra as remoções.

Hoje algumas famílias removidas se encontram em ocupações irregulares nas adjacências do Arco Metropolitano, onde construíram novas casas, usando os valores pagos pelas indenizações, de onde logo serão removidas novamente. Há também os casos dos que conseguiram comprar imóveis nas proximidades de Vila de Cava, em condições muito mais precárias, segundo relatos, daquelas em que viviam anteriormente. Convém também sinalizar os casos de famílias que permaneceram, porém tiveram parte de seus terrenos expropriados pela obra. Essas famílias não foram removidas e permanecem morando no entorno do Arco.

Entre os que permaneceram encontramos situações de famílias que perderam toda a sua rede de parentesco e que tiveram suas casas removidas. Além disso, em nossos trabalhos de campo, a queda do valor de mercado das casas próximas ao Arco foi um fato destacado nas entrevistas com as famílias que não foram removidas: “muitas das casas aqui perderam valor com o Arco. Tudo abandonado”, como nos destacou o entrevistado R. Ele relata que, durante a obra, várias vezes foi posta a estaca de remoção. Apesar disso, acabaram permanecendo. Devido à obra tiveram inúmeros problemas de saúde, as condições de vida pioraram ao longo da construção da via, inclusive com o abandono em termos de manutenção e controle de ocupações das margens do Arco.

Essas são algumas das feridas de Vila de Cava. As histórias da expropriação ainda representam um trauma muito forte para os que entrevistamos e a espoliação é um traço marcante naqueles que permaneceram.

### **3.4.2. Os atingidos**

Segundo relatos de lideranças, a prefeitura de Japeri autorizou a desapropriação de maneira informal e ilegal de casas, alguns sítios e terrenos na comunidade Marajoara, no ano 2011, por parte das empresas responsáveis pelo empreendimento do condomínio industrial, sem que tivesse sido impetrado um mandado de desocupação ou sem que as famílias que ali moram tivessem sido indenizadas. Em outros momentos, ocorreu a entrada direta de ditos representantes

das empresas nos terrenos, sem que a desocupação tivesse sido promovida ou o pagamento de indenização tivesse sido feito de maneira legal.

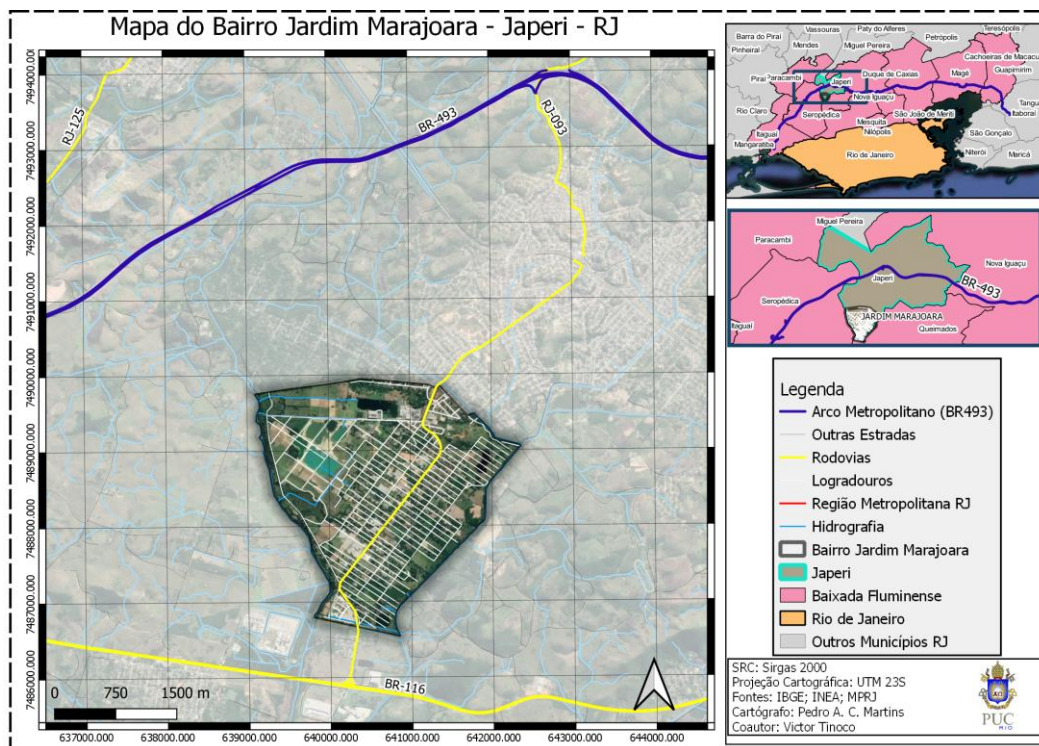
Conforme os relatos obtidos, a prática das tentativas de despejos se dava através da pressão psicológica, porque eles chegavam aos terrenos por volta de 6 horas da manhã, com tratores, máquinas e vários funcionários já para derrubarem as casas. Ao mesmo tempo, uma pessoa com um documento em mão surgia dizendo ser o proprietário do terreno e dando um prazo de duas horas para a família sair dali.

Essa situação promoveu uma série de insurgências contra os despejos. A comunidade se mobilizava imediatamente no entorno das casas e terrenos, filmavam, ligavam para a polícia e outras representações do bairro, de maneira a impedir as derrubadas das casas ameaçadas de despejos. Durante os anos 2011 e 2012, houve quase oito tentativas de despejos irregulares que aconteceram em Marajoara, todos foram impedidos pela população. Devido ao medo imposto pelas tentativas de expulsão, a Associação chegou a ter por volta de 250 associados nos dois primeiros anos. Como já foi falado, quase ninguém detinha o título de proprietário da terra, pois, em sua maioria, eram posseiros.

Os moradores, como parte da tática de resistência, fundaram a Associação das Famílias de Jardim Marajoara Atingidas pelo Condomínio Industrial para poderem combater as seguidas tentativas de despejo promovidas pelos ditos proprietários da terra, via promotores imobiliários. Para enfrentar essas ações, a população de Marajoara fez uma articulação entre três associações – a dos atingidos pelas ações irregulares das empresas, a dos agricultores e a dos moradores –, que têm diferentes interesses, mas cuja luta é pela permanência em seus territórios, contrapondo-se aos investimentos no espaço denominado Condomínio Industrial de Japeri.

Em nossos trabalhos de campo, entrevistamos algumas das lideranças da Associação. Elas disseram que, atualmente, a desmobilização é um dos traços mais fortes da comunidade desde que os fatos cessaram em 2012, embora o medo ainda esteja muito presente em seus cotidianos, pelo fato de Marajoara ser uma área muito visada para investimentos industriais e o intenso incentivo para a chegada de empresas por parte da prefeitura. Um dos fatores locacionais que mais “favorecem aos investimentos” é que Marajoara está localizada entre o Arco Metropolitano e a rodovia Presidente Dutra, sendo vizinha do distrito industrial de Queimados, como podemos ver na figura abaixo.

Figura 22: Mapa do Bairro Jardim Marajoara



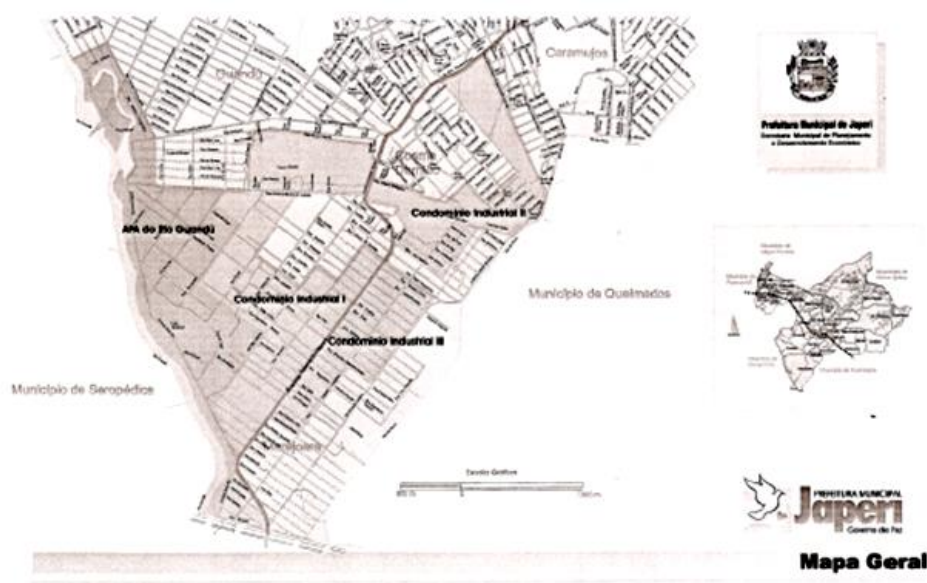
Fonte: Mapa elaborado pelo autor.

O Condomínio Industrial de Japeri hoje conta com indústrias do ramo da construção civil e de reciclagem. Muitos relatos retratam os impactos ambientais como poluição atmosférica e contaminação do solo. Há outros problemas elencados como a falta de saneamento básico, o fornecimento de água apenas para as empresas e o baixo investimento em saúde e educação.

A figura a seguir é a delimitação do condomínio industrial de Japeri, no caso, o bairro Jardim Marajoara, no plano diretor municipal de 2006, como área de incentivo para implantação de indústrias.



Figura 23: Mapa do Condomínio Industrial de Japeri



Fonte: Câmara municipal de Japeri (2005)

A atual gestão municipal de Japeri tem mantido uma linha de busca por investimentos industriais e logísticos, para promover a chegada de novas empresas. A gestão de Carlos Moraes fez investimentos em infraestrutura e buscou melhorar as condições burocráticas do município para facilitar a inserção de empresas no condomínio Marajoara (AZEVEDO, 2018). Alguns exemplos são as parcerias com o estado junto à CEG para a chegada do gás, a fim de atender a indústria local, residentes e postos de GNV que queiram se instalar ao longo da avenida Tancredo Neves, que corta o município e liga o Arco à rodovia Presidente Dutra. Uma das ações da prefeitura para produzir incentivos foi a criação de um órgão municipal para controle e licenciamento ambiental, tendo como justificativa a demora para a liberação de licenças e laudos por parte dos órgãos estaduais, como o INEA.

Um dos principais políticos do município, Carlos Moraes, foi o primeiro prefeito após a emancipação de Nova Iguaçu, em 1993. Desde então, ele vem participando das gestões do município. Foi em sua gestão que os conflitos que estamos estudando se acentuaram em associação com o empresariado local, tendo em vista a valorização imobiliária produzida pela obra do Arco e o fator locacional que o mesmo produzia.

Um ponto que não podemos deixar de destacar e indagar é a respeito da violência. As guerras das facções criminosas no município são constantes, tanto por conta do tráfico de drogas, via Arco Metropolitano, quanto pelo roubo de cargas na

rodovia. O próprio prefeito Carlos Moraes foi preso, inclusive, por envolvimento com o crime de roubos de cargas no Arco Metropolitano.

A realidade de Japeri nos impõe uma série de desafios para compreender o processo de luta dos atingidos – principalmente a questão da desmobilização – frente a uma série de questões territoriais que se configuraram na chegada de processos globais que reordenam o território e a estrutura de poder local em seus arranjos institucionais formais e informais.

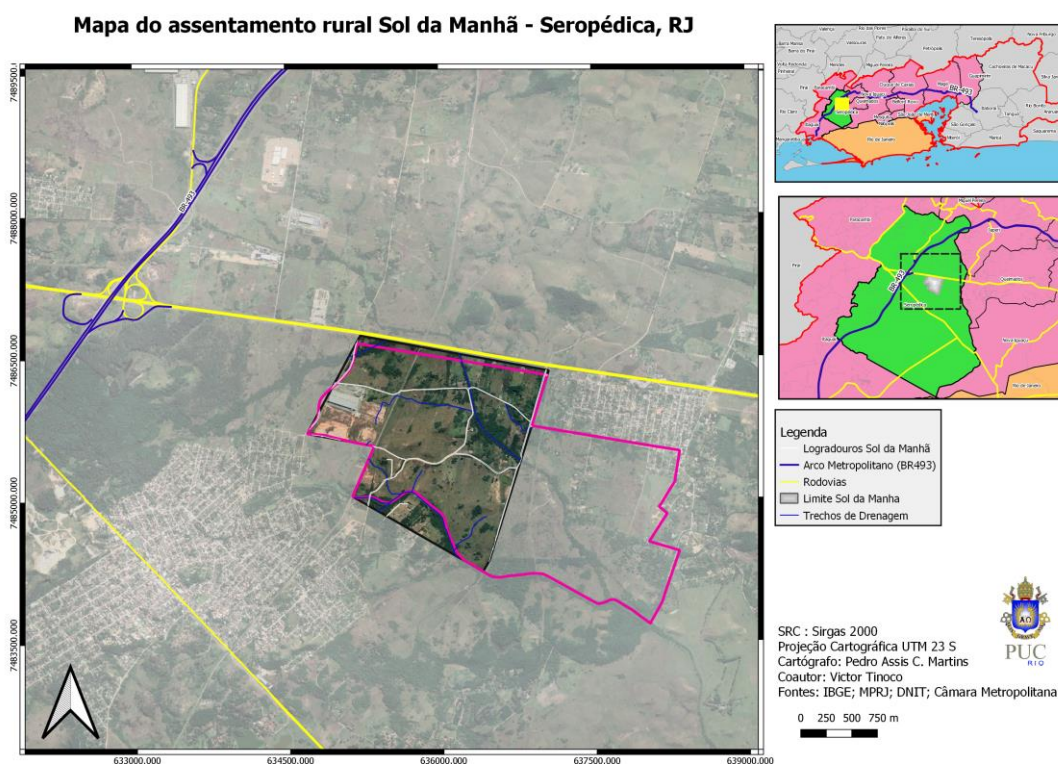
### **3.4.3. Os vizinhos**

Os vizinhos são os moradores do assentamento Sol da Manhã que não tiveram suas terras compradas pelo empreendimento imobiliário responsável pela VBI LOG em Seropédica ou pelas empresas responsáveis pelas Torres de energia do sistema Xingu que corta o assentamento. A formação territorial de Sol da Manhã é oriunda das ocupações de terras dos anos 1980 na Baixada Fluminense. Nesse período, o município de Seropédica era um distrito de Itaguaí. O assentamento foi reconhecido pelo governo do estado, pela extinta Secretaria de Assuntos Fundiários, criada no primeiro governo Brizola, que assentou 72 famílias em uma área de 520 hectares.

Com o passar dos anos, muitas famílias saíram, mas muitas permanecem no local até hoje. As famílias que permanecem no assentamento viveram e vivem as transformações espaciais de Seropédica com a chegada do Arco Metropolitano. Sendo o município que se localiza na região do entroncamento entre as rodovias Presidente Dutra, Arco Metropolitano e Rio-São Paulo, próximo do Porto de Itaguaí, Seropédica é uma das áreas de maior interesse logístico do estado hoje.

O mapa abaixo (figura 24) indica a localização do assentamento e a dinâmica em que ele se encontra no planejamento municipal como uma área de interesse de expansão urbana e industrial.

Figura 24: Mapa do Assentamento Sol da Manhã



Fonte: Mapa elaborado pelo autor.

O assentamento se encontra nas proximidades da Rodovia Presidente Dutra, localizado na vizinhança do Bairro Boa Esperança. A figura a seguir representa os vizinhos do condomínio logístico da VBI LOG, a comunidade do assentamento Sol da Manhã:

Figura 25: Vista de um dos sítios do Assentamento Sol da Manhã



Fonte: Victor Tinoco de Souza, outubro de 2017.



Registro de um dos nossos trabalhos de campo durante o ano 2017, a foto acima é a vista de um dos sítios do assentamento Sol da Manhã. Nosso enfoque nesta discussão sobre esse assentamento não são os conflitos de remoção de atingidos diretamente, como nos casos de Vila de Cava ou Japeri. No caso de Sol da Manhã, o objetivo é observar a expulsão branca perpetrada pelo movimento de chegada do capital às zonas rurais do município durante o mesmo período dos conflitos analisados anteriormente.

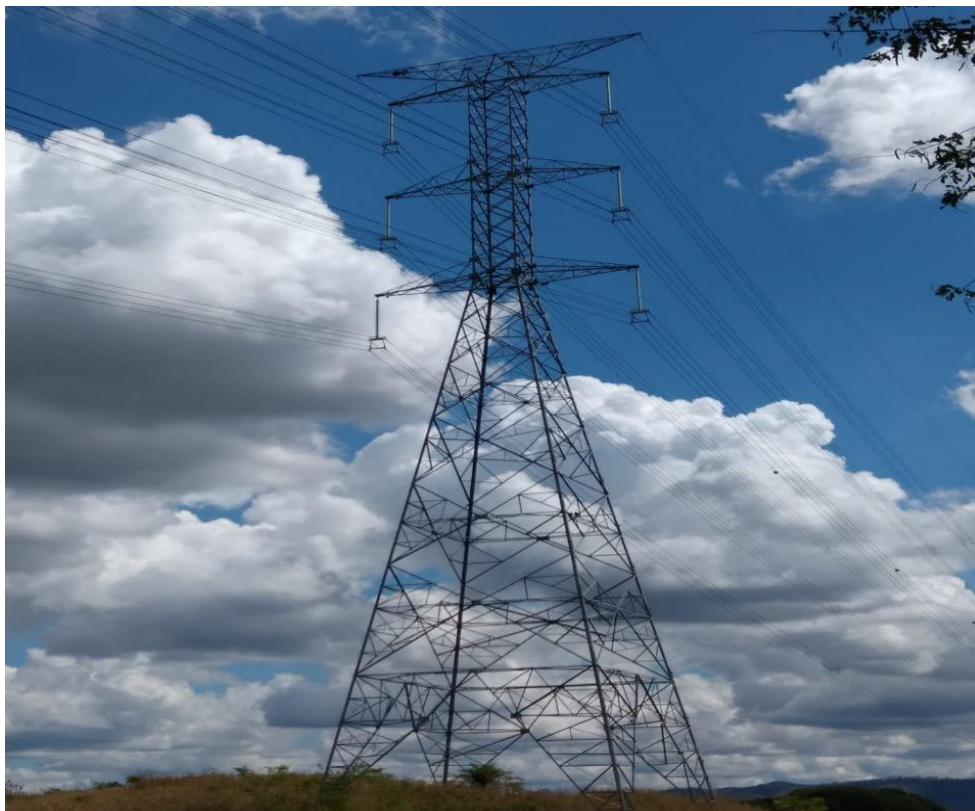
A prefeitura de Seropédica criou mecanismos em seu plano diretor, segundo Souza (2015), para a modificação do uso do solo caso seja de interesse da cidade. Com esses mecanismos, as zonas rurais, especialmente a do assentamento, foram afetadas diretamente, pois deixam de ser cotadas pelo preço da terra nua, para uso agrícola, e passam a ser cotadas de acordo com o preço do metro quadrado. A área do condomínio vista na foto foi vendida pelo preço de 16 reais o metro quadrado de acordo com os entrevistados do assentamento.

O baixo preço da terra e o fator locacional atraem uma série de investidores imobiliários para a região. Contudo, a questão da infraestrutura ainda é um dos elementos limitadores. O bairro Boa Esperança e o assentamento Sol da Manhã não possuem saneamento básico, água canalizada e esgotamento sanitário. A mesma condição se dá para o condomínio. Com a tecnologia aplicada em sua construção, com estruturas de rápida construção e de usos de equipamentos como bombas hidráulicas, ele se estabelece e modifica toda o cotidiano de Sol da Manhã.

Outra forma de pressão que os assentados sofrem são as torres de energia que estão sendo construídas no perímetro do assentamento, que encontram no planejamento municipal e nos baixos preços da terra um “ótimo ambiente” para seus investimentos. Há vários casos de assentados, de acordo com os entrevistados, que se negam a vender seus lotes para esse tipo de empreendimento, como por exemplo a entrevistada N, que diz: “não vendo o meu lote porque a gente lutou muito para estar aqui!” O entrevistado continua sua fala indicando que “as pessoas que venderam ou deram concessão não podem mais plantar no sítio”. As torres fazem parte de um outro eixo de energia, que não são os da termoelétrica Faria Lima – que está ligada à Petrobrás. As torres que passam no assentamento, até onde levantamos, fazem parte do sistema elétrico Xingu. A figura a seguir é de uma das torres que foi

montada no assentamento nos últimos anos. A torre segue o fluxo no sentido Rio-São Paulo.

Figura 26: Torre de energia em Sol da Manhã



Fonte: Gisele Silva, agosto de 2020

O conflito não se restringe aos impactos ambientais produzidos com a chegada das torres e, especialmente, do condomínio. Eles se configuram na vida cotidiana dos assentados de modo geral, mais ainda nos que são vizinhos do condomínio e das torres. Segundo as entrevistas que fizemos durante os trabalhos de campo, com a implantação do condomínio VBI LOG, houve uma diminuição significativa do volume de água dos poços artesianos dos sítios, aumento da poluição e constante barulho produzido pelas empilhadeiras que impedem a criação animal e a plantação de produtos orgânicos. Condições insalubres de vida são impostas aos moradores de Sol da Manhã e de suas redondezas.

Ainda obtivemos relatos que apontam o aumento significativo da violência com a inauguração do Arco. Primeiro, com os seguidos roubos de cargas na porta do condomínio e a territorialização de grupos criminosos de outros municípios nos arredores de Boa Esperança. Em uma de nossas entrevistas, nos foi relatado que,

com a abertura do condomínio, houve a chegada de postes de luz. Entretanto, com a chegada também da criminalidade, as luzes da rua de entrada do condomínio que dá acesso ao assentamento foram queimadas por esses grupos que ali se territorializaram.

Há um choque de transformações do modo de vida da população: relatos de casos de violência, isolamento em relação aos centros urbanos mais próximos, falta de ônibus, assaltos constantes aos sítios, poluição ambiental e falta de esperança não fazem com que esses sujeitos deixem de continuar resistindo. Diante da pergunta “por que continuam morando no assentamento ou até mesmo no bairro nessas condições”, as respostas dos entrevistados foram quase as mesmas: “nós não temos para onde ir!” ou “nós lutamos muito para estar aqui!”

Diante dessa realidade e sua contextualização, exploraremos, ao longo do trabalho, a escala do lugar através da dimensão do conflito pela defesa da existência enquanto sujeito e pelo espaço da vida. Ela expressa o global em sua escala de igualização, mas também o local como uma escala da diferenciação do capital ao mostrar a diversidade de atores e agentes que ali estão envolvidos.

Nos exemplos de Vila de Cava, em Nova Iguaçu, de Marajoara, em Japeri, e do assentamento Sol da Manhã, em Seropédica, novas práticas espaciais se formam em seus cotidianos na luta para não serem excluídos de seus territórios, promovendo resistências para terem acesso a elementos básicos como água, luz, esgotamento sanitário etc. Debatendo esse processo de maneira transescalar, combinando as escalas dos removidos, atingidos e vizinhos, podemos refletir sobre as transformações espaciais produzidas pelo desenvolvimento geográfico desigual, expressas pela dinâmica territorial imposta pela construção do projeto do Arco Metropolitano.

Na escala local, eles são vistos como “o velho”, aqueles que são entraves para a modernização-desenvolvimento, ao mesmo tempo que, em uma outra escala, a nacional, são vistos como “o consumidor”, pelo acesso a políticas de distribuição de renda ou renda mínima, que auxiliam na sua sobrevivência e lhes dão condições de se inserirem nos bens de consumo globais, mesmo vivendo em condições de vida precárias, sob a imposição de preceitos da globalização neoliberal, a sociedade de consumo.

Ao retornarmos à escala local, podemos tomar como exemplo as ações violentas das prefeituras de Japeri e Nova Iguaçu, em conluio com a iniciativa

privada, sobre as populações que moram em Marajoara e Vila de Cava, a respeito das quais Escobar (2005a) sinaliza que esse tipo de violência é expressão do modelo de sociedade global que se estabelece junto ao que consideram como atrasados. Escobar (2005b) indica que isso é uma forma de fascismo social construído pela globalização que se pratica na escala local, em decorrência da marginalização e exclusão de sujeitos e lugares que não cumprem as condições exigidas para o capital.

A defesa do lugar se institui a partir de uma relação territorial, constituindo uma série de práticas espaciais que apresentam traços de resistência à ordem instituída e compõem um conjunto de mecanismos, táticas de luta e sobrevivência frente ao desenvolvimento geográfico desigual. Essas práticas, além de revelarem a lógica e os interesses do capital, abrem precedentes para se pensar em alternativas de desenvolvimentos, mesmo que sob as condições de uma sociedade heterônoma.

Nesse sentido, os sujeitos que constituem o lugar, ao agregarem territorialmente sua resistência, passam a elaborar um projeto de lugar que leva à formação de uma nova espacialidade. Quando analisamos a escala do lugar no exemplo da articulação das associações, percebemos a articulação de diferentes sujeitos, que podem ser considerados antagônicos, mas que dialogam entre si na necessidade de denunciarem e buscarem dentro do jogo democrático possibilidades de mudança da realidade espacial. Essa possibilidade de mudança pode ser um horizonte alternativo, mesmo assim ainda preso ao par resistência e dominação, heteronomia e autonomia.

Isso vai em direção ao que Harvey (2016) fala a respeito da questão dos movimentos sociais anticapitalistas. Para ele, é necessário entender o contínuo processo de inovação do capital e sua dinâmica migratória através do globo. Nesse aspecto, ele dialoga com Souza (1996) e sua compreensão de desenvolvimento como algo novo, uma mudança, ou seja, um desejo de mudança construída coletivamente e de maneira autônoma que se contrapõe à ideia de desenvolvimento proposta pelo sistema capitalista.

É preciso buscar a compreensão da resistência para as realidades estudadas e construir arcabouços teóricos e metodológicos que dialoguem com as escalas local e global, que se expressam de diferentes maneiras no contexto do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, uma das exemplificações do movimento de acumulação e expropriação e os conflitos que delas surgem.

Em que pese a complexidade da questão sobre como tais conflitos são produzidos, convém analisar de que forma essa população sobrevive, se subordina, se insurge, ou seja, resiste a essa lógica de expulsão/desterritorialização de seus espaços de vida e de transformações de seus cotidianos, que é o elemento marcante do atual movimento do capital: expropriação e espoliação das populações de seus lugares para condições mais precarizadas e excludentes.

## 4

### O sujeito da resistência: cotidiano e práticas espaciais

**Quando a tempestade cai sobre a floresta, os abutres que se curvam à ventania resistem e sobrevivem, enquanto tombam gigantes inflexíveis.**

“Antígona”, de Sófocles

Nossa pesquisa se volta para a análise da resistência em sua dimensão espacial, com base nas práticas espaciais. Ao pensarmos em práticas espaciais de resistência, estamos tentando compreender o conflito que se estabelece na esfera do lugar a partir da territorialização do capital, do avanço do capital em busca de novas áreas de acumulação, expulsando o dito velho, atrasado e arcaico para dar lugar ao chamado novo, ao progresso. Analisamos aqueles que resistem a essa lógica na defesa de seus territórios contra a desterritorialização produzida pela territorialização do capital.

Os que estão resistindo contra a desterritorialização usam inúmeras táticas integradas a um jogo de sobrevivência, subordinação e insurgência em sua luta diária. Com isso, estabelece-se um universo de ações objetivas e subjetivas, que dialogam com múltiplas racionalidades tanto de insurgência quanto de subordinação à ordem estabelecida, inconsciente e conscientemente para a sobrevivência em suas práticas cotidianas.

Ao pesquisarmos sobre resistência, tendo como base empírica os conflitos que se estabeleceram com a implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, como os que foram gerados em suas adjacências, nos perguntamos: Quem são esses que resistem? Quem são esses que se insurgem para manter seus territórios? Como a resistência se manifesta em seu cotidiano? Como o espaço é apropriado nas ações de resistência?

Seguindo essa linha de pensamento, o objetivo deste capítulo é analisar as formas de resistência que se apresentam nas táticas apoiadas pela apropriação e pelo uso do cotidiano do sujeito da resistência, que tem o seu surgimento dentro do conflito que se estabelece territorialmente. Dessa maneira, exploraremos as resistências que chamaremos de subterrâneas, mas que se articulam com as resistências públicas. Na realidade, sustentamos que as resistências subterrâneas são

a base para que ocorram as resistências públicas, mas todas compreendidas entre as dimensões da insurgência-subordinação-sobrevivência.

#### **4.1.**

##### **Práticas espaciais: resistência**

É necessário primeiramente entender que a palavra resistência carrega consigo um significado político profundo no universo social das lutas por emancipação e autonomia nos campos da teoria social e das lutas da vida cotidiana. Além do sentido mais conhecido e que faz parte do senso comum – o ato de contrariar –, um de seus significados apontados pelo dicionário Michaelis, que nos chamou particularmente a atenção, é o ato de continuar de pé.

Esses dois significados da palavra revelam elementos simbólicos que expressam a vida cotidiana em formas de práticas espaciais, produzidas pelos sujeitos que estudamos e tantos outros que lutam diariamente, a fim de continuarem existindo em seus territórios. A resistência se expressa como parte integrante dessas práticas.

Cada lugar é formado por táticas que remetem a práticas espaciais dos sujeitos que o vivenciam. As táticas apresentam significados, intencionalidades e modos diversos, complexos e interagentes dentro da totalidade de cada lugar. Este é o desafio de nossa pesquisa, compreender essa diversidade e complexidade de táticas de resistências, produzidas pelas práticas espaciais dos sujeitos.

Partindo dessas premissas do significado da palavra resistência e de sua simbologia política e histórica nas lutas sociais, nosso embasamento teórico e metodológico é fundamentado pelo real analisado nos capítulos anteriores, em que tratamos dos processos de produção e reprodução do capital por meio do Arco Metropolitano, especialmente os conflitos que analisamos frente a tais processos nas comunidades de Vila de Cava, Marajoara e Sol da Manhã.

O caminho pretendido nos leva a buscar formulações que sejam, em nível operacional, de certa forma, um caminho prático e sistêmico de interpretação da realidade. Cruz (2013) indica a necessidade de elaborar novos instrumentais conceituais ou ferramentas conceituais em que não se precisa estar preso somente a uma linha teórica, mas sim a conceitos que possam responder aos problemas levantados nas pesquisas de modo geral. Para Cruz (2013), é essencial ao

pesquisador construir uma caixa de ferramentas conceituais e teóricas que o auxiliem na análise e compreensão de seu objeto de estudo.

Com o aprofundamento de nosso estudo, faz-se necessário montar uma caixa de ferramentas sobre o que entendemos por concepção de resistência neste trabalho de tese, pela necessidade de compreender o fenômeno espacial a partir de uma de suas dimensões, o resistir. A resistência na dimensão espacial demanda analisar, mesmo que de maneira recortada, outras dimensões que se estabelecem, como falamos acima, a partir das táticas baseadas nas dimensões de insurgência, sobrevivência e subordinação, que se tensionam de maneiras contraditórias no cotidiano desses sujeitos. Em nosso trabalho, a resistência é compreendida nessas três dimensões, segundo as ações de insurgência-subordinação-sobrevivência, constituídas em um arranjo de táticas que se estabelecem via práticas espaciais dos sujeitos produtores/produzidos em suas realidades espaciais.

A resistência não pode ser lida como una, mas como múltipla. Não pode ser vista somente como ação pública ou uma ação concreta institucional, na relação entre sociedade e Estado, entre dominadores e dominados, mas em suas formas subterrâneas. Como coloca Scott (2013), a resistência deve ser vista “embaixo da linha”, já que “não decorre de uma organização formal mas de redes informais” (p. 274), que se dão na vida cotidiana em um conjunto de interações de parentesco, vizinhança, amigos e laços comunitários. As diferentes relações que expressam a resistência em suas escalas mais micro e profundas, chamadas subterrâneas, ou “embaixo da linha” (SCOTT, 2013), abrem caminho para um diálogo de proposições sobre a abordagem teórica dessa dimensão da vida cotidiana, a respeito da qual estamos propondo refletir na análise do real estudado.

Esse real nos leva a compreender a resistência conforme a perspectiva de Scott (2002; 2013), segundo o qual ela tanto pode se apresentar na forma de confronto como na forma passiva (silenciosa, invisível): a primeira se expressa como ação direta, por exemplo, em manifestações, atos contrários, paralisações, que publicizem a luta no confronto direto entre dominadores e dominados; e a passiva no dia a dia, no conjunto de relações sociais, de maneira subjetiva, em práticas voltadas para a sobrevivência. Esta pode ser exemplificada por sabotagens, pela construção de casas em áreas impróprias e, também, pela não aceitação de contratos indenizatórios, por serem considerados baixos os valores oferecidos,



como foi o caso das famílias removidas e desapropriadas para as obras do Arco Metropolitano em Vila de Cava, Nova Iguaçu.

Segundo Foucault, a resistência acontece onde há poder. No decorrer de sua obra, o filósofo francês demonstrou continuamente as bases dos aparatos de poder do Estado e da sociedade sobre o indivíduo. Sendo inseparável das relações de poder, “tanto a resistência funda as relações de poder, quanto ela é, às vezes, o resultado dessas relações” (REVEL, 2002, p. 74). A resistência se configura, assim, como uma possibilidade de criação de espaços de luta e de agenciamento de possibilidades de transformação do real contra esse aparato.

Para Revel (2002), a estrutura de pensamento de Foucault sobre a resistência é concebida a partir de táticas que servem de ponto de apoio para contraofensivas sobre as formas de dominação. Com esse movimento, a resistência pode fundar uma nova organização de relações sociais dos sujeitos em suas práticas de resistência, o que indica que ela se dá de forma relacional em movimento de resposta ao poder. O poder não pode existir, segundo Foucault (1995), senão em função de uma série de múltiplos pontos de resistência, que estão presentes em todas as escalas de poder e representam, nas relações de poder, os inimigos, os adversários. Novamente, é preciso ratificar que a resistência não é una, ela é plural e diversa. Estamos falando em resistências, substantivo plural. As resistências se dão de maneiras possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, assumindo inúmeras formas tanto públicas quanto subterrâneas.

Ao compreendermos que onde há poder há resistência, é preciso observar a situação em que se colocam o combate e as ações das táticas de resistência. Nesse sentido, é preciso pensar: ao resistir a algo, resistir a alguma coisa, quem é o inimigo? Com quem se está lutando? E pelo que se luta?

As lutas são variadas, e destacadamente muitas delas se dão frente às estruturas de poder impostas pelo capital e às formas sociais de dominação e subordinação a elas, em modo muito genérico. No entanto, quando trazemos o sentido de resistência para a realidade estudada nesta tese, nos alinhamos ao ponto de vista de Sassen (2016), que trata, mais especificamente, sobre novas formas de acumulação de capital que se expressam em expulsões das pessoas de seus espaços de vidas.

Sassen (2016) analisa os fenômenos das expulsões não como resultado da decisão ou da ação de um indivíduo, de uma empresa ou de um governo, mas os compreende como “parte de um conjunto maior de elementos, condições e dinâmicas que se reforçam mutuamente” (p. 89). Para ela, as expulsões hoje são parte da complexidade do sistema capitalista em sua forma financeira e em sua configuração cada vez mais predatória dos recursos naturais, da exclusão dos trabalhadores de seus direitos básicos, da precarização da vida e, com isso também, da retirada das populações de seus espaços de vida. A respeito de todos esses fenômenos, Sassen (2016) concebe-os como um processo de expulsão social dos direitos e da vida. O aumento recorrente da desigualdade mundial é uma dessas marcas das expulsões das populações de seus espaços de vida, como um movimento geral do processo de acumulação que se coloca espacialmente dentro da lógica do desenvolvimento geográfico desigual.

O debate promovido por Sassen (2016) é analisado por Haesbaert (2006) como uma das formas de desterritorialização. Na realidade, ao traçar a categoria território em uma perspectiva integradora das várias dimensões que o compõem – físico, político-administrativo, econômico, social, simbólico, cultural etc. –, Haesbaert (2006) sinaliza que a desterritorialização segue o mesmo preceito integrador e é produzida de acordo com essas dimensões.

Haesbaert (2006) nos coloca que a desterritorialização pode ocorrer também sem deslocamento físico. Basta para isso que tais grupos “vivenciem uma precarização das suas condições básicas de vida e/ou a negação de sua expressão simbólico-cultural” (p. 251). A percepção de desterritorialização não se estabelece unicamente no movimento de territorialização, na mobilidade, mas também no de imobilidade, frente a um novo arranjo produzido pela territorialização. Dessa maneira, as expulsões, analisadas por Sassen (2016) a partir do aumento da pobreza mundial, da degradação ambiental, da dinâmica atual do mercado de terras, induzem a um movimento de desterritorialização móvel e imóvel em cada lugar.

Quando falamos de expulsões, baseando-nos em Sassen (2016), pensamos em desterritorializações concretas e simbólicas que as populações vivenciam e se reterritorializam com novas práticas espaciais, sob outros modos. Podemos dizer que os sujeitos frente à desterritorialização produzem novas práticas espaciais para que possam sobreviver, se insurgir, ou até mesmo lidar com a subordinação imposta

pela lógica da territorialização que lhes é determinada. Ou seja, eles produzem resistência a esse processo, usando suas práticas cotidianas para resistir.

Esse conjunto de práticas espaciais não se dá de maneira isolada. Elas se constituem dentro de um jogo de táticas dos sujeitos, como sinalizamos acima, nas três dimensões de insurgência-sobrevivência-subordinação. Nesse movimento, podemos compreender a emergência da nossa perspectiva de resistência no conjunto de práticas espaciais que se manifestam em sentido público e também de forma oculta, por meio de um jogo de táticas de resistência para se opor à dominação e à subordinação, ou continuar a sobreviver.

O termo “sobreviver” nos remete ao trabalho de Zamora (2008), que revela a preocupação em observar a diferença entre sobrevivência e resistência, quando analisa, por exemplo, casos extremos como os dos campos de concentração da Segunda Guerra Mundial. Ela argumenta que, nessa situação extrema da resistência, o ato de continuar de pé se coloca aos sujeitos como sobreviventes da conjuntura a que estão subordinados.

Em nossa perspectiva, dada situação é uma questão de resistência devido ao processo de suportar as condições espaciais produzidas e dar continuidade a sua reprodução social diante de tais circunstâncias. Para que isso ocorra, um conjunto de práticas elaboradas nas táticas dos sujeitos ali estabelecidos se constitui em acordos, espaços de encontros, gestos específicos. Há solidariedade frente ao terror. Obviamente, essas são situações extremas de um momento histórico que se manifesta de inúmeras maneiras até hoje, com os refugiados, os bolsões de pobreza no mundo afora, as vítimas dos estados de exceção.

Ao pensarmos nos sujeitos analisados em nosso estudo, a resistência se manifesta em situações da luta pela continuidade de suas existências em seus espaços de vida. A manutenção de suas vidas cotidianas lhes impõe uma tática geral de práticas espaciais de resistência, a partir de táticas de sobrevivência, de insurgência e até mesmo de negociação com a ordem de subordinação, de forma a lutar contra a sujeição que lhes é imposta para que aceitem a subordinação.

Exemplos como os citados por Zamora (2008) levam-nos a rememorar também casos como os da resistência francesa na Segunda Guerra Mundial. Com a França ocupada pelos alemães, um conjunto de táticas territoriais foi usada contra a subordinação militar de seu território. Esse conjunto incluía táticas territoriais de

sabotagens, relações de vizinhança, uso da vida pública como forma de disfarçar a luta subterrânea contra a ocupação e, com isso, resistir a ela.

Esse movimento implica uma luta de resistências subterrâneas, de usos das vidas cotidianas e de suas geografias, que são produto, condição e meio de luta para dar continuidade às suas existências. Há várias exemplificações históricas que podem ser investigadas de diversas formas, como fez Foucault ao longo de sua obra ao analisar as relações de poder e surgimento de novos movimentos que representavam contracondutas à ordem social, ditada até hoje no sentido dos costumes e dos padrões sociais.

As formas de resistência se dão também em ações diretas e imposições, por meio da insurgência da população, como aconteceu, por exemplo, nos movimentos de maio de 68, ou em casos mais contemporâneos como o das Primaveras Árabes, em que redes sociais foram usadas contra os regimes políticos. Outro exemplo pode ser encontrado nas mobilizações que contestavam as condições de vida das cidades brasileiras, como no caso das Jornadas de Junho de 2013.

No entanto, quando adentramos o universo de conflitos sociais de Vila de Cava, Marajoara e Sol da Manhã, em nível dos subalternos, não podemos pensar somente na perspectiva da subordinação e da sujeição à ordem ou de conformação de que as estruturas de práticas de resistência nascem somente de atos de insurgência. Para Scott (2013), o subalterno detém uma infrapolítica, uma série de ações que se dão na profundidade de seus vividos, mas que se transformam, ou melhor, se adaptam ao movimento da vida frente aos desafios em que são forçados a viver. As resistências estão no invisível, nos subterrâneos, nas profundas geografias de seus cotidianos.

Ao refletirmos sobre essas conformações de acordo com a conjuntura dos sujeitos subalternos, observamos que as práticas espaciais de resistência são expressões das lógicas de produção do espaço, ou seja, as resistências surgem como parte do movimento da produção desigual. Ribeiro (2018), em sua análise sobre a *prática socioespacial da resistência*, observa que a expropriação leva os sujeitos até o limite do corpo físico e, com isso, impõe a sobrevivência, uma vez que, “para continuar como habitante, o indivíduo torna a resistência uma dimensão obrigatória do ato de viver e, portanto, transforma-a em prática socioespacial” (p. 56). A prática se manifesta nos gestos, na percepção que se tem do mundo exterior, no sentido do espaço enquanto percebido.

A noção de prática espacial nos remete às formas de interpretação de como o espaço é produzido e vivido por esses sujeitos que resistem, por exemplo, aos processos de desterritorialização que elencamos acima. Pádua (2018) indica que

a prática socioespacial busca apreender os conteúdos propriamente sociais da produção do espaço, reunindo nessa noção mais ampla as relações sociais produtoras e o espaço social produzido em seu movimento, em seu uso concreto. O uso, por sua vez, indica que, mesmo que a reprodução avance sobre os espaços da vida, nem tudo é dominação, havendo, também, apropriação. Com isso, no interior de um processo dominado pela reprodução econômica que necessariamente expropria o trabalho concreto da sociedade e o espaço da vida, há, contraditoriamente, alguma apropriação, mesmo em uma reprodução precária da vida (p. 41).

As práticas espaciais representam a relação da sociedade e o espaço, as formas de apropriação e reprodução do modo como cada sociedade vivencia sua espacialidade (SOUZA, 2013a). Oslender (2002) lê as práticas espaciais em referência às formas de como geramos, utilizamos e percebemos o espaço. São elas que expressam as experiências da vida cotidiana e o imaginário coletivo das diferentes representações da vida social que podem abrir caminho para resistências ou reforçar a estrutura de dominação. Ele entende que a dimensão do vivido constrói um repertório de ações dos sujeitos e a capacidade de adaptação aos conflitos inerentes à produção do espaço.

É no espaço das representações que Oslender (2002), baseado na tríade lefebvriana (práticas espaciais – representações do espaço – espaço das representações), situou as resistências, pois, nos espaços do vivido, são exercidos os conhecimentos locais e menos formais, com significados desenvolvidos e modificados no movimento das transformações do tempo e espaço de cada um dos sujeitos em escala individual e coletiva.

A experiência do vivido desses sujeitos no processo de luta para manterem suas territorialidades, segundo Oslender (2002), leva à formação de espacialidades de resistências. Esses conjuntos de práticas direcionam a formação de uma condição espacial de luta em que o espaço é o principal meio e condição para resistir. Para Pádua (2018), o espaço geográfico é um elemento estratégico justamente por causa das práticas, na medida em que se pensa em um outro espaço possível, produzido por “outra prática e outra sociedade que superem os constrangimentos e provações postos no modo de produção capitalista, no sentido de uma prática socioespacial da apropriação concreta” (p. 41). Essa concretude, como resultante da ação do homem

simples sobre a sua vida cotidiana, abre possibilidades de ações de ruptura com a ordem dominante, em uma ação que conjuga a teoria e a prática, a práxis.

Trazer a espacialidade de resistência proposta por Oslender (2002) significa analisar que os movimentos sociais carregam consigo uma mensagem de necessidade de transformação e mudança do mundo. Mas, para que isso ocorra, é necessário entender a diversidade de lutas e, essencialmente, de espacialidades que surgem dentro do movimento do mundo social.

Ao analisar as práticas espaciais na ótica dos movimentos sociais, Souza (2013) observa que elas são expressões da ação, mas ação de transformação da sociedade, são ações com sentido, em que os movimentos sociais buscam o sentido da práxis. Nesse caminho, Souza (2013) nos revela a dimensão da prática espacial de resistência na dimensão da insurgência. É a partir da insurgência que se revelam os conflitos em sua dimensão ativa, na ação de forma direta se insurgindo contra a ordem que se territorializa.

Em Souza (2010), a resistência se estabelece como insurgência e contrapoder das formas espaciais, das configurações territoriais que são impostas pelas ações dos grupos hegemônicos. A resistência, para ele, vista como prática espacial insurgente, é exercida a partir da ocupação ou do controle do espaço em formas diretas de ações de contestação, ou seja, pela apropriação e dominação do espaço.

A obra de Henri Lefebvre é de suma importância para a delimitação da compreensão das práticas espaciais, a fim de aproximarmos o entendimento da relação entre sociedade e espaço. É quando se decifra o espaço de uma sociedade que se descobrem suas práticas espaciais (LEFEBVRE, 2006), uma vez que cada lugar possui conjuntos espaciais próprios de suas formações sociais. Lefebvre afirma que as práticas sociais são espaciais, expressam as espacialidades no espaço vivido e no percebido de cada sociedade ou grupo social, pois as práticas espaciais representam a linguagem de cada sociedade com seu espaço. É nelas que podemos entender as lógicas de produção, reprodução e apropriação do espaço enquanto produto, meio e condição das relações sociais. A prática espacial, de acordo com Lefebvre (2006), é uma projeção sobre o “terreno” da prática social.

Nesse sentido, podemos dizer que a prática espacial é a relação de cada sujeito ou comunidade com o seu espaço. É uma linguagem formada pela rede de interações e relações entre os sujeitos que se constitui na vida cotidiana. Assim, as

resistências podem ser compreendidas como uma das dimensões do vivido e do percebido que emergem no movimento da vida de modo objetivo e subjetivo.

É preciso pensar nos que produzem e praticam as resistências, usando como tática a apropriação do espaço e como instrumento tático o vivido. Dessa forma, a noção de sujeito apresenta-se como uma dimensão analítica que se enquadra no que estamos buscando. A distinção interior e exterior fica bem clara quando se estabelece o conflito e se instaura a resistência: o eu se expressa frente ao outro; o eu dominado frente ao eu dominante; o eu e o outro; o sujeito da dominação e o sujeito da resistência. O papel da consciência expressa-se nas ações dos que resistem na criação e transformação do espaço.

É preciso pensar também nesse sujeito concreto, no sujeito prático produto/produtor do espaço, que é o “homem comum” (VÁZQUEZ, 2011), denominado “homem simples” por Martins (2008). Para ele, nós todos somos esse “homem que não só luta para viver a vida de todo dia, mas que luta também para compreender um viver que lhe escapa porque não raro se apresenta como absurdo, como se fosse um viver destituído de sentido” (p. 9). Na busca desse sentido, é externalizada a consciência do sujeito: ele com o mundo, o eu e o outro através de ações e interações entre os sujeitos e suas múltiplas subjetividades, que edificam suas práticas em termos de seres concretos e pensantes.

A condição do praticante espacial aparece como uma categoria proposta por Milton Santos no que ele denominou “homem lento”, que Ribeiro (2013) define como a “verdadeira categoria da reflexão existencialista dos praticantes de espaços” (p. 154). Na abordagem do homem lento, a centralidade da leitura do espaço está nas práticas compreendidas por Milton Santos de território usado, que se relaciona ao uso do espaço geográfico de maneira a reconhecer as relações de poder na produção social da materialidade, chamando atenção para a ação.

Com o movimento da ação, da prática, da consciência, a concepção de sujeito se torna uma ferramenta a ser utilizada para entendermos e operarmos a análise da resistência neste trabalho, como veremos a seguir.

## 4.2.

### O sujeito como categoria de análise

A percepção de sujeito nos possibilita trabalhar com a compreensão do sentido de consciência e prática em uma perspectiva de subordinação. O sujeito nasce de um processo de subordinação primária ao poder (BUTLER, 2018), mas como um sujeito da atividade prática, ou seja, se constitui sujeito na realidade concreta do homem simples, do homem lento, apesar de subordinado a um conjunto de normas e ordens oriundas de relações de poder.

Na teoria foucaultiana, a constituição do sujeito é pensada como resultante das relações de poder no interior das interações sociais, em um sujeito que interage com outros sujeitos, sendo livre e intrinsecamente limitado. Ao propor sua concepção de sujeito a partir do pensamento foucaultiano, Butler (2018) segue a ideia de que o poder não é somente dominação ou algo a que nos opomos formando resistências, é algo que forma a nossa existência, pelo fato de sermos desenvolvidos sob as relações de poder.

Ao nos alinharmos à percepção de sujeito em Butler (2018), alcançamos a análise de construção da resistência em uma condição de subordinação às relações de sujeição de uma sociedade normativa, hierárquica e desigual entre os sujeitos e os seus emaranhados de interações. Porém, é na dimensão da prática que se realiza esse sujeito dentro das relações de poder. É no cotidiano que se faz a vida objetiva e subjetiva do sujeito da subordinação, da vida prática, da vida idealizada.

Podemos nos remeter, assim, ao sujeito da atividade prática, o qual analisamos a partir de uma condição de compreensão da resistência como forma de dialogar com a questão da objetividade e subjetividade, já que a prática, segundo Vázquez (2011), “exige uma constante passagem de um plano ao outro, o que só se pode ser assegurado se a consciência se mostrar ativa ao longo de todo o processo prático” (p. 266).

Na leitura de Vázquez (2011), o homem comum apresenta um caráter consciente de seus atos práticos. Ele tem consciência de que sua atividade prática não é puramente mecânica ou instintiva, mas não ultrapassa a ideia de uma práxis utilitarista. Essa conotação nos aproxima da categoria trabalho, que é atividade prática vital e imprescindível para a manifestação humana. Lima (2014) destaca que o trabalho “produz um enlace intersubjetivo entre todos os homens e mulheres do



planeta, sendo, portanto, a mais mediadora dentre todas as relações da vida prática” (p. 260).

O trabalho se configura como principal elemento da vida intersubjetiva porque é a partir dele, para a teoria marxista, que se organiza a estrutura de consciência prática humana. Para Lukács (2013), o trabalho é o elemento originário ou fundante do ser social. Nesse sentido, o trabalho é um “processo entre a atividade humana e a natureza: seus atos estão orientados para a transformação de objetos naturais em valor de uso” (LUKÁCS, 2013, p. 83), que são elementos essenciais para a subsistência humana, produzida através da consciência.

A consciência é um elemento constitutivo do ser social a partir do que Lukács (2013) vai denominar como salto. O salto se dá da esfera biológica ao ser social, da mudança de parâmetro de uma vida meramente biológica para uma vida mediada pelo trabalho. Este, por sua vez, como eixo condutor da transformação da realidade enquanto práxis sociais, provoca uma mudança ontológica entre os seres anteriores e o ser que se torna social. Segundo Lukács (2013):

No novo ser social que emerge, a consciência humana deixa de ser epifenômeno biológico e se constitui num momento ativo e essencial da vida cotidiana. Sua consciência é um fato ontológico objetivo. E a busca de uma vida cheia de sentido, dotada de autenticidade, encontra no trabalho seu *locus* primeiro da realização (p. 143).

Tal afirmativa traz a concepção do novo ser que se estabelece radicalmente distinto do ser natural, enfatizando que o trabalho, nesse momento, fornece a protoforma, o modo genérico, das práxis sociais, ao mesmo tempo que esse salto da vida representa um processo evolutivo e um salto qualitativo da mesma. No entanto, não podemos deixar de salientar que o ser social só pode surgir e se desenvolver sob as bases de um ser orgânico. Isso sinaliza não um processo de separação dos diferentes seres, mas sim uma complexificação do ser em sua dimensão transformadora da natureza enquanto consciência, da natureza como elemento de valor de uso.

O valor de uso representa o caráter produtivo do homem na capacidade de projetar e antecipar em sua mente a ação que virá a executar, aquilo que intitulamos de consciência. Lukács (2013) argumenta que, a partir disso, o homem hoje é o único ser da natureza com capacidade de agir de maneira teleológica. Ele analisa a ação laborativa do ser humano em sua capacidade particular de ser a conformação

objetiva de um fim que foi previamente ideado, como uma “atividade posta”. Lukács (2013) analisa as “atividades postas” como “pores teleológicos”, nas quais “o trabalho se torna o modelo de toda a práxis social, na qual, com efeito, sempre se realizando pores teleológicos, em última análise, de ordem natural” (p. 47).

Através do trabalho, Lukács (2013) busca desenvolver uma proposta para a emancipação do homem a partir de sua ontologia do ser social. Compreender a centralidade do trabalho nos leva a perceber a constituição do homem e suas diferentes alternativas nas situações que se estabelecem no decorrer da vida do ser social.

Ao analisarmos o trabalho e a formação do ser social, o corpo ganha destaque como fator de unidade vital da relação com o outro e com o mundo. Lima (2014) analisa que é o corpo que dá o domínio prático para o sujeito. O corpo, segundo Lima (2014), é um “modo de ser prático do sujeito inserido em um domínio relacional segundo seu modo específico de ser objeto” (p. 93). É com o corpo que se produz um envolvimento com o mundo, o ser-no-mundo.

Assim, é a consciência perceptiva que ganha destaque, é a experiência que emerge da relação sujeito e corpo dentro de suas intersubjetividades com o mundo sensível e inteligível. O sujeito não se limita a um corpo fisiológico ou de subjetividade, pelo contrário, é um corpo que integra a dimensão do concreto e do ideal, uma unidade entre prática e teoria. Seguindo esse caminho, podemos entender que toda prática da ação humana é uma ação do sujeito sobre o seu corpo.

A noção de trabalho e a de corpo nos possibilitam entender o sujeito concreto, o sujeito que se realiza enquanto corporificado, produtor e produto da realidade vivida. Não se trata de um sujeito enquanto “substância meramente pensante” no sentido cartesiano, e sim

o sujeito que, no ato de produção do espaço (seu objeto) por meio da atividade prática e vital que a corporeidade lhe faculta, é compelido a uma racionalização, conciliado, no mesmo movimento, as transformações das condições materiais de sua existência às transformações das estruturas de consciência” (LIMA, 2014, p.17).

O sujeito não pode ficar preso às formas cartesianas de análise. Ele se modifica e deve ser visto como:

um ser humano que é aberto a um mundo que possui uma história, como alguém que tem anseios e que se move através dele, e que se encontra em integração com outros seres humanos, que também são sujeitos (FERREIRA, 2013, p. 56).

Ferreira (2013) considera em sua análise o sujeito como aberto, abordando que, em determinados sujeitos, temos que levar em consideração sua origem familiar, o lugar social no mundo, pois ele é produto de uma rede de sociabilidades. Temos que observar que o sujeito não é somente consciência, também é subordinado a uma ordem hegemônica. O sujeito é uma combinação de várias dimensões do mundo social, por isso temos que vê-lo como uma complexidade de saberes e práticas espaciais.

Nesse sentido, o sujeito que produz as práticas espaciais de resistência é aquele que luta por seu direito de existência, o que não significa que ele esteja necessariamente engajado nas lutas por algum ideal. Ele é produto de um jogo entre dominados e dominadores, entre dominação e resistência. Conhecer esses novos sujeitos que se apresentam na complexa luta pela defesa de seus territórios se faz necessário para entendermos as lógicas da luta e as diferentes configurações que se expressam no sujeito. Isso se dá através da apropriação do espaço, imbuída de ações cotidianas de resistências ativas e passivas.

Assim, alcançamos uma reflexão do sujeito como dimensão que “versa sobre o caráter criativo e transformador das condições objetivas de existência e, principalmente, de sua realidade geográfica” (LIMA, 2014, p. 9). Com seu caráter transformador e criador, o sujeito, na abordagem de Lima (2014), apresenta um teor prático-criativo na produção do espaço geográfico. Ele analisa o sujeito corporificado, saindo da questão do sujeito enquanto consciência de si, mas considerando-o uma evidência real, histórico-geográfica, encarnado em um corpo, já que é entendido como um conjunto de vários fenômenos e de contradições estruturais.

Ao analisar o sujeito enquanto corporificado, Lima (2014) nos abre caminho para a compreensão da ação, constituída no que Santos (2014) denominou de intencionalidade. Para Santos (2014), a noção de intencionalidade da ação é “igualmente eficaz na contemplação do processo de produção e de produção das coisas, considerados como um resultado da relação entre o homem e o mundo, entre o homem e o seu entorno” (p. 90).

Essa proposição coloca o espaço enquanto produto, condição e meio para a existência humana a partir de seus conjuntos de ações e suas intencionalidades. A

noção de intencionalidade em nosso trabalho se enquadra – mesmo que de maneira pontual e limitada, já que é uma noção ampla e compõe um sistema analítico complexo – no par consciência-alienação, naquilo que tange às atividades dos sujeitos em seus cotidianos, não só dos que conscientemente lutam, partindo do prisma do conflito, como também dos subordinados à hegemonia da sociedade capitalista e suas normatizações, que veremos mais à frente a partir da noção de cotidiano programado.

Para Ferreira (2013), a noção de sujeito chegou a um nível de complexidade que acaba contendo as categorias ator e agente. Segundo ele,

o agente acaba sendo uma espécie de produto do sistema, participando sob a forma de dispositivos para a ação. Ao contrário, o ator define-se pela situação e pela estrutura de jogos em que se encontra envolvido (...). Embora a subjetividade do ator se realize através de suas estratégias de poder, isso se dá dentro de um jogo coletivo (p. 56).

Agente e ator, na noção de Ferreira (2013), se expressam na complexidade do sujeito através da ação, fundamentalmente, da intencionalidade da ação, em uma ação normativa, racionalizada pela lógica de produção, já que o ator representa uma ação estratégica, colocada por cada estrutura do jogo de práticas sociais/espaciais.

Tais elementos baseiam nossas reflexões sobre a resistência, compreendida como uma ação que agrega o consciente e o inconsciente dos sujeitos promotores. A resistência não necessariamente precisa se expressar de forma direta, com ações diretas, explícitas, mas também pode se expressar de formas indiretas, de formas ocultas, dentro da vida cotidiana de cada lugar.

A concepção de sujeito proposta por Butler (2018) é elucidativa sobre a capacidade de ação dos subalternos frente à lógica de subordinação em que se constituem enquanto sujeitos. Nessa proposição, o sujeito é reflexivo e resistente ao poder que lhe constitui enquanto sujeito. Ele é a expressão das formas de poder que o formam, deixando ocultos os processos de sujeição, tratados pela autora como coexistentes no sujeito.

Para Butler (2018), essa condição de formação do sujeito na subordinação das relações de poder possibilita as tentativas de novas maneiras de organizações e práticas no universo de ações do sujeito na dinâmica do poder que o forma. Tal compreensão nos dá componentes para uma leitura da resistência nas dimensões da

insurgência-sobrevivência-subordinação, em diálogo com os discursos públicos e ocultos de Scott (2013).

Ao trazemos esse diálogo entre Butler e Scott, temos por objetivo analisar a resistência das microescalas, as resistências dos subalternos e as práticas espaciais que as constituem em suas táticas cotidianas. O sujeito que nasce das relações de subordinação de poder deve ser observado pela sua vida oculta – o seu universo particular da vida cotidiana. Porque é no subterrâneo da vida do dia a dia que esses jogos das práticas espaciais se estabelecem enquanto resistência.

Scott (2002) chama esse tipo de resistência de resistência cotidiana, defendendo que as resistências nas microescalas de ação têm uma potencialidade até maior que as dos movimentos organizados. Scott (2013) vê potência na resistência cotidiana pelo fato de nelas os subalternos se reconhecerem com os seus iguais. É nessas escalas que encontram pontos em comum da luta a partir da infrapolítica que constitui suas relações e das suas resistências embaixo da linha, que se dão de maneira oculta, subterrâneas às normas de poder.

O sentido normativo do poder aparece na obra de Scott (2013) no que ele denominou de discurso público, que é a forma como ele analisa os gestos, as ações, as relações entre dominadores e dominados na afirmação do poder dos grupos dominantes, omitindo os fatos inconvenientes que possam pôr em dúvida a legitimidade dos grupos hegemônicos. Como um antagônico ao discurso público, há os discursos ocultos, que são os discursos, as formas, as falas de relação dos subordinados. Nos discursos ocultos, que estão fora da visão pública, os subordinados fazem críticas e propõem ações que possam ser dissidentes ao sistema de poder ao qual estão subordinados. Nesse sentido, esses discursos não podem ser tratados como formas de meras reclamações, mas sim caminhos de fuga para as apropriações materiais a que os sujeitos são submetidos em suas relações de dominação.

Scott (2013) analisa os discursos ocultos como formas de estratégias discretas, utilizados para amenizar as apropriações materiais, como por exemplo os roubos de comida e os saques em lavouras por parte de camponeses frente à necessidade da fome. É através dos discursos ocultos que podemos dissecar a realidade da resistência, é neles que emergem as resistências que apontamos como subterrâneas, que são promovidas pelas práticas espaciais dos sujeitos no processo de sujeição à ordem de poder imposta a suas vidas.

É a partir desse aspecto que podemos afirmar que as resistências subterrâneas se dão debaixo da linha, da linha de visão dos dominantes, dos agentes de controle social. Elas se dão de forma oculta, no cotidiano, no fazer da vida. Trata-se de formas ocultas de sobreviver às condições de subordinação ditadas pelos grupos dominantes. Dependendo da situação, a única forma de resistência para os grupos subalternos se encontra nos discursos ocultos, pois assim a resistência assume a dimensão da sobrevivência, em que se aceita a situação de subordinação como parte de táticas mais pragmáticas.

#### **4.2.1.**

##### **O sujeito: resistência subterrânea**

Estamos denominando resistência subterrânea as práticas espaciais de resistência que se dão embaixo da linha da visão dominante, que são as relações profundas do cotidiano, expressas pelas práticas espaciais dos sujeitos em seus lugares. As práticas espaciais ocorrem apoiadas em momentos de ações coordenadas e outras descoordenadas – em muitos casos de formas espontâneas, surgindo dos saberes e das experiências dos sujeitos durante o processo de luta. O subterrâneo é uma forma agregadora de classificar as ocultações de táticas de resistências, que passam pela dissimulação e encenação dos sujeitos. Essas práticas espaciais ficam escondidas/ocultas na vida cotidiana, que é usada e apropriada como um instrumento de luta.

Dessa maneira, elas mostram como o cotidiano pode ser uma arma para resistir a partir de sua linguagem, das relações dos sujeitos e de seus saberes. Esses subterrâneos formam um acúmulo de práticas espaciais que fazem com que as resistências se tornem parte da organização do dia a dia. É por via dos mecanismos usados nas táticas de resistência cotidianas (SCOTT, 2002) que podemos observar as insurgências e os levantes. Através desses microatos, uma acumulação de forças promove o conflito para o espaço público. Essas práticas espaciais subterrâneas podem ser vistas, por exemplo, na formação das associações de atingidos de Vila de Cava em seu caráter organizativo a partir das conversas entre vizinhos, ou no enfrentamento da população que se mobilizava contra as ações das máquinas que chegavam para derrubar as casas em Marajoara.

Por isso, uma das ferramentas para nossa análise sobre a resistência, o sujeito, em sua condição corporificada, efetiva-se nas práticas espaciais, que são os meios das relações sociais com o espaço. Essa ilação exige explorar o entendimento do espaço, do cotidiano e, especialmente, das ações dos sujeitos. Para tanto, é necessário montar um ferramental teórico a fim de analisar o sujeito da resistência, que para nós é seu praticante, balizando-nos na tríade proposta por Ferreira (2013): espaço-cotidiano-ação.

Nessa perspectiva, partimos da premissa de que a existência humana é essencialmente espacial. O espaço é produto, condição e meio da existência humana, ele é a representação e a concreticidade das relações sociais. Para Carlos (2011), a produção do espaço seria a obra do processo civilizatório. Para ela, o espaço como condição, meio e produto da existência humana é um fator que possibilita entender a espacialidade como uma produção social. Por tratar o espaço como uma produção social, o tempo também se insere nessa dinâmica, possibilitando-nos compreender a realidade humana em uma lógica de espaço-tempo de produção da realidade, não dissociada, promovida pela ação humana de maneira contínua.

Também é necessário compreender que a natureza humana é espacial. A partir dessa afirmativa, Carlos (2011) aponta que a produção do espaço é campo de análise que possibilita que “o desvelamento do conteúdo do mundo moderno passaria pela discussão sobre a reprodução continuada do planeta, na sua condição de inacabamento, situando-se no tempo presente sem deixar de indagar-se sobre o passado” (p. 39).

Ela observa que o campo da produção do espaço compreende a relação espaço-sociedade como um contínuo processo de produção de um através do outro. Não somente na produção se dá essa relação, mas também na forma de apropriação por parte da vida, caracterizando as expressões de cada sociedade na apropriação e transformação do espaço do viver e em como o espaço a transforma simultaneamente. A apropriação se expressa em um conjunto de atos e ações através do corpo (visto como uma extensão espacial) que define e delimita as marcas civilizatórias sobre a superfície terrestre.

A ação é fator essencial para a produção e apropriação do espaço, tanto para a transformação quanto para a criação da espacialidade de modo geral. Para Santana (2013), o espaço pode ser visto como resultado de ação social e, simultaneamente,

como condição para a ação social, que, segundo Santana (2013), está designada nas múltiplas dimensões da vida humana – econômica, política, cultural, simbólica, física, ecológica etc. Essa multidimensionalidade, em seu contínuo movimento dialético, é um dos principais alicerces na dimensão espacial.

Na concepção de espaço desenvolvida por Santos (2014), a ação tem um papel central, pois ele compreende o espaço como um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações. Com essa proposição, Santos (2014) elabora uma análise do espaço que agrega as dimensões naturais e técnicas da sociedade a partir de um sistema de ações, que transita tanto no sistema de objetos como no de ações pelo passado e futuro mediante as considerações do presente das sociedades.

O que nos chama atenção na abordagem de Santos (2014) é o fato de que ele sinaliza a respeito da intencionalidade da ação, destacando que toda ação é dotada de intencionalidades objetivas e subjetivas, é o resultado da interação das decisões do homem com o seu mundo e com o seu entorno.

A ação é a articulação entre o particular e o universal, entre o global e o local, entre o todo e a parte, “pois os une através das (inter)ações recíprocas, cuja objetivação se realiza no espaço e no tempo, no bojo do movimento de totalidade” (SANTANA, 2013, p. 36). Como tal, a ação está presente na história das sociedades humanas, que molda as transformações do sujeito e da sociedade.

Esse conjunto das ações apresenta-se rotineiramente no dia a dia, se repetindo e também criando novas ações que se realizam no espaço-tempo, a vida cotidiana. Em uma definição mais direta, podemos entender que a vida cotidiana é a vida de todos os dias, de todos os homens e mulheres em suas repetições em gestos, relações, ritmos etc. no dia a dia. Cada época possui sua forma de cotidianidade e as particularidades que sustentam seu imaginário social. Não existe vida, segundo Heller (2008), fora da vida cotidiana ou da cotidianidade na existência do ser humano:

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana em todos os seus aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias (HELLER, 2008, p. 31).

A cotidianidade é a esfera do homem concreto. Nela acontecem todas as relações humanas e suas realizações enquanto objetividade imediata. É o lugar do



imediate, é o espaço da reprodução do indivíduo enquanto indivíduo e, indiretamente, também reprodução da totalidade. É na vida cotidiana que o homem aprende as relações sociais e as instrumentaliza para sua sobrevivência.

A instrumentalização da vida cotidiana para a sobrevivência faz com que o sujeito crie novas ações de insurgência e também um jogo político de subordinação às lógicas que lhe são impostas consciente e inconscientemente. Nesse sentido, o diálogo entre Lima (2014) e Ferreira (2013) é esclarecedor sobre a condição do sujeito corporificado que atua na transformação e criação do espaço, e também como produto do movimento desse conjunto de ações entre os indivíduos, produzindo e reproduzindo esse sujeito continuamente.

A partir desse diálogo, o sujeito da resistência pode ser entendido pela luta por sua existência dentro do mundo social através da subjetivação do conflito em um conjunto de ações de insurgências que podem ser diretas ou ocultas, expressando-se em transgressões à ordem estabelecida de maneiras públicas e subterrâneas. As subordinações podem ser analisadas em diferentes escalas do jogo político da vida cotidiana como uma tática de sobrevivência, produzindo e reproduzindo, assim, ações conscientes em certos momentos e, em outros, inconscientes e alienadas em suas cotidianidades.

Isso se estabelece como parte do processo de produção e reprodução do espaço. Podemos nos apropriar de maneira genérica de um termo de Certeau (1998) – que se encaixa bem em nossa discussão acerca de espaço-cotidiano-ação com insurgência-sobrevivência-subordinação –, a *lógica dos jogos de ações relativos a tipos de circunstância*, em que cada circunstância pode promover um tipo de ação-reação.

Um jogo entre ação-reação em circunstâncias conflituais leva os sujeitos a estabelecerem táticas de resistências dentro de uma trama que surge sob a ordem imposta ao lugar. Ou seja, a produção desigual do espaço promove um processo de desterritorialização dos sujeitos, levando-os, assim, a buscarem táticas de resistência, entendidas aqui à luz de Certeau (1998), como um conjunto de movimentos dos sujeitos em um jogo que lhes é imposto como organização e lei do seu lugar, usado como instrumental de luta que pode ser ocultado ou explicitado por meio de sua vida cotidiana.

Quando pensamos as práticas espaciais dos sujeitos contra uma imposição de uma ordem de desterritorialização, o sujeito promove táticas dentro do jogo,

apropriando sua realidade espacial e sua cotidianidade, que podem agregar insurgências e subordinações com o intuito de sua sobrevivência, ou uma falsa submissão, pois o jogo imposto se constitui em parâmetros desiguais, promovendo, assim, movimentos que contestam a ordem tanto direta quanto indiretamente.

Não podemos esquecer que, como vimos em Butler (2018), o sujeito é produto das relações de subordinação do poder. Assim, não se pode deixar de ver esse jogo de táticas se dando em um movimento de subordinação ao sistema normativo que as relações de poder impõem ao sujeito. A tática, nesse cenário, possui um caráter criativo, de abertura de espaços de fuga e subversão a essas normatizações das relações de poder.

A instrumentalização do seu universo cotidiano – do seu espaço de conhecimento, apropriação e uso –, que vai consolidar a resistência, encontra-se em suas práticas espaciais, que são múltiplas, de onde emergem as táticas de resistência, muitas vezes, no oculto, nos subterrâneos de seus mundos sociais.

De todo modo, para o sujeito de modo geral, o espaço é um elemento essencial para a existência, pois, para ele, perder o espaço de vida, nesse caso, o território, significa deixar de existir ou desaparecer. Isso o leva a promover um conjunto de ações de resistências que se apresentam em suas táticas cotidianas de luta, ou seja, nas resistências subterrâneas, como veremos a partir de alguns exemplos das comunidades de Marajoara, Vila de Cava e Sol da Manhã, diante da ordem da produção desigual do espaço no Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.

#### **4.3.**

#### **O sujeito da resistência e a produção desigual do espaço**

Ao compreendermos o espaço como produto, condição e meio da vida humana, como um produto social, temos que destacar que ele, na ordem política e econômica do sistema capitalista, é apropriado na forma de mercadoria. O capital, hoje, necessita produzir espaço de maneira a continuar sua expansão para a ampliação da lógica de acumulação. A produção do espaço no mundo moderno cria continuamente novas formas de acumulação de capital e de relações sociais capitalistas. Com o avanço tecnológico nos setores de comunicação e transporte, esse processo se tornou mais intenso, promovendo uma globalização do capital na forma financeira e nas relações sociais.

O conflito se expressa quando a lógica de valor de troca se sobrepõe às lógicas do valor de uso, normatizando-o e subsumindo a vida, impondo uma outra ordem transformadora. O sujeito da resistência surge nesse momento, a partir da subjetivação do conflito e de suas táticas de insurgência visível ou não a esse processo de transformação espacial desigual que o desterritorializa.

As práticas espaciais de resistências promovidas pelos sujeitos atingidos pelas transformações espaciais são múltiplas e se conformam de acordo com os conflitos existentes. Podem-se construir pelo simples ato de transgressão a leis ou pela participação em organizações mais amplas.

No entanto, é importante insistir: a vida cotidiana desses sujeitos da resistência consiste em uma complexidade de fatores multiescalares que trazem seu sentido de luta assim como o de conformismo. O cotidiano em seus códigos, na produção do espaço, é composto de normas do imaginário social do capital, que Lefebvre (1991) denomina cotidiano programado. A noção de cotidiano programado apreende a vida cotidiana como dominada pela lógica mercantil do capital: “a sociedade do consumo ergue-se como um sistema que aliena o indivíduo, mesmo que apresente um discurso de gozo e de libertação” (MOREAUX, 2013, p. 21).

Martins (2008) aponta que a vida cotidiana se instaura:

quando as pessoas são levadas a agir, a repetir gestos e atos numa rotina de procedimentos que não lhes pertence nem está sob seu domínio. A vida cotidiana começa a nascer quando as ações e relações sociais já não se relacionam com a necessidade e a possibilidade de compreendê-las e de explicá-las, ainda por meios místicos ou religiosos; quando o resultado do que se faz não é necessariamente produto do que se quer ou do que se pensa ter feito. O vivido torna-se o vivido sem sentido, alienado (p. 71).

A vida cotidiana é alienante no sentido da perda da consciência do ser. Tudo se torna uma condição do fetiche e da repetição sem o questionamento sobre a ordem estabelecida. Meszáros (2006) traz o debate da alienação produzida pelo trabalho, categorizando-a como autoalienação, analisando o fenômeno sob o ponto de vista de Karl Marx, ao explorar a obra *Manuscritos econômico-filosóficos*, em que Marx desenvolveu as bases para o entendimento da alienação em seus vários aspectos.

O sistema de Marx apresenta como parâmetro essencial o fato de que a história é um processo aberto e dinâmico, nada está parado, todos os processos estão

em constante transformação. Ele observa que o trabalho sai da lógica originária, como visto acima em Lukács, para uma outra lógica mediada pelo dinheiro.

O dinheiro, mediando as relações, passa a dar o sentido do valor de troca e de mercadoria aos produtos gerados pelo trabalho, ou seja, o dinheiro se estabelece como sistema de valor das relações. No entanto, a alienação vai se efetivar – como uma condição de inconsciência humana – a partir do surgimento das lógicas capitalistas de produção. Meszáros (2006) destaca que:

O sistema de Marx *in statu nascendi* é terminado quando ele compreende claramente que, embora o sistema monetário atinja ao seu clímax com o modo capitalista de produção, sua natureza mais íntima não pode ser entendida num contexto histórico limitado, mas sim no quadro ontológico mais amplo do desenvolvimento do homem por intermédio do seu trabalho, isto é, pelas mediações necessárias relacionadas com sua autoalienação e reificação numa determinada fase (ou fases) de seu processo de autorrealização (p. 96).

A autoalienação surge dentro do sistema capitalista, mas ela só se dará efetivamente pelas mediações de segunda ordem, que são: o trabalho assalariado, a propriedade privada, a divisão do trabalho, o intercâmbio.

Como, nesse momento, o homem passa a ter novas necessidades, enquanto lógica originária do trabalho, tinha como pôr teleológico a possibilidade de criação do novo, de inúmeras alternativas dentro da relação com a natureza, e isso é algo que se perde com a constituição do capitalismo. O trabalho, segundo Marx (2010), ganha outros contornos. O trabalho que tinha o sentido de humanizar o homem produzindo a consciência de si mesmo, passa a produzir mercadorias; nesse sentido, também a força produtiva do trabalho passa a ser uma mercadoria e, paga através do salário, produz a autoalienação.

Meszáros (2006) sistematiza essa análise de Marx a partir de uma tríade dialética entre Homem, Natureza e Indústria. Essa projeção demonstra o papel do Homem, não somente como produtor, mas como produto da produção gerada de sua atividade produtiva sobre a natureza. E, com as mediações de segunda ordem (assalariamento, propriedade privada, divisão do trabalho, intercâmbio), o Homem perde o significado do trabalho como elemento central da produção.

o trabalhador não poderia se defrontar com o produto da própria atividade como um estranho se ele não estivesse alienado de si mesmo no próprio ato da produção. A atividade não pode ser uma atividade inalienada, se seu produto é a alienação; pois o produto nada mais é do que o resultado da atividade, a produção (MESZÁROS, 2006, p.136).

Nesse sentido, o Homem alienado é produto da lógica de produção que se impõe a ele em sua vida cotidiana. Por outro lado, as preocupações de Marx passam pela ruptura com o modelo de alienação do trabalho, podemos dizer, pela retomada da consciência do homem pelo homem, na saída do estranhamento. Löwy (2015) aponta a leitura emancipatória proposta por Marx:

ele (Marx) defende que só na autolibertação, na sua própria ação enquanto autor de libertação, que se dá a destruição da opressão enquanto estrutura, e a transformação da consciência, das ideias, das representações e das ideologias. É um processo de autoemancipação revolucionária que se dá a autoeducação da classe revolucionária, através de sua própria experiência prática (p.34).

Para Marx, a saída da lógica da autoalienação se dá por uma atividade prática, por uma forma revolucionária de ruptura com o modelo de produção, um ato de libertação dessa forma social, movimento que pode ser compreendido como uma ação de desalienação:

Uma sociedade livre só pode ser resultado de um ato de liberdade. Uma sociedade desalienada só é possível se for ela mesma um processo de desalienação. A maneira de constituir-se a nova sociedade decide, em última análise, o caráter que ela tomará (LÖWY, 2015a, p.34).

A desalienação tem significado revolucionário, está voltada para a retomada da consciência do sujeito frente à lógica de produção que o oprime. A potencialidade da leitura da autolibertação demonstra o papel da consciência do sujeito como instrumento de transformação da realidade, a práxis.

O que nos chama atenção no estudo sobre alienação é a questão da consciência como fator de ruptura das condições de controle social. Ela é chave para a ruptura com o modelo e para a libertação do sujeito. A consciência, como já nos referimos acima, é produtora de alternativas, que são as possibilidades construídas a partir da ação humana junto à natureza.

Tal consciência transformadora do homem e de sua realidade social promove alternativas, a práxis, que é o caminho que vamos construindo em nossa pesquisa, o da consciência do Homem pelo Homem via centralidade do trabalho, que abre possibilidades/alternativas de novas realidades, de forma que possamos pensar o que chamamos o sujeito da resistência. Para o entendimento da práxis e do sujeito, se faz necessária uma busca pela dimensão do cotidiano, pelo fato de que é nele que se expressa mais claramente a alienação do sujeito.

Ao refletirmos sobre o sujeito da resistência que surge a partir do contexto de conflitos constituídos com as transformações advindas do processo de acumulação, entendemos que a “resistência não é pura, pois se por um lado ela coloca as construções espaciais em outro patamar, por outro lado, pode ratificar fundamentos da produção capitalista do espaço” (CARLOS, 2015, p. 34).

Tal condição é posta como parte da lógica de alienação e desalienação do sujeito sob conflito, pois o sujeito da resistência luta contra as transformações diretas e impostas, contra o capital em suas escalas do vivido, mas um vivido preso ao capital e suas práticas de consumo, programadas e impostas subjetivamente, que geram expressões de conformismo. A complexidade do sujeito da resistência vai da subordinação à lógica da sociedade de consumo em seu plano das relações sociais para a insurgência contra o processo de transformação de sua realidade territorial com o objetivo de sobrevivência. Por outro lado, as insurgências podem se dar também com o objetivo de benefícios individuais do sujeito da resistência, atuando para conseguir lucrar através do conflito.

Esses fatos estão associados à intencionalidade da ação do sujeito da resistência, na qual cada um apresenta interesses coletivos e particulares, alienados e desalienados simultaneamente. A defesa de suas vidas cotidianas, mesmo sendo vidas cotidianas conformistas, se faz pela defesa de sua existência e da consciência de si, dando-lhe sentido de (re)existência na luta por sobrevivência em seus territórios.

Para Ribeiro (2013), o cotidiano programado pode representar ações inovadoras na implementação de táticas na luta por objetivos mais imediatos, como o reconhecimento da “legitimidade de suas reivindicações e da realização da democracia e a ruptura de formas históricas de subordinação e opressão” (p. 150). Isso permite que sujeitos até então ocultos e excluídos ganhem destaque no espaço público, questionando a ordem hegemônica vigente. Tal ordem se configura como uma face do sistema capitalista em sua faceta do neoliberalismo, que se caracteriza por um padrão econômico e de relações sociais que potencializam o indivíduo a formas de sujeição ao mercado, a normas sociais propostas por essa “ideologia”, cujas mudanças mercantis se engendram no sujeito (DARDOT & LAVAL, 2016).

O Estado está inserido na ordem neoliberal como promotor direto, pois o “mercado como uma realidade construída, como tal, requer a intervenção do Estado, assim como a instauração de um sistema específico” (DARDOT &

LAVAl, 2016, p. 323). No papel de promotor da lógica neoliberal, o Estado obriga a si mesmo a ser uma empresa, em seu funcionamento e nas relações com outros estados. Ele ainda é um agente essencial no sentido de seu funcionamento, pois detém todo o aparato legal de ordenamento do território e de seus respectivos usos, bem como de direcionamento de investimentos:

O Estado, com seus instrumentos legais, produz, assim, grandes transformações nos usos e funções dos lugares da cidade, reproduzindo uma hierarquia desses lugares no conjunto do espaço metropolitano. Mas, ao direcionar os investimentos em infraestrutura, ele aprofunda as desigualdades na metrópole, interferindo de modo marcante nas formas de apropriação do espaço à medida que produzem, com sua intervenção, um processo de valorização diferencia do solo (CARLOS, 2015, p. 30).

As implicações apontadas acima apresentam o Estado como promovedor de um “ambiente de negócios”, que tem por objetivo atrair investimentos em seu território, facilitando para o capital se territorializar e oferecendo vantagens locais de mobilidade, serviços e mão de obra, como parte do discurso neoliberal do Estado-empresa.

Em nosso caso de estudo, o Arco Metropolitano é um exemplo de transformação espacial com o objetivo de ampliar a circulação de mercadorias brasileiras, dinamizar a economia fluminense e dos municípios por ele cortados, aumentar a competitividade e promover o “desenvolvimento” local como área de atração de investimentos, conforme abordado no segundo e terceiro capítulos.

Com a obra de implantação, houve uma série de remoções das populações rurais e urbanas que habitavam nesses lugares cortados pelo Arco. Muitos foram removidos, e outros entraram na justiça, questionando os valores indenizatórios oferecidos a eles por suas terras ou comunidades que foram atingidas indiretamente pelo movimento de acumulação fomentado pelo Arco, que expropriou e espoliou os sujeitos que vivem nas adjacências de seu eixo. O que nos chamou mais a atenção em nossas análises sobre as comunidades nas adjacências do Arco foram as ações violentas do poder local por conta do aumento do preço da terra, especialmente, nos casos das comunidades dos atingidos de Marajoara, em Japeri, os removidos de Vila de Cava, em Nova Iguaçu, e os vizinhos de Sol da manhã, em Seropédica. Nesse sentido, é preciso refletir sobre as práticas espaciais de resistência nessas comunidades.

As ações por parte da Prefeitura de Japeri foram de total descaso e violência com os moradores da comunidade Marajoara, pois, para a implantação dos

condomínios industriais, ela deixou livre a atuação dos promotores imobiliários para tentarem promover as remoções dos moradores sem ordem judicial ou qualquer mandado de remoção, entrando e derrubando casas. Isso provocou o surgimento do conflito e a insurgência da população. Os moradores realizaram ações diretas ao impedirem que os tratores destruíssem suas casas e os removessem de maneira autoritária e injusta. O conflito revelou as estruturas das relações de poder constituídas em nível local, estabelecidas entre dominantes e dominados. Muitos moradores de Marajoara são posseiros e não detêm titulação das terras em uma localidade em que o poder local está alinhado com grupos armados ligados à grilagem.

No entanto, em um primeiro momento, o conflito direto entre promotores imobiliários e moradores atingidos foi contornado com a mobilização da comunidade e das associações de moradores e agricultores. Houve, por exemplo, a participação do Centro dos Direitos Humanos do município de Nova Iguaçu que atuou na mediação do conflito. A Prefeitura ficou apenas na mediação, deixando que as empresas negociassem as terras diretamente com a população. No entanto, os atingidos se organizaram em uma Associação para terem representação em caso de outras ações como essa da Prefeitura de Japeri e outras representações estatais.

Com esse movimento de representação, a Associação de moradores e a Associação de agricultores de Marajoara se articularam em torno da Associação dos atingidos em busca de elaborarem uma série de ações de defesa de seus direitos, reivindicações de equipamentos urbanos e outras demandas como saneamento básico, auxílio à produção local, regulamentação fundiária etc.

É na articulação de resistência ao processo de desterritorialização que vivem esses sujeitos. A resistência sempre esteve presente em seus cotidianos, permitindo-os sobreviver à vida excludente, mas a emergência de tal conflito trouxe a resistência como dimensão tática de luta pela continuidade de sua existência em seus territórios; a luta para continuarem a (re)existir em seus espaços de vida e em suas cotidianidades. Muitas lideranças com as quais conversamos alegam que o poder local só está esperando o momento certo para atuar novamente sobre as terras de Marajoara, definitivamente retirando a população dessa localidade e abrindo mais espaços para os condomínios industriais, que vêm associados com o aumento do preço da terra.



O aumento do preço da terra desmobiliza a resistência, porque impõe uma condição pragmática aos sujeitos, um valor que os seduz a ponto de saírem de suas casas e irem para outros espaços cada vez mais periféricos e precários. Isso tem sido um debate entre os moradores, cuja pressão imobiliária foi “amenizada” nesse momento de crise do estado do Rio de Janeiro, como alguns relataram em conversas informais. Por outro lado, a resistência analisada nas dimensões de insurgência-subordinação-sobrevivência explicita-se no caso do roubo de água dos condomínios industriais e na subordinação aos grupos do crime organizado da Baixada Fluminense que se territorializaram nessa localidade.

Com a implementação dos condomínios industriais, a CEDAE<sup>23</sup> instalou uma série de novos dutos de água em Marajoara, todos voltados para o abastecimento dos condomínios. Muitos membros da comunidade disseram utilizar os chamados “gatos” desses dutos, pois a água nas casas provém, na maioria dos casos, de poços artesianos. Eles promovem, desse modo, transgressões que se ligam à insurgência contra a ordem excludente e à luta pela sobrevivência, mas ao mesmo tempo estão presos à subordinação dos grupos marginais que controlam a venda do gás e a circulação da população em algumas áreas do bairro.

Essas são algumas das práticas espaciais de resistência desses sujeitos, que explicitam a resistência ao processo de acumulação do capital e sua modernização excludente, cuja luta cotidiana é pela sobrevivência. Marajoara é um exemplo do desenvolvimento desigual e da emergência do conflito frente às mudanças promovidas. As ações da prefeitura de Japeri estão associadas à lógica neoliberal, já que o município faz um esforço considerável para receber investimentos, custem o que custar, mesmo que custem a vida de sua população.

Vila de Cava é um exemplo da ação do Estado na remoção das famílias que estavam no caminho do Arco, por onde ele passa atualmente. Algumas famílias desse bairro do município de Nova Iguaçu foram removidas e passaram a morar próximas às margens da estrada, em lugares mais distantes ou em condições mais precárias de vida. Destacamos desse caso dois processos que levam ao surgimento da luta, diferentemente de Marajoara: a ação autoritária pela atuação dos órgãos estatais e das empresas responsáveis pelas obras do Arco, bem como a coação para remoção e desapropriação dos moradores.

---

<sup>23</sup> Empresa pública responsável pelo abastecimento de água no Estado do Rio de Janeiro.

Isso é revelador da diferenciação na atuação de poder público sobre a população, que detém de forma oficial ou informal um caráter de opressão e imposição de medo às comunidades envolvidas, que resultaram na perda dos lares por valores muito baixos em termos indenizatórios e, essencialmente, na indisponibilidade de encontrarem novas moradias nas quais pudessem recompor suas vidas devido ao aumento do preço dos imóveis no período. Esses foram alguns dos dilemas vividos por essa comunidade em Nova Iguaçu.

Como as indenizações eram consideradas de valores baixos, muitos moradores não aceitaram sair de suas casas. Com a recusa aos valores propostos pelo Departamento de Estradas e Rodagem (DER), alguns dos relatos sinalizam que os que recusavam as propostas recebiam ameaças pelos que estavam mediando a negociação, como falas de que as casas poderiam ser demolidas “de repente”.

Em um primeiro momento, muitas famílias aceitaram as baixas indenizações, que segundo relatos e laudos técnicos da justiça estavam muito abaixo do preço de mercado nos casos que levantamos inicialmente, o que não possibilitaria a essas pessoas adquirirem outros imóveis nas proximidades de onde moravam. Até hoje, muitas não encontraram terrenos em que pudessem restabelecer suas vidas e continuaram morando de aluguel ou ocupando áreas vazias próximas ao bairro, algumas nas imediações do Arco.

A recusa pelo valor oferecido como indenização para serem removidos foi um dos instrumentais de luta para conseguirem abrir um canal de diálogo com o setor de comunicação social da obra do Arco. O estudo de Montojos (2018) mostra que a resistência dos removidos tem seu início quando há negação dos preços indenizatórios e com as contestações judiciais aos relatórios encaminhados pelo DER que indicavam as faixas dos valores a serem pagos.

O surgimento da resistência concomitante ao da Associação tem relação com o intuito de negociar os valores indenizatórios, já que sua formação se constituía em um canal de diálogo organizado entre moradores e responsáveis pela obra. A Associação surge exatamente da articulação dos que se negaram a sair de suas casas pelos baixos preços pagos pelo DER e como insurgência às práticas de coação promovidas pelos responsáveis em mediar o processo de remoção. A partir desse momento, institui-se uma série de “estratégias jurídicas” para tentar contestar os valores pagos e para os que ainda não haviam saído receberem melhores valores indenizatórios. O Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu participou na

assessoria jurídica dos associados. A “estratégia jurídica” de revisão das indenizações promovida com o auxílio dos advogados do CDH permitiu que novos valores fossem analisados e encaminhados como propostas de táticas de resistência.

A Associação foi composta por dois grupos: o primeiro, pelos que estavam tentando rever a discussão dos processos administrativos e não foram pagos, a partir de ações que tinham por mediação advogados oriundos da própria comunidade; o segundo, pelos que moveram ações judiciais junto ao Ministério Público do Estado por meio dos advogados do Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu. Tais “estratégias” fizeram com que as ações de assédio e coação diminuíssem significativamente. Mesmo assim, as famílias que participavam da Associação foram todas removidas. De todo modo, a Associação significou um outro momento frente a esse processo de desterritorialização em Vila de Cava, um momento de maior diálogo dos moradores entre si e com os representantes da obra, promovendo um certo equilíbrio nas disputas.

A participação do Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu no conflito assumiu um significado institucional no papel de organização da resistência a partir da vida cotidiana. Isso se passa no sentido de que a Igreja Católica da comunidade teve uma importante atuação na articulação e no contato com o Centro, que faz parte da diocese de Nova Iguaçu, com sua história de lutas por moradia e pela terra na Baixada Fluminense, especialmente em Nova Iguaçu e adjacências, como também no caso de Marajoara.

O apoio jurídico foi fundamental para o enfrentamento da máquina administrativa e jurídica do estado do Rio de Janeiro e do DER, responsáveis pela obra, mas, essencialmente, para fortalecer a Associação como meio de comunicação com os representantes da obra e meio de resistência dos removidos, interagindo diretamente na vida cotidiana desses sujeitos. Isso pode ser visto no trabalho de Montojo (2018), em que alguns dos entrevistados indicam que antes as pessoas só se cumprimentavam como vizinhos, não manifestavam tanta relação, mas, com a emergência da luta, passaram a se perceber como removidos ou, como alguns disseram, desapropriados. Essa expressão da vida cotidiana representa a resistência em suas formas subterrâneas, no que diz respeito ao reconhecer-se e ao ver-se no outro como despossuído no processo de luta em defesa de seus territórios.

O reconhecimento do outro levou a algumas vitórias da comunidade junto aos representantes das obras. Elas não tiveram a significação de apenas vitórias

jurídicas, mas simbolizaram que a ação coletiva poderia trazer frutos, como aconteceu, por exemplo, com os que resistiram mais tempo, com o auxílio da Associação, e receberam por suas casas valores um pouco mais palatáveis. Outra vitória foi a construção de uma passarela, motivada pela reivindicação dos moradores que ali continuaram, já que, com a construção do Arco, o Bairro de Vila de Cava ficaria dividido, famílias se isolariam, e toda uma teia de relações territoriais se rompia. Essas conquistas, de certo modo, foram comemoradas frente às inúmeras derrotas judiciais e manobras jurídicas feitas pelas estâncias responsáveis pela obra.

A resistência desses moradores, como apresentamos ao longo do presente capítulo, não se limitou à ação direta da Associação. Muitos casos de famílias sem dinheiro para pagar por novos imóveis passaram a ocupar terras próximas a Vila de Cava, nas beiradas do Arco Metropolitano. Essas ocupações, para os órgãos gestores do Arco, são vistas como loteamentos clandestinos formados pela falta de controle urbano das prefeituras, mais especificamente a de Nova Iguaçu. Na verdade, tais ocupações significam, em nosso trabalho, práticas espaciais de resistência ao processo de desterritorialização, para que possam continuar próximos aos lugares que estabeleceram seus espaços de vida. Em Vila de Cava, temos o exemplo da desterritorialização via poder público, da força do desenvolvimento que “passa por cima” das vidas dessas pessoas que se constituem sujeitos dentro do processo de resistência. Diferente de Marajoara, Vila de Cava é ação direta do Estado com todo o seu poder de coerção e dominação frente a seu controle territorial ao produzir um movimento de desterritorialização desses sujeitos, que resistem ao processo da vida excludente com suas práticas espaciais.

A fundação da Associação foi uma “estratégia de resistência” que assumiu um caráter de insurgência subordinada a toda a lógica jurídica social que era imposta a esses sujeitos, no que estamos chamando de resistência pública. Através da forma jurídica, foi possível negociar de maneira mais equitativa, mesmo que ainda assimétrica e com coações e chantagens, o que não mudou o cenário de desterritorialização de 70 famílias removidas pela obra. Alguns dos removidos com quem conversamos na fase inicial de nossa pesquisa, assim que perguntados sobre as remoções, responderam de pronto, como o entrevistado A: “Aquilo foi uma guerra! Tu sabes que muita gente morreu depois que perdeu a casa, né? A gente ainda está na justiça pelas nossas casas!” Estas são falas que marcam a história de

luta e as condições de vida desses sujeitos que estão não só lutando por um valor justo, mas por sua existência, reterritorializando-se em condições cada vez mais precárias de vida do que a que consideravam ter antes da construção do Arco Metropolitano. Veremos mais a fundo no próximo capítulo o debate em torno dessa forma de resistência pública via associações de atingidos.

Sol da Manhã, em Seropédica, entra nesse momento como uma representação da desterritorialização em seu sentido imóvel. A resistência, nesse caso, significa resistir para permanecer na terra, frente à desterritorialização branca, à expulsão pela precarização das condições de vida na vizinhança do condomínio da VBI LOG e das torres de energia, como abordamos no terceiro capítulo.

No entanto, os que saíram não são os que nos interessam diretamente, e sim os que ficaram, as famílias que não quiseram vender os seus sítios para as promotoras imobiliárias que atuam na região com os condomínios logísticos. Essas famílias que permaneceram já viviam sob condições precárias em nível ambiental e social, estavam marcadas por falta de acesso à água tratada, a saneamento básico e a acesso a transporte público, por mais que estivessem localizadas próximos à rodovia presidente Dutra.

A permanência dessas famílias significa uma forma de resistência ao processo de produção desigual do espaço. Todavia, nós nos centramos em analisar a resistência em sua dimensão de sobrevivência subordinada a uma lógica de desterritorialização imóvel, que os expulsa das suas vidas cotidianas impondo formas de sujeição promovidas pela produção desigual do espaço. Essas famílias vivem uma condição de precarização e abandono que as obriga a promover práticas espaciais que estão associadas ao movimento de transformação de seus territórios. O entrevistado J é um exemplo. Ele afirma que permanece na terra “porque a gente lutou muito para estar aqui. Trabalhamos muito nesta terra para sair por qualquer dinheiro.”

Com a inauguração do Arco Metropolitano, uma série de novas ações começaram a surgir na região de Seropédica, colocada como polo logístico da região do extremo oeste metropolitano. Com essa centralidade, a violência ganhou significativo relevo nos últimos anos, principalmente com os roubos de carga e os assaltos nos pontos de ônibus próximos ao entroncamento do Arco com a Dutra e nos condomínios logísticos.

No caso de Sol da Manhã, a implantação do condomínio trouxe a subordinação aos constantes assaltos sofridos tanto pelos moradores quanto pelo condomínio e seus funcionários. De acordo com os relatos que tivemos, são recorrentes os roubos na porta do condomínio e, com isso, também, a presença do crime organizado nas redondezas e no interior do que restou do Assentamento, como pode ser atestado pela fala da entrevistada M: “antigamente a gente dormia de porta aberta, não tinha preocupação. Hoje eu tranco a porta. Sei que eles entram assim mesmo, mas a gente tem que fazer algo para a segurança.” Isso demonstra a transformação simbólica do território, a partir de atos simples, mas que representam uma significação simbólica profunda para se ajustar à conjuntura que afeta o lugar no atual momento.

As mudanças estruturais principalmente com a chegada do condomínio e com a violência podem ser percebidas pelo asfaltamento e pela iluminação de uma das principais vias do assentamento. Para os que ficaram, a iluminação das ruas foi um ponto de conquista de algo que já era reivindicado à prefeitura. Porém, os grupos criminosos que se instalaram na região queimaram os postes para dificultar o acesso da polícia em Sol da Manhã durante a noite, de forma a manter a sensação de medo na comunidade.

As principais táticas de resistência desse grupo de moradores passaram a ser, então, fazer uso da solidariedade da vizinhança e do apoio mútuo entre eles. A permanência deles se apoia no discurso de uns que não querem deixar a terra que lutaram para ter e de outros que não têm para onde ir com o baixo preço pago pelas indenizações.

Os fatos acima analisados se inserem em um contexto de degradação espacial que a cada dia aumenta com a poluição ambiental e a deterioração do lençol freático, já que o condomínio com uso das bombas baixou o volume de água do lençol freático da região e as bombas dos sítios não conseguem competir com as do condomínio, além do fato do estresse diário das empilhadeiras que, conforme nos foi relatado, também afetam a produção animal.

Todas essas circunstâncias fazem com que Sol da Manhã se caracterize como um conflito silencioso com o condomínio VBI LOG e pela convivência com as torres de energia. Um conflito que se instaura, por assim dizer, entre vizinhos, apesar de não se conhecerem, não saberem quem são um ou outro, causando impactos significativos na vida cotidiana dos que ali já estavam. A permanência

desses sujeitos conjuga um misto de memória da luta pela terra e de falta de opções de fuga. A resistência é a sobrevivência em espaços que se tornam cada dia mais impróprios para a manutenção de uma vida como agricultor familiar ou como morador. A resistência de continuarem sobrevivendo à subordinação imposta pelas transformações territoriais que se configuraram na implementação do Arco Metropolitano.

Pensar as três realidades em suas diferentes espacialidades e formas de recepção do mesmo fenômeno, a desterritorialização a partir da territorialização do capital, exprime diferentes representações e ações de práticas espaciais de resistência que se dão em um jogo de criação de táticas no cotidiano desses sujeitos. Significa observar que a produção desigual do espaço gera o processo de formação do sujeito da resistência. A subjetivação, dentro do que estamos estudando, emerge do conflito na forma de insurgência para a defesa dos territórios contra o processo de desterritorialização que, nesse sentido, leva ao nascimento do sujeito da resistência. Esse sujeito promove táticas de resistências através de suas práticas espaciais cotidianas, configuradas pelos conjuntos de representações do território, que trazem à tona a dimensão espacial da resistência. As suas territorialidades em suas práticas espaciais ganham os contornos da resistência, porque ficam com os traços do resistir.

#### **4.3.1.**

##### **O sujeito da resistência: recusa e combate**

Ao analisarmos as práticas espaciais de resistência em formas públicas e subterrâneas, trabalhamos com diferentes táticas dos sujeitos no enfrentamento à lógica da produção desigual do espaço. Podemos perceber que a resistência pública está subordinada a uma série de ordens jurídicas e sociais, mas devemos salientar que ela é organizada pelas práticas espaciais de resistência que se constituem nos subterrâneos da vida cotidiana. A compreensão de subterrâneo não passa somente pelo conceito de ocultação, mas também, de maneira ampla, pela tática de uso e apropriação do cotidiano como instrumento de luta, uma vez que é na vida cotidiana que o sujeito da resistência tem controle e saberes sobre os fluxos e a dinâmica dos seus espaços.

É no controle sobre a vida que se revela a concepção prático-criativa, na qual o sujeito da resistência se apropria de forma prática e, também, criativa de seu

viver para resistir. Tal fato aparece, por exemplo, quando se usa de rotas rotineiras, redes e padrões de interações sociais como camuflagem da resistência, já que é uma forma de segurança individual e coletiva para organizar a luta de maneira silenciosa, na tentativa de evitar constrangimentos ou conflitos abertos aos olhos dos dominantes.

O grande desafio, nesse sentido, para o pesquisador, é ter a percepção de como as práticas espaciais de resistência se constituem em um universo de práticas espaciais no vivido dos sujeitos. Por isso, é preciso levar em consideração, como pesquisador, as simples práticas espaciais rotineiras, pois nelas pode estar escondida uma série de intencionalidades como parte de uma tática maior de luta. Todas essas práticas podem ser individuais ou coletivas, físicas ou simbólicas, e até propositalmente podem ser reveladas ao observador, no caso aqui o pesquisador, por fazerem parte de uma tática de luta contra um oponente, muitas vezes, detentor de poder coercitivo e controle sobre o território.

Para identificar as práticas espaciais de resistência, deve-se ter a percepção de que a resistência é uma complexidade de comportamentos e ambientes, bem como de fatos objetivos e subjetivos que se misturam em ações de maneira consciente e inconsciente dos sujeitos, especificamente nas subterrâneas, já que elas estão ocultadas e dependem muito da vivência do pesquisador e da vontade/interesse do sujeito em dar visibilidade à luta. Hollander e Einwohner (2004) apontam que a visibilidade é um dos requisitos necessários para que o que chamam de resistentes, alvos/oponentes e o observador possam reconhecer as ações como uma forma de resistência. Para as autoras, o comportamento dos resistentes também deve ser levado em consideração em sua narrativa, pois eles podem manipular os relatos de acordo com seus interesses ou até mesmo expor de maneira corajosa suas intencionalidades. De todo modo, estas são formas de saírem dos discursos ocultos e trazerem ao público, aos espaços visíveis, os subterrâneos de suas lutas cotidianas.

Como observador (pesquisador), procuramos dar maior destaque às intencionalidades dos atos dos sujeitos, pois nelas estão as resistências, compreendendo-a em sua forma a consciente de praticar atos que podem passar despercebidos, mas que portam uma carga significativa da luta. Com isso, consideramos as experiências desses sujeitos, para podermos identificar as práticas espaciais de resistências, e analisamos, a partir das narrativas, as percepções de luta



e oposição que apareceram em seus relatos sobre como viveram, de que forma lutaram e, principalmente, de que maneira o seu cotidiano foi um instrumental de luta no momento do conflito. Identificamos ainda as práticas espaciais de resistência nas entrevistas concedidas e em observações que surgiram durante os trabalhos de campo guiados pelos moradores.

Nas narrativas apresentadas pelos entrevistados, consideramos os comportamentos que manifestaram, uma vez que a resistência também pode ser compreendida pelo comportamento físico que envolve consciência das práticas e senso de oposição a um alvo estabelecido em suas narrativas (HOLLANDER & EINWOHNER, 2004). Em nossos trabalhos de campo e entrevistas, essas narrativas dos sujeitos, que analisamos como uma forma de identificação do oponente, melhor se mostravam quando os sujeitos se colocavam à vontade para contar o que haviam vivenciado. Em vários momentos dos relatos, as mudanças manifestadas no tom da voz eram reveladoras da demonstração do vigor, orgulho e, podemos mesmo dizer, do senso de vitória em suas experiências de luta durante o fato narrado. Por isso, nos centramos nas falas que narravam os momentos da organização das resistências tendo como instrumento de luta o seu cotidiano.

Em nossas entrevistas, muitos fatos foram revelados, mas alguns ganharam maior relevância por mostrarem o papel organizativo das resistências subterrâneas como base para a resistência pública. Por exemplo, em Marajoara os entrevistados revelaram em suas narrativas o que chamaram de “a chegada das máquinas”, referindo-se ao momento em que ocorreram as primeiras tentativas de os promotores imobiliários derrubarem as casas sem nenhuma ordem legal. Os entrevistados indicam que os dois primeiros casos de tentativa de derrubada das casas foram impedidos pela reação de uma dessas famílias contra essas ações, como nos disse a entrevistada S: “Eles chegaram falando que tinham documentos, que era para eu sair. Falei que não ia sair porque eu tinha documentos também”. Um traço, que vamos desenvolver durante o trabalho, é que os promotores imobiliários já chegavam com as máquinas (tratores) ligadas e mandando sair da casa, como uma forma de pressionar as famílias em Marajoara. A entrevistada S nos relatou que não saiu de frente da máquina e que:

eles disseram que eu tinha que sair. Eu não ia sair da minha casa. Eu comecei a ligar para o meu chefe, que tinha um certo conhecimento na Câmara. Ele me ajudou. Aí com umas duas horas de briga veio um telefonema mandando eles pararem.

Identificamos essa ação direta da entrevistada S, em nossos estudos, como o primeiro movimento de resistência em Marajoara que deu início ao conflito entre moradores e os promotores imobiliários representantes dos investimentos no condomínio industrial. O contato com o Centro de Direitos Humanos ocorreu pouco tempo depois que uma dessas duas famílias atingidas pela chegada das máquinas solicitou ajuda jurídica, tendo em vista que a família havia recebido um mandado de desapropriação da prefeitura alguns dias posteriores ao ocorrido. O CDH acolheu o pedido e entrou em contato com as lideranças de Marajoara, que, em seguida, organizaram uma reunião com toda a comunidade para debater sobre os acontecimentos. Segundo a entrevistada S, “o CDH falou que tinha que mobilizar a comunidade para evitar que eles chegassem com as máquinas de novo”.

Essa mobilização da comunidade é um ponto chave para entender, especialmente no capítulo 5, a formação da Associação das Famílias de Jardim Marajoara Atingidas pelo Condomínio Industrial a partir das táticas de práticas espaciais de resistência que utilizam o cotidiano como instrumental da luta. Em nossas entrevistas com os moradores de Marajoara, principalmente com a entrevistada S, que se tornou uma liderança durante o processo de luta, o ponto de partida da organização da comunidade, antes do contato com o CDH, foi noticiar aos moradores o episódio da chegada das máquinas. A entrevistada S diz a esse respeito:

no dia seguinte eu acordei cedo. Mas eu sabia que tinha de tomar cuidado. Estavam de olho em mim. Então eu fui fazer as minhas caminhadas. Já era o meu normal. Só que eu fui dessa vez falando com o povo. Eu acabei andando o dia todo, conversando com um, conversando com outro, falando o que me tinha acontecido no dia anterior. Aqui todo mundo se conhece. Então foi fácil para mobilizar o povo. Quando teve a reunião com o CDH, o povo todo já sabia o que tinha acontecido. Todo dia eu falava com o pessoal sobre o ocorrido quando estava nas minhas caminhadas. Fala para eles ficarem ligados. Aí foi fácil fazer a Associação dos Atingidos.

Essas práticas de usar do cotidiano em uma tática de resistência foi um instrumento recorrente, pelo que pudemos observar em Marajoara. As caminhadas, que eram práticas cotidianas, foram usadas para camuflar o real objetivo: informar, alertar e mobilizar a comunidade sobre a chegada das máquinas, ao mesmo tempo que tornava público o conflito da comunidade e trazia à tona a expropriação produzida pelo ordenamento territorial, no caso, o condomínio industrial. A tática utilizada pela entrevistada S pode ser entendida, segundo Scott (2002), como uma

das técnicas de se passar despercebido pelos olhares dos dominantes. A consciência do fato e a percepção do cotidiano como arma são de importante relevância para nosso estudo, pois mostram as ações dos sujeitos da resistência e suas práticas espaciais em uma tática para sua sobrevivência ao conflito.

Todas essas práticas espaciais de resistência subterrâneas vêm a público nos momentos mais intensos do conflito da história de Marajoara, que pode ser ilustrado pela luta da senhora R com os promotores imobiliários. Esse caso nos chamou atenção por ter sido repetidamente comentado pelos entrevistados. Os promotores imobiliários tinham interesse em um terreno na beira da estrada que pertencia à senhora R. Incessantemente, eles iam quase todos os dias ao terreno da senhora R, mas encontravam a resistência da comunidade, que se reuniu para impedir as máquinas de derrubarem a casa da senhora R e retirarem as árvores e animais do terreno. A senhora R “era uma moradora antiga do Marajoara”, de acordo com a entrevistada S, que afirmou que “ela tinha por volta de quatro lotes na pista e tomava conta de mais 8 lotes mais para dentro”. Durante quase três semanas, as máquinas chegavam à porta da senhora R, e a comunidade se mobilizava contra essas ações. Segundo a entrevistada S, “a gente fazia mutirão para ajudar a senhora. Reunia 15 e 20 pessoas todos os dias para isso. Estava todo mundo ligado. As máquinas chegavam cedo. Quando chegavam, um vizinho avisava o outro”.

O momento mais intenso, segundo os relatos da entrevistada S, ocorreu quando a polícia participou de uma dessas tentativas de derrubada da casa da senhora R. A polícia, de acordo com os entrevistados, estava lá sem mandado judicial e dando “apoio” aos promotores imobiliários. O entrevistado AB conta que “a gente ficou questionando eles por estarem lá sem mandado. Os caras ficavam ameaçando de prender a gente”. As falas eram unânimes em afirmar que a polícia estava lá para garantir a derrubada da casa e limpeza do terreno. A entrevistada S nos disse que “a polícia deu aval pras máquinas passarem por cima. Aí a gente fez um cordão humano de um lado. Um pessoal do outro lado abraçou as mangueiras (árvores) que tinham lá. Tudo isso para impedir a derrubada”. Esse é o momento em que a insurgência é o instrumento de resistência como dimensão tática e especialmente o corpo é posto como última fronteira de luta. O corpo se manifesta como território, o corpo se põe como uma defesa do território, impedindo a ação dos promotores imobiliários, conforme relatado pela entrevistada S: “com o povo todo na frente, eles desistiram”.

No entanto, os promotores imobiliários não desistiram e reapareceram, tempos depois desse atentado, com uma proposta para negociar os terrenos da senhora R. Com o auxílio de alguns moradores e da Associação dos Atingidos, ela abriu uma negociação com os promotores imobiliários e chegou a um valor considerado “justo” pelos nossos entrevistados. A senhora R veio a falecer alguns meses depois de ter vendido os seus terrenos. Sempre que perguntávamos sobre a luta da comunidade no terreno da senhora R, os entrevistados S e AB diziam que o motivo da morte “foi essa situação toda que ela passou!”. Isso para eles é resultante de uma série de traumas promovidos pelas chegadas das máquinas.

No enfrentamento às máquinas, o uso do corpo como escudo para impedir a derrubada da casa da senhora R nos mostra o papel do corpo nas práticas espaciais de resistência. A resistência, em nossas análises, tem no corpo o ponto de partida e chegada tanto como instrumento quanto como meio dos resistentes. Para analisar especificamente esses fatos, nos apropriamos do conceito de corpo-território, desenvolvido por Haesbaert (2020), que trazemos para diálogo com nossa compreensão sobre resistência em suas dimensões da insurgência-subordinação-sobrevivência.

O conceito de corpo-território é proposto por Haesbaert (2020) para analisar o território além de sua compreensão como esfera estatal, e sim como expressão da vida. Haesbaert (2020), em uma perspectiva decolonial, compreende os saberes e práticas dos sujeitos em seus territórios, mas o foco recai sobre a vida e sua realização enquanto território, ele é a vida e a vida é o território. Para ele o corpo é uma escala territorial, é uma das microescalas que se apresentam como “primeiro território de luta” (HAESBAERT, p. 80, 2020). Em nosso estudo, esse corpo-território é o meio das práticas insurgentes que exemplificamos aqui nos relatos em Marajoara. O corpo é visto como espacialidade de resistência (OSLENDER, 2002), mas uma espacialidade como forma concreta e simbólica dos territórios, que, ao mesmo tempo, expressa nos corpos desses sujeitos as estruturas de opressão, resistência, organização social do território. Ao pensarmos por esse caminho, associamos o corpo-território à defesa da comunidade, ou melhor, à defesa de sua existência “territorial” ao processo de desterritorialização.

No caso de Marajoara, a insurgência foi a defesa da comunidade contra as máquinas que queriam derrubar a casa da senhora R, usando a tática de formar um cordão humano. O abraço às árvores são movimentos involuntários, instintivos, que

demonstram a autodefesa da existência desses sujeitos na luta contra o inimigo, o condomínio industrial, que se materializa nos promotores imobiliários. O fato de defender a casa da senhora R significava defender também as suas vidas, os seus territórios, justamente enfrentando toda a violência e abuso de poder, se insurgindo naquele momento contra as máquinas, contra os mecanismos de opressão. Essa insurgência é produzida não somente em um sentido espontâneo, mas sim como parte das articulações cotidianas produzidas durante o conflito. Como destacamos, os subterrâneos do vivido foram os principais mecanismos de organização da resistência, por mais que, em termos públicos, a Associação tivesse esse papel no cotidiano, ou melhor, na apropriação e no uso do cotidiano formando as redes de resistência.

Um elemento importante que poderíamos chamar de aprimoramento das táticas de resistência foi a formação política com o conflito, porque a experiência vivenciada por esses sujeitos lhes deu outras percepções sobre o seu cotidiano. O CDH não teve somente uma atuação na mediação dos conflitos aqui estudados, tanto em Marajoara quanto em Vila de Cava. O Centro também deu suporte jurídico para a formação das Associações e formação política sobre a situação que esses sujeitos estavam vivenciando. Em seus cursos, o CDH lhes ensinou métodos de “resistir” a tais conjunturas. Isso aparece no caso de uma das famílias que entrevistamos em Vila de Cava, não especificamente em uma família que tinha saído, e sim em uma das famílias que não foram removidas.

Essa família participou ativamente da Associação das Famílias de Vila de Cava Atingidas pelo Arco Metropolitano, estando presente em todo o processo de luta e negociação com o DER. Conforme destacaram, todos os seus familiares, que eram seus vizinhos, foram removidos, e eles foram os únicos dessa rede familiar a permanecerem. O entrevistado E conta: “Era um negócio de botar e tirar estaca. A gente ia ser removido umas três vezes, mas acabamos ficando aqui. Os meus parentes todos foram removidos. Só a gente que não.”

Os técnicos, de acordo com o entrevistado E, disseram que a casa estava a mais de 100 metros da rodovia e que não precisavam retirá-la. Diante dessa decisão, apoiados pela Associação, a família que permaneceu decidiu entrar na justiça com dois processos: um alegando que a casa estava a uma distância de 60 metros e outro por danos morais devido às rachaduras que surgiram em sua casa geradas pelas “implosões da obra”. As implosões aparecem como um dos principais problemas

para as famílias que ficaram. Além do isolamento e da distância da rede familiar, as famílias que permaneceram no local que sobrou do Parque da Saudade disseram que o lugar se tornou, para eles, distante do centro de Vila de Cava, deixou de ser tranquilo e passou a ter muito barulho e poeira.

A família nos relatou que, depois que removeram todas as casas que estavam onde hoje passa o Arco, começaram as implosões para quebrar as rochas e sobre elas construir as estruturas da estrada. Essas implosões, para a entrevistada D, eram “uma coisa horrível, a gente não aguentava ficar em casa”. Ela destacou que o grande problema foi a poeira e que, por causa disso, desenvolveu uma alergia, que se apresentava como uma tosse constante. Quando a entrevistamos, essa tosse era recorrente, quase incontrolável, pelo que nos pareceu. Inclusive, a entrevistada D demonstrava nítido constrangimento por causa dessa tosse e chegou a nos dizer: “o ruim para mim foi a poeira, que eu desenvolvi essa alergia, que não cura. A desvalorização da nossa casa. E o problema que a gente teve, que rachou a casa por causa das implosões.”

A tosse da entrevistada D foi algo que elencamos como um fato importante a ser observado, por ser expressão, quando cessada enquanto comportamento, de como a luta exerceu o papel de experiência formadora de sua percepção do vivido daquele momento. Pelo que nos pareceu, a tosse surgia com mais força durante a entrevista exatamente no momento em que ela relatava sobre o recebimento da notícia da permanência. Para nós “observadores” da narrativa, a tosse expressa os sentimentos que tiveram quando souberam que não seriam removidos. A tosse como manifestação do que foi sentido pela entrevistada é reforçada pelas palavras que diz: “deu um desânimo e angústia, foi uma luta tão desigual”. O motivo de estarmos destacando a tosse nesses momentos tem implicação com outros, na observação de sua cessação. No instante em que ela começa a falar do processo de luta e descrever suas práticas espaciais de resistência, a tosse some, cessa. Observamos seguidos minutos sem tosse e com uma voz limpa, traduzindo um comportamento que demonstrava ânimo e protagonismo como elementos importantes durante o momento em que narrava sobre a luta que encampou para ter a sua rua asfaltada pela obra do Arco, conforme registram suas próprias palavras: “eu quero a minha rua”.

Toda essa reivindicação de querer que a rua fosse asfaltada começa justamente quando são informados pelas assistentes sociais da obra que não seriam

removidos. De acordo com a entrevistada D, “elas vinham para falar com a gente mesmo que não fosse sair, para falar da implosão”. A entrevistada D e seu esposo pediram o asfaltamento da rua, já que não iam ser removidos, e a resposta das assistentes sociais foi negativa. No momento em que relatava a negativa das assistentes socais sobre a rua da entrevistada D, a tosse some e ela começa a narrar que

quando ela [a assistente social] disse que não teria como, que tinha que se contentar com o túnel para chegar em Vila de Cava, eu tomei uma raiva. Comecei a orar e falei para o meu marido: eu quero uma rua aqui na frente da minha casa. Então eu fui pra luta.

Daí começa um outro processo de luta, agora por uma rua asfaltada como resultado de um mínimo de compensação e justiça por conta da permanência da casa da família da entrevistada D no meio de uma das maiores obras infraestruturais da história do estado do Rio de Janeiro. A decisão de querer uma rua na porta de casa, para a família, de acordo com os relatos, está associada ao fato de que parte das famílias que não foram removidas mora em uma rua sem asfaltamento, que termina em uma colina, deixando-a sem saída. Um dos entrevistados disse que hoje, após a obra, o nome desse lugar em Vila de Cava ficou conhecido como Cantão, justamente por estar no canto da colina que deixava a rua “sem saída”. E quem ficou no Cantão não tinha como sair a não ser por um pequeno túnel feito pela obra embaixo do Arco Metropolitano.

A falsa submissão às condições que foram impostas, por exemplo, à família da entrevistada D se caracteriza como uma resistência subterrânea, porque nessa situação se trabalha com a ideia de subordinação como tática, com o objetivo de camuflar a oposição a todas as condições impostas a eles naquela circunstância da obra. A rua tinha uma simbologia para a entrevistada D de “compensação” mínima diante do estresse, do constrangimento e do desgaste a que estavam subordinados, em decorrência do barulho, da poeira e de uma circulação restrita por causa da obra. O conhecimento do cotidiano da rotina da obra, o dia a dia dos trabalhadores e responsáveis facilitavam aos resistentes a indicação de um alvo e, a partir dele, a concepção de uma tática de resistência.

Também nos foi relatado pela entrevistada D que as assistentes sociais passavam na obra quase todo dia e também passavam na casa dela: “iam, tomavam suco, tudo na paz!”, nos disse. A entrevistada D e sua família tinham total

conhecimento do cotidiano da obra, mantinham uma boa relação e um diálogo direto com as assistentes sociais, sabiam horário e dia que elas costumavam estar na obra, tinham até o número do telefone de uma delas. A entrevistada D conta que começou o processo de luta chamando as assistentes sociais para uma conversa sobre o asfaltamento da rua em sua casa. Ela narra:

chamei a primeira vez, chamei a segunda vez e eu dizia: eu quero a minha rua! Vocês poderiam ter me tirado, agora que me deixaram aqui, ficar sem rua foi um abuso demais. Aí eu comecei a falar todo dia para o responsável da obra e para os piões: eu quero a minha rua! Liguei para o telefone da ouvidoria da obra, para as assistentes sociais, e falava: eu quero a minha rua!

O corpo-território nos mostra esse espaço de vida, o sujeito da resistência e suas práticas criativas frente ao processo desigual da produção do espaço. Para a entrevistada D, a rua era uma questão de dignidade, já que ela não poderia aceitar continuar em condições piores daquelas em que já se encontrava. Em seu relato, nos contou que aquela parte de Vila de Cava nunca foi urbanizada, sempre tinha sido rua de chão. A luta pela rua, segundo ela, “era para um bem maior!”.

A experiência na Associação e a formação política promovida pelo CDH tiveram um papel importante para a entrevistada D e lhe trouxeram outras percepções sobre o seu cotidiano, que foram utilizadas nas formas de apropriação do vivido para a resistência. A apropriação e o uso do cotidiano como instrumento da resistência ficam muito evidentes quanto ela destaca: “Aí, um belo dia, veio na minha cabeça como a gente sairia daqui. Eu chamei elas (as assistentes sociais) e perguntei: Por onde a gente vai passar?”. A resposta das assistentes sociais foi, de acordo com a entrevistada D, a seguinte: “olha, vocês têm dois lugares para passar. Íamos passar em um terreno imenso. E esse terreno era escriturado, é de um médico. A outra passagem era passar por um túnel e uma estrada de lama.”

A assistente social se refere a duas vias de difíceis acesso dos moradores do Cantão para o centro de Vila de Cava ou para os pontos de ônibus mais próximos, uma era a do túnel, que tecnicamente aparece como área de passagem inferior, e outra no terreno do médico. A entrevistada D contou que ligou para o médico e disse a ele que estavam fazendo o terreno dele de passagem. O médico respondeu, na fala dela, declarando que ninguém passaria no terreno. No final da semana, o terreno já estava com um buraco no meio para impedir a passagem de pedestres.



Essa ação da entrevistada D foi uma forma de produzir uma pressão sobre os responsáveis da obra para resolverem o problema da rua.

Nesse mesmo momento, ela começou a passar um abaixo-assinado entre os moradores, pedindo o asfaltamento da rua. O abaixo-assinado organizado por ela e sua família tomou por volta de duas semanas o recolhimento das assinaturas, porque “muita gente não assinava. Eu tinha que ir em porta em porta pedindo”. A entrevistada D conta que aprendeu sobre abaixo-assinado na Associação, principalmente, nos cursos de formação política dados pelo CDH, ao que completa que, por causa da Associação, aprendeu que “um pouco de leitura e informação já dava pra entender das leis”. Isso resulta da experiência adquirida com o processo de luta contra a remoção e permitiu que ela criasse instrumentos que forneceram a ela outras percepções sobre o seu vivido, mantendo-se subordinada às condições espaciais da obra e à lógica jurídica legais, para resistir e lutar por sua causa.

A entrevistada D contou que houve momentos muito tensos entre a comunidade e a obra, por causa do barulho e da poeira. Nessas ocasiões, a população se insurgia contra a obra, parava tudo e ia para cima dos operários e suas máquinas. Segundo a entrevistada, ela e sua família não tomaram parte desses episódios de muita tensão entre os operários que trabalhavam na obra do Arco e os moradores desse lugar de Vila de Cava. Durante a entrevista, ela ressaltava, sem tossir, que preferia ir todos os dias dizer aos responsáveis da obra: “Eu quero a minha rua!”, a partir para um enfrentamento mais direto. A entrevistada D ressalta que também tomou “medidas mais enérgicas” com os responsáveis da obra, sendo bastante assertiva em suas declarações: “se no dia 15 de janeiro (2014) não tivesse a minha rua, o meu esposo vai estar no fórum. Se vocês já estão pagando 40 mil a diária, vai ser mais. A gente vai parar a obra na justiça. Não vão entregar a obra.”

Ela alegou que todas essas ações afirmavam seu sentimento de justiça por tudo de ruim que o Arco criou na região e, principalmente, pelo fato de a obra “tirar o direito de ir e vir do cidadão”. Nesse sentido, a resistência se dá subordinada a uma estrutura de vida cada vez mais precarizada, especialmente, no caso, pela mobilidade muito dificultosa para os moradores, que ficaram no “cantão” do Arco em Vila de Cava, a respeito da qual ela sempre repetia: “a luta valeu a pena”. De fato, tanto valeu que, no último dia da obra, a rua foi entregue.

Sua narrativa sobre os meses em que falava cotidianamente “eu quero a minha rua!” para os trabalhadores e responsáveis da obra demonstra, visivelmente,

o orgulho que nutria por suas ações. Esse orgulho se apresenta no corpo, perceptível pelo sintoma da doença desenvolvida, segundo a própria entrevistada D, conforme já ressaltamos, devido às condições insalubres decorrentes da obra. Além de sua voz de orgulho e sua perspicácia na luta, o que mais nos interessou nas revelações foi a tática de resistência: o uso e apropriação do cotidiano como instrumento de luta, tanto para ocultar quanto para se insurgir subordinado ao contexto de degradação ambiental e social produzido pela obra.

É sob esses aspectos que reiteramos que o conceito de corpo-território elaborado por Haesbaert (2020) vai ao encontro da perspectiva da luta. A questão da defesa do território se apresenta de diversas maneiras entre os sujeitos em suas táticas. Aqui, na entrevistada D, mas também em Marajoara e Sol da Manhã, a questão do cuidado e da luta pelo seu vivido são exemplos do que diz o geógrafo sobre “defender e também zelar, cuidar daquele território sobre o qual nos consideramos responsáveis, em especial nosso corpo e sua extensão, nossa casa” (HAESBAERT, 2020, p. 87).

O zelo e o cuidado da casa se apresentam em Sol da Manhã de várias formas. A que mais se evidencia é a memória da luta pela terra como forma de negação aos assédios dos promotores imobiliários, tanto para a compra de terras para os novos condomínios quanto para a concessão de terrenos para as torres. A experiência com a luta pela terra é um elemento importante nas narrativas dos entrevistados em Sol da Manhã, pois a manutenção de um assentamento de Reforma Agrária tem como centralidade a unidade da comunidade formada no período de luta. Quando conversamos com algumas lideranças de Sol da Manhã, elas nos disseram que hoje as pessoas do Assentamento estão muito “individualistas”, não participam mais da Associação dos assentados e poucos jovens têm interesse em permanecer.

Isso é um traço comum em muitos assentamentos no estado do Rio de Janeiro (SOUZA, 2013b). Entretanto, aqui focamos na permanência em condições espaciais que lhe são impostas como agricultores e na resistência para continuar existindo como sujeito. Todas as entrevistas ressaltavam a precariedade da vida, mas também a necessidade de permanecerem como agricultores mesmo que subordinados a todas essas condições, porque essa identidade política é o que caracteriza a história de luta dessas famílias. Nesse sentido, ser agricultor é uma das práticas de resistência de grande relevância em Sol da Manhã. O existir enquanto agricultor é organização diária da luta pela permanência na terra de forma silenciosa

e intensa contra a pressão imobiliária que vivem. Essa especulação levou até ao surgimento de figuras da comunidade que se tornaram promotores imobiliários. Referimo-nos ao caso de um ex-assentado que vendeu suas terras para o grupo responsável pelo VBI LOG.

Em uma de nossas entrevistas, isso foi relatado de forma muito brusca. Quando perguntamos sobre esse fato, o entrevistado F disse que “esse tipo de sujeito não pode nem querer entrar aqui. Já foi motivo de briga no Sol da Manhã”. Para o entrevistado, o promotor imobiliário, que atuava pelo condomínio do VBI LOG, desmobilizava o que haviam construído de luta na comunidade e ajudava a aumentar a pressão imobiliária sobre os sujeitos que ali moram. A entrevistada M dizia que “do nada tinha um terreno vendido”. Muitos relatam que esse promotor imobiliário comprava os terrenos por um preço menor de um morador e revendia para a empresa do VBI LOG. De acordo com o entrevistado F, a atuação desse promotor não tem ocorrido mais desde a briga que tiveram por causa do “aliciamento” que ele fazia na comunidade. Nas entrevistas, esse fato era visto como algo para desmobilizar a comunidade, que já estava esvaziada, e uma afronta a toda a história de luta do Assentamento.

Esse é um dos exemplos de conflitos que se constituíram em Sol da Manhã com a chegada do VBI LOG e com as torres de energia. O que nos interessa nesse debate é justamente a questão da manutenção da memória da luta que tiveram para ter acesso à terra. Os enfrentamentos aos donos de areias no início da ocupação, as terras ruins, a formação da Associação de famílias assentadas e, especificamente, o período acampado para conseguir o lote. São histórias que atravessam mais de 30 anos de luta em que ser agricultor já é uma prática espacial de resistência.

A resistência em Sol da Manhã é o corpo-território como cuidado da terra. A permanência como agricultor, mesmo que em um contexto de desmobilização, mantém a luta da Reforma Agrária como representação da história social da Baixada Fluminense, dos movimentos do campo, da luta por uma vida digna, da (re)existência como agricultor. Por isso, analisamos que um corpo-território passa a ser, no jogo de escalas, um território-corpo, em sua condição política de indissociabilidade da terra com o corpo (HAESBAERT, 2020). A terra extrapola as representações do território, ela é concebida pelos sujeitos como vida, como meio de vida e existência. Esse território-corpo é produtor de práticas espaciais de resistência em que a cotidianidade como agricultor já é uma forma de resistência

subterrânea e pública. A vida cotidiana é pensada, como no exemplo de Sol da Manhã, não como uma forma de ocultação ou de publicização da luta; ela é, simultaneamente, subterrânea e pública, insurgente-subordinada-sobrevivente, uma vez que esse território já nasce da contestação à lógica de poder, sobrevive subordinado a essa lógica de espoliação da vida e sua existência é insurgente a essa lógica de produção desigual do espaço.

Marajoara, Sol da Manhã e Vila de Cava e seus sujeitos da resistência são exemplos da luta pela preservação de suas existências. Com isso, o resistir, de certa forma, é o caminho inevitável. Uma resistência com instrumentos que possuem em mãos diante de uma guerra. São guerras invisíveis, cotidianas pela permanência, marcadas por uma luta contínua por sua existência enquanto sujeito, sendo produzido e produto e produtor desse espaço.

Nesse caminho, é preciso analisar que as transformações do espaço promovidas pela produção desigual e excludente do desenvolvimento geográfico do capital levam a uma série de conflitos e resistências contra esse processo ao qual nos referimos neste capítulo, dando-nos possibilidades que se abrem para um horizonte de utopias, o que Lefebvre denominou impossível-possível, uma vez que não estudamos o mundo somente para entendê-lo, e sim para mudá-lo, olhando nas brechas da vida cotidiana para buscar alternativas e rupturas com a ordem hegemônica.

Desse modo, em nossa proposição sobre o sujeito da resistência, o conflito tem um papel central, pois é através dele que se pode apresentar um processo de subjetivação, claramente alinhado ao que Heller (2008) denominou suspensão da vida cotidiana. Aquele que consegue promover tal ação é denominado humano genérico, que é produto da intensa paixão do homem singular por esse humano genérico, é o encontro entre o singular e o genérico, que se dá nas formas de trabalho, arte, ciência e moral. A suspensão da vida cotidiana não é um processo de ruptura, mas sim um circuito, ou seja, é uma saída da vida cotidiana e o retorno a ela, um retorno do qual o indivíduo volta modificado, levando à complexificação adquirida para sua cotidianidade.

A importância da suspensão da vida cotidiana é um elemento de possibilidade para a promoção da consciência do homem enquanto sujeito. Ela abre uma série de alternativas para se pensar a realidade e, fundamentalmente, dá instrumentos ao sujeito que modificam sua cotidianidade. Parte do princípio da

desalienação, em que o sujeito promove a recusa do que lhe é imposto, transcendendo a norma e a organização estabelecida pelo seu imaginário social.

Ao pensar a suspensão da vida cotidiana no conflito, este ganha um duplo significado, a nosso ver, pelo fato de que pode criar alternativas ao sujeito ou pode surgir como uma proteção ao seu cotidiano; porém, é importante pensá-lo como um fator de modificação da vida cotidiana do sujeito, quando se estabelece no nível das práticas espaciais de resistência.

A concepção de Massey (2013) potencializa essa elaboração, pelo fato de propor uma concepção de espaço geográfico que abre caminhos a inúmeras alternativas à realidade colocada. O espaço em Massey (2013) é produto de um conjunto de inter-relações multiescalares em constante construção. Ela o compreende como “uma esfera da existência de multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem, como a esfera da existência da heterogeneidade” (p. 29).

Isso nos faz perceber o espaço produzido por diferentes sujeitos em uma lógica contínua de construção e transformação, feita pela inter-relação de diferentes sujeitos, atores e agentes. Entender o espaço geográfico como aberto o torna um “espaço de resultados inesperados, imprevisíveis e de ligações ausentes. Para que o futuro seja aberto, o espaço também deve sê-lo” (p.32), como afirma Massey (2013). A percepção de Massey acerca do espaço preza pela libertação dos sujeitos, uma busca pelo novo, pelo devir. A heterogeneidade dos sujeitos é um fator que leva à imprevisibilidade do espaço e a se pensar o futuro em sua produção de forma inter-relacional e de caráter vivo e contínuo.

A pluralidade de trajetória tem uma importância significativa em nossa leitura sobre práticas espaciais de resistência, porque faz com que tenhamos uma interpretação dos sujeitos da resistência de maneira plural, não sendo somente um sujeito que a constitui, mas a inter-relação de sujeitos com suas diversidades de trajetórias que vão compor a luta pelo espaço. Sem o prender a um horizonte estabelecido, o sujeito da resistência está aberto a possibilidades de transformação gradual do real.

A resistência é, de certa forma, um processo de suspensão da vida cotidiana que conduz à subjetivação, mesmo que seja para a preservação de sua cotidianidade. As pessoas se transformam em sujeitos, emergindo a partir da consciência de si

mesmos e levando às suas vidas cotidianas novas experiências que podem ampliar seu leque de possibilidades.

Essas possibilidades são instituídas através do sujeito da resistência que nos guia, neste trabalho de tese, para a percepção de novas dimensões de recusa-combate-libertação, que podem vir a se desenvolver durante o processo de luta. São dimensões pensadas a partir da transformação do sujeito da resistência em um arquiteto rebelde, como diria Harvey (2006b), traçadas dentro das tríades espaço-cotidiano-ação e lidas nas práticas espaciais de resistência como as dimensões de insurgência-subordinação-sobrevivência. Essas outras dimensões, recusa-combate-libertação, são parte das citadas acima e dão projeção à potencialidade humana de mudança social. Uma potencialidade que cada indivíduo possui, mas que está aprisionada em uma vida cotidiana mercadológica e alienada.

A luta contra a ordem do capitalismo, mesmo que não promova nexos aglutinadores, de alguma maneira, abre um sentido de mudança da realidade desigual que nos é imposta. Daí o grande desafio de buscarmos possibilidades no impossível-possível, com rupturas cotidianas de recusa à ordem hegemônica, combatendo-a na luta pela liberdade de ser, pelo direito de ser e existir, pelo direito à diferença.

Embora não tenhamos nos detido tão extensamente nessas possibilidades, uma vez que elas exigem ainda um longo caminho de reflexão a ser percorrido e também muitas lutas a serem feitas, neste momento do trabalho, a partir da tríade analítica espaço-cotidiano-ação, construímos uma caixa de ferramentas sobre o que entendemos por resistência, insurgência-subordinação-sobrevivência, vista em sua dimensão espacial, a partir do que chamamos de práticas espaciais de resistência. De toda forma, os autores aqui elencados e as ideias debatidas nos abrem margem para pensar possibilidades teórico-metodológicas sobre a análise do processo de produção do espaço e as transformações produzidas que geraram uma série de conflitos desiguais e excludentes.

O desafio da reflexão sobre a tríade espaço-cotidiano-ação nos levou a pensar o sujeito da resistência e a subjetivação a partir do conflito, na ação de suas práticas espaciais que promovem o florescimento das práticas espaciais de resistência, balizando-nos em um diálogo contínuo entre teoria e empiria, de modo a promover a reflexão acerca dos conflitos nas adjacências do Arco Metropolitano, da luta nos subterrâneos da vida cotidiana do povo trabalhador e dos movimentos

sociais da Baixada Fluminense e, especialmente, dos Removidos de Vila de Cava, dos Atingidos em Marajoara e dos Vizinhos de Sol da Manhã na esperança de uma vida melhor.

## 5

### **Espoliação, desapropriação e justiça espacial – as lutas no entorno do Arco Metropolitano**

Se todo atentado contra a propriedade, sem qualquer distinção, sem determinação mais precisa, for considerado furto, não seria furto também toda propriedade privada? Por meio de minha propriedade privada não estou excluindo todo e qualquer terceiro dessa propriedade? Não estou, portanto, violando seu direito à propriedade?

“Os despossuídos”, de Karl Marx.

A resistência, como vimos no capítulo anterior, se apresenta de formas públicas e subterrâneas, de acordo com as táticas que se afirmam por parte dos sujeitos nelas envolvidos. Para este capítulo, mergulharemos no universo das resistências públicas, que se instituem de forma direta, aberta, pelo enfrentamento público, com visibilidade tanto dos sujeitos quanto dos opressores, mas uma resistência subordinada às normas de conduta jurídicas e sociais.

Com base nas comunidades de Vila de Cava e Marajoara, a figura de resistência pública que se estabelece territorialmente nesses lugares está centrada nas formações de associações de moradores que foram constituídas para o enfrentamento do conflito. Daremos maior relevo à formação das Associações de Atingidos de Marajoara e de Vila de Cava por representarem os processos de resistência à territorialização tanto do condomínio industrial quanto das obras do Arco Metropolitano.

Nesse sentido, é preciso pensar o Estado como principal agente gerador do conflito, ao qual se atribui o duplo papel de promotor e mediador. Em muitos desses casos, as ações estatais assumem a forma política da exceção, cujo movimento promove a resistência ou, como o mundo jurídico coloca, o direito de resistência.

Antes de tudo, este capítulo parte da premissa de que o Estado é um agente fundado para dar garantias sociais à sociedade, a qual tem como base a mercadoria. Dessa maneira, de acordo com Mascaro (2013), a propriedade privada é o centro da sociedade e da ordem jurídica, em que o uso da força é tomado como instrumental para manter essa garantia. Isso se apresenta nos casos estudados através de exemplos como os baixos preços indenizatórios propostos e pagos às famílias removidas pelo Arco Metropolitano em Vila de Cava e, também, os diversos assédios dos responsáveis pela obra, conforme relatado em nossas entrevistas com



as famílias removidas pelas obras do Arco. Já as famílias de Marajoara sofreram ações por parte das empresas que as pressionavam com as máquinas, tratores prontos para derrubarem suas casas como formas de intimidação, ou com a chegada de representantes das empresas, acompanhados de policiais sem ordem de despejo, o que caracteriza a associação do Estado à iniciativa privada, alegando que eram os proprietários dos terrenos. Em Sol da Manhã, por exemplo, a prefeitura ordenou territorialmente o espaço do assentamento como área de interesse industrial e fomentou, a partir de ex-moradores, a venda ou concessão dos terrenos para essas atividades.

As implicações apontadas acima apresentam o Estado como promovedor de um “ambiente de negócios”, que tem por objetivo atrair investimentos em seu território, facilitando para o capital se territorializar e oferecendo vantagens locacionais em suas múltiplas escalas administrativas – de mobilidade, serviços e mão de obra, como parte do discurso neoliberal do Estado-empresa.

O Estado, dessa forma, se destaca cada vez mais pela atuação de intervenção diretamente em prol da propriedade privada. Fomenta e dinamiza a liberdade econômica e individual, deixando de lado a essência pública. O uso é subsumido pelo valor de troca, enquanto as sociedades são impostas a uma lógica de produção em que a vida passa a ser a mercadoria.

A perspectiva do espaço como mercadoria determina a propriedade privada como base das relações, uma relação de dominação entre proprietários e não proprietários, se expressando no acesso à terra, tanto no campo quanto na cidade. Todos, nesse sentido, estão dentro do processo de expropriação da terra (MARX, 2013). Configuram-se uma massa de despossuídos presos a um limitado número de possibilidades de condições de vida determinadas pela propriedade privada, que controla o acesso ao direito à cidade, medido pelo preço da terra e do solo urbano.

A propriedade privada é um fator histórico na construção do capitalismo, passa pela transformação da ideia de privado do momento feudal para o privado no capitalismo, em que

A posse da propriedade privada na terra confere poder exclusivo à pessoa privada sobre algumas porções do globo. Isso envolve uma concepção absoluta do preço, uma das propriedades mais importantes do que é um princípio de individualização estabelecida mediante a exclusividade da ocupação de uma determinada porção de espaço – duas pessoas não podem ocupar exatamente o mesmo lugar nesse espaço e serem consideradas duas diferentes. A exclusividade do controle sobre o espaço

absoluto não está confinada a pessoas privadas, mas se estende aos Estados, às divisões administrativas e a qualquer outro tipo de indivíduo jurídico (HARVEY, 2013a, p. 438).

Na visão do espaço absoluto, apontada por Harvey (2013a), para ser uma propriedade privada, é necessário que ela seja claramente delimitada, nomeada e identificada. No caso da terra e do solo urbano, isso é feito através de mapeamentos cadastrais e registro de propriedade. O capital hoje não se limita a esses tipos de mercadorias. Os direitos da propriedade privada, como nos indica Harvey (2016), estão também em busca do controle dos processos naturais, do controle da dinâmica biológica, por via de usos de patentes nas questões de biotecnologia, nos objetos e nos processos da natureza. Porém, nosso foco não está no fator da natureza na lógica da propriedade privada, e sim na análise do papel do Estado como garantidor da ordem privada e do processo de acumulação, assim como também da relação próxima entre público e privado.

O poder coercitivo e regulador do Estado é um fator garantidor do direito de propriedade privada capitalista. É com o poder monopolista da violência que é imposta a garantia individual de propriedade, protegendo o regime da propriedade essencialmente como mercadoria. Harvey (2016) destaca:

O poder centralizado do Estado é usado para proteger um sistema de propriedade privada descentralizado. No entanto, a extensão do estatuto de pessoa jurídica individual a empresas e instituições poderosas obviamente corrompe o sonho utópico burguês de um mundo perfeito de liberdade individual e pessoal para todos, baseada na propriedade democraticamente distribuída (p. 50).

O indivíduo é a centralidade dessa discussão. No entanto, a concentração de propriedades nas mãos de poucos e a expropriação de muitos mantêm uma ordem hegemônica e desigual. O indivíduo proprietário é um sujeito jurídico, o sujeito proprietário, protegido pela lei. A propriedade não é somente uma norma jurídica, também é uma concepção moral e ética de sociedade, cujos direitos estão centrados na figura do proprietário. Em casos como de Vila de Cava e de Marajoara, os abusos se deram justamente por boa parte dos moradores só possuírem a compra e venda, a posse, não a propriedade. Isso reforça que o modelo de sociedade se baseia nos proprietários, nos donos dos meios de produção, da terra, do solo urbano etc. como expressão da lógica de poder.

Rafael de Oliveira Alves (2015), ao analisar o direito da propriedade privada, sinaliza que esta é uma forma de mascarar a real questão: apropriação

privada é produto do trabalho social. Como dissemos anteriormente, apoiando-nos em Karl Marx (2010) no livro *Manuscritos econômicos-filosóficos*, o trabalho é o fundamento da propriedade, a partir do momento em que passa a ser também uma mercadoria, fazendo o homem perder a consciência de si mesmo e produzindo a alienação. No entanto, a propriedade não é causa da alienação, mas sim resultado do processo de reificação do trabalho, engendrado pela lógica de produção da sociedade, o sistema capitalista.

Com isso, não podemos esquecer que o Estado não pode exercer apenas o papel de garantidor da propriedade privada, em sua construção social e jurídica, como se vê na ação do Estado no Arco Metropolitano, foco do nosso estudo. O Estado não tem vontade própria, é um mero mandatário da vontade do “povo”. Teoricamente, ele tem a função de manter a ordem e o interesse público. Logo, toda ação estatal deve atender ao interesse público. Isso demonstra que

a repetição do modelo proprietário privado sobre o patrimônio público, incluindo o processo de objetivação fundado na violência e no processo de subjetivação da alienação, por meio do qual os sujeitos do Estado, os cidadãos, estão impedindo [?] de acessar os bens públicos (ALVES, 2015, p. 276).

Além desse poder específico, o Estado possui outras especificidades inerentes à soberania do território que gere, que é a capacidade ainda mais ampliada de exclusão, mas possível de ser – em alguns momentos – de inclusão: desapropriação, outorga, doação, concessão e outras expressões de controle.

Essa questão pode ser analisada na história do capitalismo pelo fato de o Estado ter um papel-chave no processo de acumulação. Marx, em *O Capital*, intitulou o capítulo 24 de “A assim chamada acumulação primitiva”, de maneira a compreender o ponto de partida da formação do sistema de produção capitalista: um processo originário da formação do capital, da mudança estrutural da terra enquanto capital e dos camponeses em proletariados. Como base de análise histórica, Marx usou o processo de cercamento dos campos na Inglaterra do século XVI. Nesse momento, o Estado se destaca como principal promotor do movimento de expropriação do campesinato e de sua expulsão das terras partilhadas em que vivia. É importante salientar que

A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primeira” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (MARX, 2013, p. 786).

Esse processo trata de uma expropriação violenta de massas populacionais que perdem o controle de seus meios de vidas, de início por ações ilegais baseadas no roubo, na fraude e, especialmente, em ações violentas, o que levou à criação de grandes proprietários rurais e fez chegar à indústria urbana uma massa significativa de proletariados. Isso sinaliza a lógica da expropriação como elemento do assalariamento do campesinato, bem como aumento da disponibilidade de mão de obra e de formação de um exército industrial de reserva nas cidades.

Por mais que tracemos como caráter original, ou possamos dizer primeira, a acumulação primitiva é um fenômeno presente na atualidade. Para Lencioni (2012), o termo acumulação primitiva é usado para se referir ao processo que abriu as portas à formação do capital, mas que historicamente não desapareceu da dinâmica atual do capital, apresentando-se de infinitas maneiras e combinações com o próprio processo de reprodução do capitalista.

Rosa Luxemburgo (1985), em *Acumulação do capital*, aponta que o processo de acumulação é permanente. Para ela a acumulação de capital está em constante movimento e o processo de acumulação se renova por meios de crises de sobreacumulação. A partir de Luxemburgo, Lencione (2012) indica que, atualmente, a acumulação primitiva é um fenômeno de produção do novo, na promoção de um capital novo, em associação combinada com a reprodução do capital. A autora faz uma distinção entre acumulação primitiva e reprodução do capital, segundo a qual:

Fundamentalmente, o processo de acumulação primitiva está relacionado à espoliação, enquanto que o de reprodução do capital está associado à exploração. Espoliação significa privar alguém de algo, por meios ilícitos, ilegítimos ou violentos. É esse o sentido dos mecanismos espoliativos, como aquele que nega o direito à posse. Por exemplo, sob o selo da propriedade privada capitalista se arranca da terra, os que vêm nela trabalhando há várias gerações. Já a exploração se vincula aos diversos procedimentos que buscam se apossar do lucro, por meio da sujeição da posse e do domínio da propriedade privada (LENCIONE, 2012, p. 2).

Assim, a autora faz referência à lógica de acumulação por espoliação desenvolvida por Harvey (2004) no livro *Novo imperialismo*, no qual o referido autor indica o renascimento de uma forma antiga de acumulação (primitiva ou

originária) que se expande nos países plenamente capitalistas e que implica a espoliação (eliminação) de direitos, ou seja, mantém-se a expropriação dos trabalhadores do campo, no entanto, direcionada agora para espoliar bens e direitos em dinâmicas urbanas e consolidadas enquanto capitalistas. Dessa maneira,

O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo. No caso da acumulação primitiva que Marx descreveu, isso significa tomar, digamos, a terra, cercá-la e expulsar a população residente para criar um proletariado sem-terra, transferindo então para a corrente principal privatizada da acumulação do capital (HARVEY, 2004, p.124).

O conceito de acumulação por espoliação absorve o de acumulação primitiva, tornando-o mais flexível, uma vez que pode ser utilizado para formas distintas de expropriação que pouco têm em comum com a agricultura, sem inaugurar novas relações capitalistas, mas permanecendo dentro da lógica da reprodução do capital. Ou seja, não retorna a uma fase inicial, mas produz uma quantidade imensa de formas de expropriações em cada setor, que pouco têm de similar com a análise “clássica” do processo originário apresentado por Marx em *O Capital*. Entretanto, o Estado mantém o seu papel-chave nesse processo, pois usa do monopólio da violência e de seu instrumental institucional para garantir o desenvolvimento do capital, assegurando o surgimento de novos mercados.

Quando pensamos na acumulação por espoliação e na ação do Estado como garantidor desse processo, as ações podem ser exemplificadas através das desapropriações na forma de garantir a produção e reprodução do capital. Tais desapropriações se apresentam em exemplos como construções de represas, zonas econômicas especiais, destruição de favelas e de inúmeras maneiras, parafraseando Marx, de “cercamentos” mediados pelo Estado.

Seguindo esse debate, as atuais expropriações de terra não podem ser somente compreendidas dentro da perspectiva clássica, como uma pré-condição do desenvolvimento capitalista. Levien (2014), em seu estudo sobre as desapropriações de terra na Índia, observa que as desapropriações se dão já como relações capitalistas consolidadas, não sendo um regime de transição ou de mudança de modo de produção.

Baseado no debate da acumulação por espoliação elaborado por Harvey, Levien (2014) traz o papel do desenvolvimento de regimes de desapropriação, que

marcam tanto a história quanto a contemporaneidade do capitalismo. Levien (2014) analisa que vivemos, de maneira contínua, o que ele caracteriza como regimes de desapropriação.

Os regimes de desapropriação não são uma explicação econômica, são processos sociais que se inserem em qualquer contexto. Esse conceito, segundo Levien (2014), “nos convida a contemplar a desapropriação como uma forma contínua de redistribuição coerciva que serve a diferentes propósitos e interesses de classe em diferentes períodos, mas cuja relação com o progresso econômico é sempre uma pergunta aberta” (p. 44)

Levien (2014) foca não no processo de acumulação de modo geral, mas sim na desapropriação como um processo de espoliação, que gera impactos de diversas formas. Essa diversidade pode ser exemplificada na diferença entre a remoção de famílias para a construção de uma rodovia, como o Arco Metropolitano, e a remoção de famílias para a construção de uma hidroelétrica. Trata-se de impactos diferentes e respostas sociais também diferentes aos acontecimentos.

Quando trazemos essa perspectiva para as comunidades em que estamos centrando nosso estudo, tal fato se torna evidente. As expressões de resistência ou até de aceitação são diversas, já que os impactos se direcionaram para formas de expulsão das populações desses lugares (SASSEN, 2016) ou de desterritorializações imóveis (HAESBAERT, 2006), promovidas com a implantação do Arco Metropolitano, o eixo catalisador desses conflitos, pelos impactos que a implementação produziu direta e indiretamente nessas comunidades. Para tanto, é preciso analisar os processos que levam à formação de resistências a partir do estabelecimento desses conflitos gerados pelo regime de desapropriação.

Por mais que Harvey (2004 e 2013b) fale do surgimento dos movimentos antiglobalistas, das resistências de comunidades tradicionais e movimentos sociais, por exemplo, o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem), contra a acumulação por espoliação, em que se estabelecem regimes de desapropriação, se faz necessário pensar nos mecanismos que levam ao surgimento de resistência a esse fenômeno em escala territorial. Scott (2013) mostra que a resistência se estabelece a partir do enfrentamento dos mecanismos de humilhação pessoal promovidos pelas práticas de expropriação e exploração dos dominantes sobre os sujeitos dominados.

Trazendo essa percepção dos mecanismos de humilhação pessoal à lógica dos regimes de desapropriação, podemos inferir que, no interior dos regimes, há uma série de mecanismos de humilhação pessoal que podem ser vistos como formas de subjugar os sujeitos, tais como humilhações, assédios, desvalorização, uso da força, despejos e outras táticas utilizadas pelos agentes estatais e promotores do capital. Associamos isso, também, ao que Marx diz, no processo de acumulação primitiva, sobre o uso da violência e do roubo, como uma prática da dinâmica de expropriação dos camponeses durante o cercamento dos campos ingleses.

Em nosso estudo sobre o Arco Metropolitano, esses mecanismos de humilhação pessoal se constituem como parte dos regimes de desapropriação de diversas formas, que podem ser os baixos preços oferecidos nas indenizações, o uso da desinformação da população sobre a obra, a indicação de que a permanência pode atrapalhar o desenvolvimento social nacional, como ocorreu por exemplo em Vila de Cava, no caso dos Removidos. Em Marajoara, essa lógica de humilhação aparece exemplificada pela chegada das máquinas. Nesses episódios, conforme nossos entrevistados relataram, promotores imobiliários se apresentavam como donos dos terrenos, vinham acompanhados por policiais militares sem mandado de despejo ou desapropriação, e junto a eles estavam tratores e escavadeiras ligados para, de imediato, demolirem as casas. Já em Sol da Manhã essa afronta aparece na atuação de ex-assentados articulando a compra e venda de terrenos para o condomínio e as empresas de torres de energia, o que representa para eles uma forma de desrespeito a toda a história de luta da comunidade pela Reforma Agrária.

A afronta à dignidade, segundo Scott (2013), é um desses mecanismos de humilhação pessoal que levam à emergência de formas de indignação perante tal ato e que podem produzir o surgimento de resistências diante de dadas situações. Em nosso caso, as resistências, em sua maioria, se dão diante das práticas de remoção das comunidades pelo Estado. Não podemos esquecer que esse Estado não se configura de maneira genérica, ele é representante de um conjunto de interesses de agentes locais, regionais e nacionais. De todo modo, tanto no caso de Vila de Cava quanto em Marajoara e Sol da Manhã, não há interesse por parte do Estado em explorar essas comunidades enquanto força de trabalho, nem de impor um processo de assalariamento, pois esses lugares já estão inseridos na lógica de produção capitalista. O interesse está centrado na terra. Assim, o movimento de desapropriação de terras é resultante do interesse do capital na terra como uma

mercadoria, não na promoção de uma relação de exploração da classe trabalhadora. Com isso, manifesta-se não mais a expropriação, e sim a espoliação, pois grande parte das pessoas que ali habitam são vistas como entraves para os interesses na territorialização dos investimentos imobiliários e infraestruturais, aqui exemplificados na construção do Arco Metropolitano em Nova Iguaçu, dos condomínios logísticos em Seropédica e do condomínio industrial em Japeri.

O Estado representa e executa esse interesse pela terra usando seus artifícios institucionais, técnicos e, especialmente, o monopólio da violência. Mas, também, dando apoio às atuações ilegais, como mostrado por Marx no caso dos cercamentos ingleses. Em Marajoara e Vila de Cava, durante as entrevistas, alguns moradores sempre descreviam que, em muitas operações de remoção ou “despejo”, pessoas ligadas às prefeituras assessoravam ou davam o aval para esse tipo de prática, configurando casos de instrumentais usados para promover a desapropriação, que se estabelecem como um conjunto de mecanismos de humilhação pessoal.

Os mecanismos de humilhação afetam os indivíduos e promovem um sentimento de defesa de suas casas e lares. Ao defenderem seus imóveis, eles defendem os espaços construídos pelo seu trabalho, ou adquiridos com ele. A resistência não se dá meramente pelo valor monetário, pelos anos de investimento no lar, de modo geral, mas no sentido afetivo, moral, pelas memórias de seus espaços de vida e existência.

Quando são oferecidas indenizações a preços baixos ou considerados baixos pelos sujeitos que estão para ser desapropriados, em muitos casos, elas soam como uma ofensa, um desrespeito a todo o trabalho e à memória empregados em suas geografias da vida. Isso está relacionado ao fato de que “a propriedade significava nada mais nada menos que o indivíduo possuía seu lugar em determinada parte do mundo e portanto pertencia ao corpo político” (ARENDT, 2004, p. 71).

A propriedade na sociedade do capital é elemento central da garantia da existência dos indivíduos enquanto sujeitos de direito. A implicação disso, em nossos casos de estudo, reside no fato de a propriedade ou o bem material, quando destacados em um sentido de desvalorização, se constituírem em seus imaginários como mecanismo de humilhação pessoal. O sujeito é compreendido apenas como possuidor da posse, que assume outras delimitações junto à lei e ao processo indenizatório, desvalorizado (ainda mais rebaixado socialmente), pagando somente as benfeitorias, que são os direitos que giram em torno da figura do posseiro.



Pela lei, a posse é entendida como uso e apropriação de bem e não um direito a ele, ou seja, o sentido de posse significa ter, reter, ocupar, estar, desfrutar de alguma coisa. Por outro lado, estar com a posse de algo não significa que se tenha o direito de propriedade, e sim de apenas um aspecto da propriedade que pode, inclusive, existir sem a mesma. Esse direito, via posse, pode ser alcançado pela usucapião, uma forma de aquisição de uma propriedade, depois de cinco anos de posse. Em casos de desapropriação, a lei brasileira garante a indenização prévia, justa e em dinheiro do expropriado, mesmo sendo posseiro ou proprietário. Na situação específica da posse, a indenização é feita pela avaliação das benfeitorias da propriedade feitas pelo possuidor enquanto estava sob sua posse.

Em nosso trabalho, estabelecer a distinção entre proprietário e posseiro, no quesito de diferenciação no momento do valor da indenização e nas práticas de desapropriação, é de suma importância, uma vez que as abordagens por parte do Estado a esse respeito são distintas. O sujeito de direito é o proprietário, já o posseiro é uma figura que se apossa de um imóvel público ou privado tornando-o produtivo com seu trabalho e moradia. Com isso, circunstancialmente não havendo a reivindicação da usucapião, a indenização será dada pelas benfeitorias feitas na propriedade e nos bens de raiz.

Durante a realização das atividades de campo, muitos entrevistados, principalmente em Marajoara, quando indagados sobre seus imóveis, respondiam: “aqui é tudo posse” ou “a gente só tem o documento de compra e venda da casa”. Ao levantarmos os dados em Vila de Cava, nas famílias removidas, a mesma situação se repetia. Porém, em algumas situações, havia proprietários das casas e dos terrenos, ou seja, alguns possuíam a propriedade de seus imóveis. Mesmo assim, em sua maioria, as indenizações foram pagas mais pelas benfeitorias do que pelos preços reais dos imóveis, tanto aos “legalizados” quanto aos “irregulares”/“posseiros”.

No entanto, as práticas de desapropriação não usam somente a negociação dos valores indenizatórios. O que nos chamou a atenção, destacadamente em Vila de Cava, na ação do Estado via Departamento de Estradas e Rodagem (DER), que foi o responsável por parte das remoções em conjunto com os agentes estaduais e municipais, foram as formas de indução para a aceitação das indenizações. Era comum a imposição de estratégias pelo medo, assédio, uso da força, pela apropriação de aparatos técnicos e jurídicos para forçar a população a aceitar o valor

indenizatório, como uma série de ilegalidades, que também se apresentam em Marajoara e Sol da Manhã<sup>25</sup>.

Todos esses componentes das ações ilegais do Estado, que Marx apresenta na acumulação primitiva, indicados por Scott (2013) como mecanismos de humilhação pessoal, em diálogo com os regimes de desapropriação, segundo Levien (2014), nos remetem à percepção de que dadas ações em suas dimensões autoritárias e no uso de ilegalidades suspendem o Estado de direito e impõem a essas comunidades um Estado de exceção.

Para Agamben (2004), o Estado de exceção torna legais as práticas ilegais, mas esse momento se insere numa lógica de que há uma coexistência entre o legal e o ilegal, ou melhor dizendo, entre o Estado de exceção e o Estado de Direito. Significa colocar que há uma suspensão da lei, porém, ela continua em vigor, existindo, mas não sendo cumprida. Esse tipo de prática, para Agamben (2004), configura uma porta para aberturas do Estado de exceção, em que são tomadas medidas de exceção no interior do Estado de direito democrático. O autor compreende essa dinâmica como um Estado de exceção permanente, uma nova condição dada aos homens, frente à qual só lhes resta sobreviver. Ao analisar o Estado de exceção permanente e a condição humana que se estabelece, Agamben (2007) traz à tona a percepção do *homo sacer*, que é o sujeito que pode ser radicalmente desprezado e aniquilado, sem que haja qualquer pena ou julgamento para aqueles que tenham lhe infligido tal ação.

Seracinskis Junior (2019), tomando como base Agamben e Luxemburgo, defende a ideia de que o Estado de exceção permanente teve como origem a acumulação primitiva de capital, que se mantém até os dias atuais através da acumulação permanente de capital. Porém, é preciso buscar dentro desse processo histórico e geográfico de acumulação permanente, em que se destacam a violência, opressão, o subjugar da vida de acordo com o que Harvey (2004) definiu como espoliação, a luta por direito, o direito de se levantar contra essa ordem estabelecida, a justiça como condição básica dos direitos fundamentais.

---

<sup>25</sup> Em Sol da Manhã, boa parte das famílias já tinham sua situação regulamentada com relação à questão fundiária. A atuação na compra das terras, junto a essas famílias, foi feita por promotores imobiliários de Seropédica, que representavam os interesses do Grupo VBI LOG. Esses promotores imobiliários tinham como intermediários moradores do Assentamento que já haviam vendido suas terras para eles.

Importante discussão empreendida no mundo jurídico, a respeito do direito de resistência, se enquadra com pertinência nos fenômenos que estamos observando. O direito de resistência é compreendido como um direito natural do homem, porém, um direito secundário, ou seja, o direito primário seria a vida, e o secundário a necessidade de preservação ou defesa da vida. Enquadra-se, portanto, dentro do campo do direito como um dos direitos fundamentais. Acerca do direito de resistência destaca Buzanello (2001):

supõe que seu exercício está em favor do gozo de um direito primário como a vida, a dignidade humana, a propriedade. Ele somente se justifica no caso do descumprimento de algum direito primário, tanto que opera quase sempre de forma sinônima de direito de defesa (p. 15-16).

A resistência enquanto direito se instaura como uma expressão de autodefesa da sociedade para garantia dos direitos fundamentais e uso dos espaços públicos. O direito de resistência, assim, se compõe como um instrumento de luta que assegura aos indivíduos a garantia de reivindicação por direitos mais justos, a fim de que possam consolidar sua participação na vida política e jurídica.

Pogrebinschi (2004) vai nos indicar que a literatura contemporânea da ciência política e do direito tenta analisar o direito de resistência de maneira distinta à do período moderno. Não se trata somente da preocupação de assegurar um fim nas lutas sociais, como apontavam os estudos modernos, mas sim, hoje, segundo os estudos contemporâneos, de entender os meios de formação dessas resistências, a necessidade de se construírem táticas que se oponham à opressão. Pogrebinschi (2004) aborda ainda alguns tópicos importantes no campo do direito de resistência, especialmente o direito de contestação. Para a jurista, “contestar é, portanto, uma forma de resistir” (p. 78). A partir dessa afirmação, a autora faz uma distinção entre desobediência civil e direito de resistência, que é um ponto importante para compreendermos a resistência pública, conforme analisaremos mais afrente.

Apoiando-nos nessas reflexões, traremos nossas análises sobre o que estamos chamando de resistência pública, as resistências que se estabelecem de maneira visível tanto para os sujeitos quanto os opressores, mas estão subordinadas a uma série de ordenamentos jurídicos e sociais.

## 5.1. A resistência pública

Dessa maneira, entramos na análise da resistência como dimensão pública, aberta, às claras, manifestada no espaço público perante o ordenamento jurídico e social dominante. Scott (2013) chama esse “momento” de violação entre o discurso público e o oculto, que ocorre quando o discurso oculto é revelado. Ele denomina esse tipo de manifestação como resistência pública declarada, em que são feitas ações como greves, manifestações, petições, ocupações de terras, rebeliões declaradas etc. Como vimos no capítulo anterior, elas nascem do acúmulo de práticas espaciais de resistências subterrâneas, que agiam ocultamente, e insurgem contra a dominação e opressão, de maneira organizada ou espontânea.

Isso se enquadra nas análises de Pogrebinschi (2004) quando ela aborda as concepções de desobediência civil e contestação. Em ambos os casos, a condição do movimento de ação deve apresentar um caráter público. A referida autora baseia-se nos debates de Michael Walzer e Ronald Dworkin, que “tratam a resistência sob a forma da desobediência civil” (p. 82) como um ato coletivo público e não violento, que pode ser exemplificado na história americana do movimento negro na luta por direitos civis, representada pela figura de Martin Luther King, ou nas ações não violentas da independência indiana lideradas por Mahatma Gandhi.

Já sobre a contestação, Pogrebinschi (2004) reporta-se à obra de Philip Pettit, segundo o qual contestar é uma forma de resistência, pelo fato de que a contestação é um direito e representa uma resposta aos excessos e às arbitrariedades, destacando que, enquanto

for possível para o cidadão contestar os interesses e as ideias que guiam o seu governo, alterando-o enquanto eles não refletirem o ideal aspirado pela sociedade, não há de se falar em poder arbitrário ou ilegítimo (POGREBINSCHI, 2004, p. 82).

A contestação se dá no nível das instituições, através dos canais de diálogo públicos e judiciais, e não necessitam somente de ações coletivas, podendo se configurar a partir dos indivíduos, mas essencialmente nos mecanismos dados pelo Estado democrático nos espaços de representação como o parlamento – via representantes eleitos –, a abertura de processos e as ouvidorias das instituições.

O que nos interessa nessa discussão é a preocupação do diálogo com o autodenominado Estado de direito democrático e as formas de apropriação do espaço público para construir as práticas de resistência frente aos processos analisados em nossa pesquisa.

Dessa maneira, pensamos que as Associações de Marajoara e Vila de Cava são parte de uma “estratégia de resistência”, constituindo-se em um ente coletivo que representa os grupos dos “atingidos” para dialogar com os representantes do Estado, tanto do DER, do estado e das prefeituras, assim como também com as representações parlamentares que deram apoio às lutas.

A manifestação pública contra os excessos e arbitrariedades ocorridos no processo de implantação do Arco Metropolitano com a contestação dos preços dos imóveis, os despejos ilegais, os assédios, entre outros fatos já destacados aqui, promoveram a emergência da luta, da resistência. A condição pública é um dos artifícios da resistência, ou seja, é uma “estratégia” dentro da tática de resistência. Remetemo-nos a Certeau (1998), segundo o qual a ação-reação se dá de acordo com as circunstâncias, como colocamos no capítulo anterior. As circunstâncias do conflito podem levar os sujeitos a terem diversas táticas de resistências.

Isso pode ser visto através do uso do direito como instrumental da resistência, que é uma prática recorrente entre os movimentos sociais, principalmente aqueles que têm pautas sobre a questão fundiária e de moradia. Medeiros (2019) destaca que o direito é um dos elementos dos repertórios de ações coletivas, considerando que “o espaço do Poder Judiciário também pode ser entendido como uma arena propícia à publicização e à mobilização de apoios” (p. 109). No entanto, não podemos deixar de fazer a indagação de que essa tática não fica limitada às ações dos grupos sociais dominados, ela é usada pelos grupos dominantes para assegurar posições ou legitimar ações.

Esse tipo de tática dirige os movimentos e lutas às ações coletivas menos confrontantes, que se dão em esferas mais institucionais, como as de contestação, indicadas acima por Pogrebinschi (2004), mas também pode ser uma “outra face das ações de confronto, utilizando-se de uma ou outra de acordo com as circunstâncias particulares e com percepções sobre a melhor forma de se comportar frente ao jogo político” (MEDEIROS, 2019, p.110). Por esse ângulo, a ação-reação dos sujeitos da resistência pode configurar-se de acordo com as táticas que melhor se apresentam para cada circunstância de luta. Assim, a resistência é vista como

uma guerra de várias frentes (SCOTT, 2013) através de um leque de ações e reações que configuram um jogo político dos sujeitos da resistência diante dos conflitos em que vivem.

Em suas análises, Scott (2013) aponta que os dominantes, muitas vezes, aceitam esse tipo de ação pública, mediante regras e calendários predeterminados, para evitar reações mais vigorosas, como válvulas de escape para que o conflito não saia de controle. Como indicamos a partir de Medeiros (2019), trata-se de uma ação dos movimentos sociais que pode ser de maior repercussão pública e de indução, de modo que o Estado crie respostas para as pressões feitas pelas demandas sociais dos sujeitos que resistem.

O direito tem sido um instrumental importante para as conquistas dos movimentos sociais rurais e urbanos nos últimos anos – especialmente para as populações tradicionais –, pois promoveram uma série de inovações nas práticas e na formalização de políticas estatais específicas para essas demandas, não somente a formalização da terra, mas sim o reconhecimento dos territórios e suas particularidades.

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) tem um papel importante nas inovações com as práticas de ocupação de terras improdutivas e com seus acampamentos, de maneira a pressionar o Estado por políticas de Reforma Agrária. Podemos citar as ocupações urbanas de prédios públicos, entre outros exemplos, que marcam a questão fundiária e habitacional brasileira. Entretanto, todas essas práticas têm como pano de fundo a publicização da luta, via Direito como instrumental, de modo a que gere pressão no poder público para cumprir seu papel constitucional e legal junto aos direitos essenciais, como terra para trabalho e moradia.

A história da luta pela terra no estado do Rio de Janeiro nos mostra que o uso do direito como elemento da luta não é novidade, e sim uma prática histórica recorrente. Quando retomamos a memória da luta pela terra nas localidades estudadas, Nova Iguaçu e Japeri, a figura de luta a que podemos nos remeter é, como destacamos no capítulo 3, a do posseiro, ator político marcante nas décadas de 50 e 60 na Baixada com destaque ao combate aos despejos promovidos ilegalmente por grileiros que atuavam no estado do Rio de Janeiro nesse período. Na Baixada Fluminense, esse conflito teve mais destaque pelo fato de apresentar um forte movimento de resistência à prática dos despejos.

O contexto histórico do surgimento do conflito de que emerge a figura dos posseiros é uma condição do que destacamos acima para o movimento de acumulação e Estado de exceção. Isso se deu por um momento do crescimento urbano da região da Baixada com uma forte especulação imobiliária, o que foi chamado de Loteamentos, que tomaram o lugar da produção dos laranjais e da agropecuária. Esse processo de urbanização foi incentivado pelo Estado a partir de políticas de saneamento e urbanização na região.

Grynszpan (2009), ao analisar os conflitos no campo fluminense, aponta que o movimento da luta pela terra nesse período foi marcado por uma série de ações tanto de manifestações quanto de uso do direito como instrumento de luta. Grynszpan (2009) desenvolve, ao longo do seu trabalho, a questão da formação do ator político conhecido como posseiro, que foi uma forma encontrada pelos trabalhadores rurais daquele momento de construir uma bandeira unificada de luta entre lavradores, parceiros e assalariados rurais, que estavam sofrendo com os despejos promovidos pelos grileiros de terra que atuavam no estado.

A luta jurídica, ao lado de outras formas de ações, foi um dos instrumentais mais importantes para o movimento dos posseiros, que eram apoiados por grupos de advogados ligados ao PCB e outros ligados à Igreja Católica. Souza (2013b) analisa o papel dos posseiros na história da luta pela terra no espaço agrário fluminense, ressaltando que uma das táticas usadas naquele período era a de permanecer na terra e resistir ao despejo, no sentido do uso jurídico da usucapião, de modo a garantir, assim, o acesso à terra por vias legais.

Por mais que esse seja um dos múltiplos conflitos na história social do estado do Rio de Janeiro referentes à questão fundiária, que até hoje permanece com novos atores e sujeitos, a figura do posseiro sempre surge como um dos destaques ao longo da história que ressaltamos neste trabalho. A figura do posseiro aparece nos conflitos que estamos analisando, especialmente pela condição, como colocamos acima, de não detentor da propriedade, somente como usuário e apropriador. Diferentemente dos posseiros dos anos 50 e 60, os grileiros de terra contemporâneos se reorganizam na lógica de urbanização e nas formas de acumulação do capital. Para o atual posseiro, o inimigo não é mais o grileiro e o processo de loteamento, ele passa a ser os condomínios logístico-industriais e o Arco Metropolitano para as comunidades que estamos estudando.

Contudo, quando sinalizamos a questão fundiária e da posse da terra nas comunidades estudadas nesta tese, o termo utilizado enquanto elemento agregador é o da figura do atingido, por mais que, em nossos campos, tenhamos identificado os termos nativos como removidos nas nossas entrevistas em Vila de Cava, de forma a expressar uma identidade política que aglutine a luta contra as remoções do Arco. Entretanto, quando analisamos os nomes dados para as associações em Vila de Cava e Marajoara, é a identidade de atingido que ganha destaque, como podemos ver: Associação das famílias de Jardim Marajoara atingidas pelo condomínio industrial e Associação das famílias de Vila de Cava atingidas pelas obras do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.

Com isso, promovemos uma analogia da condição de posseiro para a condição de atingido. A identidade política do atingido, diferente da figura do posseiro dos anos de 1950 e 1960, configura um jogo político de identidades e autodefinição em que a legislação reconhece essa figura e seus respectivos direitos enquanto cidadãos. Não é somente uma questão de posse ou propriedade da terra, ela remete a uma série de impactos territoriais que reorganizam e transformam a vida cotidiana desses sujeitos.

Vainer (2008), ao trabalhar sobre a questão da implementação de grandes hidrelétricas, destaca que a noção de atingido faz referência à legitimação de direitos sociais e econômicos, em que:

(...) estabelecer determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo- e, em alguns casos, como legal- seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou recuperação não pecuniária (p. 40).

A categoria atingido, segundo Vainer (2008), é ampla e está em disputa pelo seu significado entre Estado e movimentos sociais. A sua amplitude e variabilidade se dá de acordo com os contextos político e social em que se apresentam os sujeitos em suas táticas de luta. Devido ao fato de que cada ação dos movimentos representa uma reação ao processo de implantação e operação do projeto, a categoria atingida está diretamente ligada à relação com a legitimidade e o reconhecimento dos direitos: uma disputa pelo reconhecimento do sujeito como atingido para obter ressarcimento e reparação pelos danos sofridos.

Por ser uma categoria ampla, atingido abrange não somente os proprietários, mas também não proprietários que podem ser indenizados por suas benfeitorias na



propriedade. Vainer (2008) destaca que há algumas concepções de ações por parte das empresas ou do Estado no processo indenizatório numa perspectiva conceitual territorial-patrimonial:

(...) o território atingido é concebido como sendo a área a ser inundada e a população atingida é constituída pelos proprietários fundiários da área a ser inundada. Nessa circunstância, a ação do empreendimento resume-se a avaliar e negociar as desapropriações (p. 41).

Para Vainer (2008), o atingido por barragem não é somente aquele que é inundado, para ele é mais que inundado. Não se reporta somente à área alagada, mas a toda a área atingida. À luz dessa discussão, o atingido neste trabalho não é estritamente o atingido pelo traçado do Arco, mas por todo o entorno do Arco. Os casos de Sol da Manhã e Marajoara são exemplos de atingidos pelo Arco Metropolitano de forma indireta, pois estão dentro da região de influência territorial do Arco, sofrendo os impactos dos interesses logístico-industriais e as pressões econômicas do capital por interesse em terras que se abrem por causa da obra. Já em Vila de Cava, os atingidos<sup>27</sup> foram somente considerados pelos responsáveis da obra os que seriam removidos. Com isso, foi estabelecida uma série de condições e tabelas de preços para indenizações por parte dos agentes da remoção nessa localidade. Em Vila de Cava, o DER, os representantes do governo estadual e da prefeitura apresentavam um relatório com o valor do imóvel e preço médio das estruturas da casa. No caso dos posseiros, só as benfeitorias eram pagas.

Um outro fato a ser considerado em Vila de Cava diz respeito às reações da comunidade no período em que começaram os movimentos de remoções. Uma se deu em relação aos baixos valores indenizatórios pagos às famílias, e outra em decorrência das negociações dos valores que os responsáveis pela obra impunham. As lideranças que entrevistamos relataram que os valores propostos ou pagos como indenizações aos moradores, como já mostramos ao longo do trabalho, não lhes permitiam comprar outros imóveis na região, pois as indenizações eram baixas e a região de Vila de Cava sofria forte especulação imobiliária devido às obras do Arco Metropolitano.

---

<sup>27</sup> A entrevistada D, apresentada no capítulo anterior, é um exemplo do que Vainer (2008) aborda sobre o conceito de atingido, não se referindo somente ao removido, mas sim a todos os sujeitos que sofrem com os impactos diretos e indiretos da obra.

A contestação se tornou algo inerente aos moradores da parte atingida, dando início ao movimento de organização da comunidade contra os abusos e de renegociação dos preços impostos pelos responsáveis pela obra. Não somente aqueles que queriam uma revisão dos valores indenizatórios ou que estavam em processo de negociação, mas sim todos aqueles que seriam afetados, de alguma forma, pela construção do Arco Metropolitano.

Assim, podemos compreender essa amplitude do conceito de atingido, não somente no que tange à questão do ressarcimento material, no caso do imóvel, como também à questão simbólica, acerca dos impactos sobre suas vidas de modo geral. Ao assumirem a identidade de atingidos, Vila de Cava e Marajoara passam a ser o que Castells (2003) denominou identidade de resistência, uma tática em que os sujeitos em condições de desvalorização, estigmatizados pelas forças dominantes, criam uma unidade coletiva, um ator coletivo, nesse caso, o Atingido, que é representado nas figuras das associações. Dentro dessas ações a construção de uma comunidade, de um conjunto de signos e práticas espaciais começa a representar a resistência, em nosso caso, a sobrevivência, e também um sentimento de justiça contra as condições que lhes são impostas, no caso, a concepção dos mecanismos de humilhação pessoal que foram usados contra esses sujeitos.

Exploraremos a questão mais a fundo na próxima seção deste capítulo, ao analisarmos o processo de formação das associações de Vila de Cava e Marajoara, montando, assim, um panorama do histórico da luta e do papel de um ator coletivo que representasse esses sujeitos frente ao Estado.

## **5.2.**

### **A formação das associações de Vila de Cava e Marajoara**

As primeiras intervenções da empresa responsável pela obra do Arco Metropolitano, a Carioca Engenharia, juntamente com o Departamento de Estradas e Rodagem (DER) do estado do Rio de Janeiro e a secretaria de obras do estado, ocorreram entre 2010 e 2011 (destacadamente, podemos indicar como sendo este o ano de início dos conflitos), em que foram feitos processos de remoção das famílias do bairro de Vila de Cava.

Segundo as lideranças entrevistadas, o DER teve papel preponderante nas ações iniciais por parte dos responsáveis pela obra do Arco, que foram, de acordo com os relatos, “truculentos”, já que os representantes abordavam as famílias acompanhados pela força policial. Os representantes informavam que a casa seria desapropriada e dariam um valor indenizatório baseado em um laudo técnico. No início, alguns moradores aceitaram os valores indenizatórios, como podemos ver na figura 27 a seguir, cujas contestações só foram feitas mais tarde na justiça, que, segundo o Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu, indeferiu os processos acionados por esses sujeitos.

Figura 27: Reportagem sobre os removidos pelas obras do Arco Metropolitano

## Moradores reclamam dos baixos valores de indenizações oferecidas em áreas do Arco Metropolitano



Cintia Cruz

Fonte: Reportagem *Jornal Extra*, 6 de setembro de 2011.

A formação da Associação em Vila de Cava parte de um pequeno grupo de moradores que tiveram a ideia de formar uma organização para debater o assunto na comunidade. Tal grupo tinha como base famílias que participavam da igreja católica do bairro, a qual também cedeu o espaço de seu salão para a realização das reuniões. Por ser um movimento católico, buscaram apoio na diocese de Nova

Iguaçu no Centro dos Direitos Humanos (CDH), que os assessorou juridicamente na mediação com o estado durante o processo de negociações das indenizações.

Com isso, o CDH orientou que as ações tinham que ser feitas em grupo e não de maneira individualizada. Assim, o grupo inicial mobilizou outras famílias que também estavam para ser atingidas pela obra e começaram a participar das reuniões que levaram à formação da Associação das Famílias Atingidas pelas Obras do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.

A partir da formação da Associação, as famílias atingidas começaram a ter acesso a informações sobre o projeto da obra e conhecimento por onde atuar para manter diálogo com o DER. Em nossas entrevistas, o diálogo com o DER sempre foi algo problemático para as lideranças. Por exemplo, de acordo com os entrevistados, um dos diretores do DER à época, como se pode notar na fala do entrevistado J, “era uma pessoa muito intransigente, que inviabilizava qualquer tipo de transação entre as partes; até mesmo quando o estado se abriu para fazer negociações, esse diretor se colocou contra”.

A abertura do diálogo com a Associação foi uma ação da Carioca Engenharia para acelerar as remoções e facilitar o andamento da obra. Ao entrevistarmos os supervisores da obra do setor de comunicação social, pudemos obter uma visão geral do processo de diálogo, de acordo com o que nos foi apresentado por um dos responsáveis da comunicação social, que era composta por representantes do estado e por assistentes sociais contratados pela Carioca Engenharia. O entrevistado L nos asseverou que “a gente resolvia tudo sendo ou não sendo da obra, porque a gente considerava que todos os problemas são do estado. Tudo é problema do estado”. Essa fala é indicativa do papel que o estado assumia a partir das demandas feitas pelas comunidades atingidas pela obra, que iam desde o asfaltamento de ruas à regulamentação de postes de luz.

Durante nossa entrevista com os responsáveis da comunicação social, um ponto sobre a resistência nos chamou particularmente a atenção. Segundo a fala do entrevistado L, “as resistências eram muito mais pela obra e pelas compensações que eles queriam. Tudo depende se a comunidade é mobilizada”. A questão da mobilização é fato importante para a construção do diálogo e, especialmente, a negociação sobre as questões referentes aos impactos e às desapropriações das famílias.

Em Vila de Cava, como sinalizamos acima, a partir da formação da Associação, os moradores começaram a compreender as questões que envolviam o processo por começarem a ter acesso a informações técnico-burocráticas do DER. Obviamente, com a organização coletiva, a comunicação entre as partes teve avanço significativo, convergindo para as possíveis demandas a serem feitas e a aceitação de algumas pelos representantes da obra.

Pelo que pudemos constatar, o Estado assume essa postura no diálogo entre as partes, principalmente, como uma tática para facilitar a desapropriação e para que o movimento não adote ações mais vigorosas (SCOTT, 2013), que atrasem o calendário de obras. A fala do entrevistado L é bastante sintomática em relação a isso, quando diz que “tudo é problema do estado”.

O estado, no sentido empregado pelo entrevistado, é o estado do Rio de Janeiro, mas esse mesmo estado é também o poder público, que, através da obra estadual, organizava uma série de demandas que eram de responsabilidade do poder local, como iluminação pública, por exemplo. Tais ações também se configuram como medidas mitigadoras dos impactos que a obra, no caso, a do Arco Metropolitano, viria a produzir, como hoje já é possível verificar nos impactos territoriais nas comunidades em seu entorno. Não somente as famílias removidas, mas as que permanecem e as que ocuparam suas margens sofrem esses impactos.

Em nosso trabalho, observamos essa dimensão “tática” do estado como parte da estratégia para manter o calendário de obras sem prolongamento dos conflitos. Uma das principais conquistas em Vila de Cava foi a construção de uma passarela no Arco, que estava fora do projeto original, para que a comunidade não se tornasse um bairro fragmentado e a população tivesse que atravessar a pista para acessar outras partes do mesmo.

Essas conquistas representam a importância da mobilização como instrumento de luta. O trabalho de Montojo (2018) analisa tal fato, ao colocar que:

a participação da associação foi crucial neste momento da negociação, segundo seu representante, a associação, ou melhor, o fato de os moradores estarem organizados, trouxe uma mudança significativa no tratamento entre as partes. Se por um lado as remoções não cessaram, por outro, os assédios e coações diminuíram consideravelmente, pois os representantes da obra compreenderam que os moradores estavam minimamente amparados (p. 95).

A análise de Montojo (2018) mostra o papel da Associação como forma de organização coletiva no conflito, mas também nos abre possibilidades de discutir

sobre o fato de que o projeto do Arco Metropolitano, nesse caso, pode ser também generalizado, já que as populações atingidas não estão incluídas no projeto, ou seja, não fazem parte da lógica espacial que está sendo imposta.

Na representação do Arco Metropolitano, tanto em seu projeto quanto em sua implementação, tais populações não estão incluídas, são expulsas (SASSEN, 2016) e impostas a condições de vida muito mais precárias. Com a ação da Associação, os assédios foram diminuindo. Entretanto, a tática de negociação usada pelo estado representava uma forma de dar andamento e celeridade à obra com os processos de desapropriação das famílias, aparentando uma ideia de concessão de direitos na negociação. Na realidade, tratava-se de uma dinâmica de espoliação, com uma falsa imagem de acesso a direitos e serviços, de portas abertas para a extorsão plena da vida.

Para resistir contra essa ordem, estabelecendo uma ação-reação às estratégias do Estado para a remoção das famílias, a Associação começa a promover táticas de resistência pública, como colocado pelo entrevistado L: “muitas das reivindicações eram contra os baixos valores propostos para indenizações”. As respostas por parte da comunidade foram as ações na justiça de questionamento às propostas de indenizações e às indenizações já pagas.

A tática da Associação teve como “estratégia” entrar com ações na justiça exigindo um laudo judicial para contrapor os laudos administrativos produzidos pelo DER (MONTJOJO, 2018). Quando acionaram a justiça questionando o valor da indenização, a justiça solicitou um novo laudo pericial judicial, nas mesmas regras dos laudos elaborados pelas regras da ABNT.

Em suas abordagens junto à comunidade, principalmente no início das desapropriações, o DER ia até as famílias e apresentava laudos com os levantamentos feitos sobre os imóveis. Esses laudos continham a metragem do imóvel e as benfeitorias que foram consideradas na avaliação. Com a inserção dos laudos judiciais, a questão dos preços das indenizações ganhou maior relevância, porque os moradores puderam ter argumentos que contestavam as bases técnicas dos laudos apresentados pelo DER.

Tivemos acesso a alguns laudos judiciais e laudos administrativos e pudemos observar que a disparidade entre os valores indenizatórios era muito significativa. Os laudos administrativos do DER eram de graus muito depreciativos em comparação aos judiciais. Os do DER que analisamos não levavam em

consideração o aumento dos preços dos imóveis devido à especulação imobiliária com a obra do Arco Metropolitano. De acordo com os advogados que representavam a Associação das famílias atingidas, “o laudo do DER só leva em consideração o espaço das casas, e não as benfeitorias como um todo. Já o judicial levou em consideração um número maior de benfeitorias, assim elevando o valor da indenização.”

Em um dos laudos analisados, verificamos essa disparidade de preços. Em um laudo administrativo, a avaliação do DER era de 33 mil reais no imóvel e nas benfeitorias, já no laudo judicial o mesmo imóvel estava avaliado em 80 mil reais. Como observado, a disparidade era muito grande entre os valores propostos no laudo administrativo e o laudo judicial, que levava em consideração mais benfeitorias. Porém, a tática de ações judiciais para contestação dos laudos administrativos apresentou algumas barreiras devido à questão fundiária, pois a maioria das ações eram de benfeitorias e a maioria das famílias não tinham os documentos de propriedade dos terrenos.

Toda a área em que passou o Arco Metropolitano em Vila de Cava era conhecida como Parque da Saudade, cuja proprietária era a Imobiliária Saudade, que também foi responsável pelo loteamento. Como a imobiliária fechou nos anos de 1990, a maioria da população que adquiriu os terrenos não possuía documentos de propriedade, somente os de compra e venda, e, ao longo dos anos, os moradores não entraram com pedidos da usucapião. Dessa maneira, a maioria das indenizações só eram dadas pelas benfeitorias.

Com a ausência da propriedade da terra na luta jurídica da contestação dos valores das indenizações, apresentaram-se dois réus, um da posse e outro da propriedade: no caso, o morador (posseiro) e a Imobiliária Saudade (proprietária), cujos responsáveis pela massa falida não foram encontrados. O poder judiciário não liberava as indenizações enquanto não fosse regulamentada a situação da proprietária, a Imobiliária Saudade.

Dentro do jogo judicial, os advogados do estado começaram a pedir a impugnação das ações contra os laudos para ganhar tempo e prolongar o processo, forçando, assim, algumas famílias a receberem os valores fora dos processos. Com isso, surgiram outros advogados para negociação, que não faziam parte da Associação, até porque muitos desses acordos só eram aceitos pelo estado se fossem feitos por advogados que não representassem a Associação, como forma de

desmobilizar e acelerar o processo. Assim, individualizavam as negociações dos processos indenizatórios. Também ocorreu o fato de que a Carioca Engenharia começou a pagar as indenizações baseadas nos laudos judiciários, mas fora dos processos judiciais.

Hoje ainda há muitos casos parados na justiça devido à mudança de juízes e, também, à mudança de fóruns com os documentos. Houve, por exemplo, casos de pagamentos de valores indenizatórios em juízo por parte do estado, que pagava a diferença para as famílias em dinheiro. Assim, o estado ficava com a posse da terra e dava início à desapropriação. Houve também casos em que não foi possível chegar a tempo a uma resolução nem junto ao estado nem judicialmente. Esses foram desapropriados e, até hoje, não receberam indenização.

Contudo, muitas conquistas advieram de juízes que se sensibilizavam com as causas das famílias, atuando em prol de valores justos. No entanto, esses juízes logo foram trocados por outros mais “alinhados” com as necessidades do progresso da obra. Ainda ocorreu a mudança de fórum, de Nova Iguaçu para Mesquita, onde fica o novo prédio da justiça que atende a região. Um dos advogados das famílias registra que muitos processos se perderam com a transferência, especialmente por lá não haver um juiz titular, somente suplentes, provocando descon continuidades nos processos.

De acordo com as lideranças que entrevistamos, conforme as pessoas recebiam suas indenizações, elas deixavam de participar da Associação, ao longo dos três anos de luta, de 2011 até 2014. A consequência mais imediata disso foi o esvaziamento das reuniões. Mesmo com casos ainda em processo na justiça, as pessoas passaram a se ausentar das reuniões, assim como também, gradativamente, não somente as que seriam removidas, mas também as que seriam atingidas indiretamente pela obra, por exemplo, aquelas residentes em casas que ficavam próximas do Arco, em ruas que seriam extintas, ou se tornariam sem saída, em decorrência da fragmentação do bairro.

Dessa fragmentação muitos casos do que sinalizamos como desterritorializações de imóveis, perda da memória e das referências da vida cotidiana, precarização ambiental imposta para essas pessoas aparecem exemplificados aqui na figura da entrevistada D. A concepção de atingido frente a isso não se limita às pessoas que estão sendo removidas, mas diz respeito a todos



que sofrem com a implantação do Arco, com o processo de acumulação produzida por essa espacialidade, aos quais se impõe uma série de espoliações.

Dentro de todos esses jogos de táticas na luta contra as humilhações que lhes foram impostas, vivenciando o que Scott (2013) denominou como mecanismo de humilhação pessoal, a Associação representou um movimento de resistência contra as práticas de exceção do Estado. Como sabemos que a exceção é justamente a norma dentro do movimento de acumulação, a espoliação da vida somente se acentuou com o movimento de acumulação visto na comunidade.

A reação da comunidade promoveu a luta por justiça, revelando uma perspectiva de ruptura com essa lógica, ao abrir espaço para se pensar em outras possibilidades de espacialidades e mostrar que essas pessoas não estavam incluídas no projeto, já que se acentuava que, desde a concepção do projeto do Arco Metropolitano, o vivido é excluído.

Passamos, agora, a analisar a formação da Associação das Famílias de Jardim Marajoara atingidas pelo condomínio industrial, cuja história não é de remoção para as obras do Arco, mas está relacionada ao projeto Arco, a toda a área de influência do eixo.

A Associação de Marajoara surge para resistir aos movimentos dos promotores imobiliários que ali se estabeleceram ao longo dos anos, especialmente, no período de construção do Arco Metropolitano, de maneira a consolidar e atrair investimentos industriais para a região. Desde 2006, já havia um projeto de construção de uma área industrial no município de Japeri. Muitas ações desses promotores imobiliários, com o apoio da prefeitura, se intensificaram no período de 2011 e 2012 com o que os moradores chamaram de chegada das máquinas.

A simbologia da luta se dá a partir deste momento: a chegada das máquinas. Em uma manhã, em agosto de 2011, duas famílias foram abordadas por senhores que se apresentavam como representantes dos proprietários dos terrenos onde as casas estavam construídas. Eles chegavam com escavadeiras e tratores ligados e prontos para derrubar as casas. Esses senhores se apresentavam sem nenhum mandado ou amparo judicial. Somente diziam, com os ditos documentos em suas mãos, que o terreno era deles e que as famílias tinham duas horas para desocupá-los.

Uma dessas famílias contestou a ação e se negou a sair de casa, chamando a polícia e mobilizando a comunidade contra essa ação ilegal que estava

acontecendo, como vimos no capítulo 4 a partir dos relatos da entrevista S. Também, em momentos anteriores deste capítulo, destacamos que muitos relatos em Marajoara indicavam que as máquinas usadas para tais ações eram da Prefeitura de Japeri e que os promotores imobiliários tinham relações diretas em cargos públicos da prefeitura, de acordo com o que nos foi relatado.

Tivemos acesso a documentos da associação que mostravam que uma dessas famílias, dias depois, recebeu uma intimação de desapropriação por parte da prefeitura, dizendo que os familiares tinham 72 horas para apresentar a documentação de posse do terreno. Temos que destacar que a maioria da população de Marajoara, como a de Vila de Cava, vive da mesma situação, somente possui os documentos de compra e venda. Isso acontece porque Marajoara era uma antiga fazenda de Japeri – até o início dos anos 1990 fazia parte do município de Nova Iguaçu –, que foi loteada pela Imobiliária Mario Corcova ao longo dos anos de 1990 e 2000, que, pelo que levantamos, também se encontra como uma massa falida.

Marajoara não é composta somente de espaços habitacionais, é uma região ocupada por sítios de pequenos produtores familiares. Lá já havia as associações de moradores e de agricultores. Especialmente a de agricultores tem um papel importante no processo de manutenção da luta pela permanência da população em Marajoara. Entretanto, no período dos conflitos que estamos relatando, houve uma desarticulação por parte das associações, já que tanto a associação de moradores quanto a de agricultores se encontravam esvaziadas.

Destacadamente, em nossas entrevistas com os agricultores, descobrimos que sua Associação foi montada justamente no ano de 2006 quando começaram a sofrer uma série de assédios por parte de promotores imobiliários e da própria prefeitura, que estava elaborando o plano de implantação do condomínio industrial. A ação desses promotores em cooperação com a prefeitura já era uma prática em Marajoara anteriormente aos conflitos que estamos estudando, que é retomada com a chegada das máquinas. Como nos foi relatado por uma das lideranças da Associação de Agricultores, “ao passar do tempo a gente foi se desmobilizando”.

Nesse contexto de esvaziamento das associações, a comunidade tinha necessidade de buscar uma representação coletiva ou construir uma para o enfrentamento aos promotores imobiliários e para a constituição de uma assessoria jurídica. Isso se apresenta na história da resistência em Marajoara, quando a família que recebeu a notificação da prefeitura buscou esse apoio, por intermédio da Igreja

católica local, para obter assessoria jurídica no Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu, que deu todo apoio ao longo do conflito.

Diante da situação de desarticulação política, os advogados do CDH aconselharam as famílias a formarem uma associação de atingidos para que conseguissem uma representação comunitária e formassem uma identidade para lidar com as ações dos promotores que ali se estabeleceram e, seguidamente, repetiam as mesmas práticas descritas ao longo desta tese: pela manhã, com máquinas ligadas e afirmando serem os proprietários dos terrenos.

De acordo com alguns entrevistados, promotores imobiliários passaram a selecionar para suas ações os lugares do bairro onde somente havia casas isoladas, de modo a dificultar a mobilização da vizinhança. A esse respeito, o entrevistado E nos informou: “eles chegavam nessas casas isoladas com as máquinas, botavam medo nos moradores, aí quando o morador saía para pedir ajuda, eles derrubavam a casa com tudo”. Esse tipo de ação está diretamente ligado ao que Marx associa ao processo de acumulação primitiva: a violência, o roubo. Nesse sentido, essas ações espoliatórias representam a forma de expropriação da população e sua expulsão dos espaços de vida.

É importante destacar que toda a infraestrutura que estava sendo implementada em Marajoara, como o aparelhamento de abastecimento de água e saneamento, por exemplo, não estava sendo destinada para as famílias ali residentes. Na verdade, integrava todo um sistema para as indústrias que viriam a se estabelecer no condomínio como parte do projeto Arco.

A chegada das máquinas significa o momento de surgimento do conflito e o início de uma jornada de luta e insurgências contra o projeto do condomínio industrial. A partir disso, inicia-se o processo de revitalização do movimento de associações em Marajoara, uma retomada da Associação de Agricultores e, especialmente nos primeiros momentos do conflito, uma grande procura pela Associação de atingidos, conforme nos relatou uma das lideranças, o entrevistado S: “todo mundo ficou preocupado. O pessoal ficou com medo de perder as suas casas, a maioria aqui é só posse”.

A questão da posse não só afligia moradores urbanos, mas também a população rural, os pequenos produtores, que não tinham os títulos de suas terras. De acordo com o entrevistado S, as reuniões chegavam a agrupar 50 a 60 pessoas nos primeiros meses, a Associação dos Atingidos de Jardim Marajoara, por

exemplo, chegou a ter quase 200 associados. Foi um período de muito ativismo, segundo o entrevistado S, porque eram recorrentes as ações dos promotores imobiliários. A esse respeito o entrevistado S expõe que “a gente tinha que ficar ligado o tempo todo, porque os caras chegavam e já iam pra cima com as máquinas”.

Nesses relatos, conseguimos identificar que a comunidade, via Associação de atingidos, formou uma rede de solidariedade e defesa do território, pois, sempre que as máquinas chegavam, a comunidade se reunia e ficava em frente das máquinas para impedir o assédio, conforme vimos nos relatos da entrevistada S no capítulo 4. Inclusive, em certos momentos, esses eventos de assédio aos moradores contavam com a participação da polícia, que acompanhava os promotores imobiliários em suas ações. A comunidade chegava a questionar a atuação da polícia, que nitidamente assumia o lado dos promotores, acompanhando-os sem mandado judicial de desapropriação, mas permaneciam os casos seguidos de violência e assédio, entre outras ações frequentes nesses momentos.

Ao longo de dois anos, de 2011 até 2013, pelo que apuramos, ocorreram várias ações desses grupos contra os moradores. Com o tempo, elas foram diminuindo, mas ainda eram presentes. Como nos disse o entrevistado E, “sempre tem uma casa sendo derrubada”. Com o passar dos anos, a Associação dos Atingidos começou a sofrer um forte esvaziamento e baixa participação da comunidade. As lideranças em comum acordo decidiram encerrar as atividades em 2017. Dentro desse movimento, a Associação dos Agricultores de Marajoara ganhou protagonismo e apoio e deu continuidade à luta pela regulamentação fundiária da região. Com essa atuação, a Associação dos Agricultores hoje ocupa espaços no Conselho Municipal de Agricultura e no Conselho de Desenvolvimento da Cidade, assumindo importante papel nas construções de políticas para Japeri.

As reuniões da Associação de Atingidos ocorriam no salão da igreja católica da comunidade, pois a Associação de Agricultores não tinha condições de receber naquele momento as famílias atingidas para as reuniões por falta de infraestrutura, já que a Associação estava desarticulada em termos políticos e legais. Com a emergência da Associação de Agricultores, o espaço foi revitalizado, firmando-se como um lugar de encontro e de formação da comunidade hoje.

Figura 28: Sede da Associação Rural do Marajoara



Fonte: Victor Tinoco de Souza, dezembro de 2018

A sede da Associação de Agricultores, que oficialmente é chamada de Associação Rural do Marajoara, fica localizada na beira da Avenida Tancredo Neves, via principal que corta Marajoara. Essa ótima localização promove visibilidade e acaba por constituir importância estratégica como referência de organização da comunidade em termos das lutas sociais. No entanto, em certos momentos, há discordância entre as lideranças da Associação sobre o condomínio, alguns o rejeitam e outros tentam construir um diálogo com a prefeitura para que cheguem a um denominador comum.

A luta dessas comunidades constrói uma memória e deixa marcas nesses lugares, produzindo um horizonte de possibilidade, esperança e justiça. Na próxima seção, dirigiremos nossa análise sobre a resistência para a reflexão da justiça, em especial a justiça espacial na luta das comunidades frente aos conflitos que se colocam territorialmente em seus cotidianos e no horizonte da resistência.

### 5.3.

#### **(In)Justiça espacial**

A recusa à ordem territorial imposta tanto pelas obras do Arco Metropolitano quanto pelo estabelecimento do condomínio industrial no eixo da via é formadora de uma série de práticas de resistências que necessitam de espaços que passam a ser lugares de luta e sua organização. As associações de atingidos tiveram esse papel, pois fizeram uma organização territorial da resistência, a partir da dimensão pública do conflito. Essas associações representam insurgências à ordem pública, mas balizadas de instrumentais jurídicos que subordinam o movimento a uma série de ações que caracterizam o que Souza (2010) chamou de luta institucional.

A luta institucional configura um leque de possibilidades dentro do arsenal da resistência. Como vimos em Medeiros (2019), a prática dos movimentos para gerar pressão sobre o Estado pode produzir espaços institucionais de debates como participação em conselhos, discussão sobre os recursos públicos, entre outros. A questão central da formação de uma representação territorial como as Associações de Atingidos tem por finalidade justamente a publicização da luta e sua organização, pois a partir delas surge uma série de práticas espaciais de resistência.

Apoiando-nos em Souza (2010), em sua tipologia de práticas espaciais insurgentes – lembrando que nossa perspectiva de resistência trabalha com as dimensões da insurgência, da subordinação e da sobrevivência –, a ressignificação de lugares, a refuncionalização de espaços e a construção de redes de solidariedades como práticas espaciais de resistências podem ser identificadas a partir das Associações.

Podemos apontar algumas práticas observadas em nossas entrevistas e em nossos trabalhos de campos. Uma delas tem a ver com o papel das igrejas católicas como lugares para organização da luta. Em dois casos estudados, as associações deram como endereços de suas sedes as igrejas onde as reuniões aconteciam. Esses lugares, no sentido do pertencimento e também do conflito, assumiam uma simbologia da resistência, já que receberam um outro significado naquele momento, tanto em seu caráter religioso quanto político, configurando condição concreta não exclusivamente da vertente religiosa e seu proselitismo, mas do sentido de partilha e comunhão de um ideal de luta por justiça.

Os entrevistados de Vila de Cava sinalizavam que muitos participantes da associação eram evangélicos, enquanto a minoria era formada de católicos. Mesmo assim as reuniões eram feitas nos salões da igreja católica e recebiam o apoio e a militância do padre responsável pela paróquia. O entrevistado J destaca que “a gente sempre fazia uma oração antes das reuniões. Era um ato ecumênico”.

Como dissemos, as reuniões tinham a significação do momento de partilha e de reflexão sobre o processo de injustiça social que estavam sofrendo. Na realidade, a injustiça social já é fato presente nessas comunidades. É fato comum a desigualdade, a exclusão. Porém, esses momentos do conflito nos mostram, pelo que analisamos durante os campos nos discursos e nas práticas desses sujeitos da resistência, a busca por um horizonte de justiça frente a essas injustiças.

A justiça social, segundo Lencioni (2019), tem a sua geografia. Debatendo sobre a concepção de injustiça espacial, a autora desenvolve essa reflexão a partir do projeto da Ferrovia Binacional, que integrará o Brasil ao Peru, financiada por investimentos chineses e abrindo caminho para o escoamento da soja brasileira via oceano Pacífico. Tomando esse exemplo, ela analisa a produção do espaço como mercadoria e produto, como condição e meio para se efetivar a reprodução do capital na construção de um espaço novo, via desmatamento, desterritorialização de populações indígenas etc. Esse projeto, na análise de Lencione (2019), será responsável por uma série de injustiças espaciais, comprometendo modos de vida e biomas, modificando de maneira severa inúmeras geografias por onde passar. A partir dessa constatação, a autora promove uma aproximação do conceito de injustiça espacial com o de espoliação urbana elaborado por Lucio Kowarick, no livro *A espoliação urbana*, de 1979.

Essa projeção de Lencione (2019) também pode ser aplicada à realidade do Arco Metropolitano, visto tratar-se de uma obra que suprimiu as territorialidades existentes onde está localizada, sem diálogo prévio e sem projeto de medidas, de antemão, que pudessem incluir e minimizar os efeitos da obra nas comunidades atingidas e em todo seu entorno.

A aproximação mostra que a espoliação advém da extorsão da precariedade de serviços e da falta de acesso aos mesmos; em síntese: da falta de direitos. No caso de grandes obras como a do Arco Metropolitano, não conta somente a exceção dos direitos frente à desapropriação, mas a falta de direitos ao longo da vida. A injustiça espacial já era algo presente no cotidiano antes do Arco, que depois se

aprofundou mais ainda, como presenciamos em nossos campos e ouvimos nos relatos, em especial, no caso mais extremo, o de Sol da Manhã, que não dispõe de nenhum equipamento público.

Isso nos abre a possibilidade de pensarmos as resistências de maneira mais ampla, no sentido de não somente compreendê-las como lutas pontuais, tendo em vista que são lutas que vêm a público pela perda talvez do único elemento que represente a dignidade dessa população, suas casas. Elas representam, antes de tudo, a lógica desigual da produção do espaço.

Assim, encaminhamos o debate para a concepção de justiça espacial. David Harvey foi um dos primeiros geógrafos a fazer uma análise entre justiça e espaço, no livro *Justiça social e a cidade*, que, para Ribeiro (2017), é o livro basilar da construção do conceito de justiça espacial. David Harvey vai desenvolver, de acordo com Gervais-Lambony e Dufaux (2009), uma compreensão de justiça espacial frente à produção desigual do espaço capitalista.

Harvey (1980) adota a concepção de justiça social como um mecanismo para o conceito de justiça distributiva territorial. O autor reconhece que não há um princípio de justiça social aceito por todos. Isso porque ele entende o conceito de justiça social como um conjunto de princípios que podem resolver demandas conflitivas, empregando a palavra social como adjetivo para propor a divisão dos benefícios, tarefas e responsabilidades que surgem nesses mesmos conflitos. Segundo o geógrafo:

A justiça social é uma aplicação particular de princípios justos e conflitos que surgem da necessidade de cooperação social na busca do desenvolvimento individual. Através da divisão do trabalho é possível aumentar a produção: a questão que então surge é de como os frutos dessa produção serão distribuídos entre aqueles que cooperam no processo. O princípio de justiça social, por isso, destina-se à divisão dos benefícios e à alocação de danos surgidos no processo de empreendimento conjunto do trabalho. O princípio relaciona-se também aos arranjos sociais e institucionais associados à atividade de produção e distribuição (HARVEY, 1980, p. 83).

Harvey (1980) trabalha com um conceito normativo de justiça social, que se refere a uma distribuição justa, aquela que pode ser alcançada por um conjunto de meios justos para que haja justiça na distribuição. Para ele, a justiça social tem que considerar três critérios: a necessidade, a contribuição ao bem comum e a meritocracia. Cada um desses critérios se apresenta de maneiras diferentes em cada contexto territorial ou regional. Assim, “a combinação das três medidas (...) provê



um modelo hipotético para alocação de recursos para as regiões” (HARVEY, 1980, p. 85).

A partir desses critérios, propõe um modelo de distribuição dos acessos aos recursos escassos da sociedade. A dinâmica entre escassez e recurso vai mostrar a real preocupação de Harvey, que seria com a produção da desigualdade que os mecanismos de produção do sistema capitalista desenvolvem em seu interior. Esses mecanismos, especificamente os seus fins, não seriam compatíveis com a justiça social, uma vez que

o sistema capitalista é, por natureza, criador da injustiça e das desigualdades espaciais (...) para ele, o “universo” hoje é o capitalismo, que se estende a todo o planeta, é este sistema que é a fonte da injustiça espacial (GERVAIS-LAMBONY & DUFAUX, 2009, p. 5).

Para a compreensão de justiça espacial, Gervais-Lambony e Dufaux (2009) buscam analisar o conceito de justiça social em Harvey (1980), já que, com a produção de desigualdades, é necessária a busca por justiça frente a um sistema criador de injustiças e de desigualdades espaciais. Para Gervais-Lambony e Dufaux (2009), a justiça não estaria limitada a objetivos como reduzir, abolir ou tornar aceitáveis as desigualdades socioeconômicas. A justiça para eles se dá na abolição da opressão em todas as suas formas. Sendo assim, o conceito de justiça se torna um instrumento mobilizador da vida cotidiana dos cidadãos contra as formas de opressão que se expressam nas desigualdades espaciais.

Os autores ainda indicam que Harvey teve um papel pioneiro no debate sobre justiça social e geografia, ao mostrar as questões referentes às desigualdades espaciais como traço da sociedade capitalista. Porém, foi Soja quem mais articulou explicitamente justiça e espaço, em sua concepção de justiça espacial. Para Edward Soja (2014), que desenvolve o conceito no livro<sup>28</sup> *Seeking spatial justice*, a justiça espacial diz respeito à conexão da espacialidade com os direitos humanos e a democracia. Soja (2014) traça que a justiça é composta simultaneamente por injustiças frente à lógica de produção desigual capitalista. Ele vai elaborar esse pensamento em uma mesma palavra: (in)justiça. Essa palavra expressa como a justiça e a injustiça se constituem socialmente ao longo do tempo, mostrando as

<sup>28</sup> O livro foi publicado originalmente em 1989. Neste trabalho de tese, utilizamos a tradução em espanhol de 2014: *En busca de la justicia espacial*.

especificidades das geografias das injustiças. Dessa maneira, o autor desenvolve que a luta, na verdade, se dá por outras geografias, outras espacialidades, que carreguem a justiça como elemento fundamental, com a presença de direitos sociais.

Por sua vez, o debate sobre direitos é abordado por Lima (2016b) ao trazer o conceito de justiça territorial, analisando sob uma perspectiva integradora o conceito de território com o de direitos civis e traçando esses direitos como elementos essencialmente territoriais. A justiça territorial para Lima (2016b) significa a aplicação da justiça social às unidades territoriais. Assim, a justiça social assume um sentido para as políticas territoriais, de modo que levam em conta a distribuição das riquezas, o bem-estar social etc.

A justiça territorial, em Lima (2016b), diz respeito à construção da cidadania e da democracia, à efetivação dos direitos sociais e civis como atributos dentro do território. Trata-se de formas de promover práticas espaciais mais justas, que representem uma outra espacialidade, diferentemente das espacialidades de injustiças produzidas pela lógica do capital.

Retornando para nossa empiria, retomamos a ideia de que os sujeitos da resistência carregam em suas práticas espaciais uma contestação. As injustiças que sofrem no cotidiano vão trazer à tona todo esse processo desigual que compõe sua geografia. É na prática espacial que eles transformam a realidade, pois o espaço é produto, condição e meio da sua existência e, com isso, também, da sua resistência.

A prática espacial de resistência se revela no plano do vivido, porque é o vivido que é usado e apropriado como elemento essencial das táticas de resistência como parte do objetivo central que é a sobrevivência. As insurgências também são parte desse vivido. Elas são práticas que compõem as táticas de resistência, podendo ser micros ou macros, públicas ou subterrâneas, mas são parte da luta de sobrevivência ao processo de desterritorialização pelo capital.

Nesse sentido, resistir significa usar um conjunto de táticas combinadas, públicas e subterrâneas, visíveis e invisíveis aos olhos dos dominantes, em um jogo de sobrevivência, insurgência e subordinação. Obviamente, as táticas têm como centralidade a sobrevivência, mas não uma sobrevivência em condições piores, mais degradantes. A luta é para ter acesso a condições justas de sobrevivência. Condições que impliquem a garantia da dignidade, cidadania e democracia para a reprodução da vida enquanto sujeito que produz o espaço social.

Diante disso, a condição espacial é fator chave para a existência humana em conflito com a lógica de produção do mundo do capital, do mundo da mercadoria e da desigualdade. Por isso, é preciso buscar caminhos de ruptura, com possibilidades de produções de outras espacialidades, em espaços de possibilidades, em espaços de esperança.

É dentro desse conflito que pensamos as comunidades que estamos estudando, o que impõe compreender a determinação da propriedade privada como forma de relação social, enquanto direito que só quem pode acessá-lo é o possuidor dela. Esta é uma das formas mais desiguais que nos é imposta: só se é cidadão o proprietário.

A realidade encontrada em Vila de Cava e Marajoara, sobre a posse da terra, frente à cidadania da propriedade, é expressão do desenvolvimento geográfico desigual de distribuição e acesso às riquezas, do movimento de apropriação do capital, via Estado, por novos espaços de acumulação, impondo conflitos que aprofundam a relação entre espoliação e expropriação, expulsando compulsoriamente de maneira móvel e imóvel e determinando uma vida cada vez mais e mais precária.

Contudo, com a emergência das resistências, mesmo que tenham limites de ação e sejam efêmeras, há uma construção e assimilação de práticas de luta que recusam e contestam a lógica de produção injusta do espaço. Elas levam esses sujeitos a acumularem conhecimentos estratégicos, provocando, na prática da resistência, mudança de seu cotidiano contra o ordenamento espacial imposto.

Em consonância com esse aspecto, devemos analisar as formas de práticas espaciais de resistência em sua dimensão pública. A condição pública não significa somente uma ação direta, como aponta Souza (2010), ela também se dá dentro da luta institucional, subordinada às normas do Estado e das leis. Assim, procuramos compreender as Associações de atingidos como uma tática de resistência pública para obter acesso e estabelecer diálogo com o Estado e os agentes promotores do capital.

É preciso salientar que a resistência pública é um elemento que não fica limitada a formas institucionais. Ela é pública por se apresentar também no espaço comum, usando da apropriação dos espaços públicos, como as igrejas, por exemplo, para organizar e traçar as táticas, com isso reorganizando o espaço e suas representações, bem como construindo redes de solidariedade via práticas espaciais.

Nas práticas espaciais de resistência, tanto públicas quanto subterrâneas, a luta por justiça espacial vai ganhando contornos mais claros, ao mesmo tempo vai denunciando e combatendo todo o processo de espoliação produzido pela lógica da produção desigual do espaço. Resistindo a partir de suas práticas espaciais e produzindo novos espaços de vida, os sujeitos da resistência acabam por avaliar que não são uma vida “matável” pela produção desigual do espaço, contradizendo, num certo sentido, a figura do *homo sacer*, tal como descrita por Agamben (2007).

*Homo sacer* é o sujeito que tem a vida nua, que pode ser matável, que é excluído de direitos sociais. Em termos políticos e mesmo jurídicos, não seria nenhum crime eliminar sua existência, desterritorializá-lo, impor-lhe uma ordem ainda mais desigual, porque ele é a vida a ser excluída, é a vida sem direitos, a ponto de poder ser “sacrificada”. Em todas as ações e perspectivas do Estado, os casos de Vila de Cava, Marajoara e Sol da Manhã frente ao projeto Arco Metropolitano são representação análoga do *homo sacer*. Esses sujeitos são vidas que não estão dentro do projeto, esse vivido não existe na concepção geral, é a vida invisível e, quando visível, é a vida que atrapalha o “progresso”. Porém, essa vida nua pode ganhar roupagem. Ela se veste de agricultor, de trabalhador da Baixada Fluminense, de morador de Marajoara, de Católico, de Evangélico. O *homo sacer*, de acordo com Agamben (2007), é uma condição jurídico-política que se configura no Estado de Direito, mas vive em Estado de exceção permanente, de contínua (in)justiça espacial.

No âmbito da resistência que analisamos, surge um horizonte de justiça espacial, de luta por justiça dos lugares, que se constitui a partir das práticas espaciais de resistência subterrânea. Práticas escondidas e silenciosas, que ficam por baixo da visão dos dominantes, constroem a lógica de sobrevivência no cotidiano frente às injustiças espaciais e vêm a público no momento do conflito, só que subordinadas a ordenamentos jurídicos e sociais, e também às dinâmicas territoriais de suas vidas cotidianas nas lutas contra os processos de expropriação e espoliação que os expulsam diariamente e marca(ra)m suas vidas antes, durante e após o Arco Metropolitano.

## 6

### Considerações finais

No início desta tese, recapitulamos nossas experiências durante o curso de graduação na PUC-Rio, que resultaram na monografia sobre o Assentamento Marapicu, que depois foi base para o mestrado no CPDA. Tudo isso foi um ponto de partida para o que hoje estamos analisando neste trabalho, as práticas espaciais de resistência. De fato, foram as lutas dos sujeitos que nos inspiraram a buscar entender de que maneira usam os seus cotidianos como instrumentos de resistência em uma realidade espacial desigual produzida pelo modo de produção capitalista.

Agora, nestas considerações finais, nos deparamos com a necessidade de analisar o caminho percorrido por esta pesquisa até este momento. O encontro com os moradores de Vila de Cava, Marajoara e Sol da Manhã nos abriu questões sobre as quais até então não havíamos pensado e que nos levaram a retomar outras problemáticas que supúnhamos superadas em nosso campo de análise, mas se aprofundaram em nossas reflexões.

Para começar este percurso, a palavra-chave desta tese – resistência – foi muitas vezes questionada, principalmente nas proposições de James Scott. Naquele momento, havíamos terminado o mestrado, e a compreensão de resistência parecia simplista e presa à condição de sobrevivência. É importante destacar que, desde o início desta jornada, nossa pretensão foi construir um debate sobre Geografia e movimentos sociais, o que, aliás, sempre foi se apresentando como um desafio ao longo de toda a nossa jornada enquanto pesquisador.

Como colocado acima, a concepção de resistência de James Scott já nos parecia insuficiente e não oferecia um conteúdo político de ruptura com as amarras de produção capitalista. A ideia de Geografia em relação à teoria dos movimentos sociais nos alimentava de questionamentos que se apresentavam continuamente. Havia uma demanda de nossa parte em analisar a espacialidade dos movimentos sociais, a espacialização da luta e suas formas de territorialização. Muitas questões se apresentavam nesse campo, em conjunto às concepções teóricas no campo da Geografia e a um debate profundo na literatura da Sociologia política sobre os movimentos sociais.

Uma questão sempre aparecia em nossas reflexões: Por que lutamos? Desta advinham outras: Por que continuavam a viver nessas condições precárias muitas

dessas pessoas que conhecemos e nos ensinaram tanto, com quem vivenciamos suas vidas e partilhamos momentos? Por que continuam lutando? De onde surge essa luta? Que Geografia é essa produzida pela luta?

Com o retorno ao Grupo Urais em 2014, para manter a “atividade acadêmica” e preparar o projeto de doutoramento, a concepção de resistência de James Scott começou a ganhar novos contornos em nossas leituras. Uma das leituras que ajudou a nos dar conta desses novos contornos sobre a concepção de resistência em James Scott foi, por exemplo, Ulrich Oslender. Seu trabalho assumiu um papel importante nesse redimensionamento quando nos deparamos com sua análise sobre as comunidades negras do Pacífico colombiano, propondo a categoria de espacialidades de resistência. Nesse momento de reflexão, a sobrevivência começa a aparecer, permanecer, existir como base das ações dos sujeitos em análise. No entanto, ainda permanecíamos com a ideia de como isso poderia representar uma ruptura.

As manifestações de junho de 2013 e outras ações e levantes nos fizeram pensar, em diferentes ângulos, a proposta de ruptura em mobilizações sociais, incitando-nos a perguntar como foram organizados. Surgiram espontaneamente ou de caso pensado? A resistência aparecia, então, para nós junto com a dimensão da insurgência, que, por sua vez, começava a ganhar diálogo com a dimensão da sobrevivência, especialmente no dito “se insurgir para sobreviver”.

Isso aparece quando começamos a fazer os primeiros levantamentos sobre os casos de remoções pelas grandes obras infraestruturais. Naquele momento, presenciávamos uma série de remoções que marcavam a cidade do Rio de Janeiro, em consequência das obras Olímpicas e da Copa do Mundo. Acompanhamos de perto, em 2014, algumas tentativas de remoções em Magalhães Bastos contra as obras da via Transolímpica, que removeriam mais de 600 famílias. A luta dos moradores desse pequeno bairro da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, onde nascemos e fomos criados, era pela permanência em suas casas. A luta era pela continuidade, pela existência, para continuarem sobrevivendo. Foi um episódio de grande inspiração, porque tocou, nesse caso, em nossa própria existência enquanto sujeito político.

E como o Arco Metropolitano entra nessa história? Em 2014, o Arco era a menina dos olhos da mídia e tinha grande relevância para a propaganda política naquele momento. Tomamos conhecimento das remoções que estavam sendo feitas

para as obras do Arco Metropolitano no período em que estávamos na fase final da dissertação, quando entrevistamos técnicos da EMATER de Nova Iguaçu e coordenadores da Comissão Pastoral da Terra da Baixada Fluminense. A partir daí, tivemos ciência de que a CPT auxiliou o CDH na mediação dos conflitos que analisamos em Vila de Cava e Marajoara. Os contatos que tivemos com a CPT se deram por nossa participação em congresso da rede agroecológica metropolitana e em atividade da feirinha da roça de Nova Iguaçu na época da graduação e do mestrado.

Já conhecíamos, portanto, o Centro dos Direitos Humanos antes mesmo de começarmos os estudos universitários, pois participávamos dos movimentos da juventude católica na Zona Oeste e de encontros e atividades de movimentos sociais de que minha família fazia parte. Podemos mesmo dizer que o CDH é um centro de referência na luta dos movimentos sociais na Baixada Fluminense. Com nossas pesquisas, tivemos acessos a seus acervos sobre a memória da luta dos movimentos populares da cidade e do campo na Baixada Fluminense.

Nas pesquisas iniciais para o pré-projeto de doutoramento, fomos ao CDH averiguar os fatos que tinham sido relatados em nossas entrevistas durante o mestrado. Conversamos com a coordenadora do Centro, que falou de Vila de Cava e da luta. Em seguida, nos relatou sobre Marajoara e a história da chegada das máquinas e dos levantes feitos pela comunidade contra essas ações. Tanto as histórias de Vila de Cava quando as de Marajoara, principalmente o fato de a coordenadora do Centro falar dos levantes contra as máquinas, foram tão marcantes, que ali começávamos a ter a percepção de que a resistência assumia a forma de insurgência para a sobrevivência.

Assim, começamos a pensar essas ações em conjunto aos estudos de James Scott e Ulrich Oslender. Com isso, desenhamos o que no primeiro momento chamamos de territorialidades de resistência. Quando nos aprofundamos na leitura sobre a produção do espaço e realizamos os primeiros campos nessas comunidades, vimos que as práticas espaciais que nos chamavam a atenção eram exatamente a rotina e os atos cotidianos transformados em armas de resistência. Ou seja, o que estávamos buscando analisar era o uso dos atos cotidianos como instrumental da resistência desses sujeitos, entendendo as táticas a partir de sua linguagem espacial.

Então, era preciso contextualizar e ter um parâmetro para entender o que o Arco significava, que transformações espaciais ele estava produzindo nesses

lugares, o que justamente levaria à geração dos conflitos que apresentamos ao longo desta tese. Nesse ponto, a leitura sobre o desenvolvimento geográfico desigual apresentada por David Harvey nos abriu caminho para compreender o movimento do capital e sua lógica desigual e contraditória de produção do espaço.

Entendemos que o Arco Metropolitano é o eixo de territorialização do capital, como parte de um projeto estatal de “desenvolvimento” multiescalar nacional, regional e local, baseado na matriz novodesenvolvimentista com raízes neoliberais, se apresentando como caminho para o futuro do estado do Rio de Janeiro, mas que, decorrente desse processo de acumulação, foram feitas expropriações e espoliações dos diferentes territórios por onde o Arco passaria. Daí, pensarmos nos sujeitos, vistos como invisíveis no projeto do Arco Metropolitano, mas que se tornam visíveis quando se contrapõem à lógica espacial imposta pelos investimentos que se territorializaram no entorno do eixo.

Os sujeitos passam a ser indesejados pelos agentes do capital-Estado ordenadores do território, fazendo emergir o conflito contra a territorialização do capital que os expulsa. Questionamentos sobre como esses sujeitos permaneciam em seus territórios frente a dadas transformações espaciais vinham à tona. A partir disso, começamos a nos questionar de que maneira esses sujeitos resistiam. Como usavam e se apropriavam do espaço como instrumental de luta? Estávamos nesse momento pensando nos moradores de Vila de Cava e Marajoara. Isso começou a mudar quando demos início aos trabalhos de campo.

Começamos a acompanhar pesquisas relacionadas ao processo de territorialização do capital do eixo do Arco Metropolitano. Em um desses trabalhos de campo, visitamos o entorno do condomínio logístico da VBI Log em Seropédica e, quando nos demos conta, estávamos no território do Assentamento Sol da Manhã. Ali tivemos a percepção da resistência de maneira silenciosa, já que os conflitos não se apresentaram de maneira latente, mas estavam presentes de uma forma subordinada. A partir disso, dirigimos nossa reflexão à dimensão da resistência como subordinação, como uma tática para sobreviver à lógica de produção desigual do espaço. Mas esta não era uma subordinação passiva. Na realidade, era uma falsa subordinação, porque a existência e permanência desses sujeitos de Sol da Manhã já eram uma forma de resistência a todo o processo. Manter-se como agricultor subordinado a toda a degradação ambiental imposta pelo condomínio e as torres já fazia com que eles fossem resistentes.



Os moradores de Sol da Manhã nos abriram caminho para analisar o processo de expulsão, conforme o conceito colocado por Sassen (2016), e, de maneira análoga, trouxemos Haesbaert (2006) em sua conceituação de desterritorialização imóvel. Com esse diálogo, pensamos no movimento de expulsões como uma forma de desterritorialização móvel e imóvel, ou seja, se reterritorializando em outro lugar ou, a partir das transformações espaciais, se reterritorializando de maneira imóvel. Isso nos remeteu ao trabalho de Vainer (2008) quando analisa o conceito de “atingido”, compreendendo na categoria de atingido toda a área de influência do projeto, não o restringindo à figura do removido para a implementação da obra.

Dessa forma, pudemos entender que há uma mudança na perspectiva da expropriação a partir do conceito que Levien (2014) nos traz sobre os regimes de desapropriação. Levien (2014) analisa que as expropriações contemporâneas são diferentes da perspectiva clássica da acumulação primitiva. O autor entende que o movimento de expropriação se dá em relações capitalistas consolidadas, diferentemente das analisadas por Marx (2013), que via a expropriação dos camponeses como formação de um exército industrial de reserva nos centros urbanos. Levien (2014) destaca que a expropriação no atual metabolismo do capital é um processo de espoliação que gera uma série de impactos de diversas formas, que podemos entender a partir das análises sobre as expulsões (SASSEN, 2016) e das figuras dos atingidos pelos grandes projetos infraestruturais (VAINER, 2008) desterritorializando os sujeitos que se reterritorializam com novas práticas espaciais.

Essas novas práticas espaciais, para nós, carregam traços de resistência contra o processo de territorialização do capital. As formações dessas novas práticas espaciais se dão, em grande parte, por conta do processo de territorialização e seus mecanismos de humilhação pessoal, que atingem diretamente os sujeitos em questões simbólicas e preceitos éticos e morais. A indignação pode levar à insurgência. Nesse sentido, pensamos que as formas cotidianas de resistência apresentadas por Scott (2002 e 2013) mostram que o cotidiano é o principal instrumental nas táticas de resistência dos sujeitos. O cotidiano é aqui entendido como instrumental da luta a partir de seu uso e apropriação pelos sujeitos, porque é na vida cotidiana que possuem controle e conhecimento da tática, por exemplo, de disfarçar sua rotina a fim de resistir, em uma forma de resistência silenciosa e sem

visibilidade ao dominante/inimigo. As práticas espaciais de resistência subterrânea seriam os elementos essenciais que levam à insurgência contra a ordem imposta. Destacamos que as resistências subterrâneas são a base para a organização e emergência das resistências públicas, visíveis, que se constituem subordinadas a um ordenamento jurídico e social, como vimos ao debatermos o direito de resistência.

Esse foi o percurso, mesmo que de forma sintética, das questões que nos guiaram até chegarmos à tese de que as práticas espaciais de resistência, ao mesmo tempo que se integram, expressam o movimento contra o processo de desterritorialização provocado pelas transformações espaciais nas adjacências do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, tendo como objeto de estudo as práticas espaciais de resistência dos moradores de Vila de Cava, Marajoara, Sol da Manhã, que se localizam no entorno do Arco Metropolitano, contra o movimento de territorialização do capital no atual momento de acumulação, marcada por novas formas de expropriação e espoliação. Seguindo a tese e o objeto, nosso objetivo geral foi analisar as práticas espaciais expressas nas táticas de resistência dos moradores das comunidades de Vila de Cava, Marajoara e Sol da Manhã, localidades do entorno do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, táticas essas que se contrapõem às formas atuais de territorialização do capital, ainda marcadas pelas renovadas formas de expropriação e espoliação.

Desenvolvemos a tese aqui apresentada e os respectivos objeto e objetivo geral nos capítulos deste trabalho para analisar as práticas espaciais de resistência. No capítulo que intitulamos “Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: novo desenvolvimentismo e transformações espaciais”, analisamos o Arco Metropolitano como um eixo de transformações e sua contextualização nas escalas nacional, regional e local, compreendendo-o como parte de uma lógica de financeirização que se realiza a partir da produção do espaço como mercadoria. Nesse caminho, debatemos as dimensões e escalas do Arco como eixo para territorialização do capital produzido por uma série de políticas estatais. Tais políticas se deram orientadas na matriz econômica do novodesenvolvimentismo, que, como vimos, se diferencia da forma clássica de desenvolvimentismo. Essa distinção demonstra que o Arco está inserido em múltiplas escalas de interesse tanto do “desenvolvimento” nacional quanto regional, confirmando que ele é um exemplo do papel do espaço no processo de acumulação atual do metabolismo do capital. Nesse capítulo, apresentamos o Arco, de certa forma, como parte das ações

da relação capital-Estado e suas expressões e seus papéis no processo de territorialização do capital.

As transformações espaciais ficaram mais nítidas quando as trabalhamos ao longo do capítulo seguinte, sob o título “Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: uma estrada no caminho da(s) Baixada(s) Fluminense(s)”. Nele, analisamos as transformações espaciais especificamente na região da Baixada Fluminense, trazendo as questões que dada dinâmica produziu sobre os sujeitos analisados nesta tese. Essas transformações mostraram que há várias Baixadas Fluminenses que se apresentaram ao longo da história, a partir das marcas da urbanização promovida pelo crescimento da cidade do Rio de Janeiro até as mudanças estruturais dessa região com a implementação do projeto do Arco Metropolitano, que compreendia a Baixada como um espaço sem sujeitos, ou, como foi colocado no plano diretor do Arco, como “espaço livre”. Essa representação da Baixada como região de “vazios urbanos” nos levou a mostrar a contestação da territorialização do capital a partir dos moradores de Vila de Cava, Marajoara e Sol da Manhã e suas resistências a esse processo de produção desigual do espaço.

No capítulo “O sujeito da resistência: cotidiano e práticas espaciais”, analisamos mais profundamente o processo de formação e surgimento das práticas espaciais de resistência. Trabalhamos com a compreensão de sujeito como categoria analítica, o que nos possibilitou entender as ações como formas conscientes e inconscientes sobre relações de poder, a partir do que Butler (2018) coloca como base da existência do “sujeito”. Nesse sentido, o diálogo de Butler (2018) com Scott (2013) nos guiou ao entendimento do sujeito da resistência, como aquele que luta por sua existência frente às transformações espaciais que lhe são impostas na sua vida cotidiana pela territorialização do capital. Entendemos que o sujeito da resistência usa e apropria de seu cotidiano como instrumental de luta contra esse processo de territorialização que o expulsa de seus espaços vividos. A partir disso, pudemos analisar o que chamamos de resistência subterrânea, que para nós é o elemento primordial para a luta, porque é através dela que se organizam as táticas e formas de resistências públicas.

Diante disso, a resistência pública foi explorada no capítulo com o título “Espoliação, desapropriação e justiça espacial: as lutas no entorno do Arco Metropolitano”, quando compreendemos o processo de expropriação e espoliação produzido pela territorialização do capital, bem como o papel preponderante do

Estado tanto como expropriador quanto como mediador do conflito. Ao analisarmos a relação entre Estado e sujeitos, apresentamos as táticas em sua dimensão pública, ou seja, quando emergem na apropriação do espaço público, o que, entretanto, implica toda uma subordinação dos sujeitos a um ordenamento jurídico e social que lhes impõe trabalhar com diferentes táticas diante desse contexto. Isso aparece a partir das contestações judiciais em Vila de Cava e da formação das Associações dos Atingidos como uma forma de representação territorial frente ao Estado e, também, como contraposição ao processo de territorialização do capital.

Ao analisarmos as práticas espaciais, pudemos compreender que o processo de resistência mudou a percepção dos sujeitos sobre seus espaços de vida. O cotidiano ganha um outro conjunto de significações e expressões que podem lhes dar um contorno do resistir. Nesse ponto, retomamos Heller (2008) e seu conceito de suspensão da vida cotidiana, que significa uma saída da vida cotidiana no momento de conflito, mas um retorno com novos elementos e significados, que permitem novas percepções sobre o conhecimento e reconhecimento de si. Dessa maneira, analisamos que as lutas dos moradores de Vila de Cava, Marajoara e Sol da Manhã trazem uma mostra de que o espaço, o cotidiano e a ação (FERREIRA, 2013) são instrumentais de luta dos sujeitos, permitindo-nos compreender que sua existência humana é produtora e produzida espacialmente, conforme aponta Massey (2013) sobre o espaço como um conjunto de possibilidades inter-relacionadas que nos abrem um leque de utopias e sonhos.

Esse leque de utopias e sonhos se configura como o conjunto de resistências que analisamos neste trabalho de tese a partir das dimensões da insurgência-subordinação-sobrevivência, que nos dão base para entender as lógicas de mudanças da vida dos sujeitos de Vila de Cava, Marajoara e Sol da Manhã como horizontes de possibilidades, em que a resistência é um traço constitutivo de seus cotidianos. Isso fica expresso em suas práticas espaciais na consciência de mudança de percepção de mundo e na compreensão da realidade na qual estão inseridos, tornando-se mais críticos e com o desejo por justiça aos seus territórios.

Ainda temos muitas perguntas a serem respondidas e outras a serem feitas que ficaram pelo caminho. O que nos marca na experiência desses sujeitos é que também nós fomos transformados enquanto sujeitos políticos. Quando nos perguntamos por que lutam, talvez essa resposta hoje nos esteja mais clara. A luta

é pela sua existência. A resistência é um movimento involuntário e criativo que faz com que esses sujeitos reinventem sua própria existência.

Nossa preocupação nesta tese é divulgar as lutas dessas comunidades, deixando o registro e a reflexão sobre como os moradores dessas Baixadas Fluminenses com suas práticas espaciais de resistência enfrentaram a territorialização do capital em suas comunidades. Por mais que haja derrotas e uma mudança estrutural de sistema seja complexa, a esperança é um eixo base para as utopias. Parafraseando Euclides da Cunha, em *Os sertões*, quando diz que “Canudos não se rendeu”, acreditamos que os moradores de Vila de Cava, Marajoara e Sol da Manhã não se renderam. Na realidade, ainda lutam diariamente pela permanência de suas existências, enquanto sujeitos da resistência, e por uma vida digna, a partir de táticas instrumentalizadas, usando o espaço e apropriando-se dele como produto, condição e meio de sua resistência na terra.

## Referências bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

ALBUQUERQUE, Enderson. O adensamento populacional da baixada fluminense a partir dos loteamentos a construção de uma periferia. **Geopuc (Rio de Janeiro)**, v. 13, p. 143-167, 2020.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

ALVES, José Claudio Souza. **Dos Barões ao Extermínio: Uma História da Violência na Baixada Fluminense**. 1. ed. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2003.

ALVES, Rafael Oliveira. O direito e a propriedade: o privado, o público, o comum. In: Costa, Geraldo Magela; Costa, Heloisa Soares de Moura; Monte-Mór, Roberto Luís. (Org.). **Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana**. 1ed. Belo Horizonte: C/Arte, p. 259-282. 2015.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

**ATLAS ESCOLAR DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU**. Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente PUC-Rio. 2004.

AZEVEDO, Nathalia Figueiredo de. **As desigualdades territoriais no extremo oeste metropolitano Fluminense: um estudo de caso sobre o município de Japeri**, 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

BINSZTOK, Jacob. Crise e construção de uma nova ordem territorial no estado do Rio de Janeiro. **GEOgraphia**, ano 1, nº 2, 1999.

BECKER, Bertha. Os eixos de integração e desenvolvimento e a Amazônia. **Revista Território**, ano IV, nº 6, Jan./Jun, 1999.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOTELHO, Maurilio Lima. Renda da terra e capitalização em David Harvey. Notas sobre o caráter especulativo da propriedade imobiliária. **Espaço e Economia**, Ano IV, n 8, 2016.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **10º Balanço PAC2 Rio de Janeiro**, junho de 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico. **Revista de economia política (online)**, v. 36, p. 237-265, 2016

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. 1 ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

BUZANELLO, José Carlos. Direito de resistência. **Revista do curso de pós-graduação em Direito da UFSC**, v.22, n.44, 2001.

CÂMARA MUNICIPAL DE JAPERI. **Lei 1.108 de 2005, que dispõe sobre a criação dos Condomínios Industriais do Município de Japeri e acrescenta áreas à APA (Área de Proteção Ambiental) do Rio Guandu**. Disponível em: <[www.camarajaperi.rj.gov.br/pdf/lei/1108-2005.pdf](http://www.camarajaperi.rj.gov.br/pdf/lei/1108-2005.pdf)>. Acesso em 20 de agosto de 2020.

CAPRILES, Ana Huara, PACIFICO, Alan, TINOCO, Victor. Os Planos Diretores (1997-2008) da Cidade de Nova Iguaçu: uma análise do (re) ordenamento territorial do município e a questão rural. In: **ANAIS** do XX Encontro nacional de Geografia Agrária-territorialidades, temporalidades e desenvolvimento no espaço Agrário brasileiro. Francisco Beltrão-PR, 2010. p.1118 – 1131.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri.; ALVES, Glória Alves. (Org.)ex; PADUA, Rafael Faleiro de. (Org.) . **Justiça espacial e o direito à cidade**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SANTOS, César R. Simoni; ALVAREZ, Isabel A. P. (Orgs.). **Geografia urbana crítica: teoria e método**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

CARVALHO, Humberto. O Arco metropolitano em Nova Iguaçu: os impactos sobre a população. In: xv encuentro de geógrafos de américa latina, 2014, Cuba. **Anais XI encuentro de geógrafos de américa latina: Por una América Latina unida y sostenible**. Palacio de convenciones la Havana, cuba 6 al 10 de abril de 2015 programa, 2014.

CASTELO, Rodrigo. **O social liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CASTELLS, Emanuel. **O poder da identidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CASTORIADIS, Cornelius. **As Encruzilhadas do Labirinto II, os domínios do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

\_\_\_\_\_. **Le Monde Morcelé – Les Carrefours du Labyrinthe III**. Paris: Seuil. 1990.

\_\_\_\_\_. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1991.

CAYGILL, Howard. **On resistance**. New York: Bloomsbury, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes do fazer**. 3 ed. Petrópolis, Vozes, 1998.

CHESNEAUX, Jean. **Modernidade-mundo**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes. 1996.

COUTO, Verônica. Arco vai mudar a geografia. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 19 de outubro de 2011. Especial Itaboraí, Suplemento especial, p.2.

CORALINA, Cora. **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais**. Rio de Janeiro: Global editora, 11ª ed., 1985.

CRUZ, Cíntia. Moradores reclamam dos baixos valores de indenizações oferecidas em áreas do Arco Metropolitano. **Jornal Extra**, Rio de Janeiro, 6 de setembro de 2011. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/moradores-reclamam-dos-baixos-valores-de-indenizacoes-oferecidas-em-areas-do-arco-metropolitano-2593199.html>>. Acesso em 17 de abril de 2020.

CRUZ, Valter do Carmo. A 'teoria como caixa de ferramentas': reflexões sobre o uso dos conceitos na pesquisa em geografia. In: X enanpege-encontro nacional da associação brasileira de pós-graduação e pesquisa em geografia, 2013, campinas -sp. **Anais** do X Enanpege, 2013.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**: campanha de Canudos. Edição, prefácio, cronologia, notas e índices por Leopoldo Bernucci. 5. ed. São Paulo: Ateliê Editorial; SESI, 2018.

CUSTÓDIO, Alina. Uma estrada no caminho de 50 famílias de Nova Iguaçu. **Jornal Extra**, Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 2012. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/uma-estrada-no-caminho-de-50-familias-de-nova-iguacu-3698903.html>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

DAMIANI, Amélia Luisa. **Espaço e Geografia**: Observações de método elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia. Ensaio sobre Geografia Urbana a partir da metrópole de São Paulo. Livre-Docência. FFLCH, DG, USP, 2008.



DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

EGLER, Claudio Antônio Gonçalves; DOMINGUEZ, Marcos Thimoteo; REGATO, André Neuschwang. Dinâmica Territorial e a Estruturação Espacial do Estado do Rio de Janeiro. **Cadernos do desenvolvimento fluminense**, v. 8, p. 11-22, 2015.

ENGELS, Frederich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. [Tradução Leandro Konder; Aparecida Maria Abranches] 1ªed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

ENNE, Ana Lúcia Silva. Em busca de dias melhores: cultura e política como práticas institucionais na Baixada Fluminense. **Rumores (USP)**, v. 12, p. 1-15, 2012.

\_\_\_\_\_. A redescoberta da Baixada Fluminense: reflexões sobre as construções narrativas midiáticas e as concepções acerca de um território físico e simbólico. **Pragmatizes Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura**, v. 4, p. 1-15, 2013.

ESCOBAR, Arturo. El “postdesarrollo” como concepto y pratica social. IN: MATO, Daniel (coord.) **Políticas de economia, ambiente y sociedad em tiempos de globalizacion**. Caracas, Facultad de Ciencias Económicas y Sociales. Universidad Central de Venezuela. 2005a.

\_\_\_\_\_. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (org.) **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLASO, p. 133-168. 2005b.

**ESTUDO DE IMPACTOS AMBIENTAL**: Projeto Arco Metropolitano. (Consórcio Concremat –Tecnosolo Ltda), 2007.

FAGNANI, Eduardo. O fim do breve ciclo da cidadania social no Brasil (1988-2015). **Texto para Discussão (Campinas)**, v. 308, p. 1-22, 2017.

FEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-FAERJ. **Valor da Terra nua**. Disponível em: <<http://www.sistemafaerj.com.br/vtn-valor-de-terra-nua/>>. Acesso em 18 de maio de 2020.

**FEDERAÇÃO DE TRANSPORTE DE CARGA-FETRASCARGA**. Disponível em <http://www.fetrascarga.org.br/inicio.php>>. Acesso em 14 de abril de 2018.

FERREIRA, Álvaro Henrique de S.; RUA, João; MATTOS, Regina Celia de (Orgs.). **Desafios da metropolização do espaço**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

\_\_\_\_\_. **O espaço e a metropolização: cotidiano e ação.** 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

FERREIRA, Álvaro. A imagem virtual transformada em paisagem e o desejo de esconder as tensões do espaço. In: FERREIRA, Álvaro; MARAFON, Gláucio José; SILVA, Augusto César Pinheiro da (Orgs.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais.** Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

\_\_\_\_\_. Metropolização do espaço, cotidiano e ação: uma contribuição teórico-metodológica. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de. (Org.). **Desafios da Metropolização do Espaço.** 1ed.Rio de Janeiro: Consequência, 2015, v. 1, p. 69-84.

\_\_\_\_\_. Produção alienadora das cidades e indícios de insurgência: materialização, substrução e projeção. In: FERREIRA, Álvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de. (Org.). **O espaço e a metropolização: cotidiano e ação.** 1ed.Rio de Janeiro: Consequência, v. 1, p. 91-12, 2017.

FERREIRA, Álvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de (Orgs.). **O espaço e a metropolização: cotidiano e ação.** 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

FINATTI, Rodolfo. **Aglomeraciones industriais no Brasil: uso do território e transformações recentes.** 2017.Tese (Doutorado em Geografia (Geografia Humana) - Universidade de São Paulo.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In P. RABINOW e H. DREYFUS, **Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica).** Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 231-249, 1995.

FONTES, Virgínea. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história.** 2ªed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GEIGER, Pedro Pincha & MESQUITA, Myriam G.C. **Estudos rurais da Baixada Fluminense.** Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

GEIGER, Pedro Pinchas & SANTOS, Ruth L. **Loteamento na Baixada da Guanabara, estudos rurais da Baixada Fluminense e notas sobre a evolução da ocupação humana da Baixada Fluminense.** Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

\_\_\_\_\_. “Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense”. In: **Revista Brasileira de Geografia.** Ano XVI, n.º 03, pp.291-313, julho- setembro de 1954.

GERVAIS-LAMBONY, P.; DUFAUX, F. Justice... spatiale! **Annales de Géographie**2009/1, n.665-666, p.3-15.

GIL, Gilberto. **A novidade**. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/gilberto-gil/46179/>>. Acesso em 10 de novembro de 2020.

GONZALEZ, Sara. La Geografia escalar del capitalismo actual. **Scripta Nova**, Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. V. IX, n. 189, mayo de 2005.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Plano diretor do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro**, 2011.

Disponível em: <<http://www.camarametropolitana.rj.gov.br/PlanoDiretor.pdf>> . Acesso em 20 de abril de 2020.

GRYNSZPAN, Mário. Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense. In: Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros; Maria Ignez Paulilo. (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições dilemas e conquistas**, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: UNESP, 2009.

HAESBAERT, Rogério. Questões sobre a (pós-)modernidade. **GeoUERJ, Revista do Departamento de Geografia da UERJ**, n. 1, p.7-22, jan. 1997.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. - 2ª ed.-Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. -1 ed.-Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

\_\_\_\_\_. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **Geographia (UFF)**, v. 22, p. 75-90, 2020.

HARVEY, David. **Justiça social e a Cidade**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1980.

\_\_\_\_\_. **O novo imperialismo**. 1.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. 2ª.ed. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. **Space of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development**. New York: Verso, 2006a.

\_\_\_\_\_. **Espaços de esperança**. 2ª.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006b.

\_\_\_\_\_. **Os limites do capital**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2013a.

\_\_\_\_\_. **Para entender O Capital Livro I**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013b.

\_\_\_\_\_. **Para entender O Capital Livro I e II**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2014a.

\_\_\_\_\_. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014b.

\_\_\_\_\_. **17 contradições e o fim do capitalismo**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HOLLANDER, Jocelyn A. & EINWOHNER, Rachel L. Conceptualizing resistance. **Sociological Forum**, vol. 19, n. 4, (Dec. 2004), pp. 533-554.

IANNI, Octavio. **A Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1993.

INSTITUTO DE ARQUIOLOGIA BRASILEIRA-IAB. **Programa de Arqueologia BR493/RJ109- Arco Metropolitano do Rio de Janeiro**. 2015. Disponível em: <<http://www.arqueologia-iab.com.br/sitios/?c=3>>. Acesso em 21 de junho de 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA. **Relatório de análise de mercado de terras**. Superintendência Regional no Estado do Rio de Janeiro-Divisão de terras. 2017. 492p. Relatório Técnico.

JARDIM, Maria Chaves; SILVA, Márcio Rogério. **Programa de aceleração do crescimento (PAC): neodesenvolvimentismo?** 1. ed. São Paulo: Unesp, Selo acadêmico, 2016.

KAMBEBA, Márcia Wayna. Resistência indígena. Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/poesias-patrioticas/7028130>>. Acesso em 30 de outubro de 2020.

KARTZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LATOUCHE, Serge. **A ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária**. Petrópolis: Vozes, 1994.

LEE, R. Justicia territorial In Johnston, R etalii (eds.) **Diccionario Akal de Geografía Humana**. Madri: Ediciones Akal., 2000.

LENCIONI, Sandra. Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea. **Confinos (Paris)**, v. 14, p. 1-17, 2012.

\_\_\_\_\_. Injustiça espacial e a consciência crítica como superação. In: Ferreira, A.; Rua, J.; Mattos, R.C. de. (Org.). **Produção do Espaço. Emancipação social, o comum e a verdadeira democracia**. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência, p. 225-242, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4ª éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primavera versão: início – fev. 2006.

\_\_\_\_\_. **Espaço e política**. Tradução Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. Prefácio- A produção do espaço. **Estudos Avançados**, v 27, n 79, 2013.

LEVIEN, Michel. Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação. **Sociologia & Antropologia**, v. 4, n, 1, p. 21-53, 2014.

LIMA, Elias Lopes de. **Encruzilhadas geográficas: notas sobre a compreensão do sujeito na teoria social crítica**. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

LIMA, Ivaldo Gonçalves. A geopolítica da favela: desafios atuais da justiça territorial no Rio de Janeiro. **Revista Cidades**, v. 13, p. 05-39, 2016a.

\_\_\_\_\_. A complexidade da justiça territorial. **Ensaio de Geografia**, v. 4, p. 50, 2016b.

LOPES, Gabriel Oliveira. **"Novos" espaços: os condomínios logísticos e a expansão capitalista no município de Seropédica (RJ)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

LOUREIRO, Vicente; FRANÇA e LEITE, Vera Lúcia Sanches. Por uma Região Metropolitana Eficiente, Equilibrada e Sustentável. In: Bárbara Oliveira Margutti; Marco Aurélio Costa; César Bruno Favarão. (Org.). **Brasil Metropolitano em Foco**. 1ed. Brasília: IPEA, 2018, v. 4, p. 9-511.

LÖWY, Michael. **A política do desenvolvimento desigual e combinado: a teoria da revolução permanente**. São Paulo: Sundermann, 2015b.

\_\_\_\_\_. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez Editora, 2015a.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. 2ª ed.. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história da modernidade anômala. 2ª ed.. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil**: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2013. v. 1. 283p.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. 1ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857- 1858: esboço da crítica da economia política. 1 ed. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital [tradução de Rubens Enderle]. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política. Livro II: O processo de circulação do capital [tradução de Rubens Enderle]. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política. Livro III: O processo global da produção capitalista [tradução de Rubens Enderle]. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.

\_\_\_\_\_. **Os despossuídos**: debate sobre a lei referente ao furto de madeira. [tradução de Nélio Schneider] São Paulo: Boitempo, 2017b.

MASCARO, Alysson Leonardo. **Estado e forma política**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Movimentos sociais, questões fundiárias e mediações jurídicas: apontamentos sobre as relações entre o Direito e os conflitos sociais. In: Sérgio Pereira Leite; Regina Bruno. (Org.). **O rural brasileiro na perspectiva do século XXI**. 1ed. Rio de Janeiro: Garamond, v. 1, p. 107-127, 2019.

MELLUCCI, Alberto. Um Objetivo para os Movimentos Sociais? in: **Lua Nova**. São Paulo, Nº 17, 1989.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MOORE, Adam. Rethinking Scale as a geographical category: from analysis to practice. **Progress in Human Geography**, n. 32, 2008.

MOREAUX, Michel. **Expressões e impressões do corpo no espaço urbano: estudo das práticas de arte de rua como rupturas dos ritmos do cotidiano da cidade**. 2013. Dissertação (mestrado em Geografia) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

MOREIRA, Ruy. **Geografia e práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográfica**. São Paulo: Contexto, 2012.

MATTEI, Lauro. Gênese e agenda do Novo Desenvolvimentismo brasileiro. **IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira (AKB)**, 2011.

MONTOJOS, Maurício de Oliveira. **Análise dos impactos sociais do Arco metropolitano do Rio de Janeiro**. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

NATAL, Jorge Luiz Alves. Recuperação Econômica e Desenvolvimento Regional no Estado do Rio de Janeiro -a problemática inflexão econômica pós-1996 e sua ambigüidade espacial-. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 14, n.3, p. 71-90, 2004.

\_\_\_\_\_. **O estado do Rio de Janeiro pós-1995: dinâmica econômica, rede urbana e questão social**. Rio de Janeiro: Publicati, 2005.

NETTO, José Paulo e CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano, conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.

PADUA, Rafael Faleiro. Pensando a noção de prática socioespacial. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SANTOS, César Simoni; ALVAREZ, Isabel Pinto (Orgs.). **Geografia urbana crítica – teoria e método**. 1ed. São Paulo: Contexto, 2018.

PÊGO FILHO, Bolívar. Logística e transportes no Brasil: uma análise do programa de investimento 2013-2017 em rodovias e ferrovias. 2016. **(Relatório de pesquisa IPEA)**.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. Preço e valor na financeirização da produção do espaço. In: Álvaro Ferreira, João Rua e Regina Célia de Mattos. (Org.). **O espaço e a metropolização. Cotidiano e ação**. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, p. 171-211, 2017.

PIQUET, Rosélia. **Indústria e território no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

POGREBINSCHI, Thamy. O Direito de Resistência na Teoria Política Contemporânea. **Lugar Comum (UFRJ)**, Rio de Janeiro, v. 19-20, 2004.

\_\_\_\_\_. **O enigma do político: Marx contra a política moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª edição, 1985.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. **Reestruturação produtiva: território e poder no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica da razão dualista: o ornitorrinco**. 1 ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. A emersão da região logístico-industrial do extremo Oeste Metropolitano Fluminense: reflexões sobre o processo contemporâneo de reestruturação territorial-produtiva. **Revista Espaço e Economia**, Ano IV, número 7, 2015.

OLIVEIRA, Patrícia Matias de. **Empreendedorismo Urbano Periférico: um estudo sobre os municípios da Borda Oeste Metropolitana Fluminense**. 2017a. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Patrícia Matias de. & SILVA, Robson Dias. Baixada Fluminense? RJ: Notas sobre os Impactos Iniciais do Arco Metropolitano. **Revista Continentes**, v. 6, p. 75-94, 2017b.

OSLENDER, Ulrich. Espacio, Lugar y Movimientos Sociales: Hacia una "espacialidade de resistencia". **Scripta Nova; Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales**. Vol. VI, número 115, 1 junio de 2002.

Revel, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais** - São Carlos: Claraluz, 2002.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço**. 1 ed. Rio de Janeiro: Carta Capital, 2013. V. 4.

RIBEIRO, Wagner Costa. Justiça espacial e justiça socioambiental: uma primeira aproximação. **Estudos Avançados**, v. 31, p. 147-165, 2017.

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. A prática socioespacial da resistência. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SANTOS, César Simoni; ALVAREZ, Isabel Pinto. (Orgs.). **Geografia urbana crítica: teoria e método**. 1ed. São Paulo: Contexto, 2018.



ROCHA, André Santos da. **As representações ideais de um território" - Dinâmica econômica e política, agentes e a produção de novos sentidos na apropriação territorial da Baixada Fluminense pós 1990.** 2014. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Os efeitos da reestruturação econômica metropolitana na Baixada Fluminense: Apontamentos sobre o “novo” mercado imobiliário da região. **Espaço e Economia**, v. III, p. 1-17, 2015.

\_\_\_\_\_. Globalização, gestão e acesso aos sistemas público e privado de saúde: a Baixada Fluminense no contexto da pandemia. **Espaço E Economia**, v. 9, p. 1-16, 2020.

ROTTA, Edemar.; REIS, Carlos Nelson dos. A teoria e a prática do desenvolvimento no Brasil: o estado e as políticas públicas como instrumentos da reprodução do capital. In: VIII Simpósio Iberoamericano em Comércio Internacional, Desenvolvimento e Integração Regional, 2017, Cerro Largo. **Anais** do VIII Simpósio Iberoamericano em Comércio Internacional, Desenvolvimento e Integração Regional v. II. Cerro Largo: UFFS, 2017. v. 1. p. 923-938

RUA, João. Desenvolvimento, espaço e sustentabilidades. In: RUA, João (Org.). Paisagem, espaço e sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da Geografia. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2007. p. 143-194.

RUA, João; FERREIRA, Álvaro; MARAFON, Gláucio José; SILVA, Augusto César Pinheiro da (Orgs.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais.** Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2013.

SACK, Robert David. O significado de territorialidade. DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (Orgs.). **Territorialidades humanas e redes sociais.** 2ª ed. rev. Florianópolis: Insular, 2013.

SANTANA, João Paulo Monte de. **O espaço urbano contemporâneo e o sujeito total insurgente.** 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI.** 19ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidades e complexidade na economia global.** 1ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SCOTT, James. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

\_\_\_\_\_. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**. Vol. 21, nº. 1, jan-jun/2002. p. 10-31.

SICSÚ, João. **Dez anos que abalaram o Brasil**. E o futuro? 1.ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

SILVA, Lúcia. De Recôncavo da Guanabara a Baixada Fluminense: leitura de um território pela história. **Recôncavo: Revista de História da UNIABEU**, Nilópolis, v. 3, n. 5, 2013.

\_\_\_\_\_. Freguesia de Santo Antônio da Jacutinga: um capítulo da história da ocupação da Baixada Fluminense. **Recôncavo: Revista de História da UNIABEU**, Nilópolis, v. 9, n. 21, 2016.

\_\_\_\_\_. Baixada Fluminense como vazio demográfico? População e território no antigo município de Iguaçu (1890/1910). **Revista brasileira de estudos de população (impresso)**, v. 34, p. 415-425, 2017.

SILVEIRA, Márcio Rogério. **Circulação, Transportes e Logística**: Diferentes Perspectivas. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SILVEIRA, Márcio Rogério; JULIO, A. S. Os Investimentos em Transportes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Efeito Multiplicador Brasileiro a partir do Governo Lula da Silva. **Revista de Literatura dos Transportes**, v. 7, p. 199-224, 2013.

SIMOES, Manuel Ricardo. **A cidade estilhada**: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Mesquita: Ed. Entorno, 2007.

\_\_\_\_\_. **Ambiente e sociedade na Baixada Fluminense**. Mesquita: Ed. Entorno, 2011.

SERACINSKIS JÚNIOR, Roberto Eduardo. **Estado de Exceção permanente**. 2019. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas de SP/Eaesp.

SINGER, André Vitor. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SISTEMA FIRJAN. **Visões de futuro**: potencialidades para o estado do Rio de Janeiro. Setembro de 2012.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual, natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

\_\_\_\_\_. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, Antônio (Org.). **Espaço da diferença**. Campinas: Papirus, p. 132-159, 2000.

SOARES, Maria Therezinha. de Segadas. Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 24, 1962.

SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. **Ciclo de Investimentos e o Papel das Estratégias de Grandes Agentes Econômicos: o Caso da Periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1995/2010**. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Estadual de Campinas.

SÓFOCLES. **Antígona**. Tradução Millô Fernandes. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SOJA, Edward. Uma Concepção Materialista da Espacialidade. In: BECKER, Bertha; COSTA, Rogério Haesbaert da; SILVEIRA, Carmen. **Abordagens Políticas da Espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, Departamento de Geografia / Programa de pós-graduação, 1983.

\_\_\_\_\_. **En busca de la justicia espacial**. Valencia: Tirant Humanities, 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma teoria aberta do desenvolvimento sócio-espacial. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 5-23, 1996.

\_\_\_\_\_. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democracia do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. **Revista Cidades (Presidente Prudente)**, v. 7, p. 13-47, 2010.

\_\_\_\_\_. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013a.

SOUZA, Victor Tinoco de. **Sociabilidade e território de um assentamento rural próximo à área urbana: os laços entre o Assentamento Marapicu e o Bairro Aliança, RJ**. 2013b. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Seropédica-RJ: UFRRJ.

SOUZA, Ticianne Ribeiro de. **O papel da ideologia na expansão urbana: a questão econômica e os impactos socioambientais do Arco**

**Metropolitano do Rio de Janeiro.** 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STEFANELLI, Juliana. Firjan prevê expansão industrial acelerada na Baixada. **Jornal O Dia**, Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2013. Legado O Dia na Baixada. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/conteudo/odiabaixada/2013-09-29/firjan-preve-expansao-industrial-acelerada-na-baixada.html>>. Acesso em 25 de agosto de 2020.

TÂNGERI, Vera Regina; REGO, Andrea Queiroz; MONTEZUMA, Rita de Cássia Martins (Orgs.). **O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação.** Rio de Janeiro: PROARQ/FAU, 2012.

TOURAINÉ, Alan. **Crítica da modernidade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. **Pensar outramente o discurso interpretativo dominante.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TEMPLE, Giovana Carno. **Acontecimento, poder e resistência em Michel Foucault.** Cruz das Almas/BA:UFRB, 2013.

VAINER, Carlos. As Escalas do Poder e o Poder das Escalas: O que pode o poder local? In: **ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR.** 9. 2001. Rio de Janeiro. Subtema 1 – Escalas de Poder e Novas Formas de Gestão Urbana e Regional. Rio de Janeiro: ANPUR, p. 140-151, 2001.

\_\_\_\_\_. Conceito de "Atingido": uma revisão do debate. In: Franklin Daniel Rothman. (Org.). **Vidas Alagadas - conflitos socioambientais, licenciamento e barragens.** 1ed. Viçosa: UFV, p. 39-63, 2008.

VÁSQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis.** 2ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales CLACSO: São Paulo: Expressão Popular, 2011.

WOODS, Michael. Engaging the global countryside: globalization, hybridity and the reconstitution of rural place. **Progress in Human Geography**, ano 31, n. 4, 2007.

ZAMORA, Maria Helena. Os corpos da vida nua: Sobreviventes ou resistentes? **Latin American Journal of Fundamental Psychopathology online**, v. 5, p. 104-117, 2008.

ZIBECHI, Raúl. **Brasil potência: entre a integração regional e um novo imperialismo-Rio de Janeiro: Consequência,** 2012.

\_\_\_\_\_. **Territórios em resistência:** cartografia política das periferias urbanas latino-americanas. 1.ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

ZIBECHI, Raúl & MACHADO, Décio. **Os limites do progressismo:** sobre a impossibilidade de mudar o mundo de cima para baixo. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.